

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE ARQUITETURA

PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE

Cícero Alvarez

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA**

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE

Cícero Alvarez

Porto Alegre
2008

CICERO ALVAREZ

PALÁCIO DA JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE:

Construção e Recuperação da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1952 -2005

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura

Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.
Orientador

Porto Alegre
2008

Para
Luís Fernando Corona e
Carlos Maximiliano Fayet
in memoriam

AGRADECIMENTOS

Ao arq. Carlos Maximiliano Fayet (in memoriam), a amizade e exemplo.

À Magali Villeroy Corona, o exemplo e valioso material cedido.

Ao arq. Carlos Eduardo Dias Comas, a amizade, orientação e exemplo.

À equipe da CMFaa, em especial, arq. Lidia Maria de Oliveira Fabrício, arq. Bárbara Ribeiro de Mello, arq. Sandra T. Boeira, arq. Lílian Krasnowski, arq. Juliana Trujillo, arq. Clívia Moura Espinosa, arq. Dagmar Irene Lesche, Paulo Fulginitti Pfützenreuter, arq. Rodrigo Bandeira Rosinha, arq. Queila Kleeman, Selmo Fonseca Ramos, Valério Marqueti, Edson Ferreira de Paula e Beatriz B. Fayet.

À equipe do DEAM: arq. Marcelo Barata de Lacerda, arq. Taís Brancher Bertoncello e acad. Mauricio Nicola.

À equipe do Memorial do Judiciário, em especial, Des. Donato João Sehnem e Mary da Rocha Biancamano.

À equipe da Construtora J. Martins, em especial, eng. Anilton José Foletto

À equipe do Arquivo do Instituto de Artes, o auxílio em fontes primárias.

Aos arq. Marcos Miethicki da Silva e Takayoshi Imasato, a amizade e auxílio na pesquisa.

Aos arquitetos Emil Achutti Bered, Enilda Ribeiro, Jorge Siritto de Vives e Irineu Breitman, os originais das revistas Ante-Projeto, Espaço, Módulo e IBA.

Aos professores Ana Carolina Santos Pellegrini, Andréa Machado, Anna Paula Canez, Círio Simon, Cláudio Calovi Pereira, Luís Henrique Haas Luccas, Marta Silveira Peixoto, Renato H. Fiore e Rogério de Castro Oliveira, que abordaram o período anteriormente.

Aos membros do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Aos familiares: Almarina Mezdri Barcellos (in memoriam), Hortenila Cabral Della Méa, Stella Alvarez, Ana Cláudia Alvarez e Sandra Arreal, o apoio e paciência.

Those who cannot remember the past are condemned to repeat it

George Santayana, 1905, p. 284

RESUMO

ALVAREZ, C. **Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre 1952 -2005**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

Construído na Praça da Matriz, entre 1953 e 1968, o Palácio da Justiça de Porto Alegre, projeto de Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, é uma das mais importantes obras da arquitetura contemporânea brasileira realizadas no Estado. Todavia, o longo processo de construção e a escassez de recursos alteraram o projeto original, suprimindo diversos elementos importantes para o caráter de Palácio e para o próprio conforto de seus ocupantes. Além disso, ao longo dos anos, várias alterações e deformações ocorreram pelo uso cotidiano e pela falta de critérios de ocupação. Modificações que descaracterizaram e até suprimiram espaços importantes do edifício, como o restaurante no último andar.

Cinqüenta anos após o Concurso Público Nacional de Anteprojetos, realizado em 1952, que escolheu o projeto do Palácio da Justiça, o co-autor remanescente, Carlos M. Fayet, foi contratado pelo Tribunal de Justiça do Estado para recuperar, restaurar e readequar o prédio às necessidades atuais da Justiça.

O objetivo deste trabalho é realizar um relato das etapas, critérios e escolhas que nortearam os trabalhos de 1952 a 2005 que, além de recuperar o prédio, completaram o projeto original cinqüenta e três anos após sua concepção.

Entre as referências utilizadas estão o Projeto Original do Concurso de 1952, o Projeto Executivo das décadas de 1950 e 1960, o Projeto Executivo da Recuperação de 2002 a 2006, os contratos de execução da obra original e da recuperação, amplo levantamento fotográfico do período da construção e da recuperação, cadernos da obra, trabalhos acadêmicos sobre o prédio, diversas obras que serviram como referenciais teóricos dos co-autores, dentre os quais o Realismo Socialista e registros diversos incluindo entrevistas com o arq. Carlos M. Fayet.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Restauração, Palácio da Justiça.

ABSTRACT

ALVAREZ, C. **Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre 1952 -2005**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

Built in the Praça da Matriz, between 1953 and 1968, the Palácio da Justiça de Porto Alegre, project by Luis Fernando Corona and Carlos Maximiliano Fayet, is one of the most important buildings of contemporary Brazilian architecture in the State. However, the long construction process and the scarcity of resources had modified the original project, suppressing several important elements for the character of the Palace and the proper comfort of its occupants. Moreover, throughout the years, some alterations and deformations had been made due to daily use and due to lack of occupation criteria. These alterations have changed the characteristics and also have suppressed important spaces of the building, as the restaurant located on the last floor.

Fifty years after the Competition, in 1952, the remaining co-author, Carlos M. Fayet, was hired by the Tribunal de Justiça do Estado do RS to rehabilit the building to the current Justice.

The goal of this work, prepared by integrants of the Palácio da Justiça rehabilitation crew, is to present the stages, criteria and choices that have guided the works of rehabilitation, restoring and completing the original project fifty-three years after its conception.

References include the 1952 Original Project of the Competition, the Executive Project of the 1950 and 1960 decades, the 2002-2006 Executive Project of the Rehabilitation, original building and rehabilitation contracts of execution, ample photographic survey from the construction and rehabilitation periods, academic projects about the building, and several historical records including interviews with architect Carlos M. Fayet.

Key-words: Modern Architecture; Restoration, Court Hall.

LISTA DE FIGURAS

Capa: Themis na fachada do Palácio da Justiça. Foto: Cicero Alvarez	
Figura 1: Praça da Matriz, 1888. Fonte: Fototeca Sioma Breitamn, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (FSB/MPA).....	35
Figura 2: Praça da Matriz, 1920 Fonte: FSB/MPA.....	35
Figura 3: Superior Tribunal, entre 1927 e 1935 Fonte: Álbum Recordações de Porto Alegre, 1935	36
Figura 4: Mapa Topográfico de Porto Alegre, 1939-1941. Fonte: SMOV.....	36
Figura 5: Centro Cívico Estadual. Projeto do arq. Arnaldo Gladosch. Fonte: Um Plano de Urbanização, 1943, p. 43.....	37
Figura 6: Versões do Centro Cívico de Porto Alegre, arq. Jorge Machado Moreira. Fonte: CZAJKOWSKI, 1999, p. 106 e 107	37
Figura 7: Perspectiva do Centro Cívico de Porto Alegre, arq. Jorge Machado Moreira. Fonte: CZAJKOWSKI, 1999, p. 106.....	38
Figura 8: Incêndio do Tribunal de Justiça, 19 de novembro de 1949. Fonte: Jornal Correio do Povo, 20 de novembro de 1949, capa.....	39
Figura 9: Incêndio do Tribunal de Justiça, 19 de novembro de 1949. Fonte: Revista do Globo, nº 497, 10/12/1949, p. 03	40
Figura 10: à esquerda: perspectiva do Edifício do IPE, de Corona e Weindorfer. Fonte: SCHIDROWITZ, 1940, p. 661. À direita maquete da 1º versão da VFRGS, de Moreira e Reidy. Fonte: Acervo Arquivo Geral do Instituto de Artes da UFRGS	42
Figura 11: à esquerda: maquete da 1º versão do HCPA, de Jorge Machado Moreira. Fonte: Acervo Arquivo Geral do Instituto de Artes da UFRGS. À direita, maquete do IPE, de Oscar Niemeyer. Fonte: Fonte Revista do Globo nº 478, 1949	43
Figura 12: à esquerda: revista Ante-Projeto N.º.01, 1948, capa. À direita: Editorial, pág.03. Fonte: Acervo Pessoal do autor.....	48
Figura 13: Oscar Niemeyer, entre Eduardo Corona e Ernani Correa. Fonte: Acervo pessoal de Eneida Ripoll Ströher	50
Figura 14: SAPI, axonométrica do projeto vencedor de Luis Fernando Corona. Fonte: Prancha do concurso. Acervo pessoal Luiz Aydos	54
Figura 15: Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Fonte: Acervo particular de Gilberto Simon. Disponível em < http://www.portoimagem.com/fotosantigas/antiga109.html >. Acesso em 10/05/2006.....	55
Figura 16: Secretária da Fazenda, de Theófilo Borges de Barros. Fonte: Correio do Povo, 30 setembro de 1952	56
Figura 17: Carlos Scliar Marcha pela Paz, 1951. Fonte: < http://www.itaucultural.org.br >. Acesso em 10/05/2006	57
Figura 18: Cartazes de “O Encouraçado Potemkin”, Sergei Eisenstein, 1925. Fonte: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Bronenosets_Potyomkin >. Acesso em 10/05/2006.....	58
Figura 19: Cartazes de “O Encouraçado Potemkin”, Sergei Eisenstein, 1925. Fonte: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Realismo_socialista >. Acesso em 10/05/2006.....	58
Figura 20: Pintura “Cotton Pickers”, de Thomas Hart Benton. Fonte: < www.globalgallery.com/prod_images/sw-1869.jpg >. Acesso em 12/05/2006.....	59

Figura 21: Pintura “Cut the Line”, Thomas Hart Benton. Fonte: < www.history.navy.mil/ac/benton/88159bo.jpg >. Acesso em 12/05/2006	59
Figura 22: À esquerda, Diego Rivera, mural do Rockefeller Center “Man at the Crossroads”, Nova Iorque. Fonte: < http://artandmylife.files.wordpress.com/2008/04/rivera.gif >. Acesso em 12/05/2006.....	60
Figura 23: à direita, afresco de Conrad A. Albrizio, dedicado ao Presidente Roosevelt, 1934, Nova Iorque. Fonte:< http://www.english.uiuc.edu/maps/depression/gallery/albrizio1934.gif > Acesso em 12/05/2006	60
Figura 24: Mural “As Profissões” de Aldo Locatelli (1915-1962), óleo sobre tela, medindo 3,62m x 7,94m, UFRGS, 1958. Fonte: < http://nutep.adm.ufrgs.br/fotospoa/pintura_locatelli.jpg >. Acesso em 13/05/2007	61
Figura 25: Mural do antigo salão de festas do IA-UFRGS, 7º andar, Aldo Locatelli, 1958, 2,90 x 9,30m. Fonte: < http://www6.ufrgs.br/acervoartes/modules/xcgall/ > Acesso em 13/05/2006.....	61
Figura 26: Maquetes do Concurso para o novo prédio do Colégio Julio de Castilhos. Fonte: Correio do Povo, 21 de novembro de 1952, p.05 e CP 06/12/52	66
Figura 27: ARQUILEX. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo do Memorial do Judiciário do RS (MJ-RS)	68
Figura 28: ARQUILEX. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS.....	69
Figura 29: GRADO. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	70
Figura 30: GRADO. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	71
Figura 31: THEMIS. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	72
Figura 32: THEMIS. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	73
Figura 33: THEMIS. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	74
Figura 34: PLANO ALFA. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	75
Figura 35: PLANO ALFA. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS.....	76
Figura 36: PLANO ALFA. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS.....	77
Figura 37: LICURGO. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	78
Figura 38: LICURGO. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	79
Figura 39: LICURGO. Pranchas do Concurso de 1952. Fonte: Acervo MJ-RS	80
Figura 40: Divulgação do resultado do Concurso do Palácio da Justiça. Fonte: Correio do Povo, 05/12/1952, capa.	82
Figura 41: Fachada do Palácio da Justiça de Chandigarh, 1951-1955. Fonte: BOESIGER, Willy; STONOROV, O. Le Corbusier: et Pierre Jeanneret - Oeuvre complète, 1946-1952. Berlin: Birkhauser, 1999. v.5, p. 130	84
Figura 42: Foto do Palácio da Justiça de Chandigarh. Fonte: < http://chandigarh.nic.in/knowchd_gen_working.htm >. Acesso em 10/07/2007	84
Figura 43: Maquete do Centro Cívico do Paraná publicada na imprensa local, 1952. Fonte: Correio do Povo, 19/09/1952, p. 5.	85
Figura 44: Centro cívico de Curitiba, maquete do conjunto. Fonte: Architecture d'aujourd'hui. Paris: n.42/43 agosto 1952	85
Figura 45: Centro cívico de Curitiba, maquete do conjunto. Fonte: Revista Arquitetura e Engenharia, Belo Horizonte, v.5, n.27, jul./set. 1953.....	85

Figura 46: Exposição no auditório do Correio do Povo. Maquete Licurgo. Fonte: Correio do Povo, 10 de dezembro de 1952, p. 8.	87
Figura 47: à esquerda: perspectiva do Concurso de 1952 e, à direita, do projeto executivo. Fonte: Acervo MJ-RS I e Acervo Carlos Maximiliano Fayet	91
Figura 48: à esquerda: corte longitudinal do Concurso de 1952, e, à direita, do projeto executivo. Fonte: Acervo MJ-RS e Acervo Carlos Maximiliano Fayet.	91
Figura 49: à esquerda: corte transversal BB do Concurso de 1952; ao centro: corte transversal CC do Concurso de 1952, à direita, corte transversal do projeto executivo. Fonte: Acervo MJ-RS e Acervo Carlos Maximiliano Fayet.	92
Figura 50: Galeria: planta de forma, 5 de maio de 1954. À esquerda, forro do Salão do Júri e, à direita, detalhe da laje da galeria. Acervo MJ-RS.....	92
Figura 51: Salão do Júri: planta de forma da laje e cortes das vigas de transição, desenho de 12 de abril de 1954. Fonte: Acervo MJ-RS.....	93
Figura 52: 2º, 3º e 4º andar: planta de forma, desenho de abril de 1954. Malha estrutural 8,4 x 7m. Fonte: Acervo MJ-RS	93
Figura 53: 7º andar: planta de forma, desenho de agosto de 1954. À esquerda, Restaurante e, à direita, forro do Tribunal Pleno. Fonte: Acervo MJ-RS	93
Figura 54: Cobertura: planta de forma, desenho de novembro de 1954. Fonte: Acervo MJ-RS	94
Figura 55: Cobertura: cortes, desenho de novembro de 1954. Treliças de concreto. Fonte: Acervo MJ-RS.....	94
Figura 56: as várias faces de Themis. Fontes: Acervo MJ-RS, Acervo Pessoal de Marilice Corona, revista Espaço-Arquitetura nº1, Acervo Carlos Maximiliano Fayet	95
Figura 57: Obra após a contratação da Construtora Ernesto Woebcke, início de março de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	96
Figura 58: Obra após a contratação da Construtora Ernesto Woebcke, interior do canteiro, início de março de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	96
Figura 59: armadura de pilar, abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	97
Figura 60: concretagem de pilar, esquina Riachuelo e Gen. Câmara, abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	97
Figura 61: formas e armaduras, Largo João Amorim de Albuquerque, abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	97
Figura. 62: arquiteto Fayet examinando as formas do lado leste, 19 de abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	97
Figura 63: lado norte, parte posterior do Salão do Júri, abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	97
Figura 64: arquiteto Fayet examinando o lado oeste, 28 de abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	97
Figura 65: vista do canteiro, R. Gen. Câmara, final de abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	97
Figura 66: formas das lajes da galeria e armadura do pilotis visíveis para os pedestres, abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	98
Figura 67: arq. Carlos Maximiliano Fayet, 28 de abril de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	98

Figura 68: Esquina Riachuelo com General Câmara, 19 de maio de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	99
Figura 69: formas das lajes do 1º andar e armadura dos pilares acima do pilotis, 12 de junho de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	99
Figura 70: Esquina Riachuelo com Largo João Amorim de Albuquerque, 14 de junho. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	100
Figura 71: Esquina Riachuelo com Largo João Amorim de Albuquerque, 14 de junho. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	100
Figura 72: estrutura parte posterior do Salão do Júri, 14 de junho de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	100
Figura 73: arq. Luís Fernando Corona, patamar da escada no térreo, 19 de julho. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	100
Figura 74: formas das lajes do 3º andar e armadura dos pilares, 3 de agosto de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	101
Figura 75: Face leste, Largo João Amorim de Albuquerque, 28 de outubro de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	101
Figura 76: Escada no 1º andar, 28 de outubro de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	101
Figura 77: estrutura independente, 1º andar, no fundo Biblioteca, 28 de outubro. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	101
Figura 78: formas das lajes do 4º andar, Praça da Matriz, 28 de outubro de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	101
Figura 79: o Dom-ino e o Monumento, 10 de dezembro de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	102
Figura 80: a estrutura independente vista da Praça da Matriz, 10 de dezembro de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	102
Figura 81: "O Sistema Dom-ino" em Porto Alegre, 10 de dezembro de 1955. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	102
Figura 82: Estrutura de concreto quase concluída, formas não retiradas, 1956. Foto: Léo Guerreiro. Acervo FSB/MPA.....	103
Figura 83: Estrutura de concreto concluída, abril ou maio de 1957. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	104
Figura 84: Estrutura de concreto concluída, detalhes pendurais da cobertura do Tribunal Pleno, vista da esquina Rua Jerônimo Coelho, abril ou maio de 1957. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	104
Figura 85: execução dos serviços de alvenaria de tijolos, março de 1958. Fonte: Revista do Globo Nº. 711, 1958.	105
Figura 86: a obra e a Praça da Matriz em 1958. Fonte: Acervo pessoal de Carlos Maximiliano Fayet.....	106
Figura 87: a obra e a Praça da Matriz em 1958. Ao fundo, o aterro da Praia de Belas. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	106
Figura 88: a obra e a Praça da Matriz, na fotografia de Léo Guerreiro, em 1958. Fonte: FSB/MPA.....	107
Figura 89: Luís Fernando Corona, de óculos, voltado para Carlos M. Fayet, 1960. Fonte: Correio do Povo, em 21 de abril de 1960, pág. 22.....	111

Figura 90: Acesso a Galeria de Casamentos, 1962. Fonte: Acervo pessoal de Carlos Maximiliano Fayet.....	112
Figura 91: Galeria de Casamentos com abertura para o pilotis e Praça, 1962. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	112
Figura 92: Cerimônia em dezembro de 1962, ao fundo Hall central.Fonte: Acervo pessoal de Leopoldina Petry Pithan.....	112
Figura 93: Cerimônia em dezembro de 1962, ao fundo parede revestida com pastilhas. Fonte: Acervo pessoal de Leopoldina Petry Pithan.....	112
Figura 94: Vista parcial da fachada Oeste com esquadrias, R. General Câmara, 1962. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	112
Figura 95: Vista parcial da fachada leste, Largo João A. de Albuquerque, 1962. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	112
Figura 96: O Palácio visto da Praça da Matriz, 1962. Fonte: Acervo pessoal de Carlos Maximiliano Fayet.....	113
Figura 97: A praça da matriz com o prédio da Assembléia Legislativa, 1967. Foto: Léo Guerreiro. Fonte: Acervo FSB/MPA.	114
Figura 98: A praça da matriz com o prédio da Assembléia Legislativa, 1968. Foto: Léo Guerreiro. Fonte: Acervo FSB/MPA.	114
Figura 99: O Palácio visto da Praça da Matriz, inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968.	115
Figura 100: hasteamento da bandeira na inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968	116
Figura 101: Tribunal do Júri, térreo, década de 1960. Fonte: Acervo de Carlos Maximiliano Fayet	116
Figura 102: O Bispo e os representantes dos Três Poderes do Estado, bênção da imagem de Cristo Crucificado no recinto das sessões plenárias, inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 10	117
Figura 103: Aspecto da sessão plenária, Tribunal Pleno, inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p.2	117
Figura 104: Regimento Bento Gonçalves, guarda de honra dos convidados ao coquetel, inauguração, 19h30min, 28 de dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p.11	118
Figura 105: Gabinete da Presidência, inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 19	118
Figura 106: Saguão do 6º pavimento, inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 19	118
Figura 107: Laboratório do Serviço Médico Judiciário, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 20	118

Figura 108: Aparelho de radiografia do Serviço Médico, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 21	118
Figura 109: Biblioteca do Tribunal de Justiça, vista parcial, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 21	119
Figura 110: Biblioteca do Tribunal de Justiça, recanto consulentes, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 20	119
Figura 111: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura n.º 1, térreo ao terceiro pavimento, nov.-dez. de 1958. Fonte: Acervo pessoal do autor	123
Figura 112: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura n.º 1, 4º ao 7º pavimentos, Nov.-dez. de 1958. Fonte: Acervo pessoal do autor	124
Figura 113: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura n.º 1, corte longitudinal, Nov.-dez. de 1958. Fonte: Acervo pessoal do autor	125
Figura 114: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura n.º 1, perspectiva geral, Nov.-dez. de 1958. Fonte: Acervo pessoal do autor	125
Figura 115: Obras no 4º andar do Palácio da Justiça para abrigar o Tribunal de Alçada, 1971. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS.....	127
Figura 116: Obras no 4º andar do Palácio da Justiça para abrigar o Tribunal de Alçada, 1971. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS.....	127
Figura 117: Obras no 4º andar do Palácio da Justiça para abrigar o Tribunal de Alçada, 1971. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS.....	128
Figura 118: Salão do Júri, solenidade de inauguração do Tribunal de Alçada, 1971. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	128
Figura 119: Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990, vista para a platéia. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	129
Figura 120: Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990, vista da platéia. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	129
Figura 121: Lateral do Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS.....	130
Figura 122: Lateral do Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS.....	130
Figura 123: Terraços do 6º e 7º andares fechados pelas esquadrias, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	130
Figura 124: Terraços do 6º e 7º andares fechados pelas esquadrias, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Acervo pessoal do autor.....	130
Figura 125: Pleno do Tribunal de Justiça, 6º andar, década de 1980. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS.	131
Figura 126: Pleno do Tribunal de Justiça, 6º andar, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	131
Figura 127: Saguão do 6º pavimento, inauguração, dezembro de 1968. Fonte: Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua nova sede, 1968, p. 19	131

Figura 128: Saguão, 6º andar, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	131
Figura 129: Saguão do 5º andar fechado, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	132
Figura 130: Saguão do 5º andar fechado, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor.	132
Figura 131: 131: Saguão do 5º andar fechado, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	132
Figura 132: Saguão do 4º andar, após reforma da Corregedoria, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	133
Figura 133: Saguão do 4º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	133
Figura 134: Saguão do 3º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	133
Figura 135: Saguão do 3º andar, após reforma da Corregedoria, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	133
Figura 136: Saguão do 2º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	134
Figura 137: Saguão do 1º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	134
Figura 138: Saguão do Térreo, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	134
Figura 139: Tribunal do Júri, década de 1990. Foto: André Simão. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	135
Figura 140: Museu do Memorial do Judiciário, 2001. Foto: Mário Salgado. Fonte: Acervo Fototeca Memorial do Judiciário RS	135
Figura 141: Saguão do 7º Pavimento, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	135
Figura 142: Saguão do 7º Pavimento, 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	135
Figura 143: Placas e pilaretes da cobertura, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	136
Figura 144: Placas quebradas da cobertura, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	136
Figura 145: Maquete eletrônica da proposta para escada externa, 2000. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	137
Figura 146: Rampa externa na maquete eletrônica da proposta para escada externa, 2000. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	137
Figura 147: à esquerda, Corte do projeto da escada interna e, à direita, corte da versão externa, 2000. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	138
Figura 148: à esquerda, Térreo do projeto da escada interna e, à direita, da versão externa, 2000. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	138
Figura 149: à esquerda, 7º Pavimento do projeto da escada interna e, à direita, da versão externa, 2000. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	138

Figura 150: Térreo, situação no ano 2000 com balcão da segurança projetado. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	139
Figura 151: Térreo, projeto do Memorial do Judiciário, 2000, balcão da segurança projetado no eixo de entrada. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	140
Figura 152: Terceiro Pavimento, situação no ano 2000, escada do saguão envolvida por divisórias. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	140
Figura 153: Terceiro Pavimento, projeto Corregedoria, 2000, escada do saguão livre. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	140
Figura 154: Quarto Pavimento, situação no ano 2000, antigo Pleno do Tribunal de Alçada na ala norte e escada do saguão envolvida por divisórias. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet	141
Figura 155: Quarto Pavimento, projeto Corregedoria, 2000, escada do saguão livre. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	141
Figura 156: Fachada Leste, esquadrias fechando terraços do 6º e 7º pavimento e painel lateral sem relevos, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	143
Figura 157: Esquina mostrando fachada leste e fachada norte, esquadrias fechando terraços do restaurante, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	143
Figura 158: Esquina mostrando fachada norte e fachada oeste, terraços fechados e ausência de quebra-sóis, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	143
Figura 159: Situação interna mostrando a falta de ordem dos espaços no Palácio, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	143
Figura 160: Entrevistas com funcionários, falta de ordem dos espaços no Palácio, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	143
Figura 161: Situação interna mostrando a falta de ordem dos espaços no Palácio, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	143
Figura 162: Coroamento, 8º pavimento, Ala norte, antes da reforma 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	144
Figura 163: Térreo, terraço fachada norte, circulação bloqueada por construção irregular, 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	144
Figura 164: Trelíça de concreto, 8º pavimento, Ala sul, sobre o Pleno, antes da reforma 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	145
Figura 165: Cobertura, parte central, antes da reforma 2002. Foto: Takayoshi Imasato. Fonte: Acervo pessoal do autor	145
Figura 166: Cobertura, ala norte, antes da reforma 2002. Foto: Bárbara Mello. Fonte: Acervo pessoal do autor	145
Figura 167: Cobertura, vista do jardim interno, antes da reforma 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	145
Figura 168: 7º Pavimento, vista do jardim interno, antes da reforma 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	145
Figura 169: Saguão do 1º pavimento, sem iluminação da rua, antes da reforma 2002. Foto: Carlos M. Fayet. Fonte: Acervo Carlos M. Fayet.....	146
Figura 170: Saguão do 2º pavimento, sem iluminação da rua, antes da reforma 2002. Foto: Carlos M. Fayet. Fonte: Acervo Carlos M. Fayet.....	146
Figura 171: Mural Leste, TERRA: Flora, Fauna, desenho de Fayet, 2003. Fonte: Acervo Carlos M. Fayet.	147

Figura 172: Mural Oeste, POVO- História e Cultura, desenho de Fayet, 2003. Fonte: Acervo Carlos M. Fayet.	147
Figura 173: Carlos M. Fayet e os desenhos para os painéis, na foto o desenho de Luís Fernando Corona, 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	148
Figura 174: Desenho de Júlio de Castilhos, Mural Oeste, 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	148
Figura 175: Retoques nas placas de argila, 2003/2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	148
Figura 176: Desmoldagem de uma das placas, 2003/2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	148
Figura 177: Uma das placas do rosto de Iberê Camargo, 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	148
Figura 178: Mural Leste, TERRA: Flora, Fauna, versão final, 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	148
Figura 179: Mural Oeste, POVO- História e Cultura, versão final, 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	148
Figura 180: As várias faces de Themis: vendada na perspectiva do concurso; sem venda na escultura de Fernando Corona (maquete concurso) e na revista Espaço; novamente vendada em desenho do final dos anos 1950; sem balança e de olhos abertos em 2002. Fontes: Acervo MJ-RS, Acervo Pessoal de Marilice Corona, revista Espaço-Arquitetura nº1, Acervo Carlos Maximiliano Fayet	149
Figura 181: Fayet e Themis, modelo em argila, 21 de fevereiro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	149
Figura 182: Themis, modelo inicial em argila, 21 de fevereiro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	149
Figura 183: Fayet no Laboratório de Modelagem Tridimensional (LMT) do SENAI/RS, 3/04/2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	150
Figura 184: Themis de gesso sendo digitalizada, LMT – SENAI/RS, 3 de abril de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	150
Figura 185: Fayet e neto, pavilhão da fundição, 12 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	150
Figura 186: Fayet e Themis, pavilhão da fundição, 31 de março de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	150
Figura 187: Fayet, bronze derretido sendo derramado em molde, 16 de setembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	151
Figura 188: Themis, pavilhão da fundição, 16 de setembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	151
Figura 189: Cabeça da escultura de Themis, fundição, 16 de setembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	151
Figura 190: Themis finalizada sendo colocada no caminhão, 11 de dezembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	151
Figura 191: Themis, sobre caminhão, saindo do pavilhão, 11 de dezembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	151
Figura 192: Themis deixando a fundição para a Praça da Matriz, 11 de dezembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	151

Figura 193: Imagem do Plano de complementação das obras de arte, 2005. Fonte: Acervo Carlos M. Fayet	152
Figura 194: Palácio da Justiça, fachadas Sul e Leste, 29 de maio de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	153
Figura 195: Início das obras, andaimes para polimento do mármore dos Pilotis, Térreo, 29 de maio de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	153
Figura 196: Início das obras, andaimes para polimento do mármore dos Pilotis, Térreo, 29 de maio de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	153
Figura 197: Obras de demolição no 7º Pavimento para o retorno do restaurante, saguão, 12 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	154
Figura 198: Obras de demolição no 7º Pavimento para o retorno do restaurante, ala norte, 12 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	154
Figura 199: Obras de demolição no 7º Pavimento, retirada do forro pacote sob pergolado, 12 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	154
Figura 200: Obras de demolição no 6º Pavimento, ala norte, 27 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	154
Figura 201: Obras de demolição no 6º Pavimento, saguão, 27 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	154
Figura 202: Obras de demolição no 6º Pavimento, antigo Tribunal Pleno e futuro auditório, 27 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	154
Figura 203: Palácio antes do início das obras, fachada oeste, 7 de dezembro de 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	155
Figura 204: Início da colocação do tapume, fachada oeste, 12 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	155
Figura 205: Tapume concluído, fachada oeste e sul, 27 de julho de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	155
Figura 206: Retirada das esquadrias existentes, fachada leste, 26 de setembro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	155
Figura 207: Colocação da estrutura do painel TERRA, fachada leste, 11 de novembro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	155
Figura 208: Granito externo em fase de finalização, fachada Norte e Oeste, 11 de dezembro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	155
Figura 209: Início da colocação dos quebra-sóis, fachada oeste, 14 de janeiro de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	156
Figura 210: Quebra-sóis e painel POVO quase concluídos, fachada oeste, 17 de fevereiro de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	156
Figura 211: Painel POVO concluído, fachada oeste, 24 de março de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	157
Figura 212: Painel TERRA concluído, fachada leste, 24 de março de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	157
Figura 213: Cobertura em obras, ala sul, 21 de outubro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	157
Figura 214: Obras da cobertura concluídas, ala norte, 20 de julho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	157

Figura 215: Tribunal Pleno, 6º pavimento, ala sul, dezembro de 2002. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	158
Figura 216: Obras do auditório, 6º pavimento, ala sul, março de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	158
Figura 217: Auditório finalizado, 6º pavimento, ala sul, julho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	158
Figura 218: Cozinha do restaurante, 7º pavimento, ala norte, julho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	159
Figura 219: Restaurante, 7º pavimento, ala norte, julho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	159
Figura 220: Terraço do restaurante, 7º pavimento, ala norte, vista para oeste, maio de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	159
Figura 221: Terraço do restaurante, 7º pavimento, ala norte, vista leste- sul, outubro de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	159
Figura 222: Presidência, 6º pavimento, ala norte, julho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	160
Figura 223: Saguão tipo, limpeza do piso de mármore, setembro de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	160
Figura 224: Saguão tipo, terminado e mobiliado, junho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	160
Figura 225: Escada após restauro, junho de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	160
Figura 226: Saguão do térreo em obras, 8 de abril de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	160
Figura 227: Saguão do térreo concluído, 28 de maio de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	160
Figura 228: Saguão do térreo após a colocação da luminária, final de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	160
Figura 229: Fachada Oeste e Norte, vistas da Rua Riachuelo, 26 de maio de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	161
Figura 230: Iluminação noturna projetada e executada, mas quase nunca usada, 18 de maio de 2004. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	161
Figura 231: Teste de alinhamento dos 3 apoios para escultura, 1º de outubro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 232: Arquiteto Fayet posicionando o gabarito nos apoios, 1º de outubro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 233: Carlos M. Fayet descendo após colocar o gabarito, 1º de outubro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 234: Themis sobre caminhão munck na saída da fundição, 9h28min, 11 de dezembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 235: A escultura na Av. Borges de Medeiros próximo a Av. Ipiranga, 10h30min, 11 de dezembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 236: Praça Daltro Filho, 10h20min, 11 de dezembro de 2005, ao fundo, Themis sobre o munck. Foto: Alessandra R. Szekut. Fonte: Acervo pessoal do autor	162

Figura 237: Chegada na Praça da Matriz, 10h40min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 238: Inicia-se a movimentação para a retirada da escultura do caminhão, 11h34min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 239: Fayet e Lídia Fabrício, co-autores da parte inicial, sobre Themis posicionada na via, 11h50min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	162
Figura 240: Para o alto, detalhe da estrutura interna, 12h19min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	163
Figura 241: O arquiteto Carlos M. Fayet coordena o processo, 12h19min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	163
Figura 242: A escultura sendo içada, ao fundo platéia no Edifício Faial e, à esquerda, sede do Tribunal de Alçada no Largo João Amorim de Albuquerque, 12h22min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	163
Figura 243: Themis se aproxima dos apoios onde repousará, 13h17min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	163
Figura 244: No eixo e no prumo, sendo encaixada nos apoios, 13h21min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	163
Figura 245: Themis encaixada. Inicia-se a retirada da travessa, 13h27min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	163
Figura 246: Últimas verificações e fechamento da abertura para a travessa nos ombros, 14h36min. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	163
Figura 247: E, finalmente, a Justiça vigia a Praça da Matriz, 11 de dezembro de 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	164
Figura 248: Placas de obra das empresas envolvidas, outubro de 2003. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor.....	165
Figura 249: Placa de obra da CMFaa Ltda, Themis em destaque. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	165
Figura 250: Equipes da recuperação do Palácio da Justiça, após a colocação da escultura. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	165
Figura 251: Palácio da Justiça de Porto Alegre: revestimento de granito, escultura da Justiça, painéis murais na fachada Leste e na Oeste, quebra-sóis, terraços, os elementos, finalmente, estão presentes. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor	166
Figura 252: Planta baixa do Subsolo, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	167
Figura 253: Planta baixa do Térreo, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	168
Figura 254: Planta baixa da Galeria, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	168
Figura 255: Planta baixa do 1º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	168
Figura 256: Planta baixa do 2º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	169
Figura 257: Planta baixa do 3º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	169

Figura 258: Planta baixa do 4º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	169
Figura 259: Planta baixa do 5º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	170
Figura 260: Planta baixa do 6º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	170
Figura 261: Planta baixa do 7º Pavimento, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	170
Figura 262: Planta baixa da Casa de Máquinas, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.....	171
Figura 263: Planta baixa da Cobertura, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	171
Figura 264: Prancha do 6º pavimento no padrão da CMFaa, detalhes e legenda, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.....	171
Figura 265: Corte longitudinal no eixo central do prédio, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.....	172
Figura 266: Corte Transversais, prancha CMFaa, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.....	172
Figura 267: Fachadas Sul e Norte, prancha CMFaa, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	173
Figura 268: Fachada Leste, prancha CMFaa, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.	173
Figura 269: Fachada Oeste, prancha CMFaa, 2005. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados Ltda.....	174
Figura 270: Enilda Ribeiro, Luis Fernando Corona e Carlos M. Fayet. Fonte: Acervo pessoal de Enilda Ribeiro	175
Figura 271: Luis Fernando Corona e Carlos M. Fayet, escritório. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	177
Figura 272: Luis Fernando Corona, Carlos M. Fayet, Vallandro e outro colega, escritório. Fonte: Acervo Carlos Maximiliano Fayet.....	178
Figura 273: Centro Evangélico de Porto Alegre, 1959, desenho do concurso. Fonte: Um sóbrio e moderno templo para a Comunidade Evangélica, Correio do Povo, 10 de maio de 1959	180
Figura 274: Centro Evangélico de Porto Alegre, década de 1970-1980. Fonte: Xavier, 1987, p. 156	180
Figura 275: Residência do Arquiteto, escultura, 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor..	180
Figura 276: Residência de praia do Arquiteto, 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor..	181
Figura 277: Mural da Residência de praia do Arquiteto, 2005. Foto: Cicero Alvarez. Fonte: Acervo pessoal do autor..	181

LISTA DE ABREVIATURAS

arq.: arquiteto

av.: avenida

cel.: coronel

cf.: conferir

cm.: centímetro

des. desembargador

dr.: doutor

eng.: engenheiro

ex.: exemplo

gen.: general

m.: metro

n.: número

prof.: professor

s.d.: sem data

s.p.: sem página

sr.: senhor

urb.: urbanista

LISTA DE SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

AGIA-UFRGS : Arquivo Geral do Instituto de Artes da UFRGS

ARPA: Álbum Recordações de Porto Alegre. Lembrança da Exposição Farroupilha.

CAPF: Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários

CREA: Conselho Regional de Arquitetura, Engenharia e Agronomia

CUB: Cidade Universitária do Brasil

DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público

DAER: Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens

ENBA Escola Nacional de Belas Artes

ETUB: Escritório Técnico da Universidade do Brasil

FAU: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FMPA: Faculdade de Medicina de Porto Alegre

FRPJ: Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário

FSB/MPA: Fototeca Sioma Breitman, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

FOMISA: Fomento Industrial S.A.

FPSP: Fundo de Pensões do Serviço Público

HCPA: Hospital de Clínicas de Porto Alegre

IAB: Instituto de Arquitetos do Brasil

IAB-RS: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul

IAPB: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

IAPFESP: Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e dos Servidores Públicos

IARGS Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul

IBA: Instituto de Belas Artes

IPE: Instituto de Previdência do Estado

JMM: Jorge Machado Moreira

MES: Ministério da Educação e Saúde

MJ- RS: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul.

MoMA: Museu de Arte Moderna de Nova York

NPD: Núcleo de Pesquisa e Documentação

OAB/RS: Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio Grande do Sul

PROARQ: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

PROPAR: Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura

PUFA : Por Uma Faculdade de Arquitetura.

SAPI: Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé

SERGS: Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul

SMOV: Secretaria Municipal de Obras e Viação, Porto Alegre

SNT: Serviço Nacional contra a Tuberculose

SOP: Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

SPM: Secretaria do Planejamento Municipal, Porto Alegre

TARGS: Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul

TJ-RS: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

URGS: Universidade do Rio Grande do Sul

VFRGS: Viação Férrea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 PROLEGÔMENOS	33
2 CONTEXTO	35
2.1 Sítio	35
2.2 Arquitetos em Porto Alegre	40
2.3 Realismo Socialista	56
3 CONCURSO	63
3.1 Editais.....	63
3.2 Concorrentes	67
3.3 Resultado	82
3.4. Júri	83
3.5. Palácios da Justiça contemporâneos.....	84
3.6. Exposição: polêmica na imprensa	86
4 CONSTRUÇÃO	91
4.1 Projeto Executivo.1953-1968	91
4.2 Contratos e Etapas	95
4.3 Término Inacabado	115
5 DEGRADAÇÃO	127
5.1 Tribunal de Alçada.....	127
5.2 Alterações	130
6 CONCLUSÃO?	137
6.1 Tudo começou com os bombeiros	137
6.2 Projeto	142
6.3 Arte.....	147
6.4 Obra.....	153
7 ARQUITETOS	175
7.1 Luís Fernando Corona	175
7.2 Carlos Maximiliano Fayet	178
7.3 Aproximações	179
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
ANEXOS	191

1 PROLEGÔMENOS

O Concurso do Palácio da Justiça de Porto Alegre reafirma o talento do jovem arquiteto, formado em 1950, Luis Fernando Corona, que já havia vencido o concurso para a sede da Sociedade Amigos da Praia do Imbé, em 1951, e destaca o talento do acadêmico Carlos Maximiliano Fayet. Os esforços para defender a profissão do arquiteto e a nova arquitetura brasileira que iniciaram no Estado com a criação do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, em 1945, do Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil e com a realização do 2º Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1948, culminaram com diversos prédios que mudaram e marcaram Porto Alegre, entre eles, o Hospital de Clínicas, o Jockey Club, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos e o Palácio da Justiça.

Este trabalho se propõe a corrigir equívocos e preencher lacunas existentes na história de um dos prédios paradigmáticos da arquitetura contemporânea dos anos 1950, em Porto Alegre.

Está dividido, cronologicamente, para permitir o entendimento do contexto de cada época, dos condicionantes de cada etapa da construção e da ocupação e, por fim, das conseqüências decorrentes do uso do prédio.

A primeira parte aborda os antecedentes do concurso e a realidade do ensino e da prática da arquitetura em Porto Alegre e no Estado. Traça paralelos com a realidade econômica e cultural do período e a luta pela hegemonia mundial entre os EUA e a URSS.

A segunda apresenta o material obtido sobre o Concurso de 1952, os projetos concorrentes remanescentes e sua análise, o resultado do julgamento e a exposição de arquitetura do Correio do Povo. Aborda, ainda, a polêmica gerada na imprensa pela escolha de um projeto da nova arquitetura brasileira.

A terceira narra o período de construção do edifício no entorno da Praça da Matriz. São apresentadas as datas e as etapas da obra, além dos contratos existentes nos arquivos da Secretaria de Obras Públicas do RS. Também são apresentadas as discussões sobre a troca dos materiais especificados para dar caráter ao edifício e as mudanças no projeto relatadas pela imprensa, principalmente, as opiniões de Edgar A. Graeff e Fernando Corona.

A quarta aborda as alterações e deturpações sofridas pelo edifício logo após sua inauguração, em 1968, até a obra de recuperação, iniciada em 2003.

A quinta mostra o projeto final da obra de recuperação, restauração e reforma do Palácio da Justiça de Porto Alegre, no qual são, finalmente, executados os quebra-sóis, o revestimento externo em granito, os murais externos e a escultura da deusa Themis.

A sexta aborda os dois co-autores e suas obras, faz uma análise de sua produção conjunta e individual e traça paralelos entre essa produção e o projeto do Palácio da Justiça.

2 CONTEXTO

2.1 Sítio

No final do século XIX e início do século XX, o acesso norte da Praça Marechal Deodoro é marcado por um pórtico de entrada criado pelos prédios gêmeos do Theatro São Pedro e do Superior Tribunal do Estado (antiga Casa da Câmara). Ambos os prédios são de autoria de Phillip von Normann, falecido sem ver a obra concluída, em 1862.



FIG. 1: Praça da Matriz, 1888 (FSB/MPA)

Na década de 1910, são construídos o prédio da Biblioteca Pública do Estado, na Rua Riachuelo, esquina General Câmara (antigas Rua do Cotovelo e Rua do Ouvidor), e o monumento a Júlio de Castilhos, na Praça Marechal Deodoro, de Décio Villares. Inaugurado em 25 de janeiro de 1913 (ALVES, 2004) o monumento reforça o eixo do pórtico de entrada.



FIG. 2: Praça da Matriz, 1920 (FSB/MPA)

Vários projetos para a área da Praça da Matriz (como o de Augustin Rey e o de Maurice Gras) não são executados. O pórtico permanece inalterado até que Borges de Medeiros determina, em 1926, a ampliação do prédio do Tribunal. A antiga Casa da Câmara não comporta mais as necessidades do Judiciário¹. O engenheiro Theóphilo Borges de Barros faz projeto que acrescenta novas salas e amplo salão, também adiciona um frontão ao edifício com a inscrição “O SVPERIOR TRIBVNAL”². A ampliação, concluída em 1927, estende o edifício no eixo norte-sul, rompe com a identidade volumétrica do Pórtico imaginado por von Normann e descaracteriza o edifício.



FIG. 3: Superior Tribunal, entre 1927 e 1935. (ARPA, 1935)

No final dos anos de 1930 e início da década de 1940, o espaço da praça é delimitado por meio do antigo auditório Araújo Viana, do Teatro São Pedro, do antigo Tribunal de Justiça, da Catedral Metropolitana, ainda em construção, do Palácio Piratini, da antiga Assembléia Legislativa e do entorno privado.

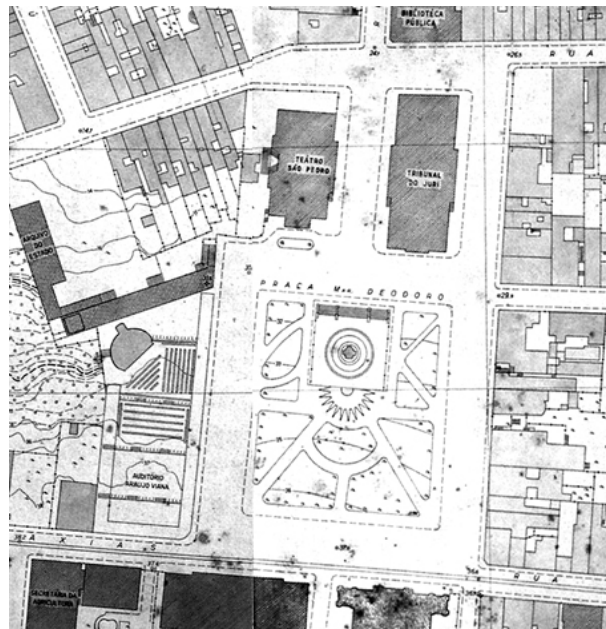


FIG. 4: Mapa Topográfico de Porto Alegre, 1939-1941 (SMOV).

¹ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006

² Álbum Recordações de Porto Alegre. Lembrança da Exposição Farroupilha. Porto Alegre: A. J. Renner & CIA, 1935

Nesse período, Arnaldo Gladosch e Jorge Machado Moreira realizam, separadamente, estudos para a implantação de centros cívicos estaduais na área da praça e de seu entorno. Em ambos os projetos, o antigo Tribunal de Justiça e o Teatro São Pedro são destruídos e dão lugar a novas propostas arquitetônicas baseadas em duas visões distintas do espírito da época.

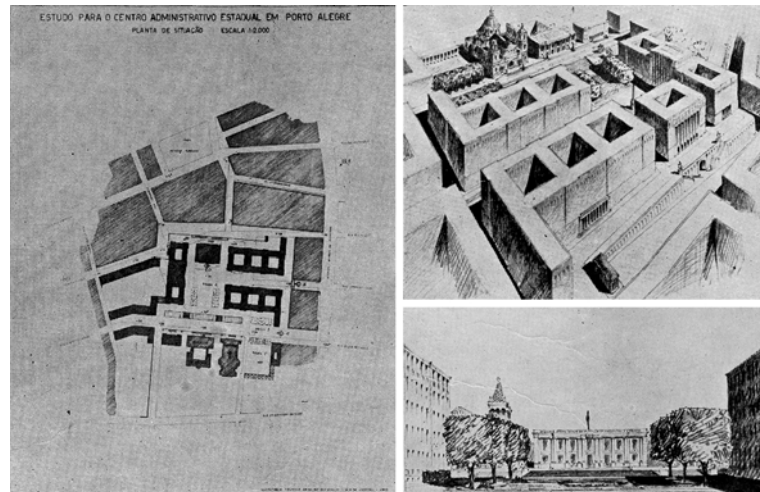


FIG. 5: Centro Cívico Estadual. Projeto do arq. Arnaldo Gladosch.

O projeto de Gladosch tem influências do arquiteto Italiano Marcello Piacentini e integra o conjunto de propostas realizadas na administração de José Loureiro da Silva e publicadas no volume “Um Plano de Urbanização”, em 1943.

Por sua vez, o projeto de Jorge Machado Moreira tem influências de Le Corbusier e se materializa em duas versões distintas. Ambas, do mesmo modo que o projeto de Gladosch, estabelecem um eixo principal, tendo como foco o Palácio Piratini.

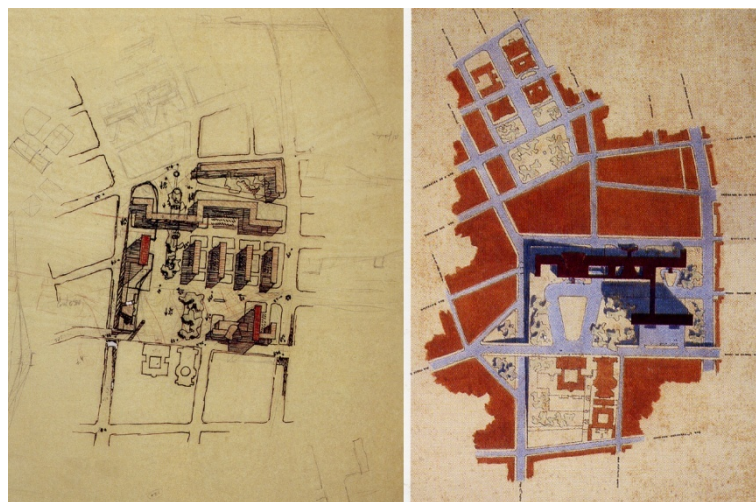


FIG. 6: Versões do Centro Cívico de Porto Alegre, arq. Jorge Machado Moreira.

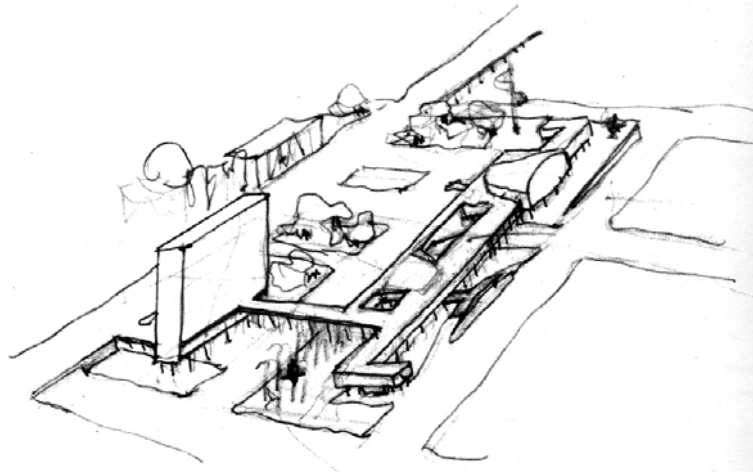


FIG. 7: Perspectiva do Centro Cívico de Porto Alegre, arq. Jorge Machado Moreira

No artigo “*a mão e sua impressão*”, Silvio Belmonte de Abreu Filho (2007) faz uma análise criteriosa do material existente sobre os dois projetos e afirma:

Na análise, afloram as contradições e similaridades entre os dois paradigmas urbanísticos em convivência na época, ambos comprometidos com o moderno, embora de formas distintas. As referências de Moreira remetem aos projetos para a Universidade do Brasil, de Le Corbusier e da equipe de Lucio Costa, da qual fazia parte, à Ville Radieuse corbusiana dos anos 30 e ao “Ilôt Insalubre nº 6”, renunciando tanto o projeto para o centro de Saint-Dié quanto o projeto de Reidy para a Esplanada de Santo Antonio, no Rio. As estratégias compositivas e os desenhos de Gladosch revelam sua formação no urbanismo alemão e a tradição da SFU, através de Agache, com referências específicas ao Stile Littorio de Marcello Piacentini e ao projeto de Piacentini e Morpurgo para a Praça da Reitoria da Universidade do Brasil. Assim, o confronto que já se estabelecia entre os dois paradigmas, nos projetos para a Cidade Universitária da Universidade do Brasil, se transfere a Porto Alegre, tendo o Centro Cívico como arena.

Embora Porto Alegre ainda esteja muito distante da época em que cogitará a preservação de suas edificações, nenhum dos dois projetos é realizado. O anseio de se tornar metrópole, deixando de lado a imagem de cidade atrasada e provinciana, pelo menos em seu Centro Cívico, só se concretizará anos mais tarde.

A década de 1940 transcorre sem trazer alterações significativas para a configuração da Praça Marechal Deodoro até que, aos 19 dias de novembro de 1949, o Tribunal de Justiça arde em chamas que destroem o edifício.



FIG. 8: Incêndio do Tribunal de Justiça, 19 de novembro de 1949

As manchetes dos jornais anunciam, no dia seguinte, a tragédia. “O Dia” afirma: **“DESTRUÍDO PELAS CHAMAS O EDIFÍCIO ONDE FUNCIONAVA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A SECRETARIA DO INTERIOR” (O Dia, 20/11/49)**. O **Diário de Notícias** informa que

A manhã trágica de ontem, talvez das maiores calamidades que tenham atingido o Estado, enche a todos de pesar, porque foi destruído pelo fogo implacável um dos mais antigos e históricos edifícios da cidade, cuja construção remonta aos tempos do Império. (Diário de Notícias, 20/11/49).

Mas a questão do edifício destruído causa menos impacto que os processos perdidos, como deixa claro o **Correio do Povo** ao afirmar:

Por todas as razões, e não obstante não haver acidentes pessoais a lamentar, o incêndio ficará nos anais policiais da cidade como um dos mais dramáticos e ruinosos, pois que, entre outras coisas, poderá retardar e até desviar a marcha da Justiça em questões de transcendental importância. De fato, o que de menos valor foi destruído foram os bens materiais propriamente ditos, como parte do prédio e o mobiliário. (Correio do Povo, 20/11/49).

Além da destruição de processos, documentos e cartórios, perde-se uma das mais bem montadas e completas bibliotecas jurídicas do Brasil.



FIG. 9: Incêndio do Tribunal de Justiça, 19 de novembro de 1949.

Apesar do incêndio, acredita-se que o prédio poderá ser novamente ocupado, como noticia o mesmo **Correio do Povo**, em 22 de novembro:

DENTRO DE OITO DIAS O TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTARÁ FUNCIONANDO NO PRÉDIO SINISTRADO.[...] Apurou ainda a nossa reportagem, que dentro de oito dias, o Tribunal de Justiça do Estado estará funcionando na parte do edifício que não foi destruída e que, com pequenas adaptações, ficará em condições. (Correio do Povo, 22/11/49).

Entretanto isto nunca ocorreu. Após o incêndio, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul é dividido e passa a ocupar diversos edifícios, entre eles o Salão Nobre da Prefeitura e Edifício Comendador Azevedo.

2.2 Arquitetos em Porto Alegre.

O primeiro curso de Arquitetura na cidade é vinculado à Escola de Engenharia, data do fim do século XIX, 1898, e funciona até 1911³, quando é integrado ao curso de engenharia civil. Desde então, a construção civil em Porto Alegre é dominada por empresas de engenheiros que contratam profissionais, geralmente estrangeiros, para desenvolver os projetos. A situação também gera deformações como a figura do fachadista, profissional que faz o projeto apenas da fachada para “embelezar o prédio”.

³ WEIMER, Günter. Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Tese (doutorado) - São Paulo, FAU-USP, 1989, p. E.21, F.3 e F.6. Conforme ROVATTI (2002, p.21), em 7 de março de 1908, a Escola de Engenharia aprova seus estatutos, extinguindo o Curso de Arquitetura.

Durante o primeiro governo de Getúlio Dornelles Vargas na Presidência da República, é publicado, no Diário Oficial da União, o Decreto Federal Nº 23.569, de 11 dezembro de 1933, que “*regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor*”. O Decreto regulamenta a profissão e cria o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura para fiscalizá-la. A regulamentação limita as atividades de grande parte dos profissionais existentes na cidade. Como afirma Luccas:

A partir de 1933, os profissionais estrangeiros e projetistas com formação prática eram impedidos de exercer livremente a profissão, devido à Lei Federal que criava os Conselhos Regionais e estabelecia a responsabilidade técnica. Passavam a trabalhar sob a tutela de empresas de engenharia, sendo eliminada a possibilidade do exercício independente da profissão; espaço que na época começava a ser conquistado pelos arquitetos modernos no Rio de Janeiro e em São Paulo⁴

Em 1935, o artigo 5º da Lei nº 125, de dezembro de 1935, que “Estabelece regras sobre a construção de edifícios públicos”, sancionada por Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, determina que concursos públicos sejam o procedimento padrão na escolha de grandes projetos públicos. O artigo reza: “*Nenhum edifício público de grande proporções, será construído sem prévio concurso para escolha do projeto respectivo. No concurso tomarão parte sómente profissionaes habilitados legalmente.*” Como consequência direta da Lei, nos anos da década de 1940, concursos para projeto e execução de edifícios públicos ocupam as páginas do Diário Oficial.

Na capital do Rio Grande do Sul, as décadas de 1930 e 40 caracterizam-se pela transformação da cidade. Essas alterações traduzem a modernização e se dão com a abertura de avenidas e a verticalização de prédios. Novas avenidas, como a Farrapos, Protásio Alves, Jerônimo de Ornellas, Borges de Medeiros e Salgado Filho (10 de Novembro), reestruturam a malha viária da cidade. Nesses locais são projetados os novos edifícios em altura da capital.

Foi, portanto, na segunda parte da década de 30 e nos primeiros anos da de 40 que se executaram as maiores obras viárias de Porto Alegre. Para isso concorrem duas condições favoráveis: primeiro, a ditadura instalada em 1937 colocou na chefia do poder executivo o senhor José Loureiro da Silva que, aproveitando a oportunidade de uma época discricionária realiza rapidamente as desapropriações necessárias que em outra ocasião teriam sido impossíveis; segundo, a declaração de guerra favoreceu certos empréstimos que seriam bem menores e muito mais difíceis em outras circunstâncias.⁵

⁴ LUCAS, Luis Henrique Haas. Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre sob o mito do "gênio artístico nacional". Tese de Doutorado PROPAR UFRGS, 2004, pág. 106.

⁵ MACEDO, Francisco Riopardense de. Porto Alegre: origem e crescimento (2º edição). Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999: pág. 30.

Essa conjuntura torna Porto Alegre palco de concursos públicos de arquitetura para grandes projetos públicos. Entre eles, destaca-se o concurso para a sede do Instituto de Previdência do Estado (IPE), em 1936⁶, vencido por Fernando Corona e Egon Weindorfer, na esquina da Av. Borges de Medeiros com Andrade Neves, e o concurso público para o edifício da Administração Central da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), em 1944, localizado na esquina da Av. Farrapos com Barros Cassal, no qual Affonso Eduardo Reidy e Jorge Machado Moreira receberam o primeiro lugar.

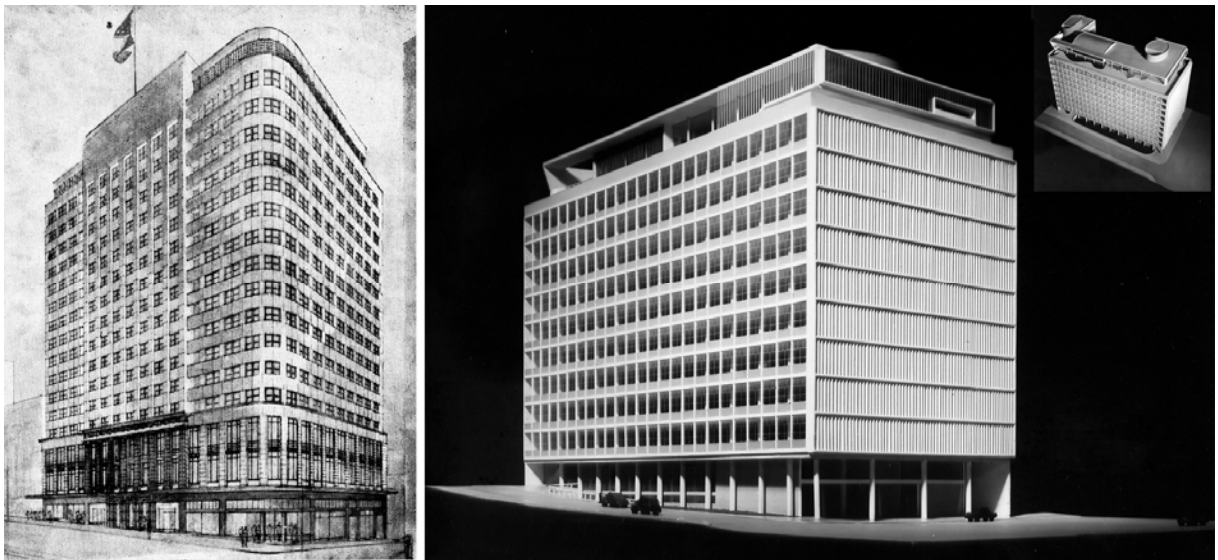


FIG. 10: à esquerda: perspectiva do Edifício do IPE, de Corona e Weindorfer (SCHIDROWITZ, 1940, pág. 661). À direita maquete da primeira versão da VFRGS, de Moreira e Reidy. (acervo IA)

Além dos concursos, ressaltam-se outros projetos como o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em 1942, no terreno do Caminho do Meio na terminação da Av. Jerônimo de Ornellas, (originalmente concursos em 1933 e 1939, mas devido a contratempos, o projeto acabou sob responsabilidade da equipe de arquitetos do Serviço de Obras do Ministério da Educação e Saúde e, depois, apenas de Jorge Machado Moreira ⁷) e uma nova proposta para sede do IPE, de autoria de Oscar Niemeyer, em 1945⁸, na mesma esquina da Av. Borges de Medeiros com Rua Andrade Neves. Niemeyer esteve em Porto Alegre em janeiro de 1945, acompanhado de Fernando Saturnino de Brito (que fizera o concurso da ABI com Oscar em 1935⁹) e de Gauss Marinho Estelita.

⁶ CANEZ, Anna Paula. Fernando Corona e os caminhos da arquitetura moderna em Porto Alegre. Porto Alegre: EU/Porto Alegre/Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis, 1998, pág. 44.

⁷ SILVA, Marcos Miethicki da. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre: a presença de Jorge Moreira na arquitetura da capital gaúcha. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2006 págs. 22 e 44.

⁸ “O Instituto de Previdência do Estado construirá o mais alto edifício de Porto Alegre, entregue ao famoso arquiteto Oscar Niemeyer”, Diário de Notícias, 24 janeiro de 1945, p. 3

⁹ CALOVI PEREIRA, Cláudio. Primórdios da Arquitetura Moderna em Porto Alegre: a presença dos arquitetos do Rio de Janeiro. Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis. Porto Alegre, v. 2, p. 47–71, out. 2000.



FIG. 11: à esquerda: maquete da 1ª versão do HCPA, de Jorge Machado Moreira. À direita, maquete do IPE, de Oscar Niemeyer, Revista do Globo nº 478, 1949

Estes projetos realizados por arquitetos vinculados à Escola Carioca, demonstram, por um lado, a carência de profissionais locais legalmente habilitados (ou a falta de valorização dos remanescentes que atuavam em Porto Alegre) e, por outro lado, a ampla atuação dos membros da equipe do Ministério da Educação e Saúde, que abrange todo o território nacional. Entretanto, como destaca Fernando Corona, em Porto Alegre os projetos dos arquitetos da capital do país enfrentam, além da visão limitada do eng. Paulo de Aragão Bozzano, algum tipo de resistência que inviabiliza suas execuções, com exceção do Hospital de Clínicas, da mesma forma que inviabilizara os estudos para o Hospital de Clínicas na década de 1930 e o Plano de Arnaldo Gladosh. Corona afirma em seus diários:

Resolvemos concorrer a um concurso de ante-projetos para o Instituto de Previdência do Estado. Tive como colaborador o Engenheiro-Arquiteto Egon Weindorfer. Apresentados os trabalhos, não demorou a classificação dos mesmos. Mais uma vez conquistamos o primeiro lugar. Mais tarde, a pedido da diretoria do IPE, ampliamos o ante-projeto para vinte andares, que o fiz só sem colaborador. O edifício seria construído na esquina da Av. Borges de Medeiros com Andrade Neves. O projeto de construção se arrastou muito tempo e nada de iniciar a obra. Chegaram a pedir um estudo para o mesmo ao famoso arquiteto Oscar Niemeyer.

Será curioso constatar o atraso intelectual na Seção de Obras da Prefeitura. Oscar Niemeyer fez um ante-projeto a sua maneira genial, pois uma vez estudado pela Prefeitura, não foi aprovado porque o Engenheiro Bozzano não achava o estilo próprio para a Av. Borges de Medeiros, alegando que iria desentourar das construções ao lado. Mais uma vez se constatou que a falta de um preparo apurado, os nossos engenheiros responsáveis pelas Obras Públicas, pouco entendem de arquitetura. Ora, se o projeto do Oscar fosse aprovado, mesmo que o nosso fosse o primeiro escolhido em concurso, eu me sentiria feliz por vez em nossa cidade um exemplar da arquitetura de Oscar Niemeyer.

Há coisas que não tem explicação. Gastam dinheiro em concursos, aprovam projetos, duvidam de seu valor, encomendam outros fora do concurso e tudo para nada. Até hoje em 1971, ao escrever estas minhas memórias, o terreno da Av.

Borges de Medeiros se encontra vazio. Nenhum diretor do IPE se atreveu a construir seu Edifício Sede num terreno tão bom como esse¹⁰.

O número de arquitetos, em Porto Alegre, no início da década de 1940 é bastante reduzido. Além dos estrangeiros, atuam alguns arquitetos brasileiros como Ernani Dias Correa, formado na ENBA, em 1924¹¹ e Demétrio Ribeiro, formado na *Facultad de Arquitectura de Montevideo, em 1943*. A construção civil, na cidade, é praticamente dominada por engenheiros civis. Demétrio Ribeiro afirma:

Logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, Porto Alegre era uma cidade provinciana onde um recém-chegado era repreendido pelos parentes por sair à rua sem gravata. A tarde, na Rua da Praia, as moças iam e vinham nos passeios, submetendo-se à avaliação dos rapazes que as observavam desde a calçada.

Iniciava-se um surto de desenvolvimento urbano, ou melhor, imobiliário. Havia poucos arquitetos, e menos ainda diplomados e cadastrados no CREA. Creio ter sido o quarto arquiteto diplomado brasileiro e assim mesmo formado no estrangeiro. A Engenharia Civil era uma das três corporações profissionais representadas por Doutores. Dedicada em sua maioria à construção civil, essa corporação não sentia qualquer necessidade de que se ensinasse Arquitetura no Rio Grande do Sul. Quando necessário, os Engenheiros Civis recorriam a Arquitetos locais ou desenhistas, pagando 2% do orçamento pelo seu trabalho, mantido em geral no anonimato. Considerando a questão dos cursos novos a serem criados, a Congregação da Escola de Engenharia, em 1945, descartou a idéia da Arquitetura, preferindo Minas e Metalurgia¹².

A decisão da Congregação da Escola de Engenharia seria drasticamente modificada, graças à iniciativa de Tasso Bolívar Dias Correa, diretor do Instituto de Belas Artes.

O Instituto de Belas Artes criara, em 1939¹³, um curso de nível técnico em arquitetura. Em 1945, Demétrio Ribeiro é convidado para lecionar nas turmas noturnas de Arquitetura Analítica e Composição dos cursos de artes plásticas e de técnicos em arquitetura. O curso técnico deixa de existir na reunião Conselho Técnico-Administrativo do IBA realizada em 30 de janeiro de 1946. A relevância do curso técnico é colocada em xeque na afirmação de Fiore:

Na realidade, este curso não parece ter qualquer importância maior sob o ponto de vista da evolução do pensamento arquitetônico. Demétrio Ribeiro afirma que se trata de um curso prático, sem preocupações teóricas, não chegando a ter influência na evolução da arquitetura. Ribeiro entende que não se trata de um ponto de maior importância. Seria, no máximo, um sintoma do crescimento do mercado de trabalho na construção civil.¹⁴

¹⁰ CORONA, Fernando, Caminhada de Fernando Corona: Tomo I de janeiro de 1911 a dezembro de 1946. 604p. Manuscritos em forma de diários. pág. 375. Gentileza prof.: Círio Simon.

¹¹ SIMON, Círio. ORIGENS do INSTITUTO de ARTES da UFRGS (orientadora: Profª Drª Maria Lúcia Bastos Kern). Porto Alegre : PUC-RS - FFCH- tese, 2002 - 661 fls. Pág. 315.

¹² RIBEIRO, Demétrio. Um Depoimento Sobre a Criação, Por Tasso Corrêa, do Ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul in CAFRUNI, Salma(org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

¹³ FIORE, Renato Holmer. Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: Os Cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951. 1992. Dissertação de Mestrado em História, PUC/RS. Orientador: Dra. Maria Lúcia Bastos Kern, pág. 179.

¹⁴ Idem, pág. 182.

O curso técnico, entretanto, pode ser considerado o passo inicial da ação que fez a Escola de Engenharia rever, às pressas, sua decisão de descartar um curso de arquitetura.

Em setembro de 1944, o Instituto de Belas Artes cria o curso superior de arquitetura.

A lista de profissionais sugeridos para lecionar no curso é composta por José Lutzenberger e Ernani Corrêa, que já são professores do IBA, pelos arquitetos Demétrio Ribeiro e Jorge Machado Moreira, pelos engenheiros Danilo Smith, Frederico Werner Hugo Grundig, Fernando de Azevedo Moura, Luiz Arthur Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva, estes dois últimos também urbanistas, e pelo advogado Max Waldemar Lubke¹⁵. Posteriormente, convidados Ney Crisóstomo da Costa, Ernesto de Mello Mattos Lassance, para Matemática Superior, no lugar de Danilo Smith. Ângelo Guido Gnocchi leciona História da Arte - Estética. O curso tem, ainda, Fernando Corona lecionando Modelagem e Desenho. Em 1946, o currículo é alterado para o padrão da Faculdade Nacional de Arquitetura. Neste mesmo ano, o curso de técnicos em arquitetura é modificado, sendo transformado em curso técnico de desenho e decoração, com duração de três anos. Em 1947, no terceiro ano do curso, são convidados os engenheiros Ary Nunes Tietböhl e Adalberto Carvalho. Saem os professores Smith e Lassance. O ano marca também, a criação do curso de urbanismo em nível de pós-graduação com duração de dois anos. São convidados para lecionar Luiz Arthur Ubatuba de Faria e Edvaldo Pereira Paiva. Em 1948, é convidado Edgar Albuquerque Graeff, formado na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, em 22 de dezembro de 1947, no Rio de Janeiro.

A iniciativa de Tasso Bolívar Dias Correa faz a Escola de Engenharia criar seu curso de arquitetura, em 4 de janeiro de 1945. Neste momento, o Rio Grande do Sul conta com dois cursos de arquitetura, o Curso do Instituto de Belas Artes e o Curso da Escola de Engenharia. A formação dos grupos de estudantes do IBA e da Escola de Engenharia não segue as mesmas linhas diretivas. Os estudantes da engenharia recebem uma formação mais tecnicista, ao estilo americano, baseada na estrutura da Politécnica de São Paulo, tendo como destaque o professor austríaco, mas naturalizado americano, Eugene Gustave Steinhof. Os alunos do IBA, como já mencionado, seguem o currículo da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), agora chamada de Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA). Entre seus professores, como já mencionado, aparece o nome do arquiteto Jorge Machado Moreira¹⁶, responsável pelo projeto do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e participante da equipe brasileira que realizou o edifício do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de

¹⁵ Ibidem pág. 186

¹⁶ Jorge Machado Moreira é responsável pela cadeira de Grandes Composições, deveria lecionar em 1949, mas no início daquele ano adoeceu e, em julho de 1949, o ministro da Educação solicitou ao IBA a dispensa de Jorge Moreira para trabalhar no Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil. Fonte: documentos do Arquivo do Instituto de Artes da UFRGS.

Janeiro. Embora faça parte do corpo docente, Jorge Moreira nunca lecionou no Instituto, limitando-se a algumas palestras e a presença no II Congresso Brasileiro de Arquitetos.

O grande paradoxo do Curso de Engenheiros-Arquitetos foi o contrato de Eugênio Steinhof como professor de projetos. Como o Curso de Arquitetura do IBA recebera o apoio ostensivo da corrente moderna brasileira, através de Niemeyer e da inclusão de Jorge Machado Moreira no corpo docente, os organizadores do Curso rival procuraram incluir também um nome de prestígio internacional no seu corpo docente.

Tendo consultado o Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), Arquiteto Morales de los Rios, a Escola de Engenharia convidou e contratou Eugênio Steinhof famoso representante do movimento moderno na Europa dos anos 20, que então lecionava nos EUA, para onde se mudara antes da Segunda Guerra Mundial.

Natural da Austria, Steinhof participou do movimento de renovação artística e cultural naquele país. Na década de 20 transferiu-se para Paris, naturalizando-se francês e integrando-se à corrente parisiense de modernização das artes. Foi amigo e cenarista do compositor Maurice Ravel. Seu casamento com a filha do político francês Edouard Herriot, prefeito de Lyon e presidente da Câmara dos Deputados durante décadas, foi um grande acontecimento social da década. O crescimento do anti-semitismo na Europa nos anos 30 o induziu a transferir-se para os EUA, naturalizando-se norte-americano. Era uma pessoa extremamente simpática, sensível, tolerante, com muito senso de humor. No trato pessoal com ele era difícil perceber os limites da ironia. Steinhof dizia mandar mensalmente ao Departamento de Estado um relatório de todos os seus contatos no Brasil e, como seria de esperar de um cidadão naturalizado, não aceitava restrição alguma à conduta do governo americano. Ao integrar-se à Universidade do Rio Grande do Sul é essa sua trajetória que vai servir de mote à rivalidade entre os dois cursos, na época da polarização da Guerra Fria: num dos cursos, comunistas notórios; no outro, um professor norte-americano¹⁷.

O ano de 1948, além do quarto ano dos cursos de arquitetura do IBA e da Escola de Engenharia, marca a história da arquitetura no Rio Grande do Sul por dois fatos marcantes: a criação do Departamento Estadual do Instituto de Arquitetos do Brasil e a realização do II Congresso Brasileiro de Arquitetos.

Como afirma Luccas, convém destacar que:

No final dos anos 40, se instalavam em Porto Alegre o gaúcho Edgar Graeff (1921-1990) e o alagoano Carlos Alberto de Holanda Mendonça (1920-1956). Ambos iniciavam suas carreiras como precursores da arquitetura moderna local, a partir da formação no Rio de Janeiro. Graduados na FNA (Faculdade Nacional de Arquitetura), traziam a prática de uma produção que desfrutava de reconhecimento internacional, depois de ter sido brindada pelo MoMA com a exposição *Brazil Builds* (1943) e a publicação do antológico livro-catálogo de mesmo nome. No pós-guerra, a arquitetura moderna brasileira passava a receber destaque nas principais revistas de arquitetura da Europa e Estados Unidos, como *L'Architecture D'Aujourd'hui* e *Architectural Forum*, respectivamente. Até estudos esquemáticos de arquitetos brasileiros recebiam espaço na importante revista francesa.

Holanda Mendonça parece ter chegado a Porto Alegre em 1947, data registrada em seu primeiro projeto conhecido na cidade, a Casa do Pequenino, construído de forma parcial e precária. Realizou grande número de trabalhos em menos de uma década de atividade, alguns de grande porte, falecendo

¹⁷ RIBEIRO, Demétrio. Um Depoimento Sobre a Criação, Por Tasso Corrêa, do Ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul in CAFRUNI, Salma(org.). *Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

precocemente aos trinta e seis anos de idade. Contou com a colaboração de Jaime Luna dos Santos (1923), que deu continuidade ao ateliê.¹⁸

No dia 19 de fevereiro de 1948, às 21h, acontece a 1º Reunião de Arquitetos na Biblioteca do Instituto de Belas Artes. Participaram dessa primeira reunião: Ernani Dias Corrêa, Max Hermann Schlüpmann, Edvaldo Pereira Paiva, Eugênio Steinhof, Carlos Alberto de Holanda Mendonça, Romeu Amaral, Carlos Bube dos Santos, Gerhard Krause, José Lutzemberger, Egon Weindorfer, Ubatuba de Farias, Demétrio Ribeiro e Antonio Rúbio e, ainda, Tasso Bolívar Dias Corrêa e Elaino Lopes. A reunião convocada pelo diretor do IBA, com a presença de Eduardo Corona, filho de Fernando Corona e secretário Geral do Instituto de Arquitetos do Brasil, objetiva comunicar que o Conselho Diretor do IAB escolheu Porto Alegre para sediar o II Congresso Brasileiro de Arquitetos, em maio de 1948. Com a decisão do plenário favorável, é encaminhada manifestação à diretoria do IAB colocando o IBA à disposição. Nova reunião é marcada para 24 de fevereiro, com a presença do Prefeito Municipal, Gabriel Pedro Moacyr, e após, para 4 de março; nesta, decide-se pela convocação da classe para criação do Departamento Estadual do IAB¹⁹.

Em 19 de março de 1948, acontece a Fundação do IAB-RS. Participam dessa reunião: os arquitetos Ernani Dias Corrêa, Eugênio Steinhof, Carlos Bube dos Santos, Romeu Amaral, Carlos Alberto de Holanda Mendonça, Max Hermann Schlüpmann, Edgar Albuquerque Graeff, Egon Weindorfer e Edvaldo Ruy Pereira Paiva. A fundação do Departamento é um dos três fatores para a mudança de visão na construção civil em Porto Alegre, como destaca Demétrio Ribeiro²⁰:

Três fatos podem ser lembrados no processo de promoção da arquitetura no Rio Grande do Sul, que, como dissemos de início, tomava a forma de promoção da arquitetura moderna: projetos vindos de fora, fundação do ensino da arquitetura no Estado e fundação do Departamento local do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Inicialmente previsto para maio de 1948, o II Congresso Brasileiro de Arquitetos acontece entre 20 e 27 de novembro, com a presença de Jorge Machado Moreira, Eduardo Kneese de Mello, Icaro de Castro Mello, Carmen Portinho, Leo Morais, Ildefonso Aroztegui, entre outros.

Em entrevista para o Correio do Povo, em 26 de outubro de 1948, o Secretário Geral do IAB, arq. Eduardo Corona, esclarece algumas das razões para a escolha de Porto Alegre:

¹⁸ LUCAS, Luís Henrique Haas. A escola carioca e a arquitetura moderna em Porto Alegre. *Arquitextos* (São Paulo. Online), v. 073, p. 370e, 2006. Acesso em 20 de março de 2007

¹⁹ IAB-RS, livro de atas de 1948.

²⁰ RIBEIRO, Demétrio. A arquitetura no período 45-60. In: XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. *Arquitetura Moderna em Porto Alegre*. São Paulo: Pini, 1987

A escolha de Porto Alegre para sede desse conclave nos foi imposta por ser esta capital a mais necessitada entre todas de um impulso e um esclarecimento no que se refere ao aspecto arquitetônico. Porto Alegre, nesse particular está atrasadíssima. É uma cidade em câmara lenta. Tudo chega em ultimo lugar. Precisamos mostrar ao povo porto-alegrense o que é a nova arquitetura e o que já se fez no Brasil, qual é a nova realidade técnica. É urgente evitar-se que a nossa cidade seja vitima, como tem sido, dos mais recentes monstros construídos em nosso país.

Belo Horizonte, por exemplo, de uns anos para cá, tomou aspectos plásticos tão diferentes que está muito à frente de Porto Alegre. Se falarmos de planos urbanísticos, planos diretores, sobre esses, então, nada se pode dizer, a não ser que Porto Alegre continua sendo vitima.

Por isso, a capital gaúcha é um caso que merece a maior atenção dos arquitetos brasileiros que, estou certo, não de lhe dar toda a sua atenção e apontar o caminho mais certo a seu progresso. (apud Correio do Povo, 26/10/1948).

Devido ao Congresso e à presença de Edgar A. Graeff (que juntamente com Marcos Jaimovish, dirigia a revista *Ante-Projeto* na Faculdade Nacional de Arquitetura), um grupo de estudantes do IBA cria a versão rio-grandense da *Ante-Projeto*, com apoio de Graeff. Publicada em agosto de 1948, a revista é dedicada ao 2º Congresso Brasileiro de Arquitetos. A direção da revista, neste número, é composta por Edgar Albuquerque Graeff, Francisco Macedo, Jorge Sirito, Luis Fernando Corona, Marcos Jaimovish "F.N.A" e Nelson Souza.

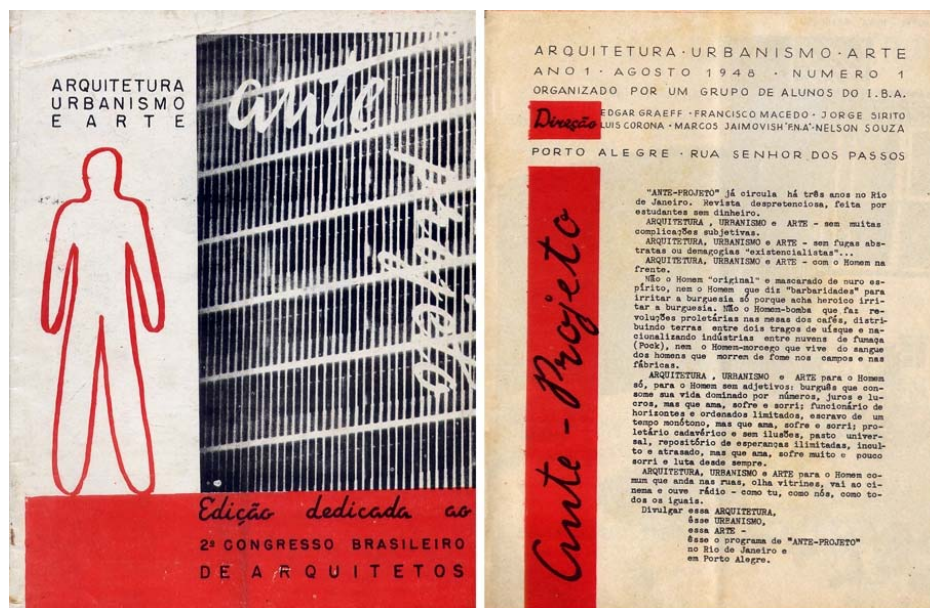


FIG. 12: à esquerda: Ante-Projeto N.º.01, capa. À direita: Editorial, pág.03.

A partir do número seguinte, a revista é rebatizada “ESPAÇO” e sua comissão editorial tem como integrantes Carlos Maximiliano Fayet, Enilda Ribeiro, Nelson Souza, Jorge Sirito, Luis Fernando Corona e Glênio Bianchetti. A comissão da terceira e da quarta edição é composta por Carlos Maximiliano Fayet, Enilda Ribeiro, Nelson Souza, Jorge Sirito, Luis Fernando Corona.

Desejamos, entretanto, que a primeira palavra de “Espaço” seja dedicada a “Ante Projeto” essa revista que, em 1945, surgiu no Rio para reavivar, entre nós, a luta por uma nova arquitetura. “Ante-Projeto” foi, realmente, o desde então, o elo de união dos estudantes e arquitetos de todo o Brasil. Ela deu o primeiro passo no sentido da divulgação da nossa arquitetura entre os próprios brasileiros, não só com suas edições normais como, também, organizando e fazendo editar os álbuns “Arquitetura no Brasil.”²¹

Ainda em 1948, o IBA contrata os arquitetos uruguaios Mauricio Cravotto e Ildefonso Aroztegui para ministrar cursos intensivos de arquitetura e urbanismo, paralelamente realiza-se uma exposição de trabalhos escolares da Faculdade de Arquitetura da Universidade de *Montevideo*.

No início de 1949, o problema da fusão dos cursos do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia ganha importância, após a aprovação da Lei Nº. 413, pela Assembléia Legislativa do Estado. A Reitoria da Universidade, comandada pelo professor eng. Alexandre Martins da Rosa, ignorando a determinação de criação de um curso de arquitetura autônomo, indica como solução a criação de um Instituto de Arquitetura subordinado à Escola de Engenharia. A decisão, diante da pronta reação de alunos, professores e direção do IBA, não se concretiza, mas mobiliza ambos os cursos em torno do tema.

Em Abril de 1949, Oscar Niemeyer vem novamente a Porto Alegre para ser paraninfo da primeira turma de Urbanistas do Instituto de Belas Artes. Como em 1945, sua viagem é feita de Táxi do Rio de Janeiro até Porto Alegre. No táxi, junto com Niemeyer e sua esposa, vem Eduardo Corona, filho primogênito de Fernando Corona e Secretário Geral do IAB. Na turma de Urbanistas, formam-se os engenheiros Nelly P. Martins, Sergio Corrêa e Francisco Riopardense de Macedo

No dia posterior à cerimônia no IBA, realizada em 13 de abril de 1949, Niemeyer concede entrevista ao *Correio do Povo*²²:

CP: O que observou na Arquitetura de Porto Alegre, do ponto de vista moderno?

ON: A não ser dois prédios projetados pelo arquiteto Fernando Corona (só estive no centro da cidade) confesso que nada vi de Arquitetura contemporânea em Porto Alegre. Isso é lamentável, uma vez que nos principais Estados brasileiros a nova Arquitetura está vitoriosa. (Rio, Minas, São Paulo e agora Bahia).

CP: Será executado o projeto de sua autoria, feito para o Instituto de Previdência do Estado?

ON: Parece-me que o projeto que fiz tempos atrás para o Instituto de Previdência do Estado, Não será realizado, não tendo o mesmo satisfeito o diretor de obras da Prefeitura de Porto Alegre. Acho tudo isso muito natural, pois trata-se de um projeto completamente diferente dos tipos acadêmicos e passadistas da preferência daquela repartição. É um projeto atual, baseado nas novas possibilidades técnicas e construtivas.

²¹ CORONA, Luís Fernando, FAYET, Carlos M.(org.). Editorial. Espaço, Porto Alegre, n.2, s/p., novembro 1948.

²² «O povo gosta da nova Arquitetura». Porto Alegre: Correio do Povo ano 54, nº 165, p. 16, 15.04.1949, sexta-feira.

CP: Que impressão teve do Instituto de Belas Artes?

ON: O Instituto de Belas Artes surpreendeu-me pela forma idealista e compreensiva com que foi organizado. Trata-se de uma organização exemplar, que muito contribuirá para o desenvolvimento das belas artes no Rio Grande do Sul .



FIG. 13: Oscar Niemeyer, entre Eduardo Corona e Ernani Correa, residência de Fernando Corona, R. Dr. Timóteo, 565, Porto Alegre. Acervo Eneida Ripoll Ströher.

No mesmo dia 14, em visita à casa de Fernando Corona, cercado por estudantes de arquitetura e outros cursos, conversa com o jornalista Nelson de Assis, da Revista do Globo. Entre suas afirmações, destaca-se²³:

NA: E qual é o ambiente mais próprio a uma escola de arquitetura? Qual o seu pensamento sobre a fusão dos cursos de arquitetura existentes em Porto Alegre? As perguntas continuavam a ser dirigidas de todos os pontos da sala repleta. Mas por sua vez, a todos contentava.

ON: Penso que a um estudante de arquitetura – disse ele – interessa mais o convívio com os artistas plásticos que com o setor de engenharia. Considero, portanto inconveniente que na fusão proposta para o Rio Grande do Sul dos cursos do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia predomine a influência dos engenheiros na formação dos novos arquitetos - assunto aliás muito bem situado por Le Corbusier no geral. No Instituto de Belas Artes os alunos de arquitetura já recebem o ensino de engenharia de que necessitam – de forma específica e lógica. Num curso de arquitetura a orientação deve ser de um professor arquiteto, conhecedor de todos os problemas arquitetônicos e capaz de organizar os estudos dentro das novas teorias da arquitetura contemporânea.

Niemeyer alia-se, desta forma, ao Instituto de Belas Artes e às resoluções do I Congresso Brasileiro de Arquitetos na luta por uma Faculdade não subordinada à Escola de Engenharia. Contudo, mesmo com o peso da opinião de Niemeyer, a luta por uma Faculdade de Arquitetura ainda terá diversos capítulos.

²³ Oscar Niemeyer em «Porto Alegre» Revista do Globo . Porto Alegre. Ano 20, fascículo nº 482, 14.05.1949, pp.43-45 e p.72

A revista “Espaço” é responsável pelo registro da vinda de Oscar Niemeyer como paraninfo dos primeiros urbanistas, das decisões do II Congresso e pelo início da luta dos estudantes por uma Faculdade de Arquitetura autônoma, em sua terceira edição.

No quarto e último número editado por um grupo de estudantes do IBA, a publicação registra os cinco anos do curso do IBA e os primeiros arquitetos formados no Rio Grande do Sul, em 1949, são eles: Bruno Felix Rossi, Emil Achutti Bered, Francisco dos Santos Coutinho, Jasson Cavalcante de Albuquerque, José Lorenzoni Parreira, Kurt Günther Hugo Schmeling, Leo Alfredo Preto de Oliveira, Mauro Guedes de Oliveira, Nelson Camargo Costa, Remo José Irace, Roberto Félix Veronese e Salomão Sibemberg Kruchin. O paraninfo é Fernando de Azevedo Moura, Tasso Bolívar Dias Correa como homenageado de honra, Edvaldo Pereira Paiva, Demétrio Ribeiro e Adalberto R. de Carvalho são os professores homenageados e há a homenagem póstuma para o estudante Glênio Froes Soares.

O Departamento do Rio Grande do Sul do Instituto de Arquitetos do Brasil envia ofício para a Reitoria da Universidade defendendo posição adotada no I Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em São Paulo, de 26 a 30 de janeiro de 1945, de Faculdades de Arquitetura independentes²⁴. Ofício assinado por dez alunos do Curso da Escola de Engenharia opondo-se à iniciativa do IAB-RS, inicia uma reação em cadeia que ocupa as páginas dos jornais locais e instala-se a beligerância aberta entre os cursos. Edgar A. Graeff publica na revista Espaço o texto “criação de uma faculdade de Arquitetura” rebatendo os argumentos dos estudantes da Engenharia.

Em 1950, na volta às aulas, os alunos do IBA criam a comissão da Campanha POR UMA FACULDADE DE ARQUITETURA (P.U.F.A.). A PUFA é composta por: Paulo Vallandro, Luiz Radomski, Vera Fabrício, Ari Mazzini Canarim, Jérson Hoyer, Carlos M. Fayet, Enilda Ribeiro, Aldrovando Guerra, Zeno Maraninchi da Silva e Afrânio Sanches Loureiro. Seus membros desenvolvem intensa atividade, incluindo a participação em publicações dentro e fora do Instituto de Belas Artes. E são fundamentais na criação de uma Faculdade de Arquitetura independente e não subordinada à Escola de Engenharia como era a intenção original da Reitoria, contrariando parecer técnico da comissão criada para fusão dos cursos e que recomendava que a Faculdade de Arquitetura fosse independente do IBA e da Escola de Engenharia²⁵.

A luta de Tasso Bolívar Dias Correa, Ernani Dias Correa, Fernando Corona, dos demais professores e estudantes do IBA (Instituto de Belas Artes), que formam a PUFA (por uma faculdade de arquitetura), estende-se pelas páginas dos jornais de 1950, pelas ruas de

²⁴ Fusão dos cursos de arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, Caldas Jr.: 6 de novembro de 1949, pág. 6.

²⁵ Lançam-se os alunos do Instituto de Belas Artes na Campanha “Por Uma Faculdade de Arquitetura. Correio do Povo, Porto Alegre, Caldas Jr.: 26 de março de 1950.

Porto Alegre e resulta na criação, em 1952, da independente Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul²⁶ (URGS), fazendo a fusão dos cursos do próprio IBA e da Escola de Engenharia²⁷ no prédio conhecido como “Château”.

Os dois cursos formam turmas de 1949 a 1951. Entre os arquitetos graduados pelo IBA estão o eng. civil Alfredo Leboutte, Charles Rene Hugaud, Emilio Mabilde Ripoll, Enilda Ribeiro, Jayme Luna dos Santos, Luís Fernando Corona, o eng civil Mario José Correa, Nelson Souza, Vera Carvalho Fabrício, entre outros. Pela Escola de Engenharia se formam Dóris Maria Müller, Elyseu de Santis Fontoura, Luiz Frederico Mentz, Naum Turquenich, Plínio de Oliveira Almeida, Roberto de Azevedo e Souza, entre outros.

O espírito aguerrido demonstrado na luta pela Faculdade de Arquitetura seria necessário nos anos que viriam para afirmação da profissão perante à sociedade e dentro da própria casa, recém criada.

Sendo inevitável a fundação da Faculdade, o antagonismo entre o setor da Engenharia, identificada com os interesses empresariais da construção civil, e os defensores de um ensino da Arquitetura propriamente dita traduziu-se por uma disputa de hegemonia na nova unidade²⁸

No início da década de 1950, o Estado Brasileiro vive a segunda era de Getúlio Dornelles Vargas na Presidência da República. O clima é de euforia e de grandes perspectivas de desenvolvimento. O Governo Brasileiro investe no desenvolvimento e na modernização. Grandes obras de infra-estrutura urbana e de arquitetura estão em andamento.

Os arquitetos de Porto Alegre, egressos dos dois cursos, iniciam uma espécie de duelo silencioso entre si e contra um mercado dominado por engenheiros civis e construtoras, muitas destas pertencentes a alguns desses engenheiros, incluindo seus ex-professores.

O trabalho “A produção arquitetônica dos egressos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes no período de 1949 a 1952”, de Cristina de Lorenzi Campelo, faz análise de todos os projetos arquitetônicos encaminhados para aprovação na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, entre 1949 e 1952, por 61 profissionais egressos dos dois cursos, 36 do IBA. Destes trabalhos foram selecionados e comparados aproximadamente 181 projetos, sendo apenas 33 de egressos da Escola de Engenharia. O trabalho conclui:

Ao terminarmos este estudo nos é possível afirmar que além das fortes diferenças ideológicas entre as duas escolas existia uma enorme diferença na

²⁶ Criação imediata da Faculdade de Arquitetura da Universidade. Correio do Povo, Porto Alegre: 11 de julho de 1950, pág. 18. Devido a atuação do Sen. Salgado Filho é aprovada Lei criando imediatamente a Faculdade.

²⁷ Ver ROVATTI (2002), WEIMER (1988) e WEIMER (1996)

²⁸ RIBEIRO, Demétrio. Um Depoimento Sobre a Criação, Por Tasso Corrêa, do Ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul in CAFRUNI, Salma(org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

estrutura acadêmica de ambas que é claramente demonstrada nos projetos realizados pelos egressos das duas escolas.[...].

A Escola de Engenharia, apesar das inúmeras tentativas inovadoras do professor Eugene Steinhof, mantinha um curso tradicional, voltado para as tendências de mercado vigentes na época e muito pouco preocupado com a arquitetura em si. A técnica e a execução predominavam sobre a criação e o desenho. [...],os projetos de seus alunos, que o foram por pelo menos 4 anos, são extremamente tradicionais e, aparentemente alheios as transformações do mundo arquitetônico.[...]

Como um professor de renome internacional que era o encarregado de organizar o curso de Engenharia-Arquitetônica, ministrante de todas as disciplinas de arquitetura e defensor fervoroso das transformações arquitetônicas e de seu aprendizado, não conseguiu transmitir, a, pelo menos, alguns de seus alunos suas idéias? Estariam as idéias conservadoras tão enraizadas na mente do corpo discente do curso que impossibilitaria a assimilação de novas idéias? Ou seria a estrutura da escola que impediria as transformações? [...].

A produção arquitetônica dos egressos da mesma, durante o período estudado é modesta numérica e qualitativamente. Os egressos limitam-se a reproduzir os padrões arquitetônicos da época. Projetos convencionais e funcionalmente defeituosos caracterizavam a maioria da produção arquitetônica dos pupilos de Steinhof.

Apesar das inúmeras dúvidas, que permanecem entre aquelas menos esclarecidas, sobre a veracidade da existência de um “verdadeiro” curso de arquitetura dentro do Instituto de Belas Artes nos foi possível constatar que o referido Instituto possuía um curso de arquitetura cuja estrutura e ambiente muito pouco deixava a desejar em relação aos melhores cursos do país.

Havia um engajamento com a arquitetura e uma preocupação com as transformações da mesma. A arquitetura era encarada por professores e alunos como a “grande arte” onde beleza plástica e ciência coexistiam. Além disto, o conteúdo marcadamente ideológico do mesmo levava a discussões e elaboração de projetos que buscam solucionar os problemas sociais do país por meio da arquitetura.

A análise dos projetos nos permitiu uma leitura clara destas heranças acadêmicas. Os projetos da maioria dos egressos do Instituto de Belas Artes possuíam uma clareza de intenções, objetividade, graficação limpa e são sem dúvida de boa qualidade funcional e plástica.

São os egressos do Instituto de Belas Artes e seus professores os responsáveis pelos primeiros projetos “modernistas” na cidade. E, é dentro do Instituto de Belas Artes que o modernismo e as idéias Corbusianas começam a ser analisadas, discutidas e aplicadas. Havia dentro do IBA envolvimento e comprometimento de professores e alunos com as origens e destinos da arquitetura, princípios estes que, infelizmente, parecem não mais existir nas escolas de arquitetura do país. Todos eram impulsionados por uma mesma paixão: A ARQUITETURA.

Finalizando, podemos afirmar que as origens da arquitetura moderna em Porto Alegre se deram, sem dúvida, no Instituto de Belas Artes e na produção de seus apaixonados integrantes.²⁹

Além das encomendas privadas, os arquitetos em Porto Alegre disputam os concursos públicos de projetos. Dentre esses, o Estado promove o concurso público para o Instituto de Pesquisas Biológicas³⁰. Neste, encerrado em 15 de junho de 1950, foram apresentados 8 trabalhos. Demétrio Ribeiro tem anteprojeto premiado em primeiro lugar, a “Empresa Riograndense de Engenheiros Ltda é classificada em 2º lugar com projeto do prof. Adalberto Carvalho, de Emil Bered e Salomão Kruchin e o terceiro lugar fica empatado entre

²⁹ CAMPELO, Cristina de Lorenzi. A produção arquitetônica dos egressos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes no período de 1949 a 1952. In: Salão de Iniciação Científica (3 : 1991 : Porto Alegre). Trabalhos Apresentados. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p.66-68.

³⁰ Atual Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde.

o trabalho de Edgar A. Graeff e o dos arquitetos Alfredo Leboutte e Mário José Correa³¹. Em 24 de maio de 1951, o *Correio do Povo* noticia a “divulgação do edital de concurso de anteprojetos para a construção do edifício da Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé (S.A.P.I.). Um pouco antes, em abril de 1951, a diretoria do Jockey Club do Rio Grande Sul lança edital para o projeto do Hipódromo do Cristal, no entanto diversos arquitetos, entre os quais, Max Hermann Schlüpmann, Demétrio Ribeiro, Emil A. Bered, Edgar A. Graeff, Mario José Correa e Eduardo Knesse de Melo informam que não irão participar por não concordar com as bases do concurso³², que não seguiam as premissas de concursos de anteprojetos, difundidas e defendidas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

O julgamento dos treze trabalhos inscritos no Concurso da SAPI ocorre em 3 de outubro de 1951, Luis Fernando Corona é classificado em 1º lugar e, Enilda Ribeiro, em 2º³³. Ambos são arquitetos formados na segunda turma do Curso do Instituto de Belas Artes, em 20 de dezembro de 1950.

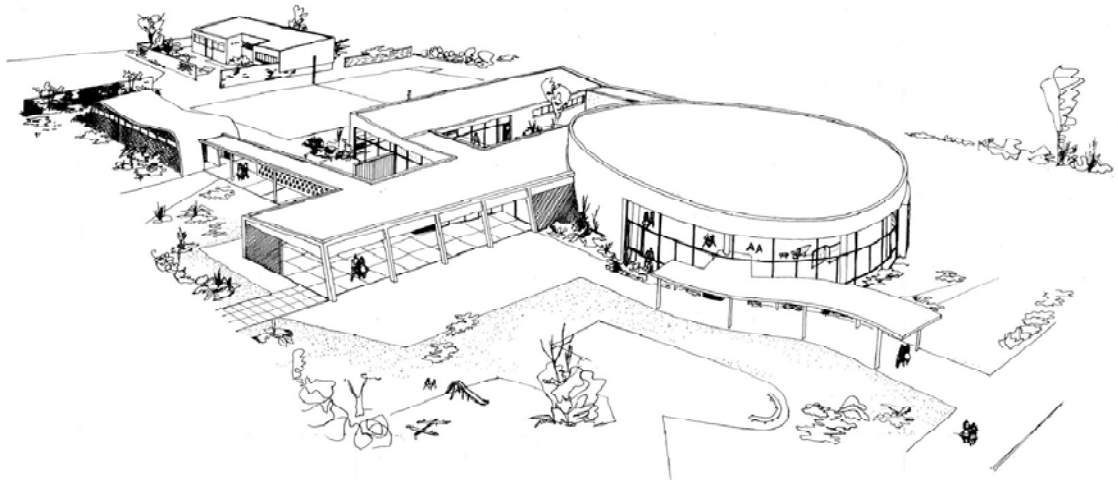


FIG. 14: SAPI, perspectiva do projeto vencedor de Luis Fernando Corona.
Fonte: Prancha do concurso. Acervo pessoal Luiz Aydos³⁴.

O concurso para o Hipódromo do Cristal do Jockey Club do Rio Grande Sul (1951-59) é vencido pela Construtora Azevedo Moura & Gertum, com projeto do arquiteto uruguaio Román Fresnedo Siri, convidado a participar do concurso por projeto e preço em função de seu projeto para o Hipódromo de Maroñas em Montevideu³⁵. Em segundo lugar foi

³¹ A construção do edifício do Instituto de Pesquisas Biológicas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 6 de julho de 1950, p. 9.

³² FAYET, Carlos M. e GUERRA, Aldrovando R. Ar, Som e Luz. Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 de junho de 1951, pág. 5

³³ Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé. *Correio do Povo*, 14 de outubro de 1951, pág 7

³⁴ SZEKUT, Alessandra Rambo . A construção da Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul: o projeto da Sociedade Amigos da Praia do Imbé de Luís Fernando Corona. In: I Seminário DOCOMOMO SUL, Porto Alegre. Anais do 1º Seminário DOCOMOMO Sul. Porto Alegre : Edição PROPAR-UFRGS, 2006

³⁵ COMAS, Carlos Eduardo; CANEZ, Anna Paula; Bohrer, Glênio Viana. Arquiteturas Cisplatinas: Roman Fresnedo Siri e Eladio Dieste em Porto Alegre. Porto Alegre: UniRitter, 2004.

classificada a mesma Azevedo Moura & Gertum e, em terceiro lugar, a Azevedo Bastian e Castilhos.

Em 15 de novembro de 1951, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, localizado na Av. João Pessoa, é destruído pelo fogo. Alguns dias antes, em 6 novembro de 1951, o Governador do Estado, Ernesto Dornelles, assina a lei nº 1.588 para construção de diversos prédios. Entre eles, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos e a nova sede do Tribunal de Justiça. Em *“Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Gen. Ernesto Dornelles, Governador do Estado, em 21 de abril de 1953”*, a justificativa para realização de Concursos públicos de ante-projetos para o Palácio da Justiça e o Colégio Júlio de Castilhos é a grandiosidade das obras, fls. 176.



FIG. 15: Colégio Estadual Júlio de Castilhos, entre os prédios da Escola de Engenharia e Direito.

O Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça de Porto Alegre evidencia as diferenças de formação e de valores dos concorrentes e mostra como a arquitetura chamada moderna não é hegemônica no início dos anos 50 em Porto Alegre.

Os projetos entregues em 1952 apresentam uma variada filiação e deixam evidente como o domínio da linguagem moderna e dos cinco pontos da nova arquitetura, de forma geral, engatinha no estado.

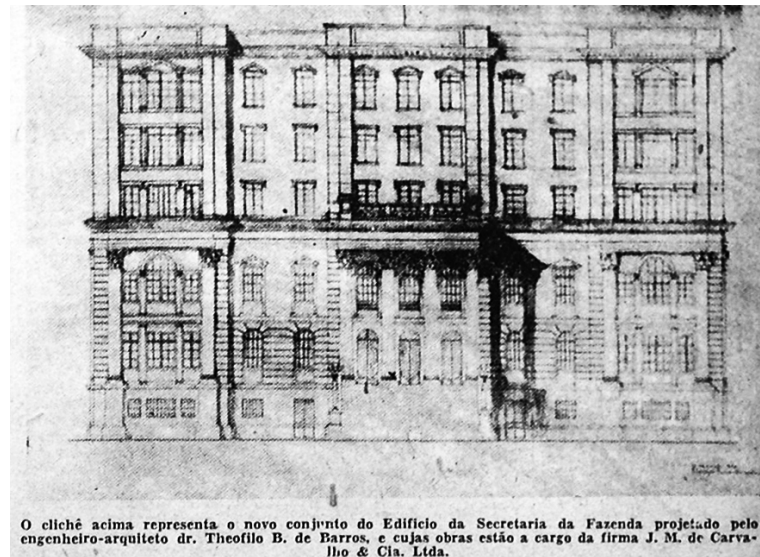


FIG. 16: Secretária da Fazenda, de Theófilo Borges de Barros.
Correio do Povo, 30 setembro de 1952.

Além disso, projetos como o Edifício da Secretária da Fazenda de Theófilo Borges de Barros, publicado no Correio do Povo em 30 de setembro de 1952, servem para mostrar que a confusão estilística não é exclusividade do século XXI.

2.3 Realismo Socialista.

O início dos cursos do Instituto de Belas Artes e da Escola de Engenharia acontece no período em que se intensificam as ações americanas e soviéticas de guerra cultural. Após a II Guerra Mundial, o Brasil é bombardeado com influências dos dois blocos. Em 1947, acontece a cisão definitiva entre os dois ex-aliados da Segunda Guerra Mundial e o mundo é dividido em dois blocos com o começo da guerra fria.

Os Estados Unidos investem seus dólares no processo de dominação cultural. Entre 1945 e 1952, intensifica-se a presença na imprensa e nos meios de comunicação de propaganda anticomunista. O partido comunista é colocado na ilegalidade. A coca-cola começa a ser comercializada em Porto Alegre. Filósofos americanos e ingleses, como Bertrand Russel, vêm ao país e o *american way of life* é vendido para o mundo, através do cinema americano. A prosperidade econômica norte-americana no pós-guerra difunde, em todo o mundo ocidental, um espírito de otimismo e esperança, um novo modo de vida propiciado pela produção em massa de bens manufaturados de uso pessoal e doméstico.

No Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, além da troca entre as diferentes artes plásticas, há um ambiente onde circulam as idéias comunistas.

Demétrio Ribeiro (assim como Carlos Scliar, Ciro Martins, Fernando Guedes Lila Ripoll, Laci Osório e Vasco Prado) é um dos membros do conselho de redação da revista **Horizonte**, fundada em 1951, de linha assumidamente comunista. Inúmeras matérias assinadas por Demétrio Ribeiro, Edgar A. Graeff, Nelson Souza, Vera Fabrício e Edvaldo Pereira Paiva falam sobre arquitetura e como ela deve ser voltada para o povo.

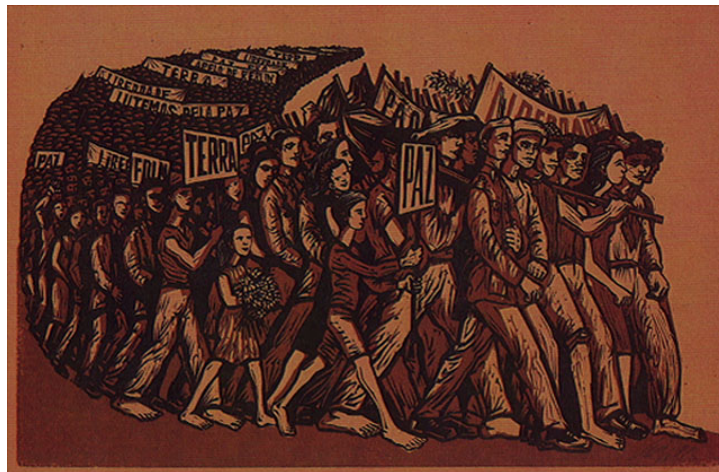


FIG. 17: Carlos Scliar Marcha pela Paz, 1951.³⁶

Na revista *Horizonte*, as idéias de Joseph Stalin, de Aleksandr Aleksandrovic Fadéev, de Máxime Gorki são divulgadas e idealizadas. Imagina-se uma URSS ideal, que guiará a humanidade para um mundo justo e comunista.

O Realismo Socialista é o estilo artístico aprovado pelo regime comunista da URSS, no 1º Congresso de Escritores Soviéticos, em 1934, com participação do escritor Máxime Górk. Foi elaborado por Andrei Aleksandrovich Jdanov, braço direito de Stalin na área cultural, e converteu-se, entre 1930 e 1950, em arte oficial para referendar a linha ideológica do Partido Comunista. O teatro, a literatura e as artes visuais devem ter um compromisso primeiro com a educação e formação das massas para o socialismo. Arte "proletária e progressista", empenhada politicamente e envolvida com os temas nacionais e com as questões do povo russo. Segundo Aleksandr Gerasimov, o estilo é "*realista na forma*" e "*socialista no conteúdo*", quer dizer, a obra de arte deve ser acessível ao povo - figurativa e descritiva - e sua mensagem, um instrumento de propaganda do regime. Desenhos, telas e cartazes publicitários mostram proletários, camponeses, soldados, líderes e heróis nacionais, freqüentemente idealizados, seja pela exaltação de corpos vigorosos (indicando força e saúde), seja pela celebração de movimentos sociais e feitos políticos. Trata-se de

³⁶ http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_IC/index.cfm?fuseaction=obra&cd_verbete=1362&cd_obra=4179

louvar a nova sociedade pela representação de jovens saudáveis e felizes em atividades de trabalho ou em cenas populares.

Os partidários lutam por uma arte e por uma literatura nacional, popular e progressista contra a frente ideológica inimiga, na luta contra a arte e a literatura a serviço do imperialismo. Fadéev disse: “Realismo socialista é a capacidade de mostrar a vida em seu desenvolvimento, é a capacidade de ver e mostrar com veracidade na vida de hoje a semente do futuro”³⁷.



FIGs. 18 e 19: Cartazes de “O Encouraçado Potemkin”, Sergei Eisenstein, 1925³⁸.

O realismo luta contra as tendências que pregam a superioridade absoluta da forma sobre o conteúdo e ocultam da realidade os aspectos principais e positivos do homem que trabalha, luta e progride. Essas tendências são, em suma, o formalismo, cuja base teórica é o idealismo. O realismo escolhe, cria, generaliza na base da observação e da transposição dos aspectos típicos da realidade³⁹, não sendo a simples fotografia ou a reprodução pura e simples de qualquer fenômeno. Por isso sua reação é de oposição à abstração na arte. Pode-se dizer que ele é um método antiabstração.

Os principais elementos do método do realismo socialista são: literatura e arte do partido da classe operária; idéias elevadas da vanguarda da classe operária que visam abolir a exploração do homem pelo homem e o domínio do homem sobre a natureza; romantismo revolucionário que acaba com a contradição entre realismo e romantismo; humanismo onde o capital mais precioso é o homem que se orienta sob o espírito do comunismo; o caráter popular em que a arte se baseia nos elementos populares para criação de obras realistas e progressistas onde a história do desenvolvimento social é a história das massas trabalhadoras; luta do novo contra o velho, cujo objetivo deve ser orientado pelas forças que serão o futuro como a classe operária que se desenvolve sob a

³⁷ Apud O método do Realismo Socialista e os Problemas da Literatura e das Artes no Brasil. Revista Horizonte, Ano 3, Nº. 3. Porto Alegre: novembro-dezembro de 1953

³⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Bronenosets_Potyomkin e http://pt.wikipedia.org/wiki/Realismo_socialista

³⁹ Idem.

direção dos comunistas; forma nacional que quer desenvolver os aspectos da vida nacional para enriquecer a cultura de toda humanidade.

O realismo socialista se opõe à ideologia imperialista que transmite à arte e à literatura a seu serviço o ódio às lutas de libertação nacional, a negação das culturas nacionais, a aceitação do julgo imperialista sobre as nações do mundo inteiro.

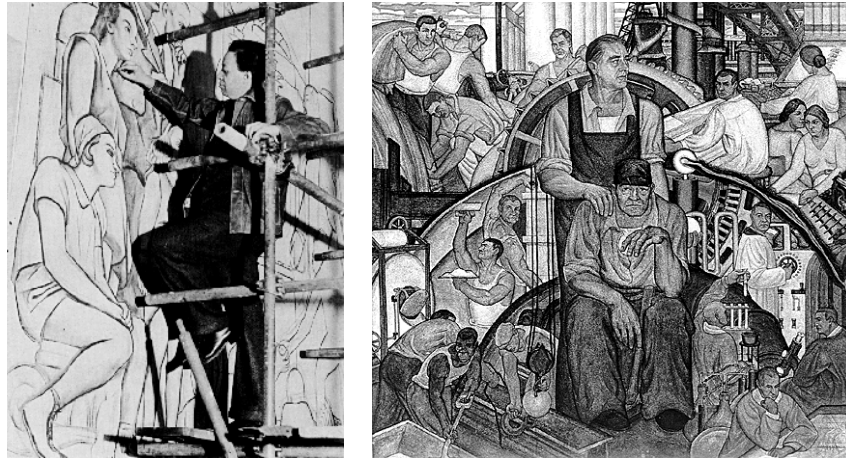
No entanto, é interessante notar paralelos com a arte produzida durante o *new deal* de Franklin Roosevelt. A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, e a conseqüente crise econômica leva muitos artistas a questionar o papel da arte na sociedade. A vanguarda européia passa a ser rejeitada, ao mesmo tempo em que cresce a simpatia por uma arte realista. O tipo de arte figurativa, praticada por Thomas Hart Benton, predomina no período, com seus personagens e imagens populares. O governo americano cria, em 1933, o Public Works of Art Project que recruta artistas para decorar os prédios públicos com "arte de qualidade". Qualidade compreendida como capacidade de expressar os valores nacionais da cultura norte-americana. A produção é parte de um movimento de retomada do desenvolvimento social e econômico que adquire aspectos patrióticos e de mobilização da cidadania. Ao tratar o artista como qualquer trabalhador assalariado, estabelece a noção de artista-cidadão, alguém capaz de refrear suas inclinações artísticas pessoais a favor de uma produção que contribua para a construção da imagem positiva do Estado.



FIGs. 20 e 21: Pinturas "Cotton Pickers" e "Cut the Line", Thomas Hart Benton.⁴⁰

O artista é capaz de criar uma espécie de "realismo democrático", em perfeita harmonia com as práticas do governo. O controle é maior sobre as pinturas murais, influenciadas pelo estilo monumental dos muralistas mexicanos Diego Rivera e José Clemente Orozco, cujos esboços deveriam satisfazer a um comitê nomeado para discorrer sobre o estilo e conteúdo apropriados para expressar o espírito e a cultura norte-americanos.

⁴⁰ www.globalgallery.com/prod_images/sw-1869.jpg e www.history.navy.mil/ac/benton/88159bo.jpg .



FIGs. 22 e 23: À esquerda, Diego Rivera no polêmico mural do Rockefeller Center "Man at the Crossroads"e, à direita, afresco de Conrad A. Albrizio, dedicado ao Presidente Roosevelt, 1934, Nova Iorque⁴¹.

Em Porto Alegre, o realismo socialista está presente nas mentes dos jovens arquitetos formados pelo IBA e constitui um condicionante de projeto. A influência da revista Horizonte se manifesta em projetos de Nelson Souza, Carlos Maximiliano Fayet, Demétrio Ribeiro, Vera Fabrício e muitos outros. Os ideais comunistas fazem parte do cotidiano desses jovens. e a discussão sobre o formalismo da arquitetura moderna brasileira gera debates acirrados nas publicações entre os próprios integrantes do Instituto. Questionam-se os rumos da arquitetura, principalmente nos projetos de Oscar Niemeyer, e sua falta de vinculação com o povo. Demétrio afirma: "A arquitetura verdadeiramente nova será, na nossa opinião, uma arquitetura compreendida pelas massas e capaz de evocar em seu espírito as idéias grandiosas que inspiram as lutas patrióticas e revolucionárias do nosso povo."⁴²

Edgar A. Graeff questiona as afirmações e críticas de Demétrio em outra edição da revista Horizonte. De qualquer modo, o fato de Oscar pertencer ao Partido Comunista ajuda a amenizar críticas a um excesso de formalismo na arquitetura brasileira.

Em 1948, a convite de Dom Antônio Záttera, bispo de Pelotas, vem ao Rio Grande do Sul Aldo Locatelli para pintar a Catedral São Francisco de Paula. Locatelli trabalhara na restauração da Catedral de Gênova e de quadros no Vaticano, onde a Comissão de Arte lhe conferiu o título "Il Mago dei Colori" (O Mago das Cores). Reconhecido como grande pintor, recebe convite para trabalhar nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Caxias do Sul e fora do Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente, tem intenção de retornar para a Itália, mas acaba fixando residência no Estado. Incorpora-se à gente do Rio Grande do Sul e até

⁴¹ <http://artandmylife.files.wordpress.com/2008/04/rivera.gif> e
<http://www.english.uiuc.edu/maps/depression/gallery/albrizio1934.gif>

⁴² RIBEIRO, Demétrio. Sobre a Arquitetura Brasileira. Horizonte, Porto Alegre, n.5, p.145, maio 1951.

mesmo se auto-retrata nas composições como autêntico gaúcho, Locatelli semeia a formação da universidade moderna, enquanto professor do Instituto de Belas Artes. Falece em 3 de setembro de 1962, aos 47 anos.



FIG. 24: Mural “As Profissões” de Aldo Locatelli (1915-1962), óleo sobre tela, medindo 3,62m x 7,94m, UFRGS, 1958.

Os murais de Locatelli para o IBA, para o edifício da Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul, para o saguão do Aeroporto Salgado Filho, em 1953, entre outros, podem ser comparados às obras da arte do New Deal e destacam-se por representar os ideais do povo. Encontram similaridades com a arte mural produzida por Diego Rivera e estão sintonizados com os ideais do Realismo socialista.



FIG. 25: Mural de Aldo Locatelli 7º andar, antigo salão de festas do IA-UFRGS 1958, 2,90 x 9,30m.⁴³

Na arquitetura moderna gaúcha, o realismo socialista era utilizado, sem desacreditar a abstração que Stalin abominava, empregando a figuração nos murais, quadros e esculturas complementares ao prédio moderno. A preocupação dos arquitetos gaúchos com a integração entre arte e arquitetura tem seu marco no Concurso do Palácio da Justiça.

⁴³ <http://www6.ufrgs.br/acervoartes/modules/xccgal/displayimage.php?pid=646&fullsize=1>.

3 CONCURSO

3.1 Editais.

No final do mês de maio de 1952, a Secretária dos Negócios das Obras Públicas do Rio Grande do Sul publica, no Diário Oficial do Estado, o Edital nº 09. O dia 30 de maio, sexta-feira, marca o início do processo que reerguerá o Tribunal de Justiça do RS na Praça da Matriz.

Organizado pela Secretária de Estado dos Negócios das Obras Públicas, SOPS, o **Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul** tem como integrantes da comissão julgadora: um representante da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; um representante do Poder Judiciário; um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul; um representante da Secretaria das Obras Públicas; e, um representante dos concorrentes.

O Edital não apresenta o programa de necessidades, mas informa que: “os interessados poderão procurar a planta do local e programa de necessidades na Diretoria de Obras desta Secretaria, à Rua Siqueira Campos, nesta Capital...”. Instrui ainda que “Os concorrentes deverão entregar os anteprojetos na Diretoria de Obras da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, às 15 horas do dia 1º de setembro do corrente ano, ocasião em que na presença dos interessados será procedida a apuração do representante dos concorrentes para integrar a Comissão Julgadora”. Cada concorrente pode apresentar mais de um projeto, segundo as normas publicadas. O material mínimo exigido nos anteprojetos constitui-se dos seguintes elementos:

- a) pranchas com as pranchas dos diversos pavimentos;*
- b) idem, contendo os cortes transversais e longitudinais necessários à compreensão da obra planejada;*
- c) idem, contendo as fachadas;*
- d) idem, contendo perspectivas dos interiores do “hall” e dos salões;*
- e) prancha com a perspectiva do prédio;*

f) *uma memória descritiva expondo e justificando a solução proposta com croquis e esquemas esclarecedores, contendo anotações da área útil de cada local ou função, a área total construída e a estimativa do preço da construção;*

g) *uma “maquete” na escala de 1:1000.*

O Edital menciona ainda que *“com excessão da perspectiva geral, todos os desenhos serão feitos exclusivamente com tinta preta transparente”*.

O mesmo Edital nº 09 é publicado no Diário Oficial nos dias 6, 13 e 20 de junho de 1952. Posteriormente, há a complementação por outro edital. O Edital nº 15, publicado pela primeira vez em 13 de agosto, ratifica o término do período estipulado para os interessados solicitarem esclarecimentos sobre as bases do concurso e o programa de necessidades, torna a entrega da maquete facultativa, apresenta o programa de necessidades definitivo para o edifício e altera a data da entrega dos anteprojetos para 10 de outubro. Com relação ao programa de necessidades, o edital informa que o edifício deverá comportar a instalação dos seguintes órgãos do Poder Judiciário: 1) Tribunal de Justiça – 2ª instância; 2) Foro de Porto Alegre – 1ª instância; 3) Procuradoria-Geral do Estado.

O programa determina diversas características do edifício, tais como:

- a) A entrada principal do edifício deverá ser monumental;
- b) O Foro deverá ser instalado nos primeiros andares e o Tribunal de Justiça no último;
- c) A declividade do terreno deverá ser aproveitada para a localização das garagens; arquivos de livros, autos e processos guardados em armários embutidos com portas de aço; sala para a guarda do prédio e outras dependências que julgarem necessárias aí instalar;

Cada um dos órgãos do Poder Judiciário tem sua compartimentação explicitada neste edital. Do mesmo modo, parte do zoneamento do prédio já é determinada. O edital fala claramente que a sala de casamentos deve ficar próxima ao Hall; este, com capacidade para trezentas pessoas e situado à entrada do edifício. Determina a necessidade de, pelo menos, seis vagas de estacionamentos, cinco para o Tribunal de Justiça – 2ª instância e uma para o Procurador-Geral do Estado. Condiciona que deverá haver acesso independente para que os réus ingressem no prédio sem contato com o público. O edital menciona ainda que deverá ser previsto um Bar com serviço a la minuta para atender os funcionários do prédio, mas não condiciona sua localização.

De modo geral, o programa apresentado reserva a garagem para os automóveis, arquivos para livros, autos e processos.

Os primeiros andares destinam-se ao Foro de Porto Alegre - 1ª instância, que contempla a sala de casamentos e o Hall, já mencionados, o salão do Júri para cerca de 250 pessoas e diversas salas ligadas a este - para jurados, réus, Juiz, testemunhas, advogados; o conjunto de salas para o Juizado de menores, composto por cerca de 10 salas, a maior delas com capacidade de espera para cem pessoas; os nove Cartórios Criminais, os seis Cíveis, os dois dos Feitos da Fazenda, Cartório de Acidentes e as salas para juízes; e o Gabinete médico.

A Procuradoria-Geral do Estado é composta basicamente por espaços de escritório, algumas salas de reuniões para cerca de quinze pessoas e algumas salas de atendimento para aproximadamente 20 a 30 operários. O maior espaço da Procuradoria-Geral do Estado é uma Sala para Biblioteca com capacidade para 10.000 volumes e espaço para mesas dos consultantes.

Nos andares superiores será localizado o Tribunal de Justiça – 2ª instância que é constituído pela Sala para o Tribunal Pleno: “sala ampla, condizente com a importância da função nela desempenhada, qual seja a dos julgamentos da suprema Magistratura do Estado” para aproximadamente 250 pessoas, as salas para as Câmaras Reunidas (Cível e Crime) com capacidade para 60 pessoas, uma recepção para 35 pessoas, diversas salas e gabinetes, uma secretaria com capacidade para 50 funcionários e Sala para a Biblioteca, que comportará 30.000 volumes, e ainda terá espaço para consultas, mesas para 10 consulentes e local para 4 funcionários.

O mesmo Edital nº 15 é publicado no Diário Oficial nos dias 13, 19 e 26 de agosto e em dois de setembro de 1952.

Também no dia 2 de setembro, o Secretário das Obras Públicas, Anníbal di Primio Beck, solicita à Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, SERGS, a indicação de um representante. Em 25 de setembro, o presidente da SERGS, eng. Ivo Wolff, encaminha o ofício nº 11.977, indicando como representantes nas comissões julgadoras dos concursos de anteprojetos para os edifícios do Palácio da Justiça e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos os engenheiros. Julio Ribeiro de Castilhos e Alcindo Guanabara Porto Alegre, respectivamente. O Secretário Beck solicita, em 13 de setembro, ao Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS) um representante para o Júri do Concurso (ofício 322/1.205). Em 1º de outubro de 1952, em reunião da diretoria do IAB-RS

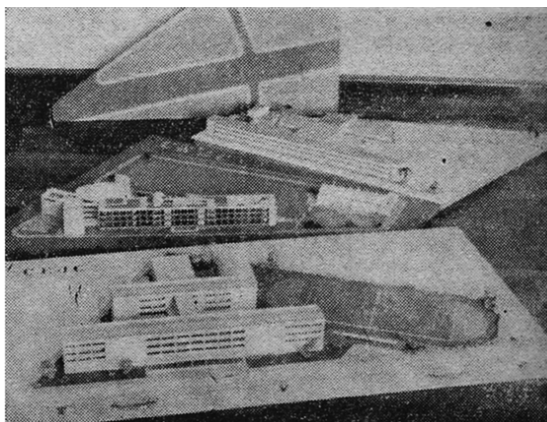
escolhe-se o Arq. Demétrio Ribeiro, indicado pela arq. Enilda Ribeiro e eleito em votação, como representante da entidade na Comissão Julgadora do concurso do Palácio da Justiça. Charles René Hugaud é indicado para representar a entidade no recebimento dos anteprojetos⁴⁴. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul nomeia o desembargador Celso Afonso Soares como seu representante na Comissão Julgadora.

Os anteprojetos são entregues pelos concorrentes em 10 de outubro de 1952, às 15 horas, no edifício da Secretária dos Negócios das Obras Públicas. Nesta ocasião e na presença dos interessados, é realizada a apuração do representante dos concorrentes para integrar a Comissão Julgadora.

Em novembro, o Diário Oficial publica o decreto nº 3.597 de 11 de novembro, assinado pelo Governador Ernesto Dornelles, que aloca verbas para o início das obras.

Art.1º. - Fica aberto na Secretaria das Obras Públicas, de conformidade com o art. 1º, inciso IV, letra a) da Lei 1.588, de 6 de novembro de 1951, um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), com vigência até 31 de dezembro de 1953, sob a classificação do código geral 8-37-2, para atender as despesas com o início das obras do Palácio da Justiça.

O Correio do Povo, de 21 de novembro de 1952, na página 5, publica foto das maquetes dos três primeiros classificados no Concurso para o novo prédio do Colégio Estadual Júlio de Castilhos. A identificação destes havia sido feita na Secretaria de Obras Públicas, no dia 19 de novembro. O primeiro lugar é conquistado pelo projeto “**Julinho**” dos arquitetos Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro; em segundo lugar, o projeto “**Espaciforme**” dos engenheiros Sergio Mazzali e Ernesto Woebcke e dos arquitetos Sergio E. Pelegrini e Simão L. Ungar; e, em terceiro lugar, o projeto “**Thales**” da firma Julio Bastian e Smith Ltda. Estes concursos públicos chamam a atenção da população para a nova arquitetura gaúcha.



NOVO PREDIO DO COLEGIO JULIO DE CASTILHOS — Conforme noticiamos, teve lugar dia 19, na Secretaria de Obras Publicas, a identificação dos três concorrentes classificados no concurso de projetos do novo prédio para o Colegio Estadual Julio de Castilhos. Foi classificado em 1.º lugar o projeto com o pseudonimo de Julinho, de autoria dos arquitetos Demetrio Ribeiro e Enilda Ribeiro; em 2.º lugar o de pseudonimo Espaciforme, sendo autores os engs. Sergio Mazzali e Ernesto Woebke, e arquitetos Sergio E. Pelegrini e Simão L. Ungar; em 3.º lugar, o denominado Thales, apresentado pela firma Julio Bastian e Smith Ltda. Em data proxima, serão os projetos expostos ao publico, ocasião em que serão entregues os premios a que fizeram jus os classificados. No clichê, em 1.º, 2.º e 3.º planos vê-se, respectivamente, as maquettes dos três projetos, pela ordem de classificação

FIG. 26: Maquetes do Concurso para o novo prédio do Colégio Julio de Castilhos

⁴⁴ Livro de atas da Diretoria do IAB-RS, 1º de outubro de 1952.

3.2 Concorrentes

Muitos fatos ainda estão obscuros sobre o Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça de Porto Alegre. Mesmo com insistentes buscas no arquivo da Secretaria de Obras, no arquivo do Estado do Rio Grande do Sul, no arquivo do Patrimônio do Estado, na Secretaria da Fazenda, no Tribunal de Contas do Estado, no próprio Tribunal de Justiça do RS, na Casa Civil, e em outros locais; o processo SOP de nº. 8919/51 com a Ata do julgamento e os nomes de todos os membros da comissão julgadora e dos participantes do concurso não foi localizado. O processo pode ter sido apensado a outro ou mesmo destruído. Apesar disso, alguns projetos concorrentes chegaram até os dias atuais e permitem uma idéia razoável sobre o concurso.

O número de concorrentes é incerto. Sabe-se, devido a uma matéria publicada no jornal Correio do Povo, em 11 dezembro de 1952, que doze ou treze projetos foram mostrados ao público na exposição que reuniu projetos dos dois concursos no auditório do Correio do Povo. Cinco projetos expostos são do Concurso do Colégio Júlio de Castilhos, os demais, sete ou oito, correspondem ao Concurso da nova sede do Tribunal de Justiça. Além destes trabalhos, outros podem ter sido eliminados no julgamento e não participaram da exposição. O jornal menciona que esses projetos foram feitos por renomados profissionais gaúchos, sendo um, para o Colégio Julio de Castilhos, em colaboração com um arquiteto argentino.

Os projetos remanescentes estão no acervo do Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e são: **Arquilex, Grado, Themis, Plano Alfa e Licurgo.**

ARQUILEX

Os dados sobre o Projeto Arquilex são incompletos. Foram perdidos o memorial descritivo, a perspectiva geral e os croquis dos interiores, se eles realmente existiram. Arquilex apresenta uma filiação que pode ser considerada moderna, mas o conjunto resultante é desarmonioso, o edifício possui pilotis muito esbeltos e desproporcionais, há uma falta de hierarquia clara entre os diversos volumes que constituem o edifício.



FIG. 27: ARQUILEX. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS

O projeto apresenta uma organização em planta que pode ser lido como um “H” irregular. Apesar disso, o conjunto tem uma leitura fragmentada e a movimentação dos volumes resulta numa elevação constituída de 2 subsolos e 6 pavimentos. O ingresso

principal ocorre através de escada no eixo longitudinal do edifício voltado para a praça da matriz. A organização interna respeita aparentemente a indicação do edital. No entanto, cabe destacar que a hierarquia interna é tão fragmentada quanto a externa, apesar da circulação axial ser sempre mantida em praticamente todos os volumes.

Arquilex ocupa todo o lote destinado ao Palácio da Justiça, mas fica evidente que o projeto nasce de dentro para fora e não considera a possível e provável mudança do entorno da Praça da Matriz.

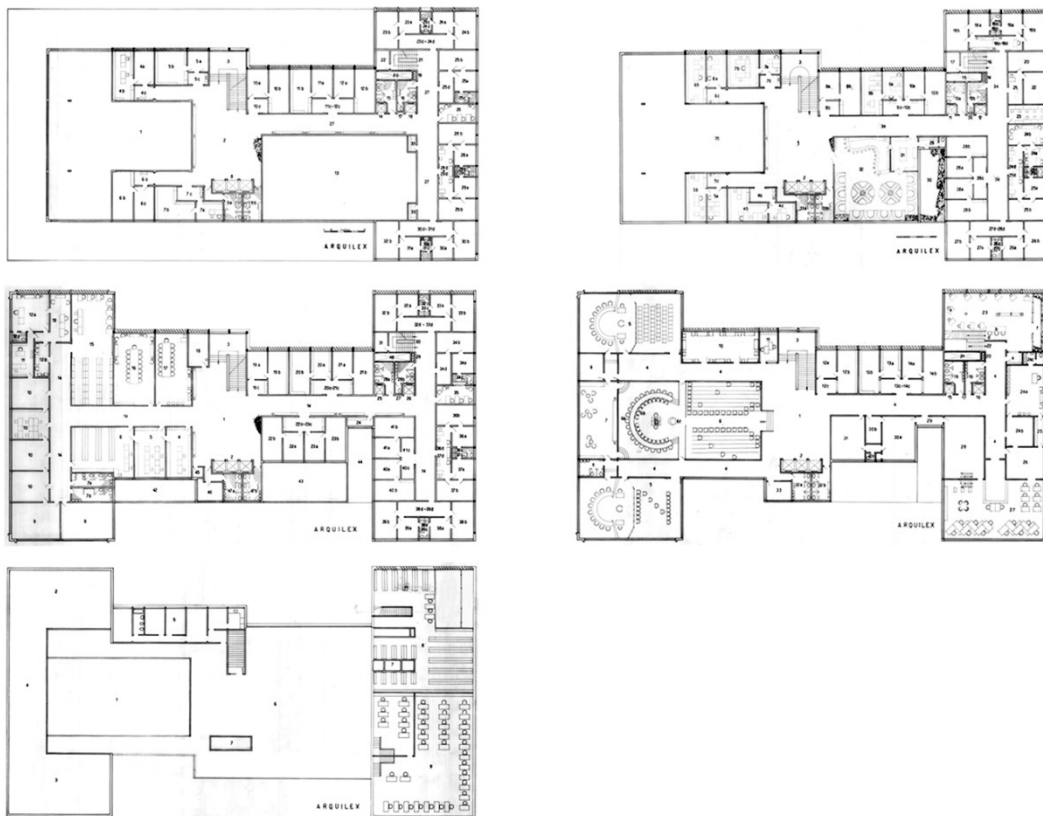


FIG. 28: ARQUILEX. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O caráter necessário para uma edificação que deve representar a sede de um dos três poderes não está presente. Não há elementos que o diferenciam de qualquer prédio de escritórios que possa ser construído no entorno. Assim como não há nenhuma previsão de elementos artísticos nos espaços da edificação que reforçariam sua identidade especial.

GRADO

O Projeto denominado “Grado”, aparentemente não participou da exposição que ocorreu no auditório do Correio do Povo. Suas elevações apresentam uma filiação que pode ser associada com a obra da Escola de Chicago e dos arquitetos Marcello Piacentini e Arnaldo Gladosh, este responsável por diversos projetos em Porto Alegre. A possível eliminação deste projeto pode estar vinculada ao descumprimento do edital. A apresentação deste projeto foi feita em grafite e o edital mencionava tinta. O memorial descritivo não foi encontrado.

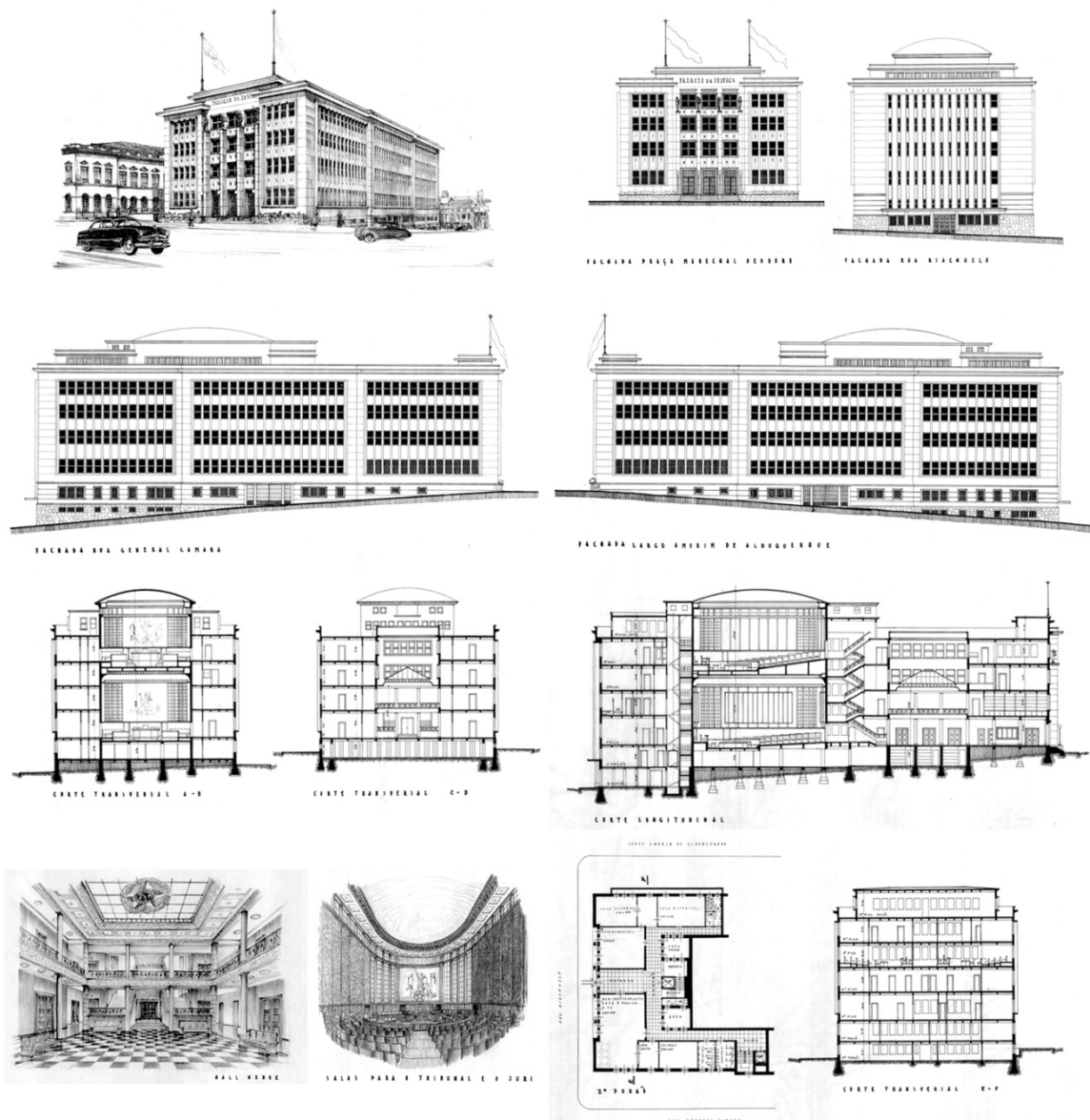


FIG. 29: GRADO. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O projeto tem planta retangular de aproximadamente 25,5 x 65m que ocupa todo o lote destinado ao novo edifício. O volume possui uma estrutura tripartida tanto no eixo longitudinal quanto no transversal. Os recuos centrais no eixo longitudinal permitem ingresso secundário a partir do nível da Riachuelo (1º Porão) e o ingresso principal a partir do nível da Praça Marechal Deodoro. O projeto possui, a partir da rua Riachuelo, dois níveis de porões, quatro de pavimentos “tipo” e um de cobertura. Os volumes arredondados do Salão do Júri e do Tribunal Pleno dominam a planta do edifício e localizam-se sobre o eixo longitudinal, estando deslocados em relação ao eixo transversal do corpo do projeto. As circulações do edifício ora são axiais, ora são periféricas aos grandes volumes centrais

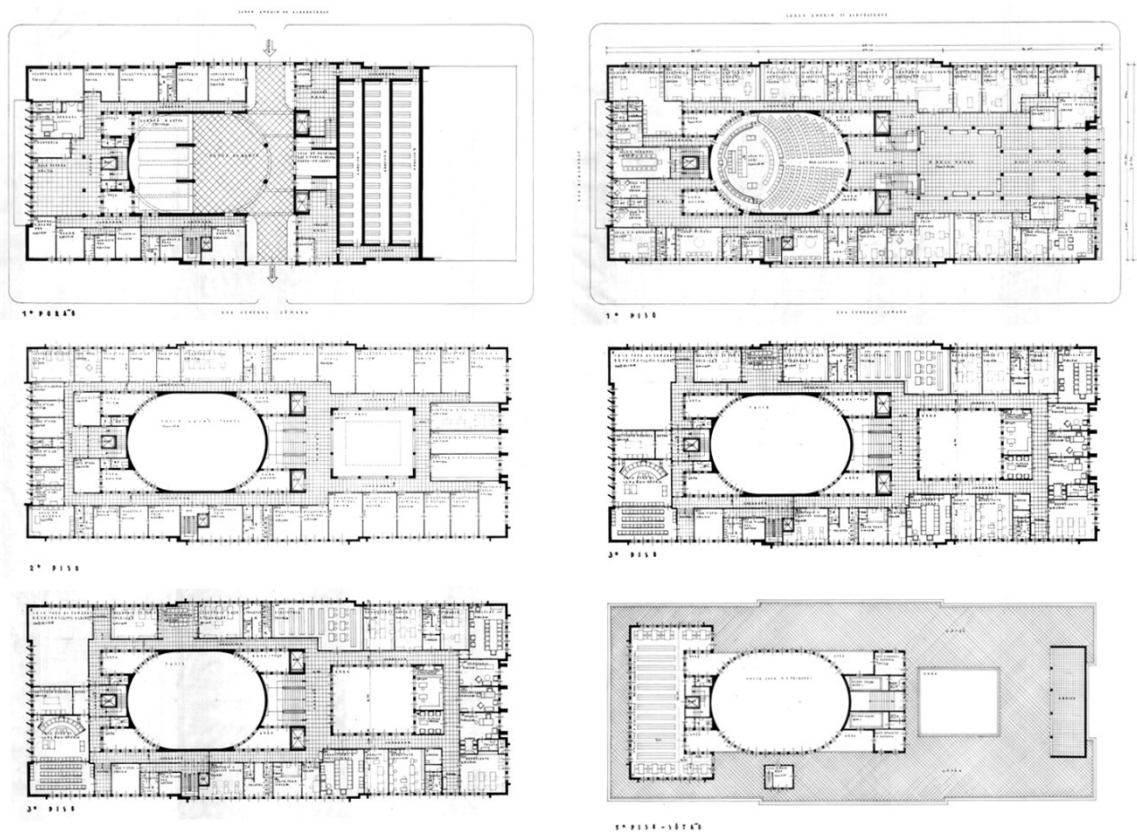


FIG. 30: GRADO. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O caráter necessário para uma edificação que deve representar a sede de um dos três poderes está presente. Sobre a entrada principal, que ocorre no nível da Praça da Matriz, existe a previsão de estatuária para caracterizar o ingresso. No alto do edifício, sobre ambos os ingressos, a inscrição em relevo “Palácio da Justiça”. A proposta de um bloco único possibilita que o edifício resista melhor às variações do entorno, sem perder suas características.

THEMIS

O memorial descritivo do Projeto Themis não foi encontrado. Themis apresenta uma filiação que pode ser associada com algumas obras da Escola Carioca, mais especificamente de Oscar Niemeyer, e com alguns elementos presentes na primeira proposta para o Hipódromo do Cristal, de Roman Fresnedo Siri, no que tange às exo-estruturas do auditório.

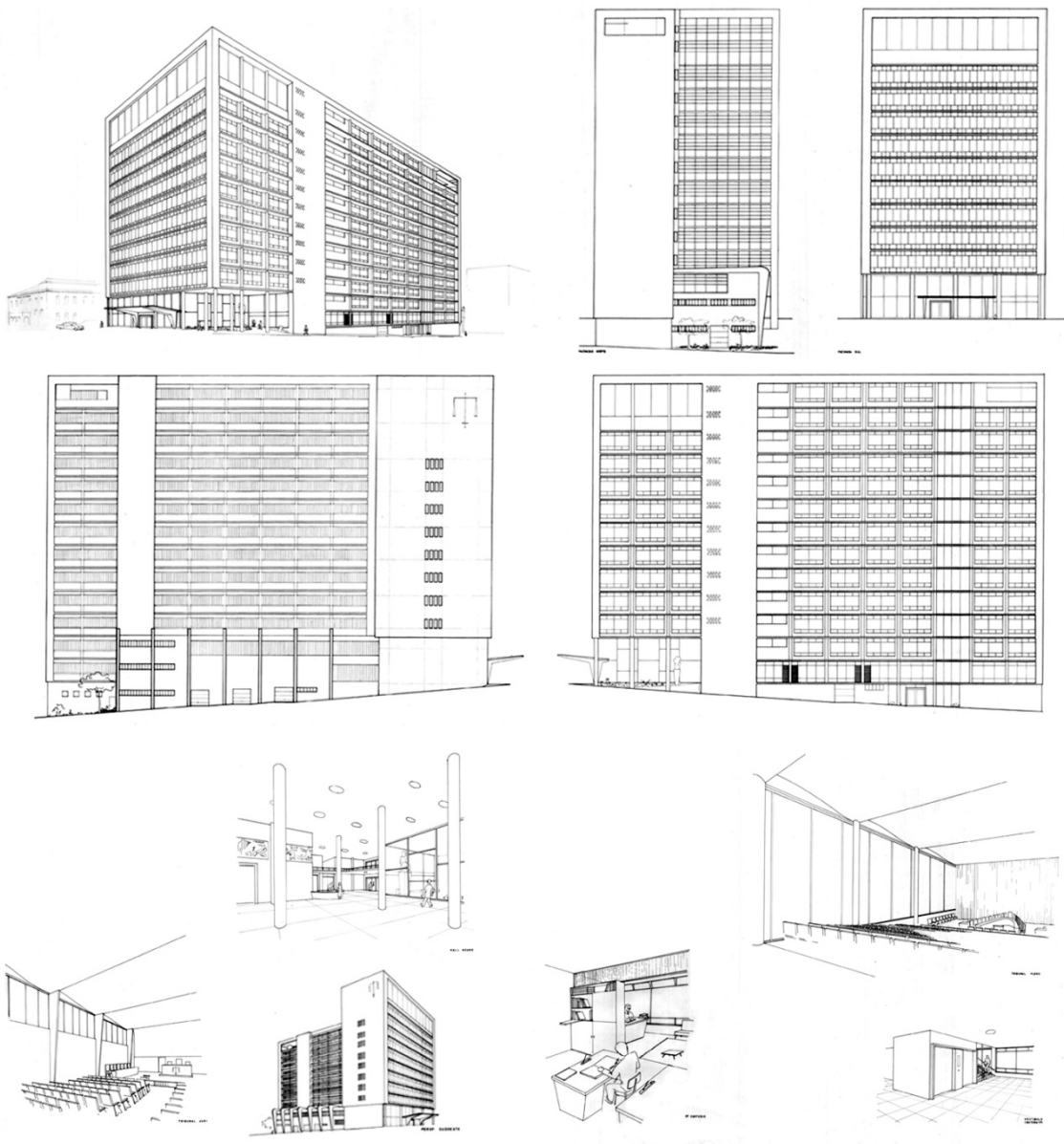


FIG. 31: THEMIS. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O projeto tem planta em “L” e está posicionado no perímetro da Praça da Matriz e do Largo João Amorim de Albuquerque. A elevação possui dois subsolos e mais doze pavimentos. O Salão do Júri está posicionado no interior do “L” e voltado para o Theatro São Pedro. O partido adotado, que não ocupa a totalidade do lote, gera um maior número de pavimentos para acomodar o programa exigido pelo edital.



FIG. 32: THEMIS. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O partido adotado, com circulação periférica no lado oeste, permite que todas as salas tenham orientação Leste ou Sul. Para proteger a circulação da orientação solar Oeste são propostos quebra-sóis. A planta do partido adotado tem uma hierarquia clara e explora as visuais para a ponta da cadeia.



FIG. 33: THEMIS. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O caráter necessário para uma edificação que deve representar a sede de um dos três poderes está ora ausente ora presente na proposta. Na parte do “L” voltado para o Theatro São Pedro e o Auditório Araújo Viana existe o símbolo da Justiça fixado no alto da fachada, identificando o prédio. Entretanto, em todas as outras elevações, Themis se assemelha a qualquer outro edifício comercial contemporâneo. Não existem elementos simbólicos que o preservem de prováveis mudanças do entorno e garantam sua permanência como marco na paisagem da Praça da Matriz.

PLANO ALFA

O projeto Plano Alfa não apresenta o memorial descritivo, a perspectiva geral e os croquis dos interiores. Apresenta uma filiação que pode ser considerada moderna, mas suas fachadas permitem diferentes leituras. A fachada tripartida da Rua Riachuelo pode ser associada ao estilo Art Deco ou às obras dos já mencionados Marcello Piacentini e Arnaldo Gladosh, a fachada voltada para a Praça da Matriz pode ser lida como influência da Escola Carioca ou de Le Corbusier apesar da excessiva ênfase no eixo longitudinal, já as bandas laterais sugerem a influência de Erich Mendelsohn.

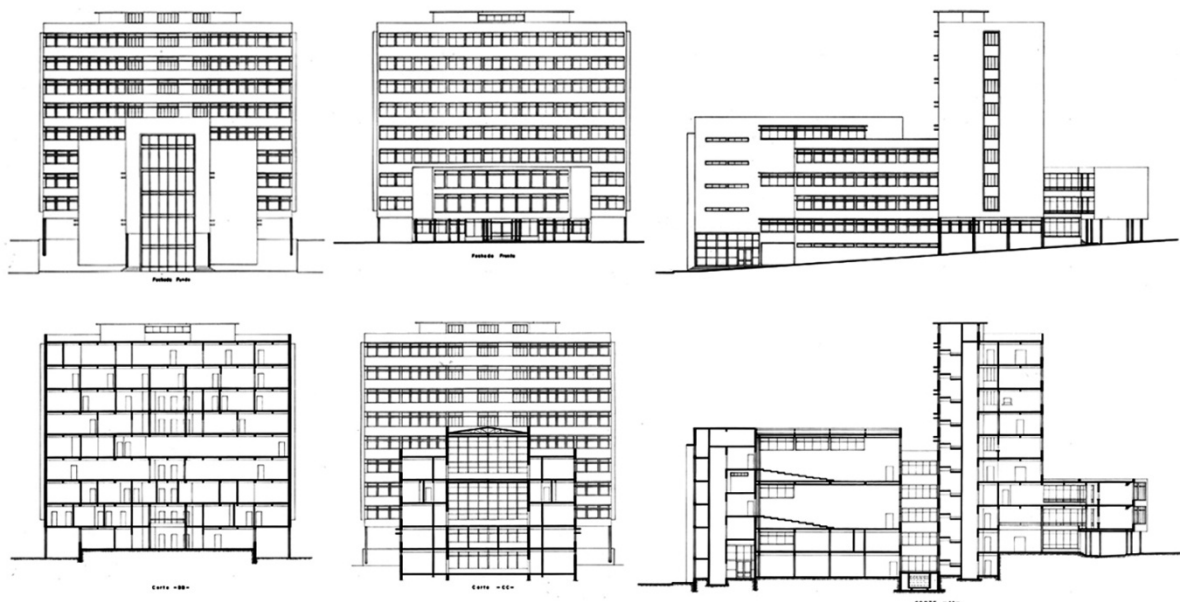


FIG. 34: PLANO ALFA. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

O volume pode ser lido quase como uma cruz composta por três partes de diferentes tamanhos. O volume do acesso pela Praça Marechal Deodoro é mais baixo, composto por pilotis mais dois pavimentos, ele e o volume do Salão do Júri e do Tribunal Plenos formam o corpo da cruz, mas os dois grandes espaços resultam em volume ao Norte com quase duas vezes a altura do pórtico da entrada Sul. O braço da cruz recebe as demais funções e, conseqüentemente, sua altura, cerca de oito pavimentos, tem que ser maior que a dos anteriores para comportar todo o programa restante.

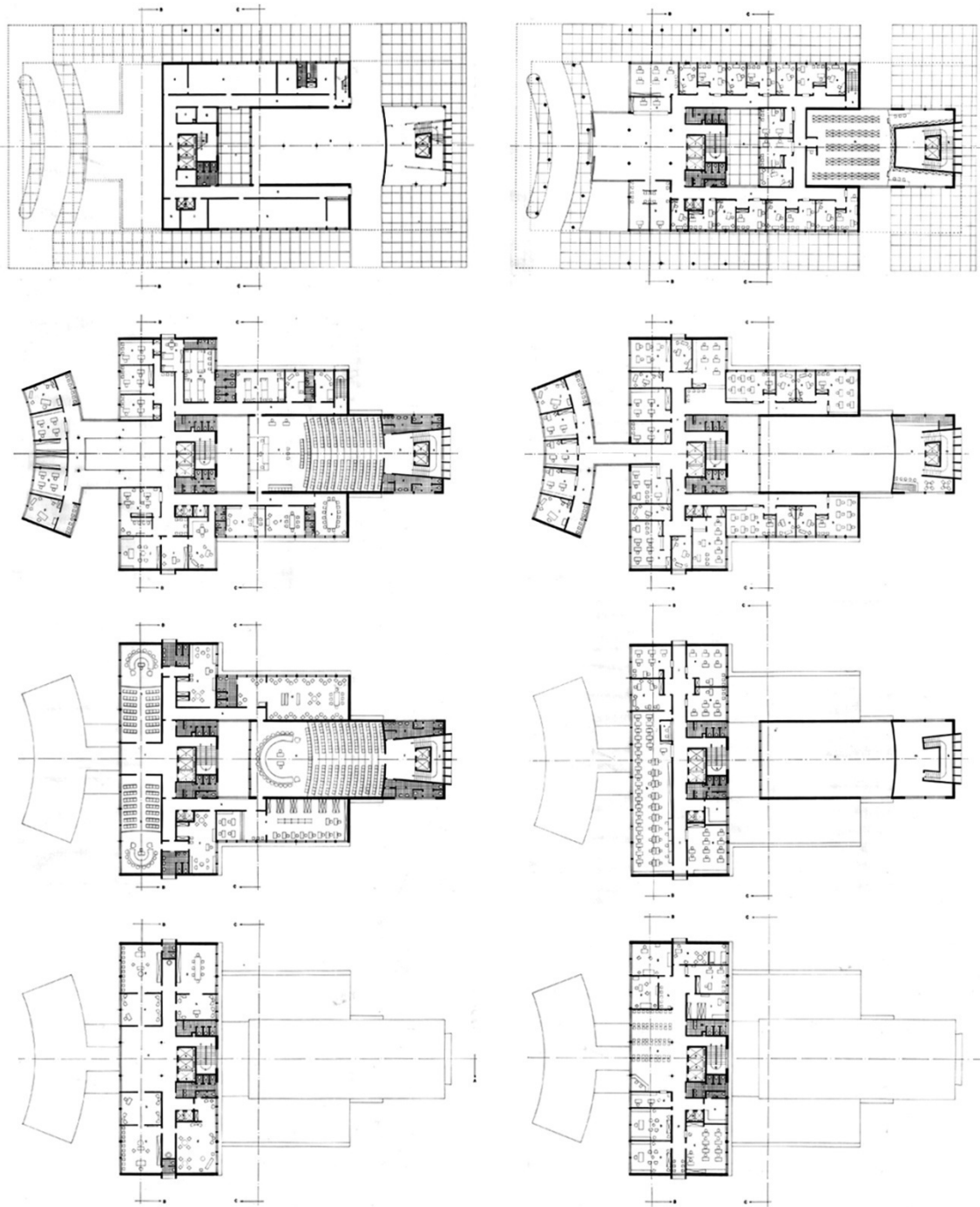


FIG. 35: PLANO ALFA. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

A organização da planta assume diferentes configurações, mas sempre com forte simetria no eixo longitudinal. Embora, devido à posição do Salão do Júri e do Tribunal Pleno, a circulação seja periférica a estes volumes, no bloco transversal ao eixo longitudinal do terreno ela é axial. Apesar dessa aparente ordenação, a planta resultante é labiríntica e seus espaços são pobres em experiências arquitetônicas.

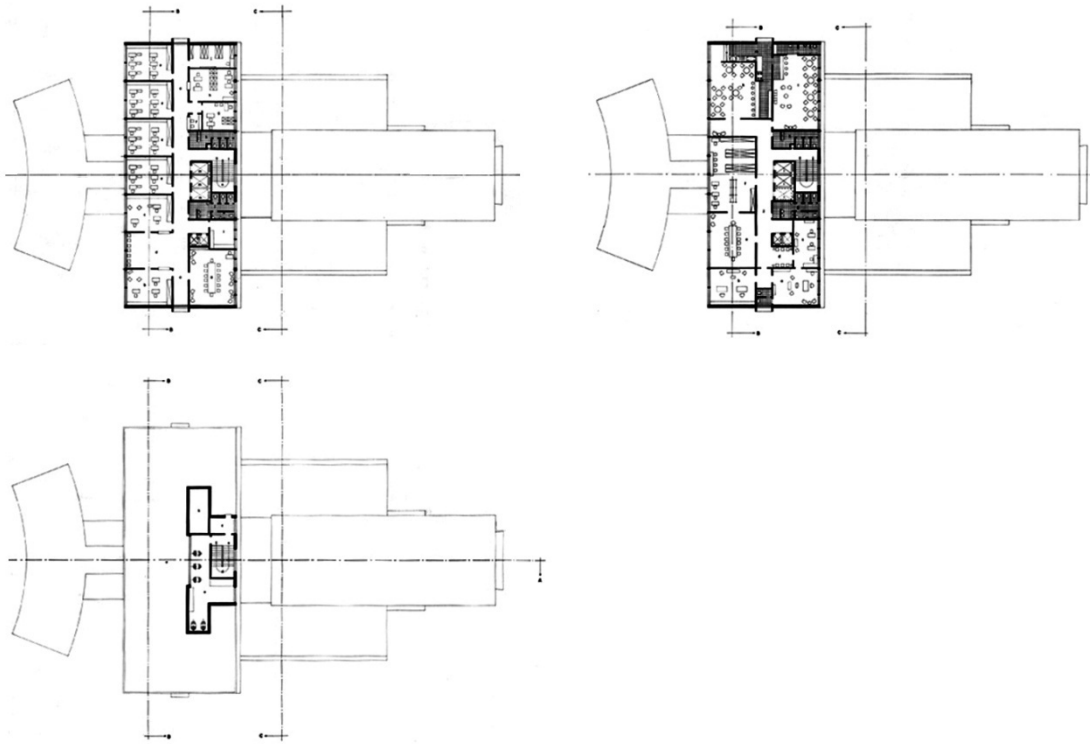


FIG. 36: PLANO ALFA. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

A excessiva fragmentação em diversos corpos enfraquece a unidade do edifício e faz com que ao longo do tempo o prédio proposto perca força frente ao avanço em altura das edificações do entorno. Além disso, o caráter necessário para uma edificação que deve representar a sede de um dos três poderes não está presente. Não há elementos que o diferenciam de qualquer prédio de escritórios que possa ser construído no entorno. Assim como também não há nenhuma previsão de elementos artísticos nos espaços da edificação que reforçariam sua identidade especial.

LICURGO

De todos os projetos concorrentes, Licurgo é o que possui a maior quantidade de informações, com todas as pranchas disponíveis, incluindo o memorial descritivo, perspectivas externas e internas.

O projeto apresenta uma filiação moderna, com influência da Escola Carioca e de Le Corbusier e, ao mesmo tempo, a figuração de todas as obras de arte, propostas para dar o caráter necessário ao edifício, não é um requisito utilizado por nenhuma dessas influências. O realismo socialista presente em todas as obras do projeto do concurso indica que existem outras referências, ou mesmo, a superação das anteriormente citadas.

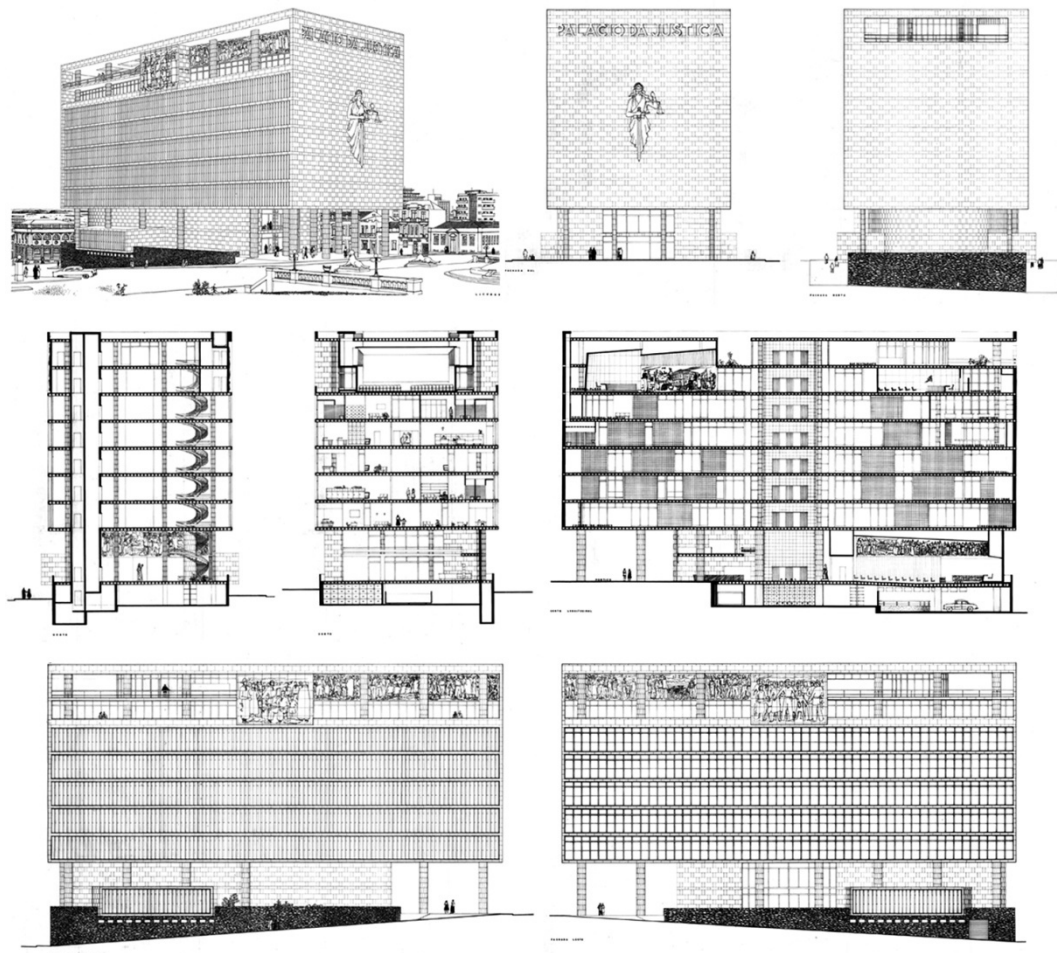


FIG. 37: LICURGO. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

Licurgo ocupa o volume máximo permitido pela legislação vigente⁴⁵, com subsolo, térreo e galeria, cinco pavimentos tipo e 2 pavimentos especiais com terraços. O volume pode ser lido como um grande prisma elevado sob pilotis. No térreo, está o volume revestido em granito preto no qual se distribuem a Sala do Júri, a galeria dos casamentos civis e as circulações verticais, além dos dois trapézios balançados onde ficam jurados e réus. O bloco principal recebe os andares tipo com exceção do 6º pavimento, onde estão Tribunal Pleno, Câmaras Reunidas e terraços laterais, e do 7º pavimento, onde aparecem jardim de inverno, terraços laterais e restaurante na ala norte.

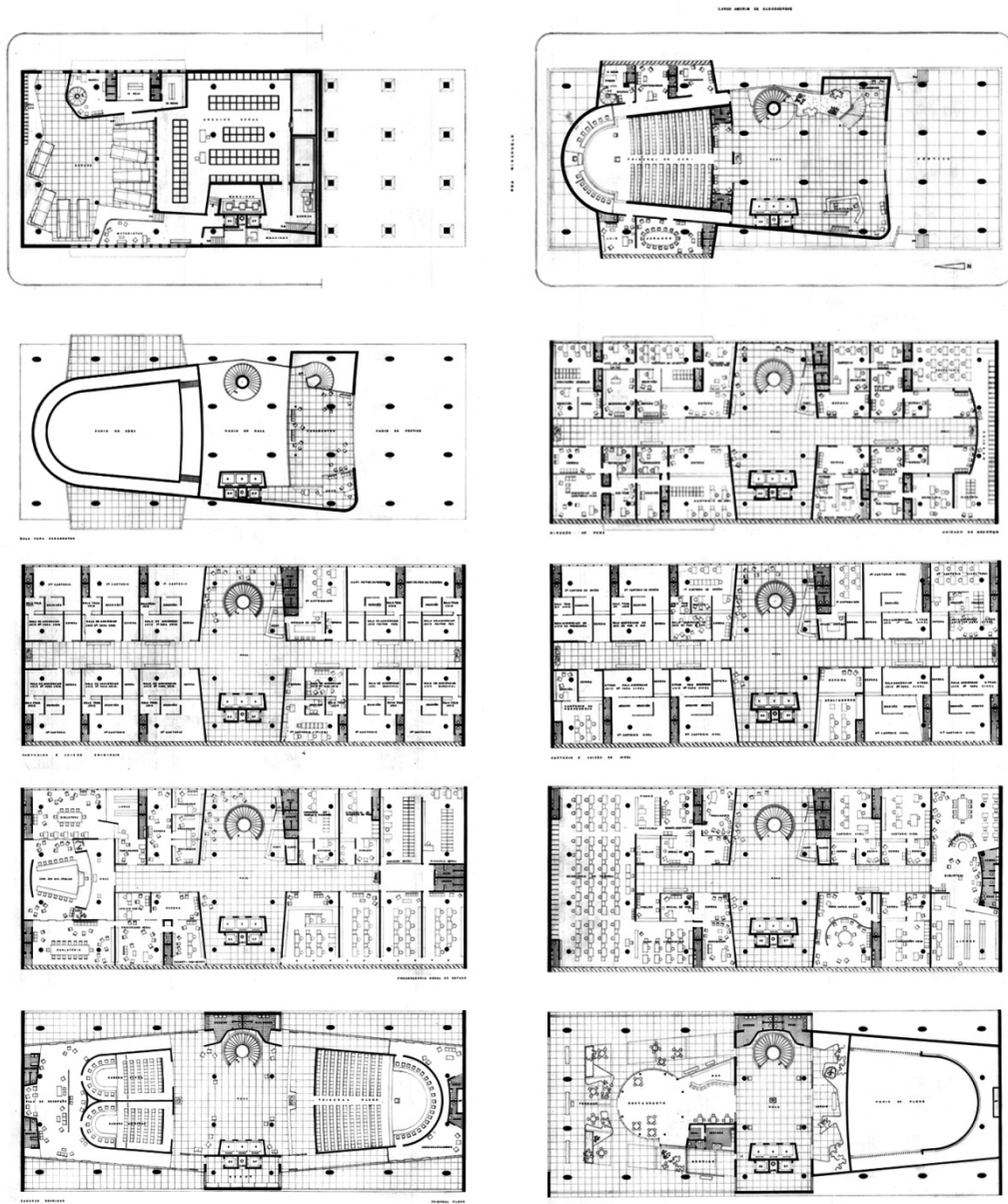


FIG. 38: LICURGO. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

⁴⁵ FAYET, Carlos M. in AXT, Gunter e DE LA TORRE, Márcia (org.). Histórias de Vida – Representações do Judiciário. Vol. III. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2003

A planta do Palácio da Justiça é simétrica nos dois eixos e composta de duas alas laterais e um elemento central onde está a circulação vertical. As alas possuem circulação central no sentido longitudinal do lote. A circulação vertical se dá pelos de elevadores e uma escada circular que ligam o térreo até o 7º pavimento. A galeria é acessada por escada independente localizada no térreo. No projeto são colocados quebra-sóis nos cinco andares tipo da fachada oeste e revestimento externo de granito.

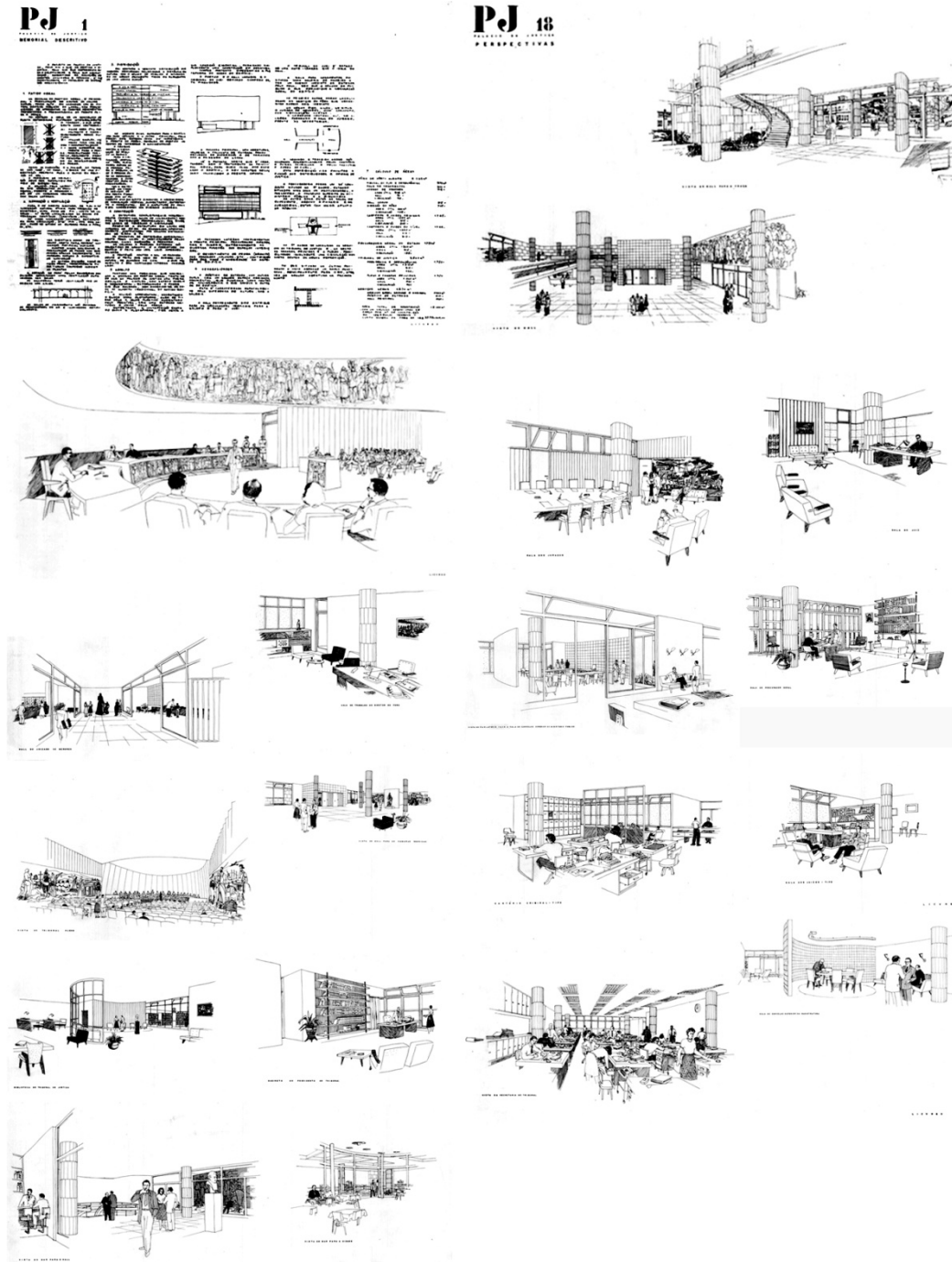


FIG. 39: LICURGO. Pranchas do Concurso de 1952. Acervo MJ- RS.

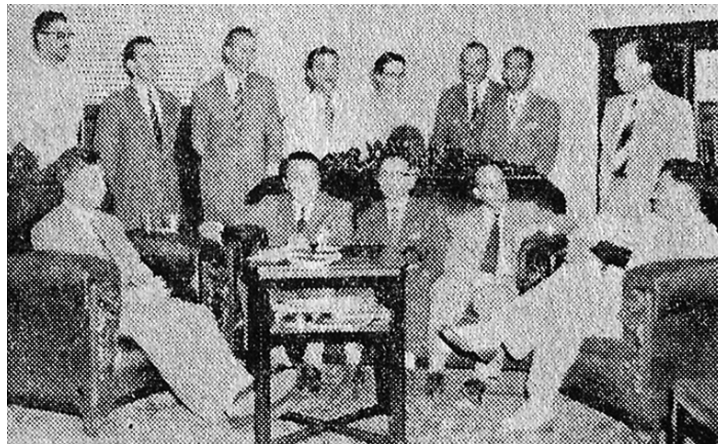
O projeto apresenta diversos murais e esculturas ao longo dos percursos e nas salas principais, como na Sala do Júri e no Tribunal Pleno. Além deles, em sua fachada principal, voltada para a Praça da Matriz e frontal à Catedral Metropolitana e ao Palácio do Governo do Estado, está colocada uma escultura da deusa da Justiça, Themis, com aproximadamente 13 metros. Nas duas fachadas laterais são previstos dois murais medindo 11 por 7 metros. No projeto, como já foi mencionado, todos os desenhos das obras de arte remetem aos ideais do realismo socialista. São cenas do povo e de lutas da classe trabalhadora. Themis é uma escultura da justiça típica, aparece com a venda nos olhos, a balança e espada e suas formas e proporções se enquadram numa representação realista do mundo, ou do que se espera ser realista para a imagem de uma deusa.

O projeto mostra um relacionamento possível entre a imagem mais abstrata de um edifício moderno e os ideais do realismo socialista, mais figurativos, mas presentes no Palácio da Justiça, tanto para configurar seu caráter de edificação especial como para permitir que o povo assim o perceba.

O partido em bloco único dá garantia de destaque maior e aumenta a probabilidade do prédio permanecer como monumento mesmo com as transformações do entorno.

3.3 Resultado.

Em 2 de dezembro de 1952, o jornal Diário de Notícias publica matéria sobre a 7ª Assembléia Geral das Nações Unidas, a primeira no prédio novo em Nova Iorque, e mostra imagens do conjunto às margens do East River. No dia 4 de dezembro, às vésperas do início da Semana de Arquitetura, é divulgado o resultado. Licurgo é o escolhido. Júris Lex é segundo e o terceiro lugar fica com Plano Alfa. A última capa do Correio do Povo, de 5 de dezembro de 1952, apresenta uma foto da sala do Secretário Egidio Michaelsen (que substituía Anníbal di Primio Beck) instantes após a divulgação do resultado.



PALACIO DE JUSTIÇA DE PORTO ALEGRE — Com a presença do sr. Egidio Michaelsen, secretário do Interior, ora respondendo pela Secretaria das Obras Publicas, desembargador Afonso Celso Pereira, engenheiros e arquitetos porto-alegrenses, procedeu-se, na tarde de ontem, no gabinete do secretario das Obras Publicas, à identificação dos vencedores do concurso de anteprojetos do Palacio de Justiça.

Abertos os envelopes, foram a seguir, declarados os nomes dos vencedores, os quais são: 1.º lugar — Luiz Fernando Corona, em colaboração com os escritorios de engenharia de Barcellos e Cia., autor do projeto intitulado "Licurgo"; 2.º lugar — Mario José Correa e Alfredo Leboutte, autores do projeto "Juris Lex"; e em 3.º lugar — Almeida e Turkenitch, autores do projeto "Plano Alfa".

O flagrante acima foi colhido após serem proclamados, pelo desembargador Afonso Celso Pereira, os nomes dos vencedores do concurso de anteprojetos para o Palacio de Justiça.

FIG. 40: Divulgação do resultado do Concurso do Palácio da Justiça.

Licurgo é o pseudônimo do arquiteto Luís Fernando Corona (formado no Instituto de Belas Artes, em 1950) e do acad. Carlos Maximiliano Fayet (que coordena o escritório de projetos da firma Barcellos e Cia. e se formará em 25 de dezembro de 1953, na FA-URGS); Juris Lex é proposto pelos arquitetos (formados no Instituto de Belas Artes, em 1950) e engenheiros civis Alfredo Leboutte e Mário José Correa e, finalmente, Plano Alfa é projeto dos engenheiros-arquitetos Plínio de Oliveira Almeida e Naum Turquenitch (formados na Escola de Engenharia, em 1949).

Os prêmios são entregues em 9 de dezembro, no auditório do Correio do Povo, durante a exposição dos projetos do Palácio da Justiça e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

3.4. Júri

A Comissão Julgadora do Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça é composta do Desembargador Celso Afonso Soares Pereira pelo Tribunal de Justiça, do arq. Demétrio Ribeiro pelo IAB-RS, do eng. Julio Ribeiro de Castilhos pela SERGS, de um membro da secretaria de obras e do membro dos concorrentes eleito na entrega dos anteprojetos, os dois últimos ainda desconhecidos.

Demétrio Ribeiro, em entrevista ao Memorial do Judiciário, informa:

O Presidente da Comissão era o Des. Celso Afonso Pereira, Corregedor-Geral, um cidadão muito criterioso. Nos dávamos muito bem, ele era integralista, mas 100% honesto. Ele orientou muito bem a discussão, e lembro da sua iniciativa no primeiro dia: “Agora que estamos vendo a exposição, antes de discutir, vamos colocar num envelope, cada um, o que achamos melhor”. E se fez isso, guardou-se, e confirmou o resultado final.⁴⁶

Sobre o projeto vencedor, comenta Demétrio:

Numa obra como o Tribunal representa, realmente, um produto daqui, ou seja, dá a compreensão completa do que é novo, moderno e não tem nada de acadêmico, Mas há uma certa presença de uma história secular da composição arquitetônica que vem talvez por um certo isolamento, não estávamos totalmente dependentes da Corte de Capanema – e havia outras fontes de um passado, de um pensamento mais ponderado, uma cultura européia mais marcante. É uma obra nova, indiscutivelmente, mas para durar muito tempo.⁴⁷

Sobre alguns critérios do julgamento, Demétrio é claro ao comentar que

Há vários dilemas do passado e do presente, mas é impossível, se querem fazer um Tribunal, tentar fazê-lo parecido com o que era. Pelo menos a nossa posição era esta: é possível fazer alguma coisa de hoje que respeite, de uma certa forma, o que é velho.⁴⁸

Sobre a opção da Comissão em escolher o conceito de arquitetura moderna para a arquitetura oficial do Estado, Demétrio afirma que

Esta opção existia na cabeça de alguns julgadores, como eu. Do meu ponto de vista, era evidente que não íamos fazer tipo arquitetura de Gramado, um bávaro-suíço, que faz uma arquitetura adaptada. Por outro lado, o público nem estava-se dando conta disso, ou muito pouco.⁴⁹

⁴⁶ AXT, Gunter e DE LA TORRE, Márcia (org.). Histórias de Vida – Representações do Judiciário. Vol. III. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2003

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ ibidem

⁴⁹ ibidem

3.5. Palácios da Justiça contemporâneos

O Projeto do Palácio da Justiça de Porto Alegre, de Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, pode ser considerado como um dos precursores, em linguagem moderna, deste tipo de programa, em nível internacional.

Dentre os precursores, deve-se também incluir o Palácio da Justiça (Suprema Corte) de Le Corbusier em Chandigarh, inaugurado por Pandit Jawaharlal Nehru, Primeiro Ministro, em 19 de março de 1955, mas em uso desde 1954.

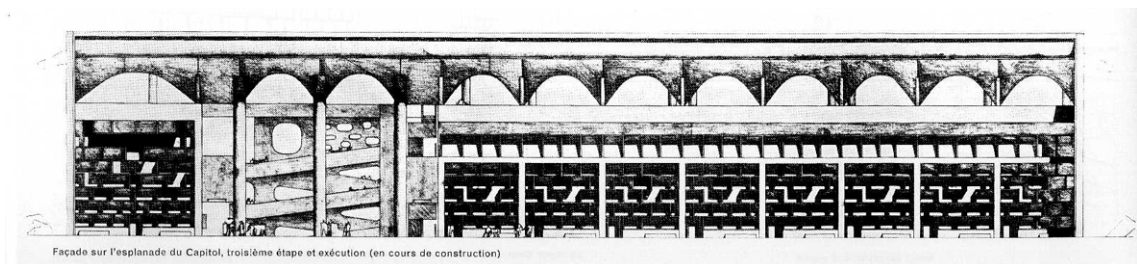


FIG. 41: Fachada do Palácio da Justiça de Chandigarh, 1951-1955.

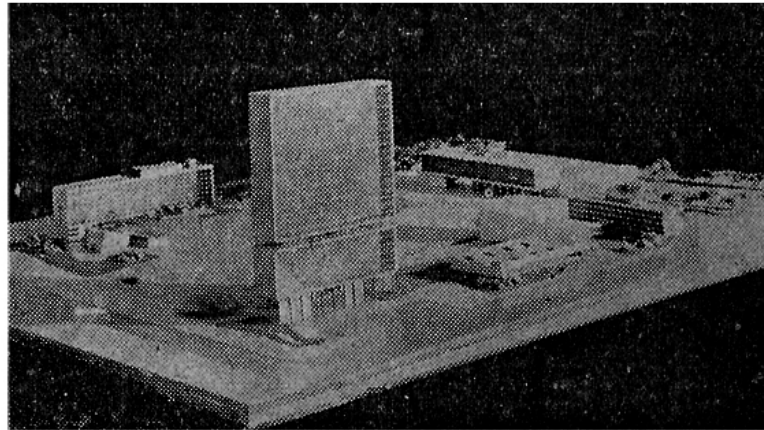
O primeiro projeto é realizado por Le Corbusier em maio de 1951 (L.C 4337 03/05/1951) e o definitivo em 1952⁵⁰, sendo, portanto, bastante improvável que possa ter qualquer influência no projeto de Porto Alegre.



FIG. 42: Palácio da Justiça de Chandigarh.

Outro projeto que merece destaque é o Centro Cívico do Estado do Paraná, dos arquitetos David Xavier de Azambuja (formado na ENBA, em 1931, professor na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro), Olavo Redig de Campos (Roma, 1931), Flávio Amílcar Régis do Nascimento (ENBA, 1931) e Sérgio Rodrigues (FNA, 1951), estudante do último ano de arquitetura.

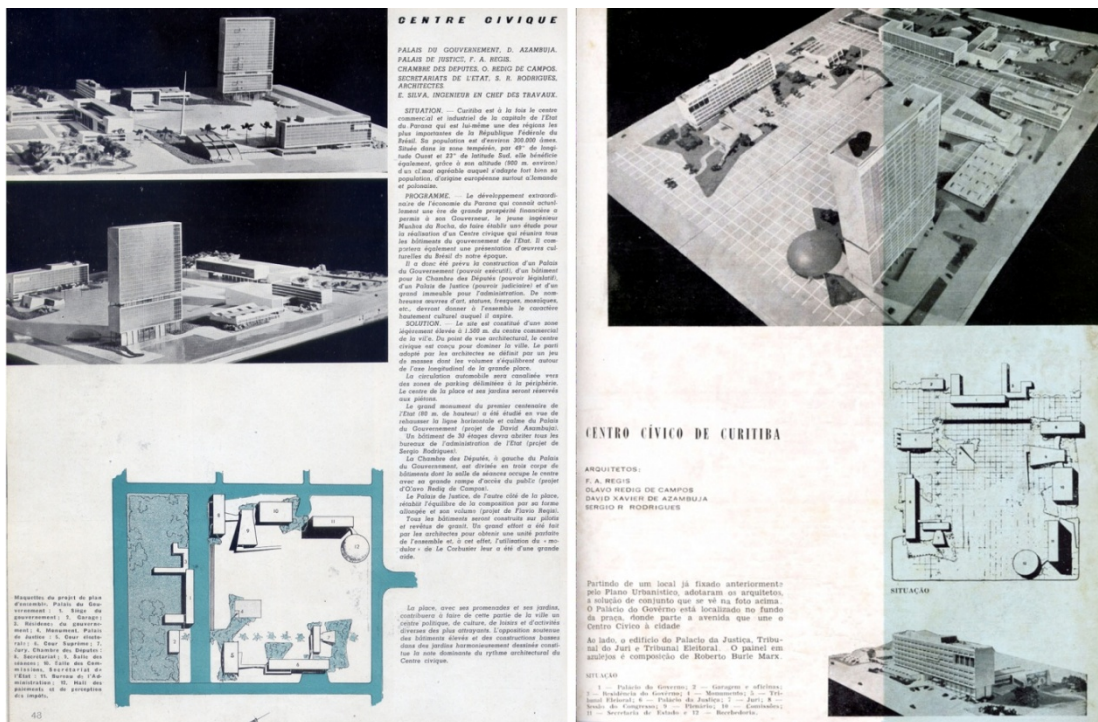
⁵⁰ Conforme Fundação Le Corbusier. <http://www.fondationlecorbusier.fr/fondationlc_us.htm>. Acesso em 30/11/2007.



Vista lateral do “Centro Cívico do Paraná”, já em construção. No primeiro plano, o majestoso edifício das Secretarias de Estado. Ao fundo, o Palácio da Justiça e à direita, o Palácio da Assembléia. A obra foi estimada em 400 milhões de cruzeiros e terá um total de 20.251 m² de área construída.

FIG. 43: Maquete do Centro Cívico do Paraná publicada na imprensa local, 1952.

No projeto do Centro Cívico aparece o primeiro Palácio da Justiça em linguagem moderna conhecido no país. O *Correio do Povo* apresenta, em 19 de setembro de 1952, foto da maquete do conjunto do Centro Cívico do Estado do Paraná. Em agosto de 1952, *L'architecture d'aujourd'hui* publica uma edição dedicada ao Brasil no número duplo 42-43. Nesta edição, fotos da maquete do Centro Cívico do Paraná ocupam a página 48. Posteriormente a revista *Arquitetura e Engenharia* publica imagens do projeto no número 27, mas apenas em 1953.



FIGs. 44 e 45: Centro Cívico de Curitiba, publicações do projeto em 1952 e 1953.

Embora publicado em Porto Alegre, o material não apresenta maiores informações do projeto do Palácio da Justiça, contendo apenas fotos da maquete e o desenho da implantação do conjunto. Do mesmo modo que o projeto de Chandigarh, não há maiores vínculos com o projeto de Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet.

Deve-se ressaltar que os jovens arquitetos rio-grandenses mantêm contato com a produção dos outros estados brasileiros e do mundo através de uma série de publicações como as já citadas revista Anteprojeto do Rio de Janeiro, Pilotis de São Paulo, Arquitetura e Engenharia de Minas, L'Architecture d'aujourd'hui, Acrópole entre outras. Eles realizam inúmeras viagens para outros estados e países. Entre essas, convém ressaltar as aulas ministradas para os alunos no Uruguai, por professores de Montevidéu como Maurício Cravotto e Ildefonso Aroztegui.

De certo modo, todos esses fatos explicam as razões do projeto de Corona e Fayet expressar o Zeitgeist, o espírito de seu tempo, e estar comprometido com a nova arquitetura e os cinco pontos de Le Corbusier interpretados e adaptados à realidade brasileira por Lúcio Costa.

3.6. Exposição dos Projetos e polêmica na imprensa.

Por iniciativa da Secretaria das Obras Públicas e da Secretaria de Educação e Cultura é realizada mostra dos projetos que participaram dos concursos para as futuras sedes do Colégio Estadual Júlio de Castilhos e do Palácio da Justiça. A mostra ocupa o auditório do Correio do Povo, entre 6 e 10 de dezembro de 1952, e inclui maquetes e pranchas que permitem averiguar os valores diferentes que caracterizam os projetos dos arquitetos concorrentes⁵¹.

A premiação acontece às 18 horas do dia 9 de dezembro, com a presença do Governador do Estado, do secretário da Educação, do representante do secretário das Obras Públicas, dos Desembargadores Samuel Figueiredo da Silva (presidente do Tribunal de Justiça) e Celso Afonso Soares Pereira e de inúmeras outras autoridades. São entregues os cheques correspondentes aos prêmios dos dois concursos.

⁵¹ Notas de Arte. Mostra de projetos de Arquitetura. Correio do Povo, 06 de dezembro de 1952, pág.



Aspecto colhido no Auditório do “Correio do Povo”, ontem à tarde, quando o sr. governador do Estado, em companhia do Secretario da Educação, dr. Marino de Carvalho, admirava os projetos do Palacio da Justiça e do Colegio Estadual Julio de Castilhos.

FIG. 46: Exposição no auditório do Correio do Povo. Maquete Licurgo.

O Correio do Povo publica na coluna “Notas de Arte” informações sobre a exposição durante toda a “mostra de Arquitetura”. O jornal afirma, em 10 de dezembro:

O resultado dos concursos é, pois, bastante significativo uma vez que a eles concorreram treze projetos de renomados profissionais gaúchos, sendo um feito em colaboração com um arquiteto argentino.

Rejubila-se assim, a cidade que contará, dentro em breve, com dois novos edifícios públicos que muito contribuirão para seu embelezamento arquitetônico.⁵²

No dia seguinte, novamente a coluna “Notas de Arte” é dedicada ao encerramento da mostra de arquitetura.

Para uma Província em que a cultura arquitetônica moderna é incipiente como o Rio Grande do Sul, auspiciosos são os prêmios para suscitar a concorrência entre os arquitetos. Em menos de dez anos acordando do letargo arquitetônico e sacudindo aos poucos com a terrível rotina, confusão e inconsciência, a nossa gente passa gradualmente do estágio subconsciente da modernização incorreta e não genuína para a fase atual, em que por todo o Interior e Metrôpole notamos um brotar de projetos autênticos, no rumo da renovação que avassala as metrôpoles mais avançadas do país.

Porto Alegre, tão criticada há poucos anos por sua inadaptação, acorda e começa a prestar atenção e a valorizar os projetos e as obras de arquitetura.

A mostra que o Auditório do Correio do Povo, infelizmente só por poucos dias pôde acolher é nisso tudo outro índice eloqüente do que afirmamos.

A última galeria de Arquitetura em tal recinto foi a Exposição Brasileira de Arquitetura, já agora dando lugar a uma mostra porto-alegrense em torno apenas de duas obras a serem eretas em nossa metrôpole, com uma dezena mais ou menos de concorrentes.

Já há ciência e arte arquitetônica entre nós. O nosso meio também solicita arquitetos estrangeiros e nacionais para a concorrência.

Analisamos o sentido geral da mostra. Focalizamos os trabalhos dos arquitetos vencedores. Não poderíamos passar sem fazer justiça ao esforço de outros concorrentes.

⁵² Notas de Arte. Encerramento da mostra de Arquitetura. Correio do Povo, 10 de dezembro de 1952, pág 8.

Atenção geral suscitou o projeto Woebcke-Pellegrini de concepção e projeção arrojadas, com matéria e forma que disputam a atenção e avaliação.

Notamos o projeto com um único bloco arquitetônico em forma de U. Tem ele atributos inconfundíveis, mau grado os problemas que suscita e as discutíveis soluções.

Há outro projeto de um arquiteto argentino com experiência na Califórnia, com um planejamento diferente, em relação à posição e à distribuição das massas arquitetônicas, à iluminação, distribuição do Colégio e circulação e utilização autônoma dos centros de atividade escolar e administrativa.

Outro projeto de composição filiforme apresenta também suas sugestões e suscita reparos, a par de certos índices sugestivos.

Se os projetos em torno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos interessam, o mesmo sucede com boa parte dos concorrentes para o prédio do Palácio da Justiça.

Fixamos previamente o primeiro lugar conquistado. Ao lado desse, encontramos projetos que concebem o Palácio da Justiça de um modo antiquado, confuso, a par de alguns de composição ponderável, mau grado tudo quanto terão suscitado de crítica pelo júri aferidor de tais projetos.

O influxo das experiências nacionais e estrangeiras é naturalmente sensível e ponderável. Há acertos e desacertos. Há tentamens, desde as rampas em vez de escadas até o jogo dos quebra sóis.

Oxalá esse elan novo que se projeta das praias do Atlântico às margens do Guaíba e pelo Hinterland avassale todas as esferas da música concretizada que é a Arquitetura, da arquitetura particular à pública, da civil à religiosa.

Se o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco já chamam a atenção de todos os povos cultos, o Rio Grande do Sul não deverá ficar atrás e temos que a sementeira das escolas, o intercâmbio, os congressos, os mestres itinerantes, e as viagens estão sacudindo as gerações que surgem e as que se formaram noutra época e meio.

Já alguma coisa conta a nossa metrópole. Qualquer dia desses será apresentado um panorama geral da atualidade arquitetônica de Porto Alegre presente e por vir a ser, através das concepções e obras de seus arquitetos em marcha.

Expressivo foi o ato de encerramento da Mostra de Arquitetura, tendo a presença do Governador do Estado, de vários Secretários de Governo, do Poder Judiciário e Poder Legislativo, dos concorrentes premiados e dos representantes dos órgãos interessados nas obras projetadas, sendo distribuídos os prêmios em cheque aos primeiros classificados pelos dois diferentes júris.⁵³

Posteriormente, o Jornal Diário de Notícias publica, em 20 de dezembro de 1952, nota intitulada “O Instituto dos Advogados e o futuro Palácio da Justiça”. O Dr. Itiberê de Moura, presidente do IARGS, convoca o Instituto para se pronunciar sobre os projetos para o Palácio da Justiça, que estão expostos no Tribunal de Justiça, situado no antigo edifício da Prefeitura Municipal. A nota informa:

Como o Tribunal de Justiça também vai reunir-se para estudar tão importante assunto e em virtude de críticas levantadas pelo professor Dr. Hernani Estrella ao projeto vencedor resolveu o presidente do Instituto dos Advogados convocar a classe para um pronunciamento definitivo e oficial sobre os projetos, motivo por que os advogados aguardam com involuntária ansiedade a reunião da noite de hoje, visto tratar-se de assunto que diz respeito não só da classe em geral, como também da própria Justiça.⁵⁴

O mesmo Diário de Notícias havia tecido comentários elogiosos ao projeto dos jovens arquitetos, em 7 de dezembro no texto intitulado “LICURGO”, assinado por Del Vaz. A nota menciona “um Palácio da Justiça digno de suas mais nobres tradições e capaz de ser admirado, com encantamento, pelas gerações vindouras”. No dia 21 de dezembro, Carlos

⁵³ Notas de Arte. Encerramento da mostra de Arquitetura. Correio do Povo, 11 de dezembro de 1952.

⁵⁴ O Instituto dos Advogados e o futuro Palácio da Justiça. Diário de Notícias, 20 de dezembro de 1952.

Galvão Krebs⁵⁵ escreve o artigo “Sobe à notoriedade o projeto do novo palácio da Justiça”. O texto é uma resposta e um questionamento ao ex-presidente e sócio fundador do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, Hernani Estrella⁵⁶. No texto, Krebs afirma:

Publicado o resultado, verificou-se ter saído vencedor o projeto de autoria do arquiteto Luís Fernando Corona, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, em colaboração com o sr. Carlos M. Fayet, pertencente a firma construtora Barcelos e Cia. Ltda., e que se gradua em arquitetura dentro de poucos dias.

Foi uma decisão, para todos aqueles que se interessam por arquitetura e pelo progresso da cidade. Em verdade, o projeto se impunha a todos os outros, em qualquer sentido. Mesmo ao leigo cremos que satisfaz amplamente. É um projeto de arquitetura contemporânea, monumental, sóbrio, sólido. E que resolve corretamente os problemas do programa proposto.

Ontem, para surpresa e estupefação geral, foi publicada na imprensa matutina uma nota pela qual se tomou conhecimento de que, “em virtude de críticas levantadas pelo professor dr. Hernani Estrella ao projeto vencedor, resolveu o presidente do Instituto dos advogados convocar a classe para um pronunciamento definitivo e oficial sobre os projetos, etc”

[...] Agora, surgem críticas do prof. Hernani Estrella, que determinam uma sessão do Instituto dos Advogados. Isso significa que Luís Fernando Corona e Carlos M. Fayet estão de parabéns. Seu magnífico projeto sobe, da natural notoriedade regional em face da vitória alcançada, para a notoriedade nacional, e, quiçá, internacional. Se forem felizes, se pegar fogo na fogueira, e desde que as críticas do professor Hernani Estrella sejam suficientemente fortes para levar avante a discussão, é de prever-se um novo caso “Pampulha”, desta vez no Rio Grande do Sul e nas esferas do Direito ao invés do ambiente religioso das Minas Gerais.

O advogado Carlos Galvão Krebs estudara no IBA e era membro fundador da Associação Araújo Porto Alegre, já tendo sido secretário e presidente desta. Como afirma Círio Simon na tese “ORIGENS do INSTITUTO de ARTES da UFRGS”:

Em 1948, a Associação Araújo Porto Alegre integrada por estudantes dos cursos de artes plásticas e de arquitetura do Instituto tomou a iniciativa de percorrer o Brasil das culminâncias barrocas coloniais, sem negligenciar o que na época estava se produzindo de mais adiantado na Arquitetura. Essa associação motivou, preparou, acompanhou e divulgou essa viagem de estudo para conhecer in loco a cultura brasileira, convidando professores e estudantes.

O Estatuto dessa Associação, de 25 de agosto de 1947, reza em no seu artigo 2º:

A associação de caráter estritamente cultural, se compõe dos seguintes sócios fundadores, estudiosos de Arquitetura e Artes Plásticas: Ruy Miranda Falcão – Presidente, **Carlos Galvão Krebs** – Secretário, Remo José Irace, - Tesoureiro, **Carlos Maximiliano Fayet**, Emílio Mabilde Ripoll, Jorge Siritto de Vives, Luiz Eduardo Santos, **Luís Fernando Corona**, Luiz Florência Braga, Plínio César Bernhardt e Roberto H. Bins.

⁵⁵ Carlos Galvão Krebs, (Santa Maria, 1914), advogado e bel. em filosofia, especializou-se em geografia, história e artes plásticas. Jornalista e folclorista, sócio fundador e secretário da Associação Araújo Porto Alegre, diretor do Instituto de Tradição e Folclore.

⁵⁶ Hernani Estrella nasceu e graduou-se em Direito em São Paulo, transferiu-se posteriormente para Porto Alegre. Foi professor fundador da Faculdade Católica de Porto Alegre. Fundou e foi diretor do Instituto de Direito Privado da Faculdade de Direito da UFRGS. Fundou, presidiu (1947) e foi membro efetivo do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Lecionou Direito Comercial e Direito Comercial Internacional na UFRGS e PUC. Foi professor catedrático de Direito Comercial da UFRGS de março de 1938 a dezembro de 1967, quando foi jubilado. Publicou, em 1975, a obra “Direitos da Mulher”. Recebeu o título de Professor Emérito da UFRGS e o Diploma de Benemerência do IARGS pelos serviços prestados. Suas obras tornaram-se referência no Direito Comercial. Faleceu em 21 de junho de 1991, aos 95 anos.

Como se pode notar, Krebs tinha conhecimento da produção da arquitetura contemporânea brasileira pelas viagens da Associação e conhecia os jovens arquitetos vencedores do prélio, tendo sido seu companheiro em diversas viagens. Sua resposta à convocação do Instituto de Advogados continua nas páginas do Diário de Notícias:

Não podemos imaginar qual a natureza das críticas do jurista e catedrático de Direito Comercial figura ilustre e respeitável por todos os títulos.

Por isto, tanto os advogados, como os trabalhadores do Direito, que têm a ver com o futuro Palácio da Justiça, nós próprio na qualidade de estudioso da arte, estamos interessadíssimos em conhecê-las. Estamos inclinado a presumir que sejam críticas concernentes, talvez, à localização de determinados serviços, que o professor conhecerá mais que os jovens arquitetos, em consequência de sua longa e brilhante carreira de advogado militante. Não obstante o exaustivo estudo prévio a que se atiraram os arquitetos antes de riscar o primeiro traço do projeto, é possível que lhes tenha escapado algum pormenor neste sentido. Por que admitir no prof. Hernani Estrella críticas quanto à arquitetura propriamente dita, seria temeridade de nossa parte. Não seria concebível, por exemplo, que o ilustre professor pretendesse um palácio de vários pisos, com um frontão clássico, capitéis jônicos, e elementos de um passado brilhante, mas passado há tempo e, além de tudo, batidíssimo. Ainda mais, justamente agora, que a arquitetura brasileira contemporânea se mantém no primeiro plano universal, precisamente agora, que nossa Capital, com o Palácio da Justiça, sairia afinal das velhas construções estilo “compoteira” ou mesmo “bolo de noiva”, como a nova sede municipal. Agora, que a rapaziada nova, recém saída dos nossos cursos de arquitetura, esta tomando de assalto as rédeas da arquitetura gaúcha e conquistando, de maneira rápida e decidida, o gosto do público comitente. Não, nós não podemos admitir tais críticas, partindo do ilustre professor. Ao contrário, cremos até que o prof. Hernani Estrella terá, melhor do que nós, aprendido toda a sobriedade, a nobreza, a serena tranqüilidade, imanentes no bom conceito da justiça, que os _____transferir para o bloco monumental do futuro palácio. Ademais, as linhas modernas e de bom gosto, como o conforto atual, não são absolutamente incompatíveis com a idéia de justiça. Cremos que o projeto visado é uma das _____mais felizes no Brasil inteiro, quanto ao espírito, ao caráter que os autores lhe souberam marcar com absoluta propriedade. Não existe nele aqueles preciosismos de receita, postos em voga por arquitetos menos criadores. Não existe a estandarização de seleções fáceis, porque habituais. Nem existe a leveza graciosa, característica da boa arquitetura brasileira contemporânea, mas inoportuna aqui, num palácio da justiça. Existe, isto sim, e do melhor quilate, tudo aquilo que se apropria a um verdadeiro Palácio da Justiça dos nossos tempos: monumentalidade, conforto, modernidade, racionalidade das soluções e sobretudo, espírito, caráter, que lhe dá aspecto próprio ao fim a que se destina.

Por todas estas razões, aguardamos com vivo interesse as críticas do professor Hernani Estrella.

Carlos Galvão Krebs escreve “Arquitetura e Estatuária das Missões”, em 1945. Faz a cobertura, em 1948, do II Congresso Brasileiro de Arquitetos para a Revista do Globo e, segundo Círio Simon (2002, p.449), apresenta proposta para constituir o ‘Serviço de Levantamento do Patrimônio Público e Particular do Rio Grande do Sul’ (SPHAE). Em 1954, será nomeado diretor do Instituto de Tradição e Folclore. Aparentemente sua figura concilia o conhecimento do passado para a construção do presente, sem tornar-se prisioneiro de ditas glórias ancestrais. Após a publicação de seu artigo, não são mais veiculados, na imprensa, questionamentos ou críticas ao projeto vencedor.

4 CONSTRUÇÃO

4.1 Projeto Executivo 1953-1968.

Entre o concurso e a execução da obra, acontecem alterações naturais no desenvolvimento de projeto. As modificações são publicadas no primeiro número de uma revista de arquitetura de circulação local, a revista Espaço-Arquitetura, em 1958.

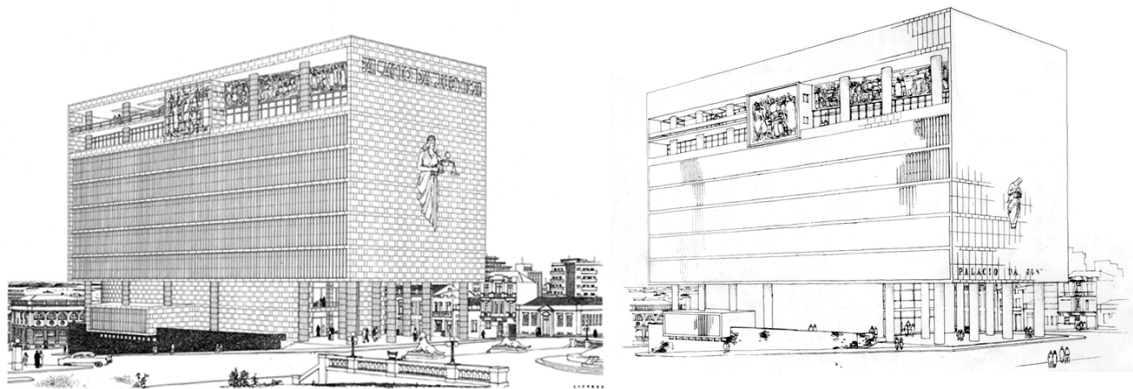


FIG. 47: à esquerda: perspectiva do Concurso de 1952 e, à direita, do projeto executivo.

O edifício ganha um andar de coroamento, que aparece evidenciado nas laterais. Neste se localizam o reservatório superior, as casas de máquinas dos elevadores e as treliças de concreto que suportam laje do 7º e cobertura do edifício. A maior parte das esculturas e murais é retirada do projeto. Permanecem os murais externos e a escultura de Themis, mas agora modificada. A estereotomia do revestimento externo é reestudada, bem como a posição da inscrição “Palácio da Justiça”, abaixo da escultura da deusa.

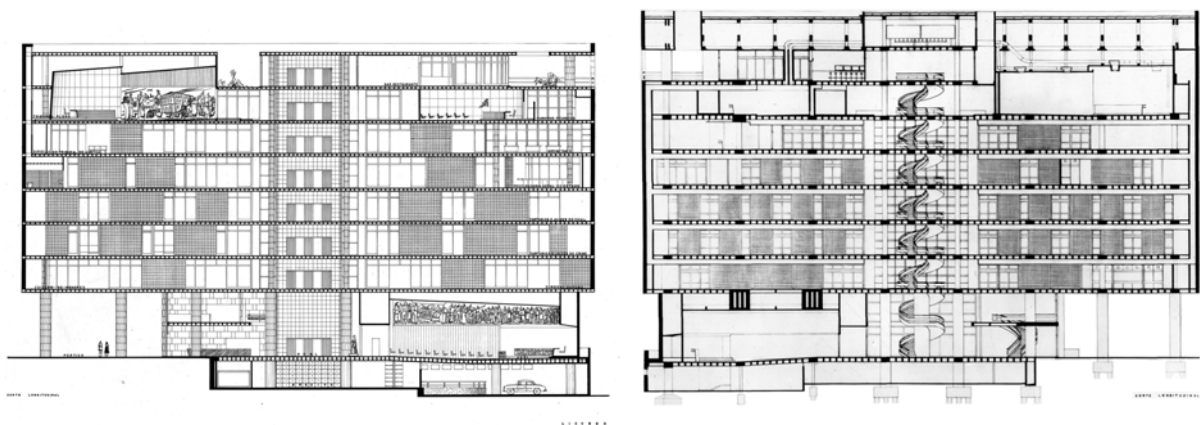


FIG. 48: à esquerda: corte longitudinal do Concurso de 1952, vista dos elevadores, e, à direita, do projeto executivo, vista da escada e da estrutura de coroamento.

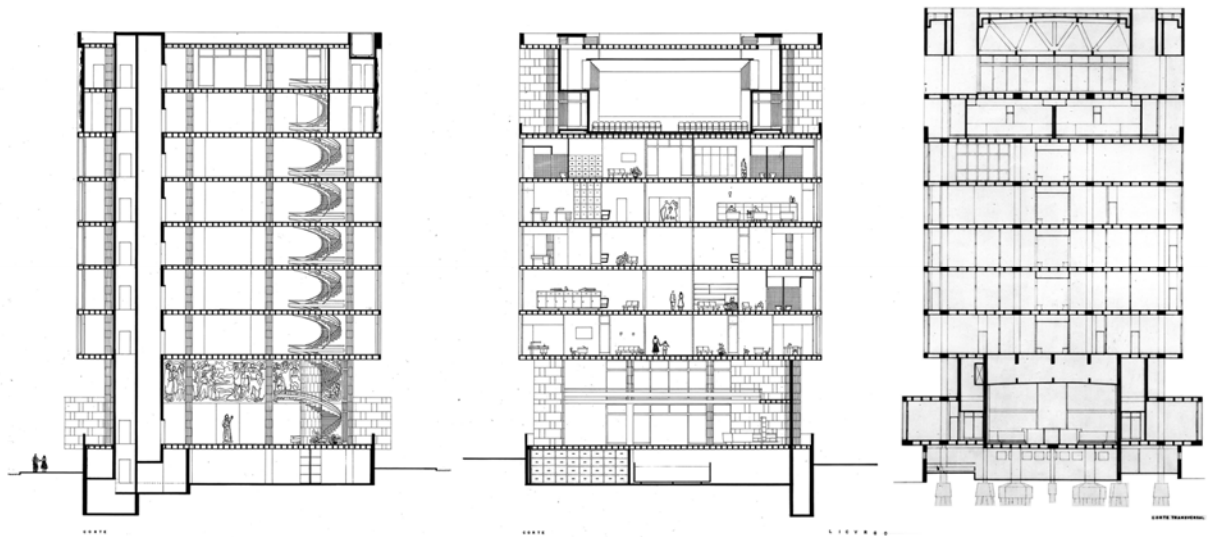


FIG. 49: à esquerda: corte transversal BB do Concurso de 1952 com vista da escada, da entrada do Salão do Júri e do Restaurante; ao centro: corte transversal CC do Concurso de 1952, com vista da galeria e do Tribunal Pleno, à direita, corte transversal do projeto executivo, com vista do Salão do Júri com estrutura sobre laje de forro, terraços, portas externas do restaurante e estrutura do coroamento.

A planta baixa tem malha estrutural de 8,4m (sentido norte-sul) por 7m (leste-oeste), modulação evidenciada pela placas de mármore e granito do piso, cortado em peças de 70 x 70 cm, com juntas posicionadas sobre os eixos da estrutura. As dimensões do prédio são de 64,40 por 25m, obtida por meio do uso de balanços das lajes.

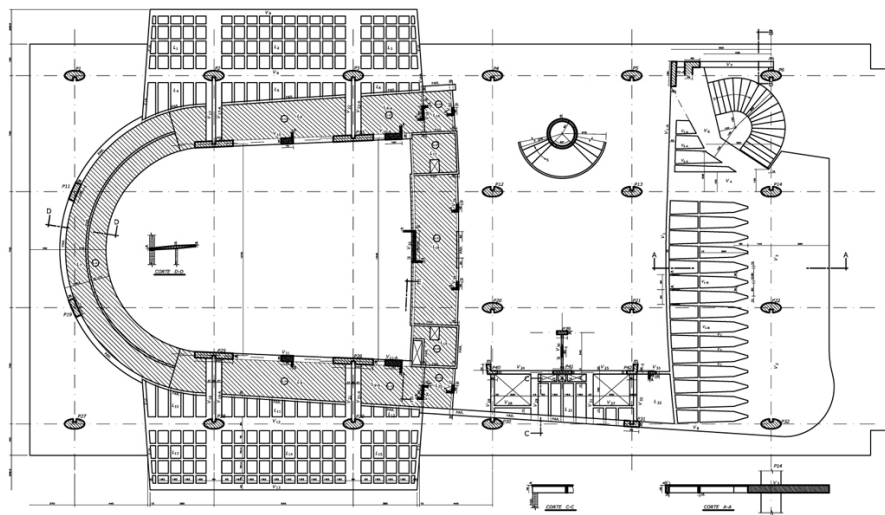


FIG. 50: Galeria: planta de forma, 5 de maio de 1954. À esquerda, forro do Salão do Júri e, à direita, detalhe da laje da galeria

A estrutura possui soluções especiais no Salão do Júri, no Tribunal Pleno e no Restaurante. No primeiro, vigas de transição deslocam a carga dos pilares superiores para as extremidades, fora do módulo estrutural. Nos últimos, treliças de concreto levam o peso

das lajes da cobertura e das lajes do forro do Restaurante e do Tribunal Pleno para os pilares extremos existentes na modulação estrutural, localizados nos terraços.

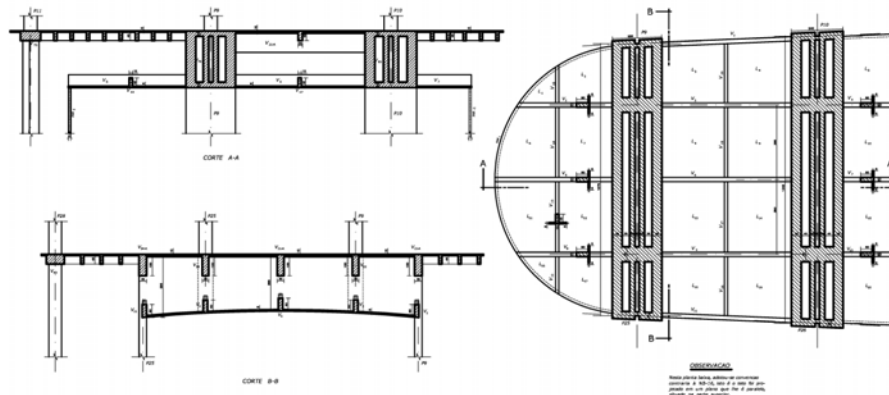


FIG. 51: Salão do Júri: planta de forma da laje e cortes das vigas de transição, desenho de 12 de abril de 1954.

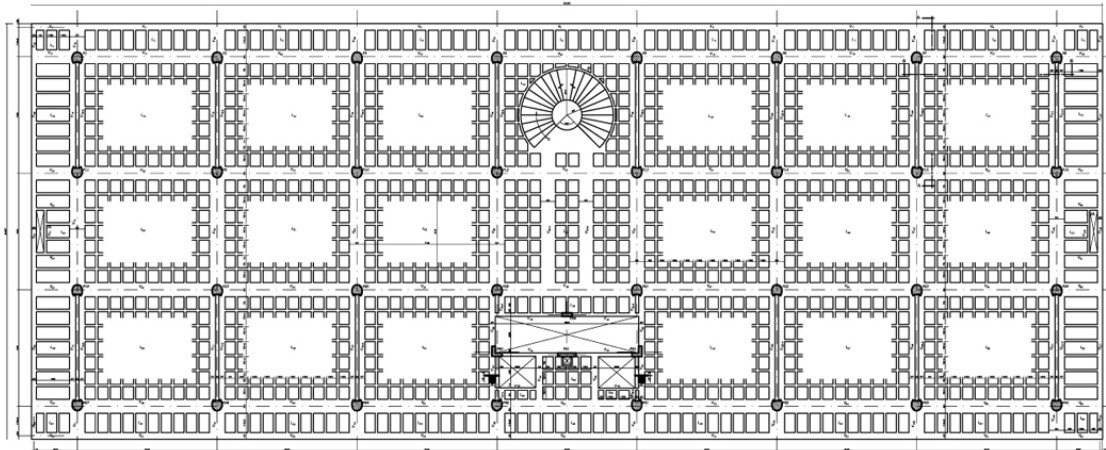


FIG. 52: 2º, 3º e 4º andar: planta de forma, desenho de abril de 1954. Malha estrutural 8,4 x 7m

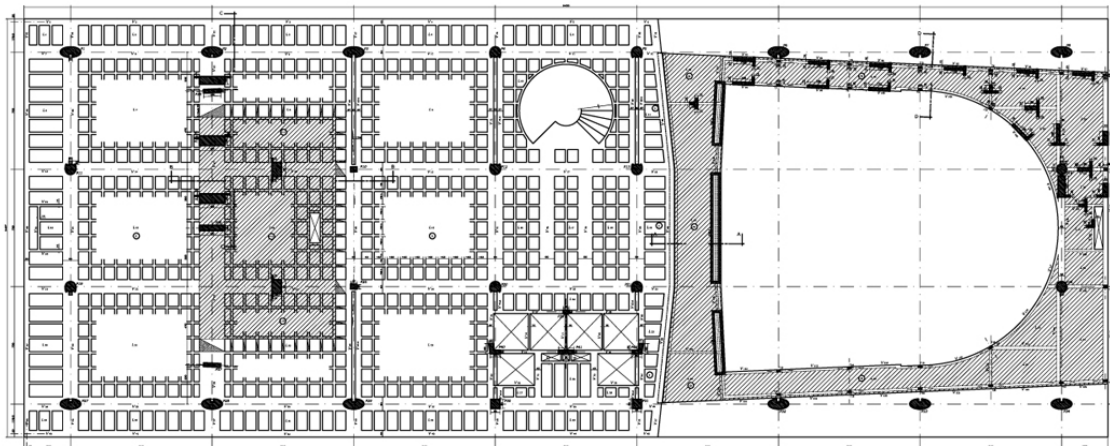


FIG. 53: 7º andar: planta de forma, desenho de agosto de 1954. À esquerda, Restaurante e, à direita, forro do Tribunal Pleno.

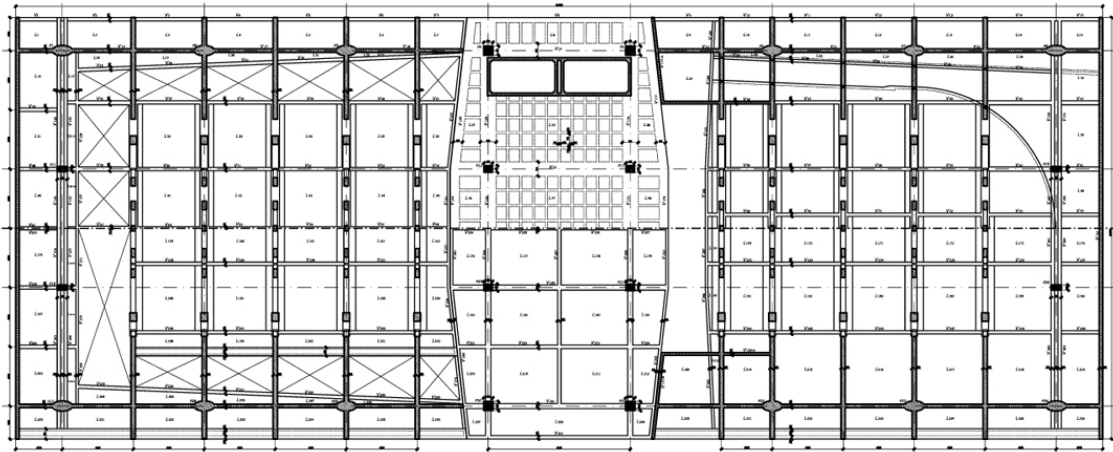


FIG. 54: Cobertura: planta de forma, desenho de novembro de 1954.

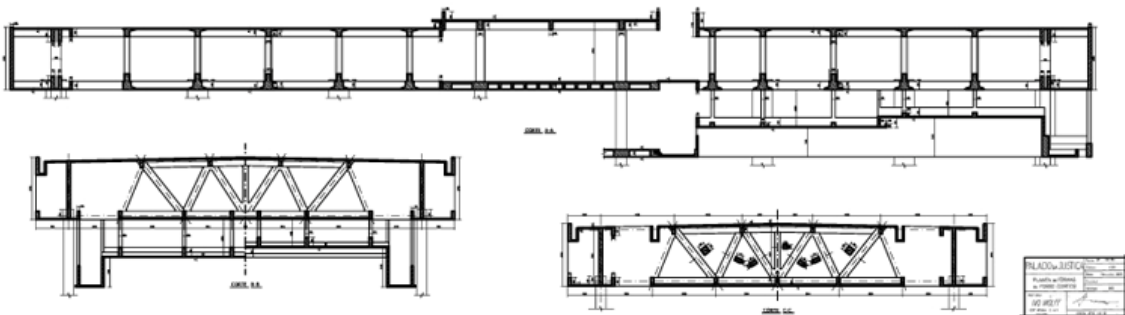


FIG. 55: Cobertura: cortes, desenho de novembro de 1954. Trelças de concreto.

As áreas acima do Salão do Júri, do Restaurante e do Tribunal Pleno são ocupadas, apenas, por máquinas do sistema de condicionamento de ar, deixando grandes espaços ociosos dentro do bloco edificado.

Além das alterações decorrentes do estrutural⁵⁷, o projeto publicado em 1958 sugere que a imagem na mente de seus co-autores é ligeiramente diferente da concepção de 1952. Themis se alinha a uma representação mais abstrata. A espada tem, agora, a balança incorporada em sua empunhadura; seu pescoço se prolonga para permitir que a cabeça se destaque e seja vista da perspectiva da rua; seus pés se retraem e ficam quase paralelos à fachada do prédio para não obstruir a visão do observador e a venda desaparece, a justiça pode enxergar o que acontece à sua volta. Os murais, no entanto, mantêm a imagem de cenas do povo e a filiação com o realismo socialista como afirmavam seus autores.

⁵⁷ O cálculo estrutural do Palácio da Justiça foi realizado pelo escritório do prof. Eng. Ivo Wolff.



FIG. 56: as várias faces de Themis: vendada na perspectiva do concurso; sem venda na escultura de Fernando Corona (maquete concurso) e na revista Espaço e novamente vendada em desenho do final dos anos 1950.

O início das obras acontece no final de 1953. No ano de 1957, a estrutura está praticamente terminada, mas a inauguração do Palácio da Justiça de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, só ocorre em 1968, devido a diversos problemas de orçamento do Estado.

4.2 Contratos e Etapas.

Após a divulgação do resultado e o pagamento dos prêmios aos concorrentes, Diário Oficial do Estado publica o Decreto Nº. 3.597, de 11 de novembro de 1952, assinado pelo Governador. Este abre crédito especial na Secretaria das Obras Públicas, de acordo com a Lei Nº. 1588, de 6 de novembro de 1951. São destinados cinco milhões de cruzeiros, com vigência até 31 de dezembro de 1953, para atender as despesas com o início das obras do Palácio da Justiça. O Decreto é assinado por Ernesto Dornelles, Governador, Annibal di Primio Beck, Secretário das Obras Públicas, e Antônio Brochado da Rocha, Secretário da Fazenda.

Apenas em 23 de maio de 1953 são contratados o arquiteto Luís Fernando Corona e a Firma Barcellos & CIA. Ltda., para o desenvolvimento do projeto do Palácio da Justiça, por meio do contrato nº. 24/53. O Correio do Povo noticia, em 10 de junho de 1953, documento contendo cronograma das etapas enviado ao Governador pelo titular da Secretaria de Obras, eng. Leonel Brizola. No cronograma, existe informação que, dentro de 120 dias, será possível abrir concorrência para a execução das fundações.

No dia 30 de dezembro de 1953, a empresa Estacas Franki é contratada para execução do estaqueamento das fundações do Palácio da Justiça, contrato nº. 68/53. Em 28 de março de 1954, o Correio do Povo noticia: “Concluída a cravação das estacas para Fundação do Pal. Da Justiça!” O jornal informa que as obras começaram em meados de janeiro, mas os trabalhos foram prejudicados devido à grande quantidade de chuva que caíram em fevereiro e a necessidade de serem totalmente destruídos alguns vestígios da antiga construção. Para cumprir o cronograma, são constituídas duas turmas de operários, trabalhando 12 horas por dia (24 horas ininterruptas), para terminar a cravação das 146 estacas (com cerca de 6,50 m de comprimento e carga unitária de 130 toneladas). A última é cravada à uma hora da madrugada do dia 27 de março. Na mesma semana, enceta-se a execução dos blocos de fundação do Palácio, cujo volume é de 500 m³, devendo ser concluída em 50 dias. Para o início de maio, está prevista a abertura da concorrência para “execução de parte da estrutura de concreto”.

Em 1º de Abril de 1954, reportagem do Correio do Povo intitulada “A nova sede do Poder Judiciário será instalada em moderna obra arquitetônica” descreve

[...] um edifício com seis andares constituindo o monobloco – custo calculado em CR\$ 40.000.000,00- 15.100 metros quadrados a área total de construção – cinco elevadores farão a circulação vertical no interior do prédio. – Norma a ser adotada na distribuição dos diversos serviços e repartições do Judiciário.

A Construtora Ernesto Woebcke S/A assina o contrato nº 159/54 para execução dos trabalhos de construção de **parte da estrutura em concreto armado** do Palácio da Justiça, composta das lajes dos pisos térreo, galeria, 1º, 2º, 3º e 4º andares, em 30 de novembro de 1954.



FIG. 57: Obra após a contratação da Construtora Ernesto Woebcke, ao fundo, Biblioteca Pública do Estado e Ed. Sulacap, início de março de 1955.

FIG. 58: Obra após a contratação da Construtora Ernesto Woebcke, interior do canteiro, início de março de 1955



FIG. 59: armadura de pilar, abril de 1955.

FIG. 60: concretagem de pilar, esquina Riachuelo e Gen. Câmara, abril de 1955.

FIG. 61: formas e armaduras, Largo João Amorim de Albuquerque, abril de 1955.



FIG. 62: arquiteto Fayet examinando as formas do lado leste, 19 de abril de 1955.

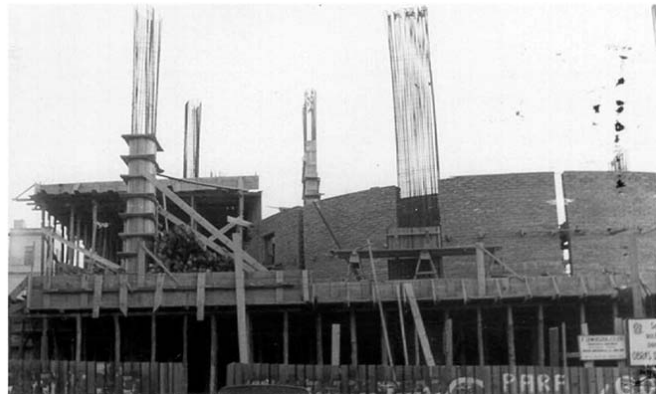


FIG. 63: lado norte, parte posterior do Salão do Júri, abril de 1955.



FIG. 64: arquiteto Fayet examinando o lado oeste, 28 de abril de 1955.

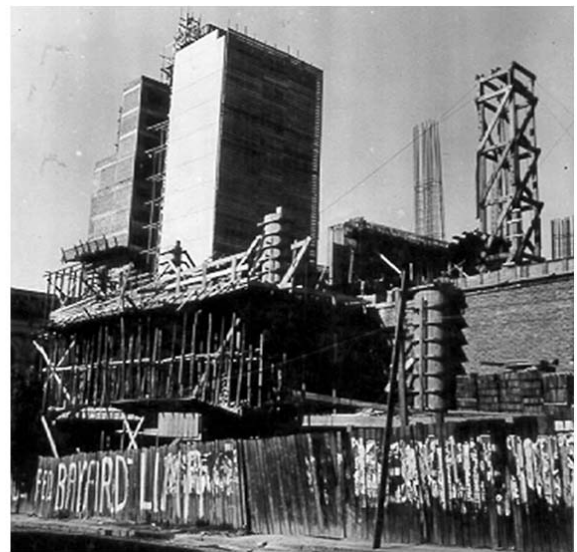


FIG. 65: vista do canteiro, R. Gen. Câmara, final de abril de 1955.

Após a contratação da Woebcke, as transformações no sítio ficam mais evidentes para a população. Em março de 1955, as formas podem ser vistas sobre o tapume e os pilares do térreo começam a ser concretados. Em abril, a laje do térreo está concretada, são armadas as formas das lajes da galeria, o pilotis tem sua armadura à vista dos transeuntes.



FIG. 66: formas das lajes da galeria e armadura do pilotis visíveis para os pedestres, abril de 1955.



FIG. 67: arq. Carlos Maximiliano Fayet, 28 de abril de 1955.

Em maio, a Construtora Ernesto Woebcke faz a concretagem das lajes de cobertura dos volumes laterais no térreo e da estrutura do forro do Salão do Júri. São executadas as formas de parte da laje do 1º andar e removidas as escoras da laje do térreo, permanecendo as demais.



FIG. 68: Esquina Riachuelo com General Câmara, 19 de maio de 1955.



FIG. 69: formas das lajes do 1º andar e armadura dos pilares acima do pilotis, 12 de junho de 1955.

Em junho, estando os pilares concretados até a laje do 1º andar, são feitas as armaduras dos pilares do 2º. A maior parte da laje do 1º permanece com escoras; sendo retiradas as posicionadas próximas ao Salão do Júri. Parte da laje do 2º andar está armada e escorada.

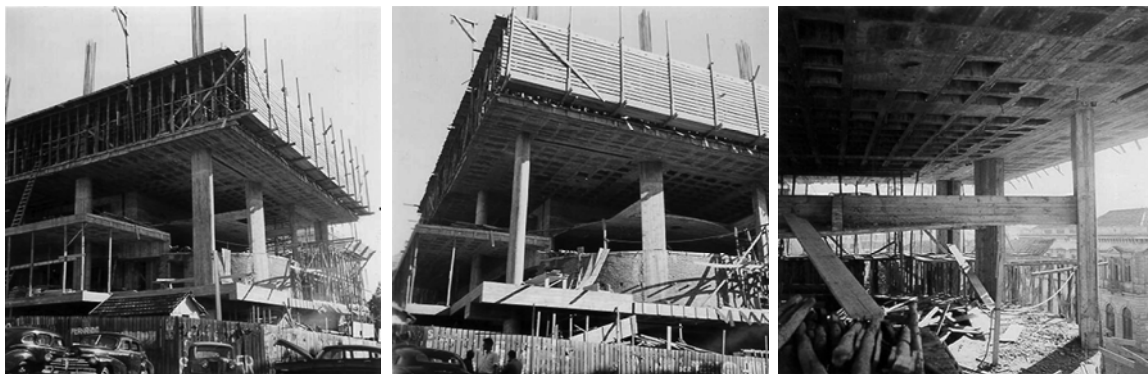


FIG. 70: Esquina Riachuelo com Largo João Amorim de Albuquerque, 14 de junho.
 FIG. 71: Esquina Riachuelo com Largo João Amorim de Albuquerque, 14 de junho.
 FIG. 72: estrutura parte posterior do Salão do Júri, 14 de junho de 1955.



FIG. 73: arq. Luís Fernando Corona, patamar da escada no térreo, 19 de julho.



FIG. 74: formas das lajes do 3º andar e armadura dos pilares, 3 de agosto de 1955.



FIG. 75: Face leste, Largo João Amorim de Albuquerque, 28 de outubro de 1955.

FIG. 76: Escada no 1º andar, 28 de outubro de 1955

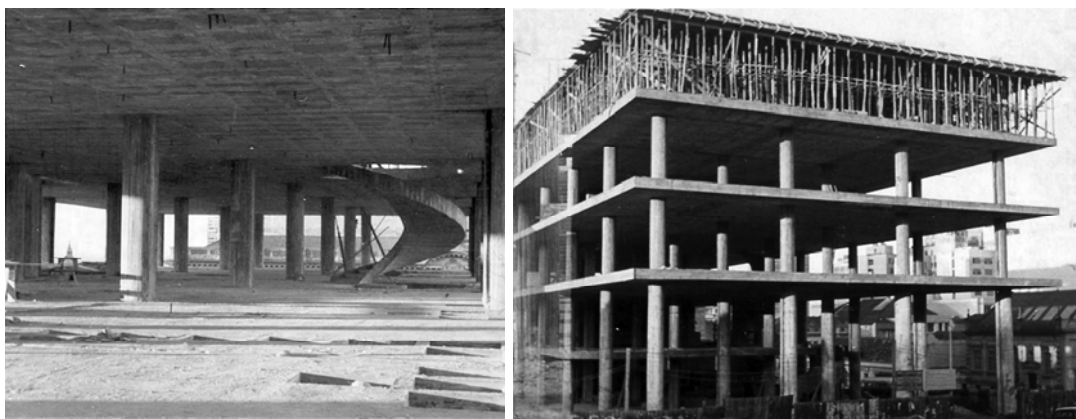


FIG. 77: estrutura independente, 1º andar, no fundo Biblioteca, 28 de outubro.

FIG. 78: formas das lajes do 4º andar, Praça da Matriz, 28 de outubro de 1955.



FIG. 79: o Dom-ino e o Monumento, 10 de dezembro de 1955.

FIG. 80: a estrutura independente vista da Praça da Matriz, 10 de dezembro de 1955

No mês de agosto, a Woebcke executa as formas da laje e a armadura dos pilares do 3º andar. São visíveis as formas nas lajes dos três primeiros andares, permanecendo as escoras nas do 2º e 3º. A laje da galeria e do 1º andar estão sem escoras. O pilotis está à vista, sem formas.



FIG. 81: "O Sistema Dom-ino" em Porto Alegre, 10 de dezembro de 1955.

Em outubro, as lajes do 1º, 2º e 3º andares estão concretadas, sem formas ou escoras; a laje do 4º andar continua com formas e escoras. A estrutura independente pode ser vista com todo vigor nos andares tipo.

No início do mês de dezembro, a maior parte das escoras e das formas da laje do 4º andar já foram retiradas. O Sistema Dom-ino⁵⁸ fica evidente.

O Relatório de Obras da Secretaria de Obras no ano de 1955 registra o andamento das obras.

Obras do Palácio da justiça com respeito aos trabalhos nela concluídos, temos: estacas e vigas de fundação, bem como a 1ª etapa da estrutura em concreto armado. Ateste-se, ainda, o projeto de construção; deverão ser entregues plantas de detalhes construtivos. Com tais realizações, despendeu-se em 1955 a importância de Cr\$ 15.305.218,80.

O mesmo relatório registra, também, as obras do Instituto de Pesquisa Biológicas, no qual se concluíram os serviços preliminares, e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde se processaram desapropriações, concluiu-se o projeto de construção e a laje do piso do 2º pavimento do bloco A está em execução.

Em 21 de março de 1956, a Construtora Ernesto Woebcke S/A assina o contrato nº 17/56 para “execução das obras de conclusão da estrutura em concreto armado do Palácio da Justiça”. No dia 12 de maio de 1956, a Woebcke assina o Termo Aditivo nº 37/56 referente ao contrato nº 159/54 (Construção de parte da estrutura em concreto armado do Palácio da Justiça).



FIG. 82: Estrutura de concreto quase concluída, formas não retiradas, 1956.

⁵⁸ Sistema de lajes em balanço sobre grelha de suporte. Ver Le Corbusier: et Pierre Jeanneret - Oeuvre complète (BOESIGER, 1999, pág. 23)

Por fim, em 04 de fevereiro de 1957, é celebrado com a SOP o Termo Aditivo nº 8/57 referente ao contrato nº 17/56. (Execução das obras de conclusão da estrutura de concreto armado do Palácio da Justiça). Este último prorroga a execução por mais 60 dias.



FIG. 83: Estrutura de concreto concluída, abril ou maio de 1957.

FIG. 84: Estrutura de concreto concluída, detalhes pendurais da cobertura do Tribunal Pleno, vista da esquina R. Jerônimo Coelho, abril ou maio de 1957.

O Relatório de Obras da Secretaria de Obras no ano de 1956, apenas registra o término do projeto e que a construção teve andamento no decorrer do exercício de 1956. Não há maiores detalhes.

Pelos contratos, supõe-se que os trabalhos da Construtora Ernesto Woebcke S/A tem termino em abril de 1957.

Ainda no mesmo ano, entre abril e maio, por meio do Contrato nº 62/57, a empresa Carvalho e Hosken Ltda. recebe a tarefa da execução dos serviços de alvenaria de tijolos do Palácio da Justiça. A mesma empresa também assina o Contrato nº 116/57, em 24 de agosto de 1957, para “execução das obras de conclusão internas do andar térreo, galeria e 1º andar do Palácio da Justiça”. O término previsto é 20 de março de 1958. Entretanto, em 11 de abril de 1958, por meio do Termo Aditivo nº 77/58, ocorre prorrogação em 30 dias no prazo de entrega do contrato nº 116/57; neste termo a clausula ‘J’ prevê a ‘colocação de ferros para sustentação da futura ‘Justiça’.

A Revista do Globo Nº. 711, de 8 a 21 de março de 1958, publica a matéria “Muito Edifício Pouca Arquitetura”, de Lineu Martins, na qual afirma que “o modernismo não pegou” e entrevista “dez arquitetos pôrto-alegrenses procuram explicar os motivos pelos quais a

arquitetura moderna não tem progredido na capital do Rio Grande do Sul”. São três as questões formuladas pelo jornalista:

1. Por que motivos a arquitetura moderna no Rio Grande do Sul não tem acompanhado o progresso geral observado em outros setores e em relação ao índice de construções?
2. O Rio Grande do Sul, por suas peculiaridades regionais, comporta um tipo de arquitetura distinto daquele tão comum em outros grandes centros brasileiros? Como deveria se caracterizar esse tipo de arquitetura?
3. Entre as poucas obras representativas da arquitetura moderna em Pôrto Alegre, qual a que lhe parece a melhor?

Participam os arquitetos Irineu Breitman, Carlos M. Fayet, Edgar A. Graeff, Emil A. Bered, Demétrio Ribeiro, Moacir Moogen Marques, Luís Fernando Corona, Luís Carlos Cunha, Claudio Luís Araújo e João Vallandro. Merecem destaque o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, que será em breve inaugurado, e as obras do Hospital de Clínicas e do Palácio da Justiça. As três obras têm fotos publicadas na reportagem.



FIG. 85: execução dos serviços de alvenaria de tijolos, março de 1958.

A imagem publicada, na Revista do Globo, permite a observação do andamento da obra em março de 1958. Pode-se ver que a alvenaria da fachada sul apresenta lacunas no 6º andar e no fechamento dos terraços a leste e oeste. O coroamento na fachada oeste, não recebeu ainda a alvenaria de tijolos. O painel onde estava previsto o mural no oeste já está totalmente preenchido com tijolos.

Pouco tempo depois, em 11 de abril de 1958, o deputado Alberto Hoffmann, presidente da Assembléia Legislativa, assina o Edital de Abertura para o “Concurso de Anteprojeto para o Palácio Legislativo”. As fotos distribuídas aos concorrentes mostram o andamento das obras do Palácio da Justiça e o entorno da Praça da Matriz.



FIG. 86: a obra e a Praça da Matriz em 1958.

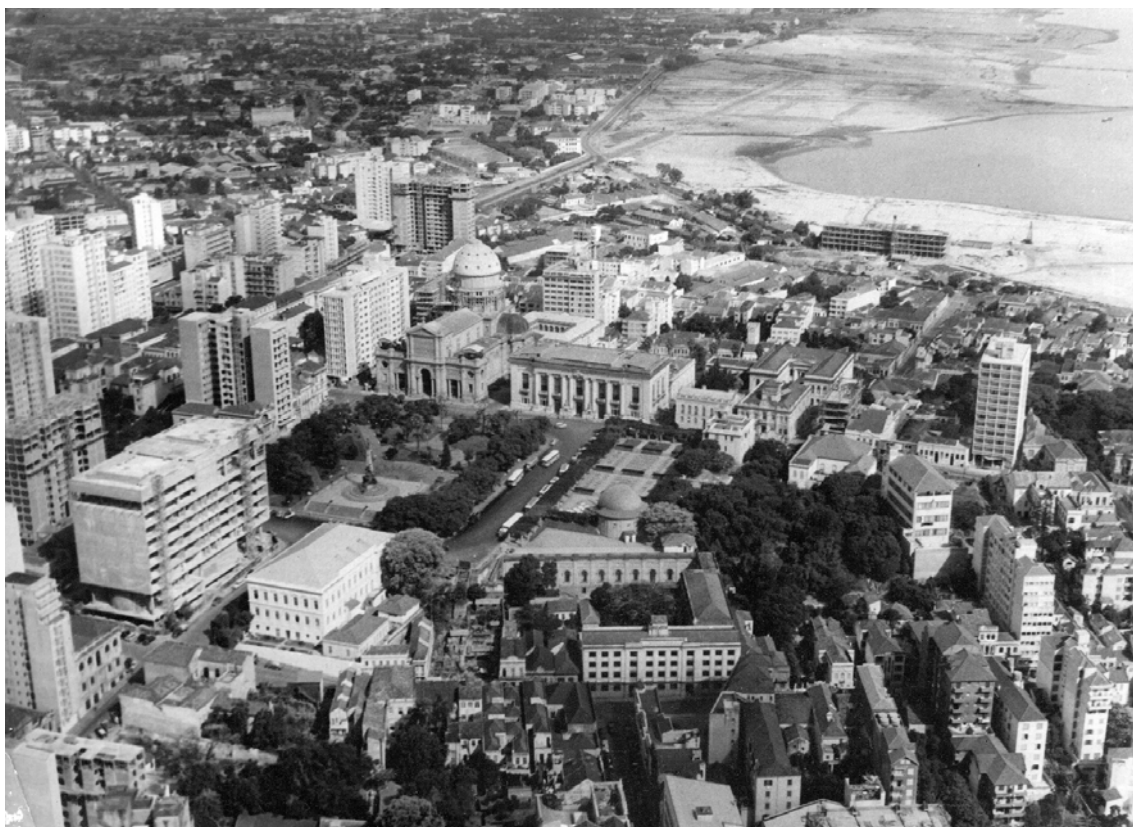


FIG. 87: a obra e a Praça da Matriz em 1958. Ao fundo, o aterro da Praia de Belas.



FIG. 88: a obra e a Praça da Matriz, na fotografia de Léo Guerreiro, em 1958.

Fernando Corona em seu artigo “Edifícios Públicos”, no *Correio do Povo*, de 15 de outubro de 1958. Descreve o andamento do concurso do futuro Palácio Legislativo e comenta o andamento das obras da Justiça.

[...] Vem após a parte mais difícil, que não é tanto o julgamento.

A obra. Os materiais. Sua construção e particularmente o acabamento.

Um edifício público da categoria de um Palácio Legislativo é sem dúvida igual a um Palácio do Governo e da mesma categoria de um Palácio da Justiça. São os Três Poderes das democracias. O nosso Palácio do Governo, por exemplo, apesar de ser projeto de afamado arquiteto francês, Maurice Gras, ausente por tanto de características brasileiras, é inegavelmente digno entre os mais dignos, se não pelo seu estilo, pelos materiais nele empregados e por acabamentos de lei. [...]

Esse cuidado deverá prevalecer na construção do futuro Palácio Legislativo, obra monumental do povo para o povo.

Não aconteça como está acontecendo com o Palácio da Justiça em construção. O projeto foi o melhor entre muitos em não menos memorável concurso. O Governo do Estado pagou o prêmio de duzentos mil cruzeiros pelo ante-projeto e mais de um milhão pelo projeto definitivo com detalhes e cálculos de concreto. Mais tarde, não aceitaram fiscalização do autor do projeto por a acharem desnecessária. Resultado: Todo o levantamento de concreto armado foi a admiração daquele que por ali passava. Agora está começando a ser mutilado nos acabamentos. As alterosas colunas ovais do pórtico já foram rebocadas com cal, areia e cimento, o material mais ordinário para esse mister. Com certeza, levarão a seguir uma caiação de tinta para as crianças riscarem bonecos e legendas à vontade. A entrada é a mesma coisa. A esquadria, seria natural e lógico que fosse de alumínio, próprio nas obras modernas, mesmo modestas. Está sendo colocada de ferro. Dizem que os pisos serão de cimento alisado e os degraus da escadaria também, a título provisório, para ser ocupado ou inaugurado, quem sabe. Ouvi dizer que o governo

fazia assim por economia, o que devemos aceitar com resignação. Hoje um acabamento de mármore ou outro material de lei, custam muito caro. Que será quando tenham que instalar o ar condicionado na Sala do tribunal do Júri, sem o que não poderá funcionar?

Os três Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, são casas do povo, onde este deverá entrar quando quiser, a cumprir os seus deveres ou a exigir os seus direitos. Estes edifícios públicos, estes três precisamente, devem ser sobretudo, bem concebidos e melhor acabados. Devem ser austeros, de bom gosto e feitos com material de lei. Os povos sentem orgulho em mostrar ao estrangeiro sua riqueza coletiva, enquanto esta, acumulada, poderá um dia ser distribuída entre todos. Conste que isto não é discurso político, é apenas uma idéia cristã. Do contrário, fazendo as coisas com economia de miséria, provisoriamente como se diz, dará a impressão que o País não vai continuar.

Aos sete dias de novembro de 1958, é assinado o Termo Aditivo nº 195/58, que prorroga em 75 dias o prazo de entrega do contrato nº 116/57. Finalmente, em 22 de janeiro de 1959, a Carvalho & Hosken Ltda assina o Termo de Rescisão nº 14/59, rescindindo parte do contrato nº 62/57, que trata da execução dos serviços de alvenaria de tijolos do Palácio da Justiça.

O número 1 da Revista ESPAÇO-Arquitetura, de Novembro – Dezembro de 1958, publica artigo sobre o Palácio da Justiça, de Luís F. Corona e Carlos M. Fayet, escrito por Edgar A. Graeff. Este apresenta os desenhos do projeto executivo e observações sobre a obra:

O Palácio da Justiça pode ser considerado como o marco mais significativo do início do movimento arquitetônico moderno no Rio Grande do Sul.

Embora não concluído ainda e realmente ameaçado na qualidade dos acabamentos o pois ali onde estava previsto revestimento de mármore, se começa a estender panos de reboco ordinário – embora isso, destaca-se esta obra pela própria maneira dos arquitetos vencedores do concurso focarem o tema:

“O Projeto do Palácio da Justiça, pelo fim a que se destina o edifício, pelo que ele representa para a coletividade e pela sua localização, garantidas as soluções de caráter utilitário e técnico, é fundamentalmente, um problema de expressão arquitetônica”

E a composição evidencia que os autores não se limitaram às palavras. O edifício persegue francamente valores de nobreza, austeridade e força. Uma vez concluído, poderemos saber se os objetivos perseguidos foram plenamente alcançados. Estimamos que sim, porém, qualquer que seja o resultado, os arquitetos são já credores de respeito e admiração, porque numa época em que a maioria dos arquitetos, daqui e de fora, menosprezavam os mais altos valores da arquitetura, limitando-se a formular problemas de natureza técnica e utilitária, Carlos M. Fayet e Luís F. Corona não vacilaram em se propor um problema de expressão arquitetônica.

A estrutura já erigida contém uma promessa de sucesso. As grandes formas delineadas no espaço parecem plenamente capacitadas a traduzirem os valores convenientes, a dizerem da dignidade da Justiça. É sabido, porém, que as mais nobres linhas podem ser ridicularizadas por acabamentos vulgares e ordinários. E pesa sobre o empreendimento uma grave ameaça.

Acreditamos que, se o Poder Público não dispõe de recursos suficientes para concluir a obra tal como foi projetada, convém mais deixar os tijolos à vista – tal como estão – que revesti-los com matérias inapropriadas. Até que as verbas apareçam.

Graeff reforça a já mencionada opinião de Fernando Corona publicada no *Correio do Povo* e revela a posição dos arquitetos do Estado.

Os constantes atrasos e o receio de substanciais modificações nas especificações do projeto levam Fernando Corona a redigir novo artigo em sua coluna no *Correio do Povo*, 31 de Maio de 1959, intitulado “Palácio da Justiça”. Após um preâmbulo, onde narra outros episódios envolvendo outras edificações públicas, Corona afirma:

Leio agora que foi aberto na Secretaria de Obras Públicas do Estado um crédito especial para o prosseguimento das obras do Palácio da Justiça. Pela sua natureza, esta obra deveria estar terminada e em pleno funcionamento. O Poder Judiciário não pode mais estar instalado em pequenos e dispersos acampamentos como está. Urge a terminação da Casa da Justiça, e por analogia, à altura da sua dignidade. Esta obra, iniciada no governo do General Ernesto Dornelles sendo Secretário de Obras Públicas o Engenheiro Leonel Brizola, galgou as alturas com sua original e audaz estrutura de concreto armado, sendo hoje a admiração de todos os que por ali passam. As obras continuaram normalmente durante o governo sucessor, embora com créditos menores para objetivo tão importante como indispensável para o decoro de sua função. Não me cabe censurar a parcimônia, longe disso, que não sou economista. Ante a notícia de abertura de crédito para o prosseguimento das obras, paradas desde o ano passado, lembrei-me de um artigo que escrevi sobre edifícios públicos. Falavam de inaugurar o Palácio da Justiça de qualquer geito, mesmo sem o terminar, com acabamentos precários. Fiz notar no referido artigo que os três poderes de um Estado, governativo, legislativo e judiciário, não podiam estar instalados em edifícios que não fossem dignos de austeridade pela forma, claros pela função e ricos, sem suntuosidade, pelos materiais de seu acabamento. Fiz notar ao mesmo tempo, que as esbeltas colunas do pórtico e as paredes externas da entrada do nosso Palácio da Justiça, não sei pela presa de inaugurar não sei o quê, ou pelo que fosse, estavam sendo rebocadas e guarnecidas com cal, areia e cimento, material este o mais ordinário ara obras dessa natureza. Se a intenção era de fazer economia, seria preferível deixar colunas e paredes em osso até poder revesti-las de mármore, cerâmica ou outro material de lei.

Tenho fé, muita fé neste govêrno que tantas palmas está conquistando do povo pelas obras que executa em bem comum pensando no futuro do Rio Grande. O Palácio da Justiça é obra do Dr. Brizola como Secretário de Obras Públicas. Agora como Governador poderá terminar essa obra, que é sua, e que o povo espera para que o Poder Judiciário esteja decentemente instalado. Eu lhe pediria, e creio que o povo estará de acordo comigo, que os acabamentos deste Palácio estejam à altura da integridade tradicional da nossa Magistratura. Nada de suntuário, Senhor Governador, mas que os materiais de acabamento e o próprio mobiliário sejam dignos da nossa Justiça.

Os fatos posteriores fazem crer que as manifestações favoráveis à manutenção do caráter do edifício foram bem-sucedidas. Como lembra Comas:

Quatremère definira a caracterização relativa como "a arte de tornar sensíveis, pelas formas materiais, as qualidades intelectuais e as idéias morais que podem se exprimir nos edifícios, ou de fazer conhecer, pela concordância e a conveniência de todas as partes constitutivas de um edifício, sua natureza, sua propriedade, seu emprego, sua destinação"⁵⁹.

⁵⁹ Comas, Carlos Eduardo Dias. *Precisões brasileiras : sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos : a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45.* 2002.

Uma das preocupações dos dois co-autores, compartilhada por Corona e Graeff, é demonstrar à população que ela está diante de um Palácio, mais ainda, de um Palácio Moderno. A história ensina (e os arquitetos modernos fizeram sua lição de casa) que o uso de materiais nobres, as relações especiais de proporção dos espaços e a presença de esculturas e pinturas explicitam que estamos diante de edifícios incomuns no tecido urbano. Além disso, a configuração volumétrica, a escala do edifício e sua relação com o entorno permitem reafirmar a diferença. Estas estratégias foram utilizadas no Concurso e sua manutenção era fundamental na execução.

Paralelamente à polêmica dos acabamentos, a infra-estrutura tem prosseguimento. Em 21 de agosto de 1959, a Ericsson do Brasil – Comércio e Indústria S/A assina o Contrato nº 89/59 para fornecimento e instalação de rede telefônica automática interna para o Palácio da Justiça.

No dia 21 de setembro de 1959, por meio do Contrato nº 96/59, é contratada a Metalúrgica “METAMEX” S/A, o objeto do contrato é o fornecimento e colocação de esquadrias de alumínio anodizado no Palácio da Justiça, o valor dos serviços é de Cr\$ 11.356.976,70. São previstas 212 janelas tipo guilhotina – basculantes medindo 1,20 x 3,60m.

Alguns dias depois, em 30 de setembro de 1959, o Contrato nº 106/59 firmado com a Elevadores Atlas S/A tem como objeto o fornecimento e instalação de um elevador no Palácio da Justiça, no valor de Cr\$ 3.260.000,00. O percurso previsto é de 32,80 m, do térreo ao 7º pavimento, com oito paradas.

Aos vinte e cinco dias de março de 1960, é assinado o Termo de Acordo Amigável nº 62/60, com a empresa Carvalho & Hosken Ltda. Este termo de acordo amigável do contrato 116/57 tem como finalidade a liquidação de obra de conclusão interna do andar térreo, galeria e 1º andar do Palácio da Justiça.

No mês seguinte, matéria intitulada “Autoridades inspecionam as obras do novo Palácio da Justiça do Estado”, publicada no Correio do Povo, em 21 de abril de 1960, pág. 22, informa:

As obras do Palácio da Justiça em construção na Praça da Matriz, foram visitadas ontem pelos Secretários de Obras Públicas e Interior e Justiça, srs João Caruso e Francisco Brochado da Rocha, que se faziam acompanhar pelos desembargadores Décio Pelegrini, Sisínio Bastos e João Clímaco de Mello Filho.

Durante a visita de inspeção, disse o desembargador Décio Pelegrini: “O novo Palácio da Justiça irá por fim a um longo período de desconforto, instalações precárias, que entrava o serviço que presidimos”.

Também os desembargadores Sisínio Bastos e João Clímaco de Mello Filho, ouvidos a respeito, teceram elogios o novo Palácio da Justiça, pela situação de conforto que proporcionará aos servidores do Judiciário.

Enquanto as diversas dependências eram percorridas, o Sr. João Caruso, assessorado pelos arquitetos Carlos Fayet e Fernando Corona, expôs detalhadamente a situação da obra, ora em fase de conclusão. Participaram, também, da visita, os deputados Milton Dutra e Sereno Chaise, bem como o procurador-geral do Estado, bacharel Floriano Maya D'Avila.

Na realidade, assessoram a visita Carlos M. Fayet e Luís Fernando Corona (e não Fernando Corona) como mostra a foto que acompanha a reportagem.



Flagrante da inspeção às obras do Palácio da Justiça, realizada na manhã de ontem pelos srs. João Caruso e Francisco Brochado da Rocha, em companhia dos desembargadores Décio Pelegrini, Sísio Bastos e João Clímaco de Mello Filho. Deputados estaduais e o procurador geral do Estado, dr. Floriano Maya D'Avila participaram da visita

FIG. 89: Luís Fernando Corona, de óculos, voltado para Carlos M. Fayet, 1960.

As verbas destinadas à construção do Palácio da Justiça escasseiam, no final da década de 1950, e a obra torna-se mais lenta⁶⁰, como já observara Fernando Corona em sua coluna.

A Metalúrgica “METAMEX” S/A assina, em 17 de agosto de 1962, o Contrato nº 128/62 para fornecimento e colocação de esquadrias de alumínio anodizado no Palácio da Justiça no valor de Cr\$ 17.633.100,00. Estão previstas mais 106 janelas tipo guilhotina – basculante medindo 1,20 x 3,60m.

Desde 1962, após a colocação das esquadrias contratadas, o Palácio da Justiça começa a ser utilizado parcialmente, nos primeiros andares, pela 1ª instância⁶¹. E a Galeria de Casamentos do Palácio registra diversos matrimônios.

⁶⁰ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006

⁶¹ Idem.



FIG. 90: Acesso a Galeria de Casamentos, 1962.

FIG. 91: Galeria de Casamentos com abertura para o pilotis e Praça, 1962.



FIG. 92: Cerimônia em dezembro de 1962, ao fundo Hall central.

FIG. 93: Cerimônia em dezembro de 1962, ao fundo parede revestida com pastilhas.

Entre os matrimônios civis, ocorre, em 29 de dezembro de 1962, a união de Adayr Lopes Pithan e Leopoldina Petry. Mais de quarenta anos depois, seu filho, funcionário da segurança do Palácio da Justiça, cede os registros fotográficos da Galeria de Casamentos.

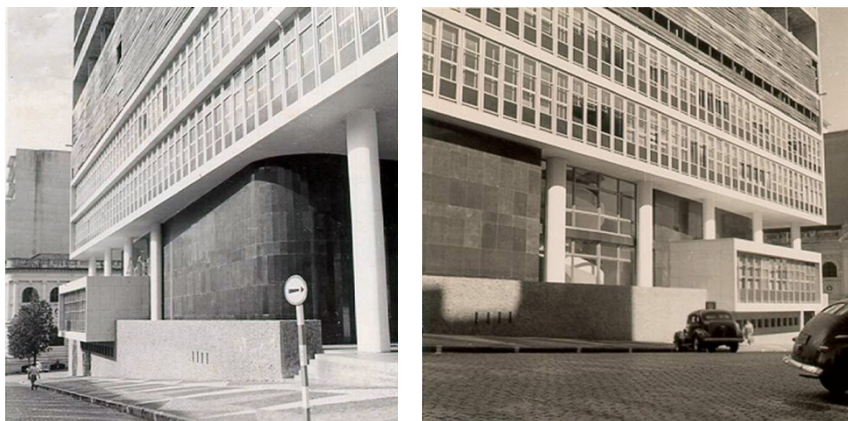


FIG. 94: Vista parcial da fachada Oeste com esquadrias, R. General Câmara, 1962.

FIG. 95: Vista parcial da fachada leste, Largo João A. de Albuquerque, 1962



FIG. 96: O Palácio visto da Praça da Matriz, esquadrias colocadas até o 2º pavimento, pastilhas cerâmicas aplicadas na fachada sul, 1962.

Aos 15 dias de julho de 1964, a Metalúrgica “METAMEX S/A” assina o Termo Aditivo nº 24/64, este prorroga o prazo por mais 60 dias, para o fornecimento e colocação de esquadrias de alumínio anodizado no Palácio da Justiça referentes ao Contrato 104/63⁶². Em 31 de agosto, a mesma empresa firma com a SOP o Termo Aditivo nº 59/64, que concede reajustamento, no valor de Cr\$ 216.255,00 ao contrato nº 128/62.

Não foram localizados registros de 1965. No ano seguinte, em 13 de dezembro de 1966, por meio do Contrato nº 49/66, é contratada a empresa CEIBRASIL – Cia. Engenharia e Indústria para instalação de um sistema de ar condicionado no Palácio da Justiça, no valor de Cr\$ 538.202,00. No mesmo mês, no dia 16, a PIATELLI & CIA. LTDA, estabelecida na av. Oscar Pereira, 106, em Porto Alegre, assina o Contrato nº 56/66 para executar os serviços de revestimento com granito rosa do Rio Grande do Sul, nos pisos e peitoris do 6º e 7º andares do Palácio da Justiça. O valor do contrato é de Cr\$ 96.780.160,00. Ainda no mesmo dia, a empresa FLORIANI & CIA. LTDA é contratada para execução dos serviços de revestimento com mármore no térreo, 6º e 7º andares do Palácio da Justiça, Contrato nº 57/66, no valor de Cr\$231.578.800,00. Por fim, é formado com as INDÚSTRIAS VILLARES S/A, em 21 de dezembro de 1966, o Contrato nº 55/66, para fornecimento e instalação de três elevadores no Palácio da Justiça, no valor de Cr\$ 271.705.500,00.

⁶² Contrato não localizado na SOP.



FIG. 97: A praça da matriz com o prédio da Assembléia Legislativa, 1967.



FIG. 98: A praça da matriz com o prédio da Assembléia Legislativa, 1968.

4.3 Término Inacabado.

Decorridos dezesseis anos, desde a divulgação do resultado do concurso, finalmente, o prédio é inaugurado na gestão do Desembargador Balthazar Gama Barbosa. Noticiada na “Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça”, a inauguração aparece com duas datas: 8 de dezembro de 1968, dia da Justiça, e 28 de dezembro. Os jornais confirmam a última.



FIG. 99: O Palácio visto da Praça da Matriz, inauguração, dezembro de 1968.

Em 28 de dezembro de 1968, o Tribunal de Justiça deixou o edifício Comendador Azevedo e instalou-se oficialmente no Palácio da Justiça, retornando à Praça da Matriz. Mas a primeira instância já vinha ocupando os primeiros pavimentos desde 1962.

O Desembargador Balthazar Gama Barbosa, então Presidente do Tribunal de Justiça, conduziu as solenidades de inauguração, iniciadas às 9 horas da manhã com uma missa celebrada pelo Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer. Às 10 horas, em sessão especial do Tribunal, foi entronizado no Salão Pleno o crucifixo que ainda hoje se pode ver nas sessões plenárias.

À noite, um coquetel foi oferecido a convidados e autoridades civis e militares, dentre as quais estavam o Governador, Cel. Walter Peracchi Barcellos; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Waldir Lopes; o Procurador-Geral da Justiça, Dr. Pery Condessa; o Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer; e o Prefeito Municipal, Célio Marques Fernandes, além dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Eloi José da Rocha e Carlos Thompson Flôres.⁶³

⁶³ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006

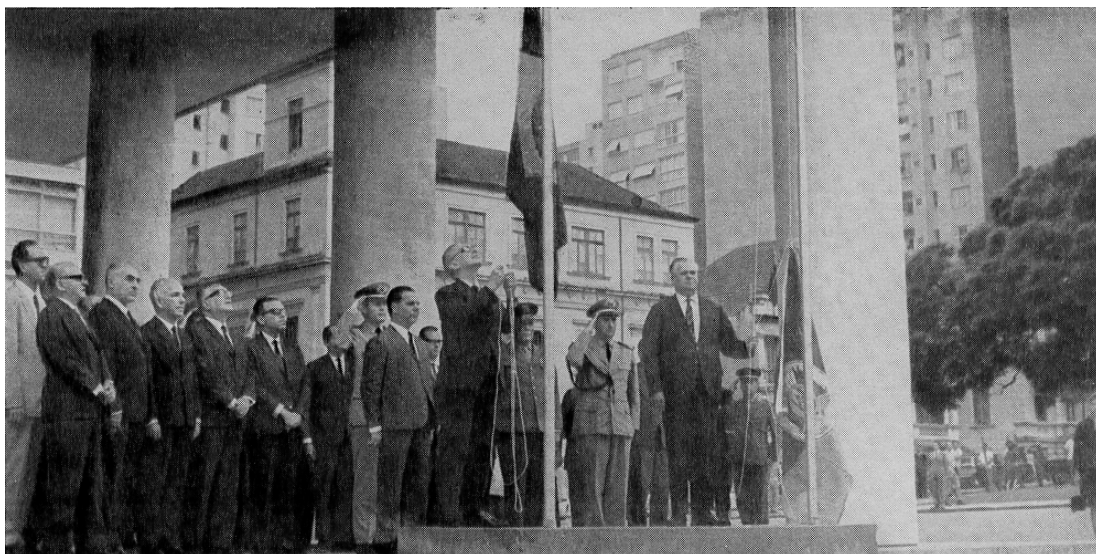


FIG. 100: Hasteamento da bandeira na inauguração, dezembro de 1968.



FIG. 101: Tribunal do Júri, térreo, década de 1960.

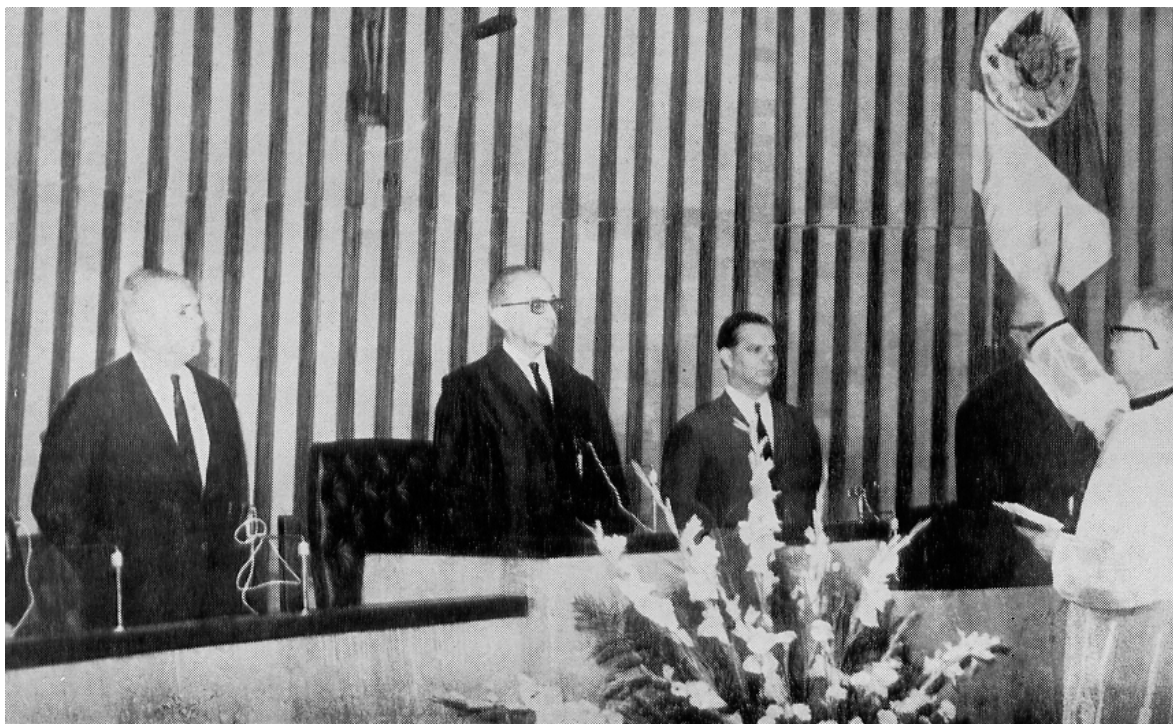


FIG. 102: O Bispo e os representantes dos Três Poderes do Estado, bênção da imagem de Cristo Crucificado no recinto das sessões plenárias, inauguração, dezembro de 1968.



FIG. 103: Aspecto da sessão plenária, Tribunal Pleno, inauguração, dezembro de 1968.



FIG. 104: Regimento Bento Gonçalves, guarda de honra dos convidados ao coquetel, inauguração, 19h30min, 28 de dezembro de 1968.



FIG. 105: Gabinete da Presidência, inauguração, dezembro de 1968.



FIG. 106: Saguão do 6º pavimento, inauguração, dezembro de 1968



FIG. 107: Laboratório do Serviço Médico Judiciário, dezembro de 1968.

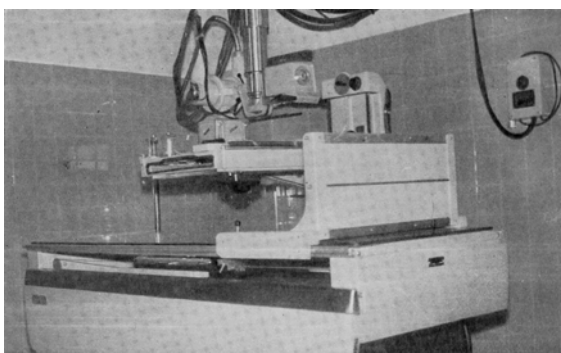


FIG. 108: Aparelho de radiografia do Serviço Médico, dezembro de 1968.

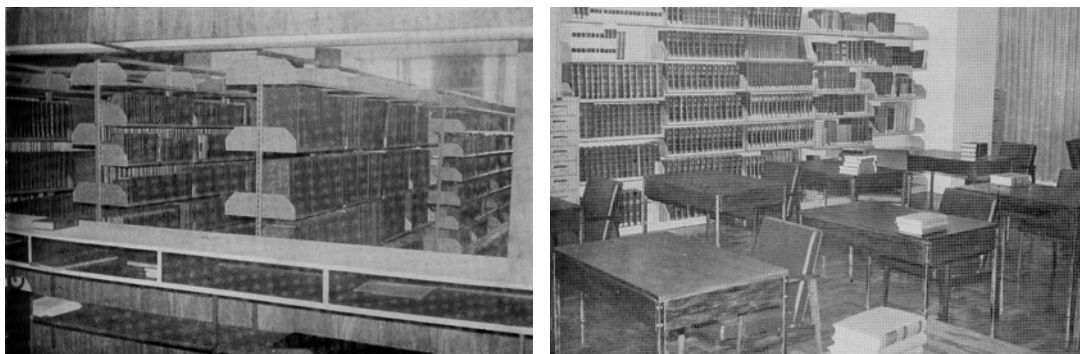


FIG. 109: Biblioteca do Tribunal de Justiça, vista parcial, dezembro de 1968.

FIG. 110: Biblioteca do Tribunal de Justiça, recanto consulentes, dezembro de 1968.

No decorrer da inauguração, autoridades presentes proferem seus discursos. O Dr. Alter Cintra de Oliveira, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul, destaca:

[...] Considero um privilégio, para mim, participar, como presidente da Ordem dos Advogados deste ato que reputo histórico porque constitui o coroamento de um esforço gigantesco de vários governos e a realização de uma esperança de quase vinte anos.

Congratulo-me pois com V. Ex^a., Sr. Presidente, com o Sr. Governador do Estado e com o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, por terem proporcionado à Justiça do rio Grande do Sul, as instalações condignas que hoje se inauguram, perfeitamente na altura da nossa cultura jurídica e das tradições de honradez e de respeito da magistratura rio-grandense.

Sei que interpreto o pensamento de todos os advogados do nosso estado, ao expressar o meu aplauso a todos os Presidentes deste Tribunal, a todos os Governadores e a todos os deputados que contribuíram para a construção deste Palácio que, além de ser um monumento arquitetônico da mais alta categoria, é ainda e principalmente, um marco que ficará cravado no espaço e no tempo, como um farol de esperança para todos aqueles que têm fome e sede de Justiça.

O discurso pronunciado pelo Desembargador Balthazar Gama Barbosa, Presidente do Tribunal de Justiça, saliente pontos importantes sobre o edifício e a sociedade:

[...] O Palácio da Justiça, onde hoje se instala o Tribunal, na Praça dos Três Poderes, é condizente com um Poder do Estado, atesta a posição do Judiciário neste momento histórico e centraliza a administração da Justiça.

A diferença arquitetônica do novo edifício, comparado com o velho Palácio da Justiça, já simboliza a diferença do direito antigo e do atual, e do que será exigido pelos anos que hão de vir. As concepções mudaram, mudaram os métodos. A Justiça rio-grandense prepara-se para o futuro.

[...] Nesta mesma solenidade entroniza-se imagem de Cristo crucificado. Isso significa uma escolha, uma posição. Não se trata, tão só, de advertência ao julgamento injusto, mas, também, do exemplo do justo que morre pela Justiça. Simboliza, ainda, o predomínio do espírito sobre a matéria e a nossa repulsa às interpretações e as às opções materialistas para resolver os problemas sociais, a nossa crença em que as mudanças de estrutura se devem fazer dentro da ordem jurídica e não pela violência contra o direito; a nossa convicção de que a dedicação aos outros, e o amor pela nossa gente e pela nossa terra, é que deve inspirar a todos os que têm responsabilidade na vida da Nação e no atendimento das suas necessidades. E simboliza a fidelidade às raízes da nacionalidade que nasceu sob o signo da cruz e a nossa esperança no futuro da sociedade brasileira, sob a inspiração d'Aquele que disse ser o mandamento do amor ao próximo semelhante ao amor a Deus.

O Reino de Deus, disse o Apóstolo, é de Justiça e paz; a cidade dos homens só pode progredir e ser feliz, com paz e justiça.

Nesta data tão cara para nós, magistrados do Rio Grande, queremos reafirmar a nossa fé naquelas palavras do Livro da Sabedoria: "Justitia perpetua est e immortalis"(1,15) – a Justiça é permanente e imortal.

Apesar dos elogios tecidos pelos presidentes da OAB/RS e do Tribunal ao edifício do Palácio da Justiça, a inauguração ocorre sem a presença dos arquitetos Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet⁶⁴. Do mesmo modo, o Instituto de Arquitetos do Brasil, presidido pelo arq. Demétrio Ribeiro, não participa da solenidade. Presente está o Desembargador Celso Affonso Soares Pereira, ex-membro da comissão julgadora do concurso de 1952 e ex-presidente do Tribunal de Justiça, de 1956 a 1959.

A causa das ausências vai de encontro às declarações do Desembargador Balthazar G. Barbosa. A citação cristã só faz sentido se for posta no contexto das origens do cristianismo e da perseguição aos fiéis pelos romanos. O tempo atual não é de Justiça, mas de silêncio e covardia. Érico Veríssimo escreveu:

[...] Desde que, adulto, comecei a escrever romances, tem-me animado até hoje a idéia de que o menos que o escritor pode fazer, numa época de atrocidades e injustiças como a nossa, é acender a sua lâmpada, fazer luz sobre a realidade de seu mundo, evitando que sobre ele caia a escuridão, propícia aos ladrões, aos assassinos e aos tiranos. Sim, segurar a lâmpada, a despeito da náusea e do horror. Se não tivermos uma lâmpada elétrica, acendamos o nosso toco de vela ou, em último caso, risquemos fósforos repetidamente, como um sinal de que não desertamos nosso posto.⁶⁵

Poucos riscam seus fósforos em 1968, pois na madrugada de 31 de março de 1964, dias após um comício de João Goulart e Leonel Brizola, na Central do Brasil, fora deflagrado um golpe militar contra o governo legalmente constituído. Golpe saudado por importantes setores da sociedade; imprensa, empresários, proprietários rurais, Igreja católica, governadores de Estados importantes (como Ademar de Barros, de São Paulo, Carlos Lacerda, da Guanabara e Magalhães Pinto, de Minas Gerais) e amplos setores da classe média estimularam a intervenção para por fim à ameaça de esquerdização do governo e à crise econômica. Os militares, também, contavam com o apoio dos Estados Unidos⁶⁶. Os golpistas acreditavam que o regime democrático no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial fora incapaz de deter a "ameaça comunista". Depois da derrubada do Presidente João Goulart, implantaram um regime político que privilegia a *autoridade* do Estado em relação às liberdades individuais, e o Poder Executivo em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário.

⁶⁴ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006

⁶⁵ VERÍSSIMO, Erico. Solo de clarineta: memórias - v. 1, Página 45, Porto Alegre: Editora Globo, 1973

⁶⁶ <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/golpe64.htm>. Acesso em 25/05/2007.

As conseqüências para o país, para o ensino de arquitetura e para a profissão de arquiteto são brutais. Edgar A. Graeff descreve:

Em princípios da década de 60, portanto, tudo indicava a iminência de um grande salto de qualidade no processo de desenvolvimento da arquitetura brasileira. Com o golpe das forças políticas reacionárias em 1964, entretanto, esse processo se inverte, mercê da brutal repressão desencadeada no país, repressão que assumiu inclusive formas as mais descaradas de terrorismo cultural. Na área da arquitetura, em particular, em que se podia considerar superada a dependência cultural, o retrocesso é enorme, atingindo tanto o exercício da profissão como a formação profissional.

Os periódicos que asseguravam a circulação de idéias e a troca de experiências entre os arquitetos, docentes e estudantes deste vasto país são brutalmente empastelados ou, na melhor das hipóteses, sufocados pela repressão. A revista Módulo, de Oscar Niemeyer, tem sua redação invadida, os móveis destruídos, os arquivos queimados e os redatores e pessoal administrativo presos e maltratados. Arquitetura-AD, Habitat, Acrópole e dezenas de outras publicações, cadernos de estudos, boletins estudantis são lentamente liquidados pelo clima de intolerância e terrorismo instalado no país e, especialmente, nas universidades. Por volta de 1971 não se encontrava em circulação no Brasil nenhum periódico especializado em arquitetura.

Nas escolas –e principalmente naquelas que mais haviam avançado no rumo da reforma do ensino–, a atmosfera se fez ainda mais envenenada.⁶⁷

No Rio Grande do Sul, a perseguição aos egressos do IBA acontece dentro da própria Faculdade de Arquitetura. Alguns setores ressentidos atendem ao chamado do Reitor José Carlos Fonseca Milano e do III Exército, representado pelo General Jorge Cezar Garrastazu Teixeira, e criam a Comissão Especial de Inquérito Sumário (CEIS). O instrutor de ensino Amadeu Fagundes da Rocha Freitas, pertencente aos quadros da Escola de Engenharia, apresenta-se voluntariamente para representar a Faculdade e tem seu nome aprovado. Como conseqüência, Arquitetura, Economia e Direito são as mais atingidas pelos expurgos⁶⁸. São expurgados, em 1964, Demétrio Ribeiro, Enilda Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Luís Fernando Corona e Nelson Souza. Carlos Maximiliano Fayet fora inquirido pela CEIS, em 1964, seu expurgo acontecerá em 1969.

As concepções mudaram, mudaram os métodos, como disse o Presidente do Tribunal. A perseguição às idéias divergentes e às pessoas que as praticam vigora. Como mostram as ausências de Luís Fernando Corna, Carlos M. Fayet e Demétrio Ribeiro na inauguração, mas o prédio, agora, é aceito e elogiado como marco do futuro do judiciário rio-grandense.

Ao contrário do que ocorre no Palácio Legislativo, sede da Assembléia Legislativa⁶⁹, a demora na execução e os cortes de verba têm conseqüências para o Palácio da Justiça. Nenhum dos murais é realizado. A fachada principal fica cega, sem a escultura da deusa

⁶⁷ GRAEFF, Edgar A. Arte e técnica na formação do arquiteto. São Paul Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

⁶⁸ HOLZMANN, Lorena et al (org). Universidade e repressão: Os expurgos na UFRGS /ADUFRGS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008, pag. 30 e 39.

⁶⁹ A escolha do anteprojeto vencedor ocorrera em 29 de novembro de 1958 e a inauguração em 20 de setembro de 1967, totalizando 9 anos.

Themis. Os quebra-sóis na fachada oeste não são colocados, comprometendo a qualidade do espaço de trabalho. O prédio acaba revestido com pastilhas cerâmicas, que mantêm a estereotomia do granito do projeto executivo, sua cor e textura.

Antes mesmo da ocupação de 1968, o projeto do Palácio da Justiça, definido em 1953 conforme as necessidades da época, já não correspondia às novas demandas da Justiça. Durante as obras de construção, as plantas foram sofrendo alterações, à medida que o Poder Judiciário crescia. O Juizado de Menores e a Procuradoria-Geral do Estado, incluídos no programa inicial, nunca chegaram a ocupar o prédio, cedendo espaço a outras funções.⁷⁰

De acordo com a publicação comemorativa da instalação do Tribunal de Justiça, a ocupação do Palácio da Justiça em dezembro de 1968 é a seguinte:

Subsolo: Garagem; Arquivo; Estação de condicionadores de ar; Oficinas da Revista de Jurisprudência;

Térreo: Recepção; Tribunal do Júri;

Galeria: Sala para Casamentos;

1º andar: Direção do Foro; Vara do Júri e Execuções Criminais; Vara de Acidentes do Trabalho; Curadorias de Família; 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Vara Criminal; Avaliadores Judiciais; Portaria dos Auditórios;

2º andar: Caixa Econômica Estadual; 2º Distribuidor; 1º, 2º e 3º Varas de Família e Sucessões; Juizado Municipal; 1º e 2º Varas de Acidentes de Trânsito; 6º Vara Criminal; AJURIS;

3º andar: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Vara Cível; 1º Distribuidor-Contador; Serviço Médico Judiciário;

4º andar: Corregedoria Geral da Justiça; Serviço de Orçamento; Cartório de Falências e Concordatas; Cartórios da Provedoria; 1º e 2º Varas da Fazenda Pública; 7º e 8º Varas Cíveis;

5º andar: Gabinete da Presidência; Conselho Superior da Magistratura; Direção Geral; Biblioteca; 1º e 2º Cartório Cível; Serviço Processual; Chefia dos Serviços de Transportes; Portaria; Secretaria;

6º andar: Tribunal Pleno; Câmaras Reunidas e Isoladas;

7º andar: Secretarias de Câmaras, Rádio; Barbearia; Bar-Restaurante;

8º andar: Casa de Máquinas dos Elevadores e Reservatório Superior

Na matéria publicada na revista Espaço-Arquitetura, de 1958, as plantas baixas são anteriores a versão final e possuem Juizado de Menores e Procuradoria-Geral do Estado.

⁷⁰ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, pág. 37.

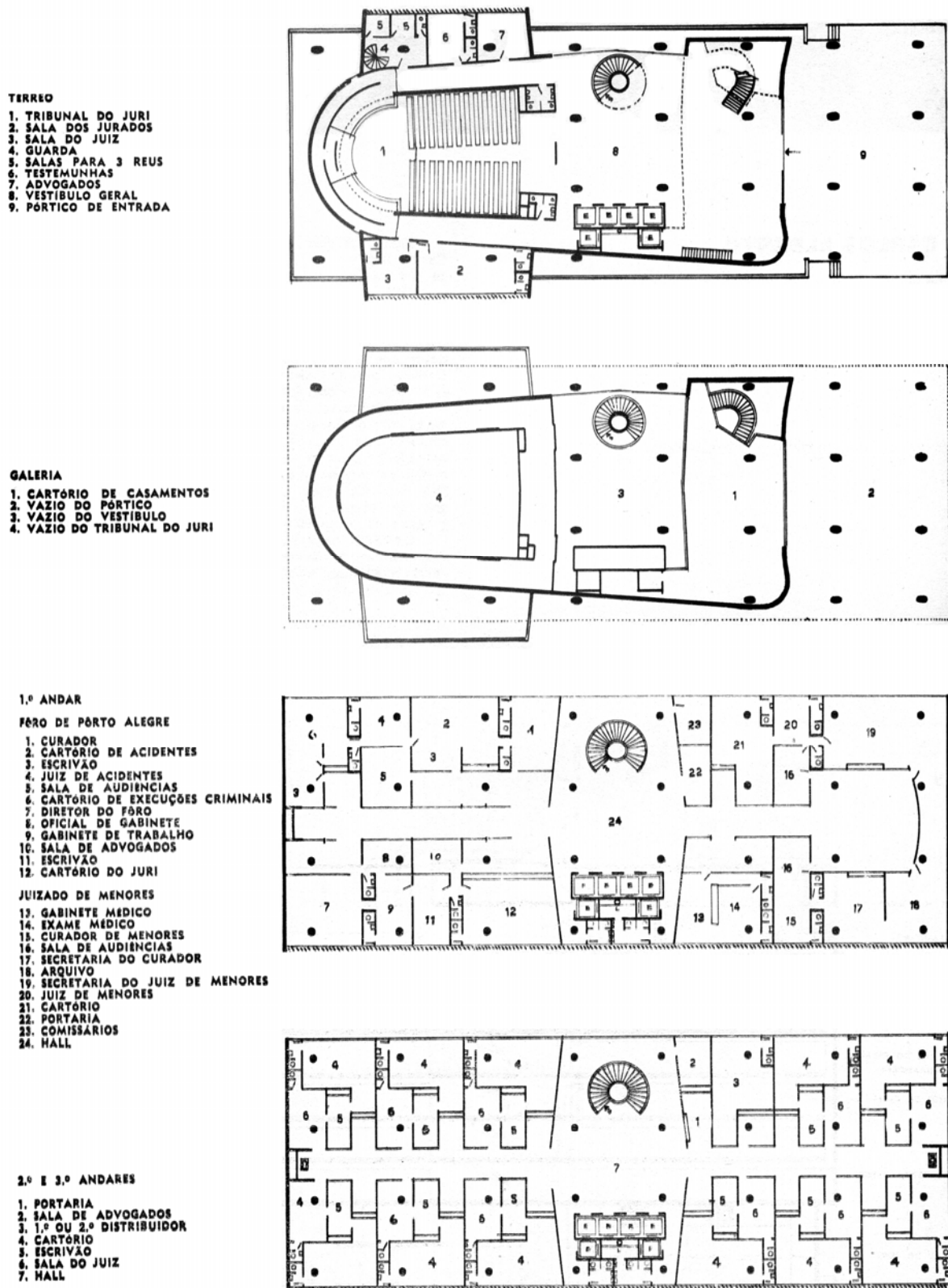
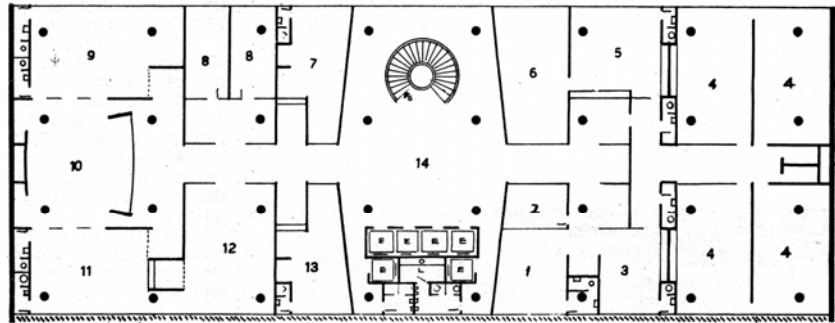


FIG. 111: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura, térreo ao terceiro pavimento, nov.-dez. de 1958.

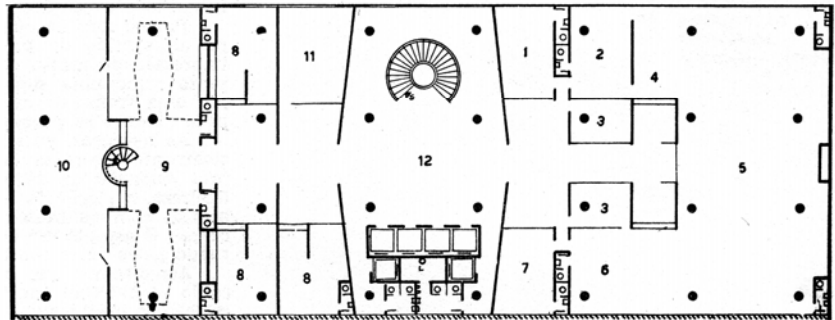
4.º ANDAR

1. PROCURADOR GERAL
2. OFICIAL DE GABINETE
3. SECRETÁRIOS
4. EXPEDIENTE
5. PROTOCOLO E FICHÁRIO
6. ARQUIVO
7. CURADORIA ACIDENTES DE TRABALHO
8. SALA DOS PROCURADORES
9. PARLATORIO
10. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
11. SALA DE LEITURA
12. DEPÓSITO DE LIVROS
13. CURADORIA DE SUCESSÃO E FAMÍLIA
14. HALL



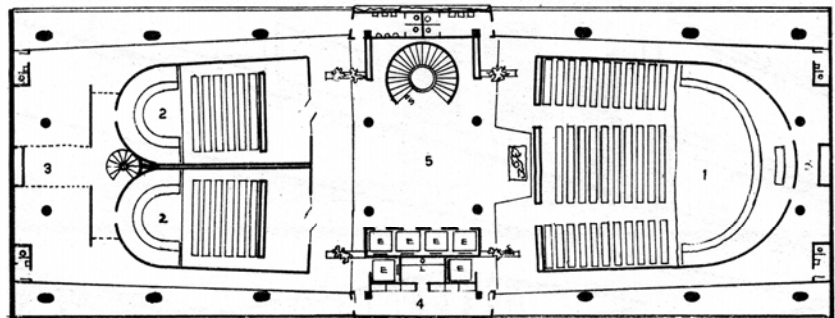
5.º ANDAR

1. SALA DO PRESIDENTE
2. SECRETÁRIO
3. OFICIAL DE GABINETE
4. PROTOCOLO
5. SECRETARIA DO TRIBUNAL
6. SECRETARIA DO CORREGEDOR
7. SALA DO CORREGEDOR
8. CARTÓRIOS
9. BIBLIOTECA
10. DEPÓSITO DE LIVROS
11. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA
12. HALL



6.º ANDAR

1. TRIBUNAL PLENO
2. CÂMARAS REUNIDAS
3. SALAS DE ESTAR
4. SALA DAS BECAS
5. HALL



7.º ANDAR

1. BAR
2. RESTAURANTE
3. COZINHA
4. TERRAÇO
5. VAZIO DO PLENO
6. HALL

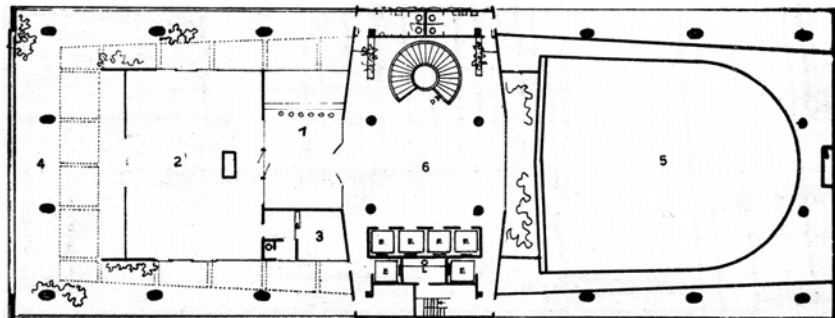


FIG. 112: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura, 4º ao 7º pavimentos, Nov.-dez. de 1958.

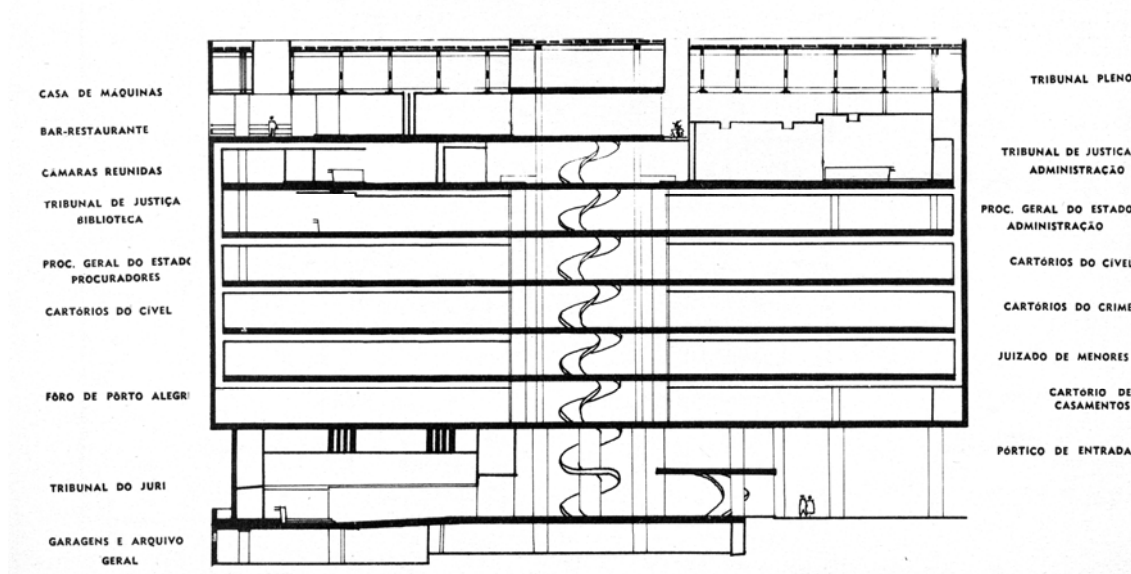
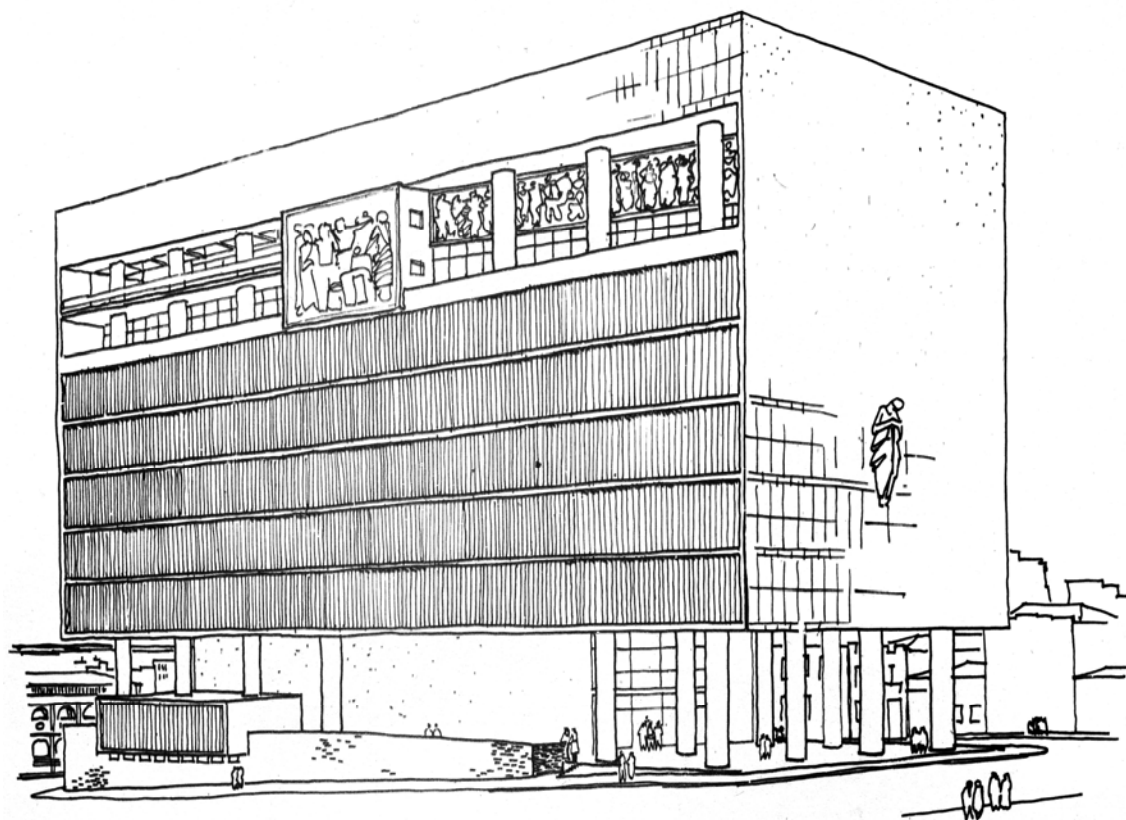


FIG. 113: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura, corte longitudinal, Nov.-dez. de 1958.



PALACIO DA JUSTIÇA

PROJETO: ARQ. CARLOS M. FAYET e LUIS F. CORONA
CALCULO ESTRUTURAL: PROF. ENG. IVO WOLFF

FIG. 114: Desenhos publicados na revista Espaço Arquitetura, perspectiva geral, novembro-dezembro de 1958.

5 DEGRADAÇÃO

5.1 Tribunal de Alçada.

Durante a execução do Palácio da Justiça, os setores do Judiciário que ocupariam o prédio foram alterados inúmeras vezes como, por exemplo, o Juizado de Menores e a Procuradoria-Geral do Estado, anteriormente mencionados, previstos em 1952 e que não se instalaram no edifício. As mudanças no programa de necessidades geraram modificações na compartimentação e alteraram substancialmente o espaço interno e o uso do Palácio da Justiça.

Pouco tempo depois da inauguração do edifício, a Lei Nº 6.124, de 28 de dezembro de 1970, assinada pelo Governador do Estado, Walter Peracchi Barcellos, “cria e extingue cargos e funções do Poder Judiciário e dá providências relacionadas com a divisão e organização judiciária do Estado”. Reza esta lei, em seu Art. 14, “são criados o Tribunal de Alçada e dez (10) cargos de juiz de alçada.”



FIG. 115: Obras no 4º andar do Palácio da Justiça para abrigar o Tribunal de Alçada, 1971.

FIG. 116: Obras no 4º andar do Palácio da Justiça para abrigar o Tribunal de Alçada, 1971.

Como consequência direta, em 1971, o Tribunal de Alçada é instalado no quarto andar do Palácio da Justiça, no local previsto, inicialmente, para o Ministério Público. As instalações do Órgão ocupam metade do pavimento. Para que seja possível, é feita a primeira reforma no edifício, como mostram as figuras 115 a 117.



FIG. 117: Obras no 4º andar do Palácio da Justiça para abrigar o Tribunal de Alçada, 1971.

A inauguração do Tribunal de Alçada ocorre em 5 de abril de 1971⁷¹, com solenidade no Salão do Júri, localizado no térreo do Palácio.



FIG. 118: Salão do Júri, solenidade de inauguração do Tribunal de Alçada, 1971.

O crescimento das demandas judiciais exige cada vez mais do Órgão julgador, isso acarreta o aumento do número de membros e de Câmaras do Tribunal de Alçada e, conseqüentemente, do espaço físico necessário. Inicialmente composto por dez juízes e três Câmaras, em 1971, ao longo de sua existência atingirá o número de 72 juízes.

A ampliação do número de Câmaras para atender às crescentes solicitações exigiu também a adequação dos espaços físicos ocupados. Instalado oficialmente, em 1971, no quarto andar do prédio do Tribunal de Justiça do Estado, o TARGS

⁷¹ FÉLIX, Loiva Otero, GEORGIADIS, Carolina e SILVEIRA, Daniela Oliveira (org.). Tribunal de Justiça do RS: 125 Anos de História 1874 – 1999. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999, pág. 78.

ocupava metade do pavimento; quatro anos após (08/12/1975), recebeu também mais da metade do terceiro andar.

Com o tempo, a premência de espaço se fez sentir, e, em 26/04/1983, o Presidente do TARGS, Juiz Antônio Augusto Fernandes, dirigiu-se por ofício ao Governador do Estado, Dr. Jair Soares, explicando a situação de dificuldade pela sobrecarga em um espaço reduzido e solicitando prédio próprio (Of. Nº 16/83 – P.-Exp. Acervo Projeto Memória).

Em 1990, transferiu-se para o prédio anteriormente ocupado pelo Foro Criminal de Porto Alegre, no Largo João Amorim Albuquerque, nº. 60, onde permaneceu até 3 de fevereiro de 1997, quando se instalou no novo prédio do Poder Judiciário na Av. Borges de Medeiros.⁷²



FIG. 119: Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990, vista para a platéia. Foto: André Simão



FIG. 120: Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990, vista da platéia. Foto: André Simão

⁷² FÉLIX, 1999, pág. 79.



FIG. 121: Lateral do Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990. Foto: André Simão
 FIG. 122: Lateral do Pleno do Tribunal de Alçada, 4º andar, década de 1990. Foto: André Simão

5.2 Alterações.

Ao longo dos anos de ocupação, diversas alterações⁷³ são feitas no interior do edifício, sem qualquer critério ou participação dos co-autores, comprometendo sua qualidade e uso.

Na década de 1990, o prédio está bastante descaracterizado, tanto externamente, quanto internamente.

No sétimo andar, o restaurante é desativado e seu local transformado em local administrativo. Para aumentar a área útil do 6º e do 7º pavimentos, as esquadrias localizadas na ala norte são deslocadas para a prumada externa do Palácio da Justiça, fechando os terraços dos dois andares. Na cobertura, são colocadas telhas sobre os vão de concreto do pergolado do antigo restaurante e um forro pacote, que o oculta internamente.



FIG. 123: Terraços do 6º e 7º andares fechados pelas esquadrias, década de 1990. Foto: André Simão
 FIG. 124: Terraços do 6º e 7º andares fechados pelas esquadrias, 2002. Foto: Cicero Alvarez

⁷³ As datas exatas dessas intervenções não foram localizadas.

No Tribunal Pleno, 6º andar, o forro está totalmente alterado. Os cilindros de concreto dos insufladores do sistema de condicionamento de ar são substituídos por outros de aço inox. São acrescentados, ainda, outros cilindros de menor diâmetro com luminárias. Além deles, estruturas de madeira revestidas com placas de cortiça são posicionadas sobre a platéia, com o mesmo sistema de luminárias e insufladores.



FIG. 125: Pleno do Tribunal de Justiça, 6º andar, década de 1980.

FIG. 126: Pleno do Tribunal de Justiça, 6º andar, década de 1990. Foto: André Simão

No saguão do 6º andar, as poltronas são substituídas por três sofás. Um mural para os ex-presidentes é criado com a colocação de quadros na parede sul, junto à entrada do Tribunal Pleno. A porta de acesso a este está reposicionada no mesmo plano da parede do saguão, suprimindo o antigo corredor de entrada e os tijolos de vidro existentes em suas laterais.



FIG. 127. Sagüão, 6º andar, inauguração em 1968.

FIG. 128: Sagüão, 6º andar, década de 1990. Foto: André Simão.

No saguão do 5º andar, o piso original é substituído por granito juparaná; o forro rebaixado com gesso; o plafond, fabricado pela Dominici, tem dimensões excessivas para o local; o entorno da escada é fechado, escurecendo o espaço do saguão. A foto, fig. 128,

ilustra a ausência total de coordenação entre os elementos de arquitetura, a perda da proporção do espaço e das relações existentes na composição original.



FIG. 129: Saguão do 5º andar fechado, década de 1990. Foto: André Simão



FIG. 130: Saguão do 5º andar fechado, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 131: Saguão do 5º andar fechado, 2002. Foto: Takayoshi Imasato

Nos demais andares tipo, a falta de manutenção, de planejamento e de projeto de ocupação ficam, igualmente, evidentes.



FIG. 132: Saguão do 4º andar, após reforma da Corregedoria, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 133: Saguão do 4º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 134: Saguão do 3º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 135: Saguão do 3º andar, após reforma da Corregedoria, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 136: Saguão do 2º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 137: Saguão do 1º andar, 2002. Foto: Takayoshi Imasato

No saguão do 4º pavimento, o forro é rebaixado e os pilares envolvidos por placas de mármore, com alterações na forma e nas dimensões de cada um. Nos saguões do 1º ao 5º pavimento, a escada está envolvida por divisórias de madeira que compartimentam o espaço entre pilares e esquadrias da fachada leste, prejudicando a iluminação.

No térreo, parte sob a Galeria, próxima a escada, é fechada por painéis. Na Galeria o espaço voltado para o saguão do térreo é fechado com painéis para abrigar o setor de Precatórios, a luz da rua é bloqueada e a percepção do espaço alterada. No terraço lateral, condensadores de um sistema de ar condicionado podem ser vistos.



FIG. 138: Saguão do Térreo, 2002. Foto: Takayoshi Imasato

Na década de 1990, o Salão do Júri tem sua platéia reduzida, poltronas são retiradas para abrigar atividades do Tribunal de Alçada e, posteriormente, o Salão abriga o Memorial do Judiciário.



FIG. 139: Tribunal do Júri, década de 1990. Foto: André Simão
 FIG. 140: Museu do Memorial do Judiciário, 2001. Foto: Mário Salgado

No interior do 7º pavimento, junto ao saguão, o jardim interno está bastante deteriorado: esquadrias estragadas, caixas d'água usadas como vasos para plantas, um cenário desolador e não condizente com o caráter do edifício.



FIG. 141: Saguão do 7º Pavimento, 2002. Foto: Takayoshi Imasato



FIG. 142: Saguão do 7º Pavimento, 2002. Foto: Takayoshi Imasato

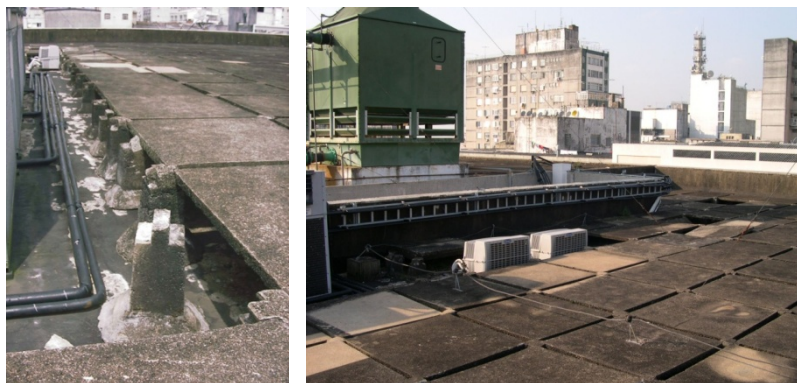


FIG. 143: Placas e pilaretes da cobertura, 2002. Foto: Cicero Alvarez

FIG. 144: Placas quebradas da cobertura, 2002. Foto: Cicero Alvarez

A cobertura do Palácio da Justiça utiliza o mesmo sistema de impermeabilização proposto por Luís Fernando Corona para sede da Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé (S.A.P.I.), em 1951. Placas de concreto apoiadas em pilaretes do mesmo material criam proteção para a manta de impermeabilização, por meio de sombreamento e camada de ar, permanentemente ventilada. Todavia, apesar da eficiência do sistema, o tempo e a falta de manutenção, que caracteriza o período de ocupação do prédio, resultam em placas quebradas ou soltas, pilaretes deslocados e outros danos à cobertura.

Com o passar dos anos, o Palácio da Justiça ingressa em uma fase de descaso e, depois, de semi-abandono.

Apesar das reformas e dos espaços densamente ocupados, o Palácio da Justiça parecia ficar cada vez menor. Novamente, a Justiça espalhou-se por outros prédios do Centro de Porto Alegre. Algumas funções passaram a ser exercidas nas dependências da Secretaria da Fazenda e no antigo Palácio Provisório, onde hoje está o Memorial do Ministério Público, também conhecido como Forte Apache.

A construção do Foro Central, que abrigou o primeiro grau em 1989, e a mudança do Tribunal de Alçada para imóvel locado, em 1990, trouxeram algum alívio para essa situação. Ficaram no prédio apenas o segundo grau e as funções administrativas. Mas o Judiciário continuava a crescer e logo as dependências do Palácio da Justiça voltariam a ser insuficientes. Na segunda metade da década de 1990, as precárias condições acústicas, de iluminação e de climatização eram agravadas pelo estado de deterioração em que se achava o edifício. Desembargadores, Juízes e funcionários exerciam suas atividades em espaços cada vez mais reduzidos, separados apenas por divisórias leves. Gabinetes de Desembargadores espremiam-se entre as escadarias e as janelas que antes iluminavam os saguões, a cada pavimento. A área de alguns gabinetes de Juízes-Corregedores não chegava a exíguos 7m². Eram as chamadas “baías”, um apelido bem-humorado criado pelos magistrados que as utilizavam.

A solução veio com a construção de um novo prédio para o Tribunal de Justiça. Em janeiro de 1998, a 4^o Câmara Criminal deixou o Palácio, iniciando a transferência do segundo grau para as novas instalações, na Av. Borges de Medeiros. E, em 22 de novembro de 1999, o Pleno do Tribunal realizou sua última sessão no Palácio da Justiça, concluindo a mudança das atividades jurisdicionais para o novo prédio do Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2000, alas inteiras do Palácio estavam desertas. Apenas a Alta Administração e as atividades administrativas permaneciam no Palácio⁷⁴.

⁷⁴ BIANCAMANO, 2006, pág.38

6 CONCLUSÃO?

6.1 Tudo começou com os bombeiros⁷⁵

No final da década de 1990, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre exige a adequação do edifício às normas vigentes de proteção contra incêndio. Para atender essa demanda, torna-se necessário construir uma nova escada no prédio.

Pela primeira vez, desde a inauguração do prédio, o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet é chamado. A iniciativa do Tribunal, presidido pelo Desembargador Cacildo de Andrade Xavier, tem origem nas ações da arquiteta Lídia Maria de Oliveira Fabrício, integrante do corpo técnico do Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção (DEAM). Mediante sua interlocução junto à administração do Órgão, para a qual contou com o total apoio do diretor do DEAM, eng. Ernani Fernando Bartmann, o Tribunal de Justiça, finalmente, entende que a intervenção é competência dos co-autores do projeto do Palácio da Justiça. Em abril de 2000, o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet⁷⁶ é contratado para realizar projeto de uma escada protegida e de Plano de Prevenção Contra Incêndio.

A Carlos Maximiliano Fayet Arquitetos Associados desenvolve três estudos completos. Dois deles são desenvolvidos praticamente ao mesmo tempo. O primeiro, desenvolvido entre 14 e 28 de abril de 2000, prevê uma nova escada interna, localizada junto à fachada oeste, na parte posterior aos elevadores. Esta fica visível externamente, apenas, na altura da Galeria e do Térreo, quando liga o bloco com o nível da praça. O segundo, datado de 28 de abril, propõe uma escada metálica externa ao edifício, do térreo ao sétimo pavimento.



FIG. 145: Maquete eletrônica da proposta para escada externa, 2000.

FIG. 146: Rampa externa na maquete eletrônica da proposta para escada externa, 2000

⁷⁵ Expressão usada por Fayet em entrevista ao Programa de História Oral do Memorial do Judiciário.

⁷⁶ Devido ao falecimento precoce de Luís Fernando Corona em 1977, apenas um dos co-autores pode interceder na obra

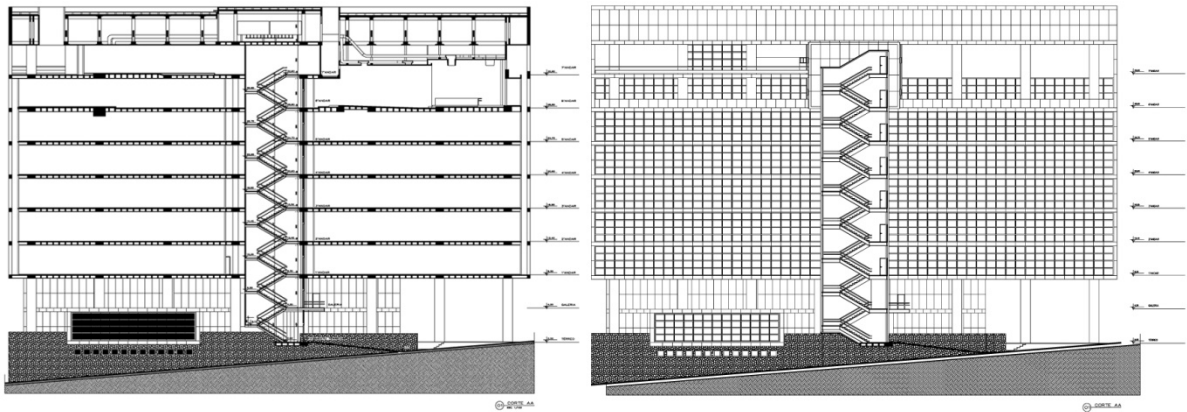


FIG. 147: à esquerda, Corte do projeto da escada interna e, à direita, corte da versão externa, 2000.

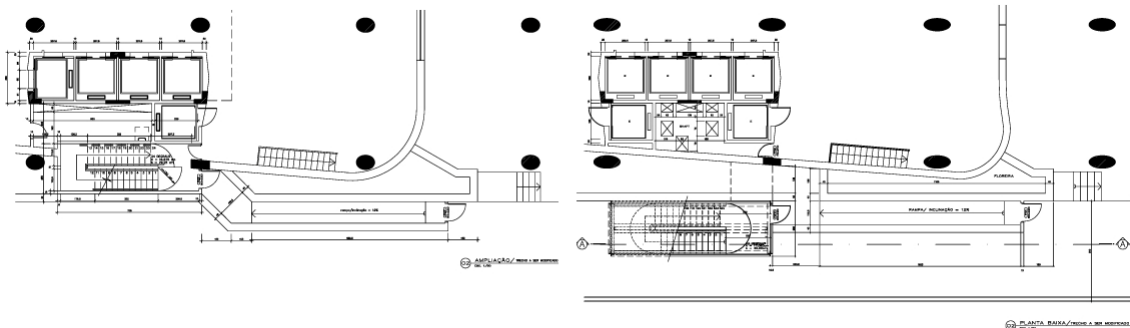


FIG. 148: à esquerda, Térreo do projeto da escada interna e, à direita, da versão externa, 2000.

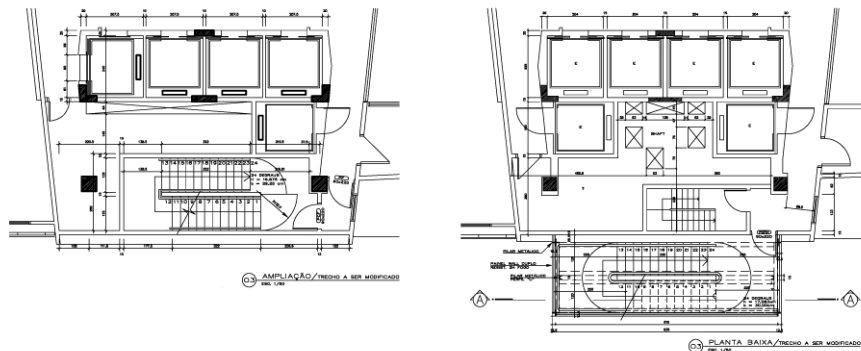


FIG. 149: à esquerda, 7º Pavimento do projeto da escada interna e, à direita, da versão externa, 2000.

O primeiro é descartado por ser extremamente oneroso. O segundo enfrenta resistência e é indeferido pelos Órgãos Municipais de Patrimônio. O terceiro projeto utiliza a escada existente, mas instala portas corta-fogo na entrada de cada ala isolando saguão e escada. As pranchas desse projeto têm datas de fevereiro a maio de 2001, são aprovadas e licenciadas pela Prefeitura Municipal em julho de 2001. Entretanto, Fayet pleiteia modificações. Após negociações junto à Comissão de Incêndio, esta entende ser suficiente

a utilização de portas de vidro temperado resistente ao fogo e a remoção de material combustível do recinto de circulação vertical. Esta solução será aprovada em 2002.

[...] os setores que ficaram no Palácio exigiam expansão. Havia muitas áreas ociosas, desde a mudança das atividades jurisdicionais para o novo prédio da Borges, mas a sua ocupação dependia de adaptações que não poderiam ocorrer sem um projeto abrangente de zoneamento das funções. Em 1999, o Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do TJ levou à Administração um plano de zoneamento para o Palácio da Justiça. Naquele estudo, que previa a recuperação da antiga Galeria dos Casamentos e do restaurante, assim como a liberação dos terraços e da escadaria, já germinava uma intenção de restauração do edifício a ser implementada a cada andar, à medida que fossem obtidos aportes financeiros. A idéia parecia ambiciosa demais. Contando com escassos recursos, o Tribunal de Justiça concentrava esforços na informatização do Judiciário, em um projeto que abrangia todas as Comarcas do interior do Estado⁷⁷.

Não obstante o momento de falta de recursos, o DEAM desenvolve projetos de recuperação para o Palácio. Fayet trabalha como consultor junto à equipe nos projetos da Corregedoria e do Memorial do Judiciário, paralelamente ao desenvolvimento dos projetos para escada de incêndio. Nestas intervenções, projetos da arq. Lídia Fabrício, a ala norte do 3º pavimento e as alas norte e sul do 4º pavimento são recuperadas e adaptadas para receber as atividades da Corregedoria do Tribunal de Justiça e o antigo Tribunal do Júri, no térreo, é modificado para abrigar o Memorial do Judiciário.

Finalmente em 2000, sob a Presidência do Desembargador Luís Felipe Vasquez de Magalhães, iniciou-se a concretização do plano de recuperação do Palácio da Justiça com a reciclagem do antigo Salão do Júri, no térreo, para instalar o Memorial do Judiciário, e do 4º andar e mais metade do 3º, para abrigar a Corregedoria-Geral. Esses projetos foram elaborados no DEAM-TJ, com consultoria e assessoramento do arquiteto Fayet e autorização dos herdeiros de Corona.⁷⁸

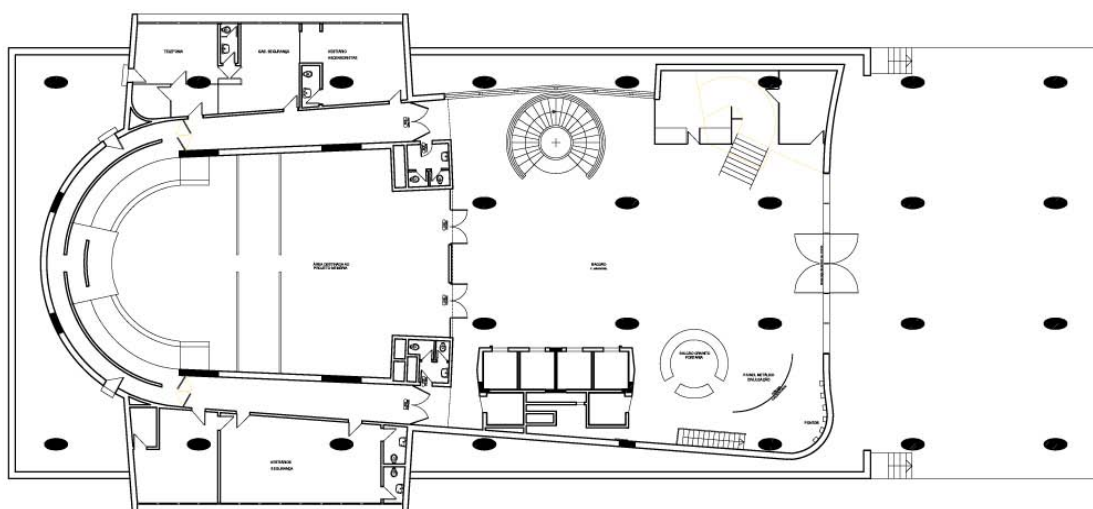


FIG. 150: Térreo, situação no ano 2000 com balcão da segurança projetado.

⁷⁷ BIANCAMANO, Mary. FABRÍCIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, pág. 41.

⁷⁸ Idem, pág. 42.

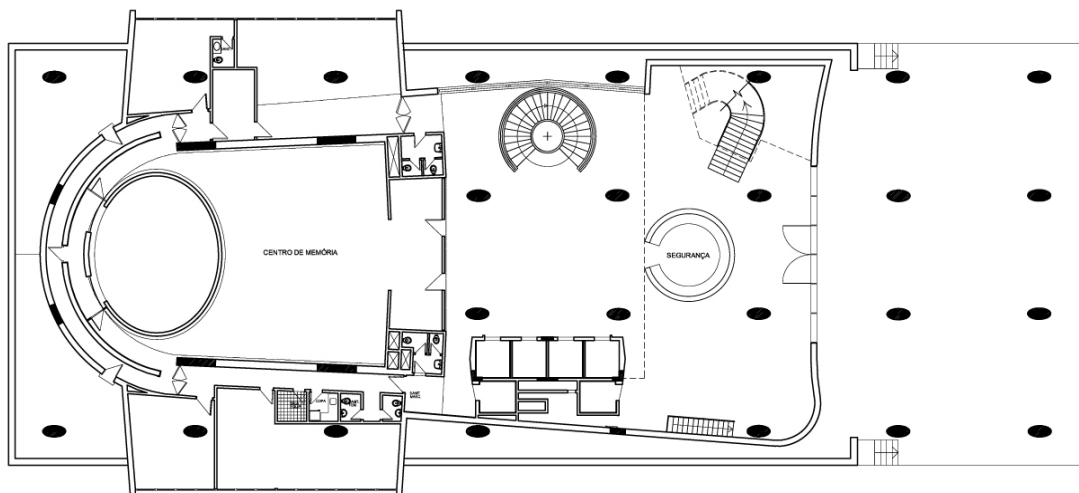


FIG. 151: Térreo, projeto do Memorial do Judiciário, 2000, balcão da segurança projetado no eixo de entrada.

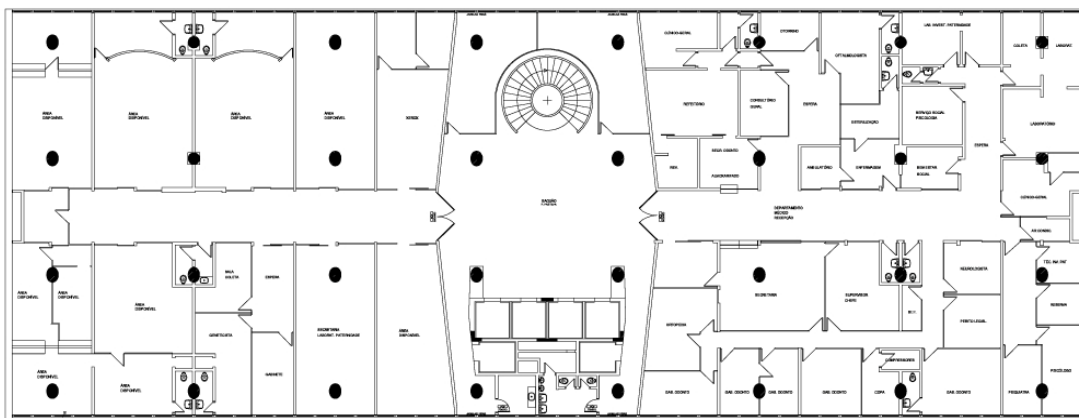


FIG. 152: Terceiro Pavimento, situação no ano 2000, escada do saguão envolvida por divisórias.

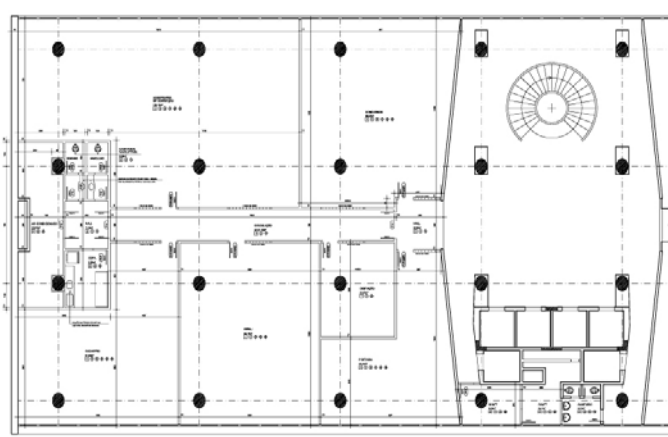


FIG. 153 Terceiro Pavimento, projeto Corregedoria, 2000, escada do saguão livre.

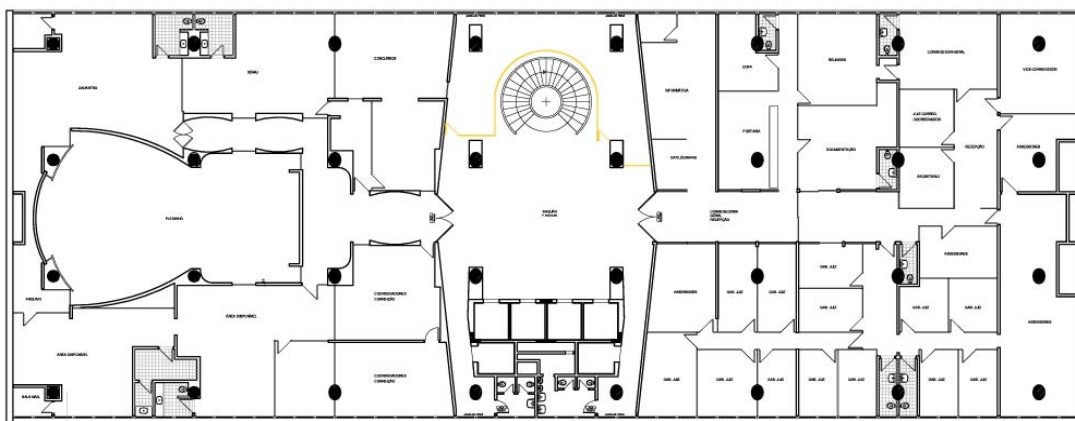


FIG. 154 Quarto Pavimento, situação no ano 2000, antigo Pleno do Tribunal de Alçada na ala norte e escada do saguão envolvida por divisórias.

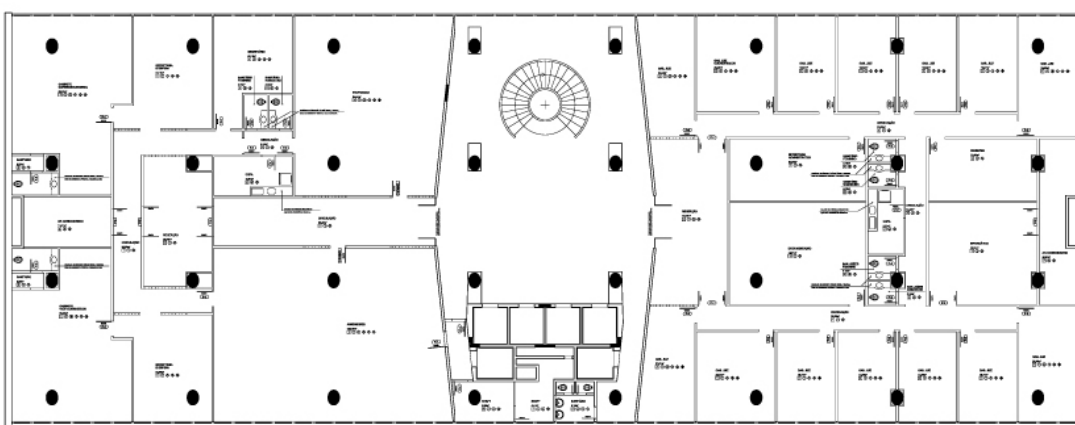


FIG. 155 Quarto Pavimento, projeto Corregedoria, 2000, escada do saguão livre.

Os projetos da Escada de Incêndio, da Corregedoria e do Memorial do Judiciário iniciam o processo de recuperação do Palácio da Justiça e reaproximam o Tribunal de Justiça do co-autor do projeto original.

Em julho de 2001, iniciaram-se as obras do Memorial e da Corregedoria, que seriam inauguradas em janeiro de 2002. Nesses andares adotaram-se padrões que seriam mantidos nos demais: liberação do entorno da escadaria, devolvendo-lhe a iluminação natural própria do projeto original; execução de novas redes, segundo padrões e normas atuais; ampliação dos “shafts”, situados atrás dos elevadores, para que comportassem as novas colunas montantes que se contrariaria a seguir.

Assumindo a Presidência do Tribunal de Justiça o Desembargador José Eugênio Tedesco, a decisão pela restauração integral do Palácio da Justiça se concretiza com a destinação dos recursos necessários. Em julho de 2002, cinquenta anos após a realização do concurso, o arquiteto Fayet assumia integralmente a elaboração dos projetos de restauração, reciclagem e recuperação do Palácio da Justiça⁷⁹

⁷⁹ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lúcia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, pág. 42.

6.2 Projeto.

Cinqüenta anos após o concurso público, o arquiteto Carlos Maximiliano Fayet é chamado pelo Tribunal de Justiça para recuperar, readequar e restaurar o Palácio da Justiça, de modo que este seja, novamente, a sede administrativa do Poder Judiciário do Estado.

O Tribunal de Justiça vinha sendo intimado a providenciar a execução de uma escada de incêndio para o prédio do Palácio da Justiça. Em 1999, o DEAM, Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do Tribunal, decidiu consultar-me, como autor do projeto, sobre o assunto, resultando na minha contratação, em 2000, para a elaboração dos projetos correlatos. Em 2002, a presidência do Tribunal entendeu que não teria sentido ir fazendo as adaptações do prédio por partes e somente internamente. A construção requeria, também, uma recuperação geral nos revestimentos externos, nas esquadrias, na infra-estrutura de energia elétrica, lógica e nas redes hidrossanitárias, além da prevenção contra incêndio, de acordo com o projeto que havia finalmente sido aprovado. A decisão era contratar-me, como autor original, para também completá-lo do modo como havia sido concebido no projeto original do concurso, dotando-o dos *brise-soleils*, dos painéis laterais em relevo e da escultura da deusa da Justiça (Themis) que deveria ocupar a parede sul, de frente para a praça Marechal Deodoro. Esta foi uma deliberação rara e exemplar da administração do Poder Judiciário do Estado.⁸⁰

A empresa Carlos Maximiliano Fayet Arquitetos Associados (CMFaa) é contratada, em 2002, para realizar todos os projetos necessários para a completa recuperação do edifício⁸¹. A CMFaa tem sob sua responsabilidade os projetos de arquitetura (revestimentos externos, pavimentos internos e mobiliário), som, imagem e automação (com três consultorias: sonorização para música e de gravação; iluminação cênica e áudio, projeção de imagens e automação) e comunicação visual. Os demais projetos (estrutural; elétrico, telefonia, lógica; hidráulico-sanitário; climatização; sistema de segurança/C.F.T.V⁸²; luminotécnico; serviços de nutrição; prevenção contra incêndio e paisagismo) são subcontratados, sendo a CMFaa responsável pela coordenação e compatibilização.

As obras internas de reestruturação, do subsolo até a cobertura, incluem a recuperação dos terraços dos andares especiais, da galeria, da escada helicoidal, do restaurante e da cobertura. O Tribunal almeja, além disso, o término da obra como fora concebida. O revestimento externo começa a ceder ao tempo e a substituição de pastilhas não alcança o padrão adequado, fazendo com que o revestimento proposto meio século atrás, com o objetivo de caracterizar corretamente o edifício, seja a solução adotada. Os problemas de

⁸⁰ FAYET, Carlos M., Arquitetura valoriza patrimônio cultural do Estado. In AAI em revista nº 25. Porto Alegre: Arte Sul, Jul/Ago de 2006, Pags. 8 e 9.

⁸¹ O arquiteto já havia solicitado autorização da família de Luís Fernando Corona, também co-autor do projeto, falecido em 1977, para execução dos projetos, em maio de 2000, quando da contratação para o projeto da escada de incêndio

⁸² Circuito fechado de televisão.

insolação na face oeste serão finalmente solucionados com a colocação dos quebra-sóis. As duas molduras, leste e oeste, cegas por cinquenta anos, receberão seus murais e Themis, a estátua da deusa da Justiça, finalmente, vigiará a praça, reajustando a relação de proporção da fachada sul. Estas incumbências estão, igualmente, a cargo da CMFaa.



FIG. 156. Fachada Leste, esquadrias fechando terraços do 6º e 7º pavimento e painel lateral sem relevos, 2002.
 FIG. 157. Esquina mostrando fachada leste e fachada norte, esquadrias fechando terraços do restaurante, 2002
 FIG. 158. Esquina mostrando fachada norte e fachada oeste, terraços fechados e ausência de quebra-sóis, 2002

No início dos trabalhos, a CMFaa entrevista funcionários e chefes dos setores destinados a ocupar o Palácio depois da reforma, de modo a garantir que suas necessidades estejam contempladas no projeto. Nas entrevistas, são considerados os cargos de chefia de setor, a quantidade de funcionários, as atividades desenvolvidas em cada espaço, as relações pessoais e os espaços de convívio. Contudo, apesar de todos os cuidados tomados pela equipe, as trocas de chefias e da cúpula do Tribunal, renovada a cada dois anos, faz com que o programa de necessidades seja alterado durante todo o projeto. Como consequência, o tempo de elaboração dos projetos se dilata. Durante a execução, as modificações geram aditivos ao custo previsto, inicialmente, na licitação e serviços, já executados, são desfeitos e refeitos.



FIG. 159. Situação interna mostrando a falta de ordem dos espaços no Palácio, 2002.
 FIG. 160. Entrevistas com funcionários, falta de ordem dos espaços no Palácio, 2002.
 FIG. 161. Situação interna mostrando a falta de ordem dos espaços no Palácio, 2002

O projeto de arquitetura reestrutura os setores em layouts cuidadosamente estudados, nas alas norte e sul do prédio. Como premissa para eventuais intervenções futuras, todas as paredes de alvenaria e divisórias internas das alas são demolidas e retiradas, substituídas por paredes de gesso acartonado, menos espessas, otimizando as áreas internas. Outra preocupação da CMFaa é a incorporação de áreas consideradas residuais no projeto original; alas inteiras, sem uso determinado, que, antes da reforma, são usadas sem planejamento, estando em péssimo estado de conservação. Localizadas sobre o Memorial do Judiciário (térreo ala norte), sobre o antigo Tribunal Pleno, agora Auditório (7º pavimento ala sul) e sobre o Restaurante (8º pavimento ala norte), estas alas passam a abrigar o arquivo do Memorial, apoios e aquários de tradução simultânea e controles do auditório e serviços e vestiários do restaurante.

Os projetos complementares visam modernizar as instalações com a atualização dos sistemas elétricos, lógicos, telefônicos, de climatização, de segurança (C.F.T.V.), de automação e de iluminação cênica do auditório. A existência, no projeto original, de shafts para instalações e sua localização estratégica no eixo do prédio (atrás dos elevadores, na ala central e nas fachadas norte e sul) é fundamental para viabilizar a passagem entre os pavimentos das novas redes de instalações. Do mesmo modo, que o vazio nos pilares dos pavimentos, onde ocorre a descida dos pluviais. Nos casos em que estes não podem ser utilizados, como nos sanitários e copas, opta-se pelo uso de forro rebaixado. Na cozinha, executa-se piso elevado para evitar problemas com instalações hidráulico-sanitárias passando do 7º para o 6º pavimento. O rebaixo de forro para esconder as tubulações é evitado, pois, em caso de vazamento, o acesso para conserto deveria ser feito através do forro da Presidência.



FIG. 162. Coroamento, 8º pavimento, Ala norte, antes da reforma 2002.

FIG. 163. Térreo, terraço fachada norte, circulação bloqueada por construção irregular, 2002.

O cálculo da estrutura original de concreto armado do Palácio da Justiça têm autoria do escritório do eng. Ivo Wolff. Na restauração, são feitos pelo eng. Geraldo Wolff, seu filho.

As lajes tipo são nervuradas e possibilitam a passagem de instalações elétricas entre os vazios da laje "tipo caixaão". Lajes da cobertura, suportadas por treliças de concreto, vencem um vão de 21m. A laje sobre o auditório é suportada pela mesma treliça (ala sul) através de tirantes com recobrimento de concreto. Estas treliças, após cálculos de verificação do eng. Wolff, recebem carga com piso em seus espaços intersticiais (estrutura metálica e placas de painel Wall).



FIG. 164. Treliça de concreto, 8º pavimento, Ala sul, sobre o Pleno, antes da reforma 2002.

O projeto prevê a recuperação da cobertura, mediante a retirada e reaplicação de impermeabilização sobre a laje de cobertura. Mesmo com o eficiente sistema de placas apoiadas sobre pilaretes, que garante proteção térmica e mecânica, os efeitos do tempo e da falta de manutenção lentamente surgiram. O sistema, adotado no projeto original, é mantido, contudo todas as peças são trocadas em função da deterioração. Para proteção contra a chuva direta, propõe-se a colocação de domos de acrílico, em módulos grandes (aprox.1,5 x 3,0m), sobre o pergolado dos terraços do restaurante, ala norte, e sobre parte do saguão do 7º pavimento, onde está o jardim interno original. Além disso, propõe-se domos em módulos menores, de 1x1m, tanto na ala norte como na sul, para garantir iluminação natural nas alas na altura do coroamento do Palácio. Antes da reforma, estes espaços estão subutilizados, degradados e as escuras.



FIG. 165. Cobertura, parte central, antes da reforma 2002.

FIG. 166. Cobertura, ala norte, antes da reforma 2002.

FIG. 167. Cobertura, vista do jardim interno, antes da reforma 2002.

FIG. 168. 7º Pavimento, vista do jardim interno, antes da reforma 2002

Como já destacado no capítulo 5, a expansão sem critérios atinge todos os setores do prédio, inclusive os saguões dos pavimentos tipo, totalmente fechados à volta da escada helicoidal. Nestes, as ocupações irregulares, localizadas entre o pano de esquadrias da fachada leste e a forma circular da escada principal, deixavam os saguões do 1º ao 5º pavimento descaracterizados, sem a imponência da concepção original, e sem iluminação e ventilação naturais. A reforma da Corregedoria modifica os saguões do 3º e do 4º andar, em 2001, eliminando os bloqueios e devolvendo-lhes a configuração original. O projeto de restauro tem como diretriz recuperar os demais.



FIG. 169. Saguão do 1º pavimento, sem iluminação da rua, antes da reforma 2002.

FIG. 170. Saguão do 2º pavimento, sem iluminação da rua, antes da reforma 2002

O mezanino sobre o Térreo, ala sul, originalmente "Galeria dos Casamentos", por causa da expansão sem planejamento, é ocupado. Seu guarda corpo, antes vazado, está bloqueado por divisórias até o teto, impedindo a entrada de luz do pilotis para o Hall e confinando a perspectiva do espaço. O plano de remanejamento transfere o setor de Precatórios, ocupante da Galeria, para um dos pavimentos tipo e libera sua área. O projeto restaura a configuração espacial da Galeria e a destina para exposições, recuperando a luz para o térreo.

Importante salientar que, como o único objetivo das "ocupações" era preencher qualquer área no edifício que parecesse vazia, a qualidade dessas intervenções é de péssima qualidade. O projeto arquitetônico para reforma, restauro, atualização e complementação do projeto original do Palácio da Justiça de Porto Alegre tem como meta fundamental transformar o espaço degradado em um espaço qualificado.

6.3 Arte.

A arquitetura moderna no Brasil, em suas obras principais de caráter monumental, sempre buscou integração com as demais artes plásticas. Célebres são os exemplos do Ministério da Educação e Saúde, da Pampulha, de Brasília, entre outros. Arquitetura, pintura e escultura integradas formam um todo simbólico consistente. No Rio Grande do Sul, o projeto do concurso de 1952 mostra um relacionamento possível entre a imagem mais abstrata de um edifício moderno e os ideais do realismo socialista, mais figurativos, mas presentes no Palácio da Justiça, tanto para configurar seu caráter de edificação especial como para permitir que o povo assim o perceba.

A decisão do Tribunal de Justiça de completar o edifício, inclusive com a colocação dos painéis laterais em relevo e da escultura da deusa da Justiça (Themis), inicia o processo. Depois de consultar alguns artistas conhecidos, Fayet toma uma decisão que sabe criará polêmica; tanto os murais das fachadas Leste e Oeste como a escultura de Themis para a fachada Sul serão concebidas e executadas pelo arquiteto, e novamente escultor, Carlos Maximiliano Fayet.

Fayet realiza intensa pesquisa para embasar seu trabalho. Os murais se orientam por dois temas: terra e povo. O primeiro é a representação da flora, fauna e relevo do estado. O segundo representa vultos históricos e construções relevantes para a cultura do Rio Grande do Sul. Sob certo aspecto, apesar de manter a figuração tão cara ao realismo socialista, os projetos artísticos dos dois murais se afastam do conceito inicialmente pensado para o projeto. O povo, tão presente nos murais do passado, estará ausente da versão definitiva da obra.



FIG. 171. Mural Leste, TERRA: Flora, Fauna, 2003.

FIG. 172. Mural Oeste, POVO- História e Cultura, 2003.

Paralelamente à pesquisa e a definição dos elementos de cada painel, é feita a medição dos locais de colocação no Palácio e são estudados os materiais adequados e as técnicas a serem empregadas. A seguir, feita a composição geral de cada um dos painéis, Fayet realiza os desenhos individuais de cada um dos elementos. A etapa seguinte envolve a digitalização e o reestudo dos *layouts* em programa de edição de imagens. Definida a composição final, realiza-se a impressão de cada painel. Cada um dos murais Terra e Povo tem 7,55 x 10,58 metros, composto por 200 placas de concreto medindo 75,50 x 52,5 cm, cada placa é decalcada e, com o uso de estecos, sulcada na argila. Após retoques, é feito molde de gesso e, finalmente, a concretagem. A placa identificada em sua posição na composição fica a espera da colocação.



FIG. 173. Carlos M. Fayet e os desenhos para os painéis, 2003.

FIG. 174. Desenho de Júlio de Castilhos, Mural Oeste, 2003.

FIG. 175. Retoques nas placas de argila, 2003/2004.

FIG. 176. Desmoldagem de uma das placas, 2003/2004.

FIG. 177. Uma das placas do rosto de Iberê Camargo, 2004.

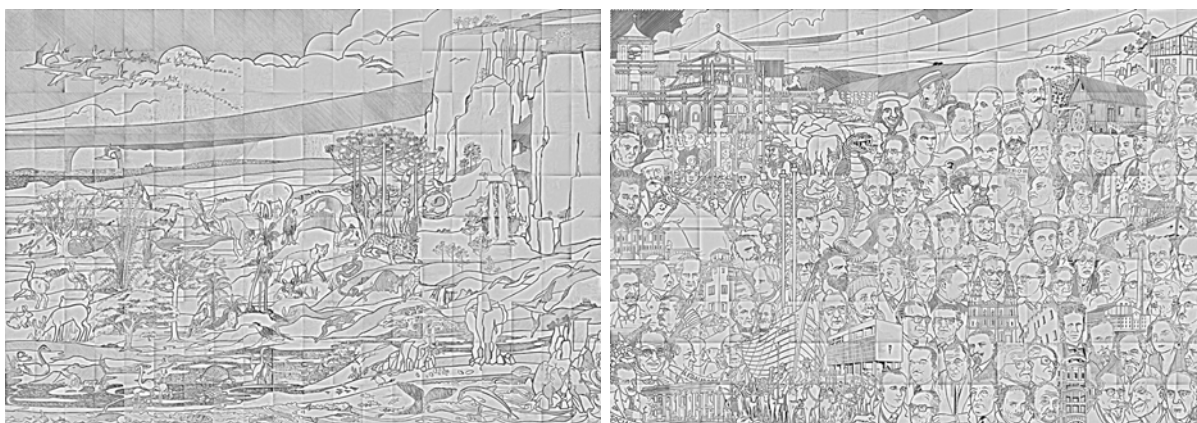


FIG. 178. Mural Leste, TERRA: Flora, Fauna, versão final, 2004.

FIG. 179. Mural Oeste, POVO- História e Cultura, versão final, 2004.

A escultura de Themis, de certo modo, tem processo de criação similar ao dos murais. Nos primeiros esboços a imagem já mostra suas principais características: uma Justiça sem venda, de olhos abertos, sem balança e com o livro das leis em sua mão. Em seguida, é feito um modelo em argila, na escala 1/10, com 90 cm de comprimento. A partir do modelo é

feito um molde que permite cópias. Uma cópia em gesso levada ao SENAI/RS dá origem ao modelo virtual da escultura, após passar por um sistema de digitalização tridimensional. O modelo tridimensional é seccionado, de milímetro em milímetro, dando origem a arquivos isolados de cada seção transversal da escultura. A seguir cada seção é ampliada 10 vezes e os arquivos impressos, as folhas são coladas a pranchas de isopor com 1m de espessura. O processo elimina a necessidade do uso de compassos de redução e ampliação para a escultura. Recortados os contornos das seções transversais, estas são unidas formando o modelo em escala natural da estátua.

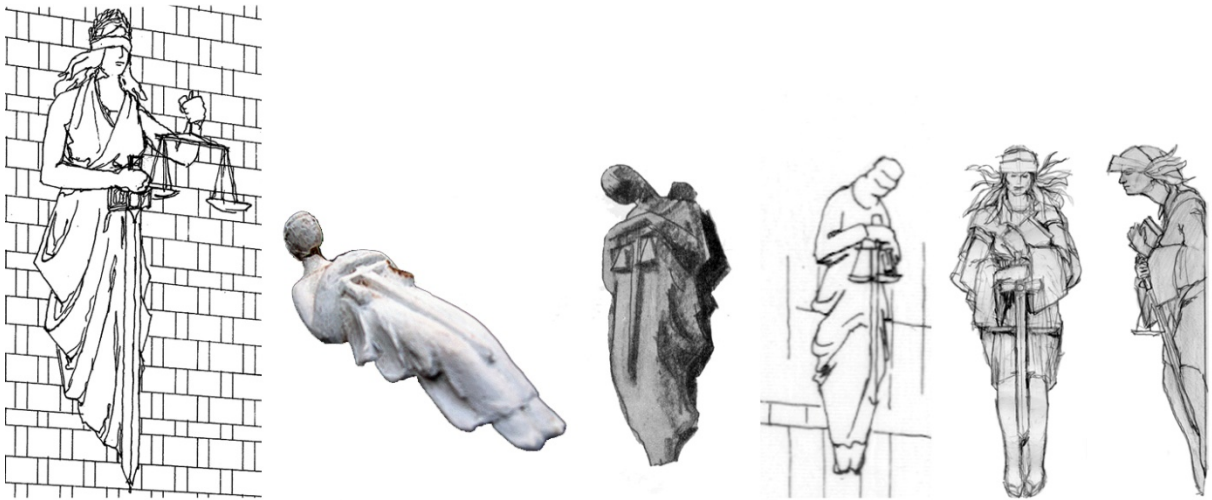


FIG. 180. As várias faces de Themis: vendada na perspectiva do concurso; sem venda na escultura de Fernando Corona (maquete concurso) e na revista Espaço; novamente vendada em desenho do final dos anos 1950; sem balança e de olhos abertos em 2002.

O modelo deitado, montado em um pavilhão da empresa de fundição, permite avaliar a escultura e alterar as partes que o autor não considera satisfatórias. Modificações, executadas em argila, ocorrem, principalmente, nas mãos, pés e rosto.



FIG. 181. Fayet e Themis, modelo em argila, 21 de fevereiro de 2003

FIG. 182. Themis, modelo inicial em argila, 21 de fevereiro de 2003.



FIG. 183. Fayet no Laboratório de Modelagem Tridimensional (LMT) do SENAI/RS, 3/04/2003.
 FIG. 184. Themis de gesso sendo digitalizada, LMT – SENAI/RS, 3 de abril de 2003.

A etapa subsequente é a confecção de formas de gesso, em tasselos. Nestas, aplica-se a cera quente e, terminado, executa-se o funil e os canais. O molde é preenchido e revestido com argila refratária. Feita a queima da cera, cada bloco é retirado e colocado no poço onde se derramará o metal. O bronze derretido é derramado no funil preenchendo os espaços vazios do molde. Após o resfriamento, rompe-se o molde e as peças aprovadas são soldadas.

A resistência (3.000kg) do topo da laje, onde foram chumbados os suportes superiores que sustentam a estrutura, foi recalculada pelo Eng. Geraldo Wolff, filho do saudoso Prof. Eng. Ivo Wolff, autor do projeto estrutural original.

A necessária estrutura interna foi concebida como a do corpo humano: uma coluna vertebral ao longo da figura e uma “travessa” horizontal, como os omoplatas e clavículas feitas em treliças retangulares de aço cortain. Deste sistema que recebe os dispositivos de apoio, descem inclinadas as “costelas e músculos” que transmitem o peso da escultura para a viga central. Estas costelas (12) são em cantoneiras de aço soldadas na estrutura, ligadas em barras de latão soldadas no bronze. Houve o cuidado de não deixar em contato o aço e as barras de latão para evitar a corrupção dos metais. Ligações vistas ao lado e abaixo resolveram o problemas. Levadas a ensaio, romperam ao cisalhamento aos 1300kg. A travessa estrutural foi feita de modo a permitir a introdução de um perfil removível para o içamento.⁸³



FIG. 185. Fayet e neto, pavilhão da fundição, 12 de julho de 2003.
 FIG. 186. Fayet e Themis, pavilhão da fundição, 31 de março de 2004.

⁸³ Folder referente à escultura de Themis, exposição sobre as obras do Palácio da Justiça, 2006.



FIG. 187. Fayet, bronze derretido sendo derramado em molde, 16 de setembro de 2005.

FIG. 188. Themis, pavilhão da fundição, 16 de setembro de 2005.

FIG. 189. Cabeça da escultura de Themis, fundição, 16 de setembro de 2005.

Finalizada a soldagem, esmerilhadas as costuras, toda a escultura é lixada para receber pátina. Montada e acabada passa por processo de limpeza e, depois, recebe banho de ácido para abrir os poros do bronze. Após a secagem, é pincelada e adquire o tom semelhante à pátina do bronze submetido à intempérie. Themis está pronta para ocupar seu lugar de direito na Praça dos Três Poderes.



FIG. 190. Themis finalizada sendo colocada no caminhão, 8h27min, 11 de dezembro de 2005.

FIG. 191. Themis, sobre caminhão, saindo do pavilhão, 9h15min, 11 de dezembro de 2005.

FIG. 192. Themis deixando a fundição para a Praça da Matriz, 9h16min, 11 de dezembro de 2005.

A escultura de Themis é uma mescla das duas representações iniciais de 1952 e de 1958. Embora mantenha os traços figurativos do desenho original do concurso, a estátua executada se alimenta, talvez inconscientemente, de alguns conceitos presentes na imagem abstrata que aparece tanto na própria maquete do Concurso, feita por Fernando Corona, quanto na revista Espaço – Arquitetura, em 1958. A espada permanece, mas a balança não está presente. Themis surge como uma guerreira com elmo e cabelos esvoaçantes. Seu pescoço é projetado e os pés estão quase paralelos à fachada do prédio e do mesmo modo que, na pequena maquete de gesso, seus olhos estão abertos, sem qualquer tipo de venda.

A estátua de nove metros de altura e três toneladas ocupa a mesma posição e tem a mesma dimensão do projeto de 1958, sendo menor que o desenho proposto em 1952.

Convém lembrar matéria publicada, em 27 de abril de 1966, na Folha da Tarde, com o título “Trinta anos da Folha viram transformação arquitetônica da cidade⁸⁴”, que descreve a escultura do prof. Fernando Corona:

O Palácio da Justiça está entre os modernos edifícios de Porto Alegre e foi projetado com ampla utilização dos recursos da arquitetura contemporânea. Tudo, ou quase tudo, foi concebido tendo em vista a maior funcionalidade do prédio. Nisso se inclui o “brise-soleil”, aparato móvel, vertical, projetado para o lado oeste do edifício (rua da Ladeira) e que, como o nome indica, serve para regular a luz do sol à tarde. O “brise-soleil”, entretanto, foi substituído por outro dispositivo, horizontal, que resolve o problema da luz em parte. A completa ausência de janelas na fachada fronteira à Praça da Matriz reflete também uma característica moderna. “Antigamente, não se concebia um prédio sem janelas. Agora, fazem-se janelas onde elas são necessárias. E naquela parede do Palácio eram perfeitamente dispensáveis. Apenas é lamentável a completa omissão da estátua simbolizando a Justiça, constante do projeto, que completaria a referida parede”. Comenta o prof. Corona, adiantando que a sua sugestão de uma figura alongada, de olhos abertos, não foi aceita. Eles queriam uma figura exatamente igual ao conhecido símbolo da Justiça, isto é, de olhos fechados...

Para destacar o caráter de Palácio da edificação, é elaborado um plano de complementação com a localização de diversas obras de arte (pinturas, esculturas, tapeçarias). Estas devem ser integradas ao prédio, de modo a compor um todo simbólico consistente, que caracterize materialmente os valores culturais associados ao projeto. De modo similar ao imaginado no Concurso, o arq. Carlos M. Fayet procura integrar as artes à arquitetura do Palácio, fazendo do prédio uma obra de arte como um todo. No entanto, por questões de contenção de despesas, este plano é arquivado pelo Tribunal.



FIG. 193. Imagem do Plano de complementação das obras de arte, 2005.

⁸⁴ Trinta anos da Folha viram transformação arquitetônica da cidade. In jornal Folha da Tarde, 27 de abril de 1966, fls 35.

6.4 Obra.

A contratação dos serviços de execução das obras do Palácio da Justiça é feita por meio de várias licitações. Os serviços são divididos para racionalizar o andamento da obra e permitir que sejam executados por empresas especializadas em cada setor. São feitas licitações para a Obra geral (reforma dos pavimentos internos), Revestimentos externos em granito, Esquadrias das fachadas externas e Remanejamento para o Tribunal de Justiça.

Antes do início das obras no Palácio, remanejam-se setores inteiros para o Tribunal de Justiça, localizado na Av. Borges de Medeiros, 1565. O projeto e a fiscalização da obra de reforma provisória do 13º pavimento do Tribunal de Justiça são feitos pela equipe da CMFaa supervisionada pelo DEAM. A adequação permite liberar os setores do Palácio onde ocorrem as primeiras intervenções.

A obra de reforma dos pavimentos internos do Palácio da Justiça é feita em duas etapas, gerando duas grandes licitações: a primeira contempla Térreo, Galeria, ala sul do 3º pavimento, hall do 4º pavimento, 5º, 6º, 7º e 8º pavimentos e a Cobertura. A segunda contempla Subsolo, 1º e 2º pavimentos. A divisão é necessária devido a limites nos custos de licitação, para otimizar a coordenação dos serviços de execução e pela impossibilidade de desocupar totalmente o prédio. Quando a segunda etapa inicia, os setores que ocupam os andares mais baixos são realocados para os já finalizados. Os setores retornam aos locais previstos no projeto, porém isto ocorre à medida que os pavimentos são finalizados.



FIG. 194. Palácio da Justiça, fachadas Sul e Leste, 29 de maio de 2003.

FIG. 195. Início das obras, andaimes para polimento do mármore dos Pilotis, Térreo, 29 de maio de 2003

FIG. 196. Início das obras, andaimes para polimento do mármore dos Pilotis, Térreo, 29 de maio de 2003.

Durante a obra, a CMFaa assume o assessoramento à fiscalização da obra. O DEAM (Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do Tribunal) sempre mantém presente seu corpo técnico, especialmente o arq. Marcelo Lacerda. No entanto, em função

da sobrecarga de trabalhos do Judiciário, a fiscalização feita exclusivamente por parte do DEAM não é suficiente pelo volume de serviços exigidos pela obra. Para resolver isso, há a inclusão da prestação de serviços de fiscalização pela CMFaa.

A empresa responsável pela reforma interna é chamada pelo arq. Carlos M. Fayet, nas reuniões, de “porta aviões”. A imagem retrata a organização da execução. A Construtora J. Martins assume a planilha de custos mais elevada e coordena os principais serviços, ditando o ritmo da obra para as demais empresas. Até o momento a J. Martins tem ótima reputação perante o Tribunal. Isto decorre da realização de obras anteriores em outros prédios do Poder Judiciário e no próprio Palácio, em 2001, na reforma do Memorial do Judiciário e da Corregedoria.



FIG. 197. Obras de demolição no 7º Pavimento para o retorno do restaurante, saguão, 12 de julho de 2003.
 FIG. 198. Obras de demolição no 7º Pavimento para o retorno do restaurante, ala norte, 12 de julho de 2003
 FIG. 199. Obras de demolição no 7º Pavimento, retirada do forro pacote sob pergolado, 12 de julho de 2003.



FIG. 200. Obras de demolição no 6º Pavimento, ala norte, 27 de julho de 2003.
 FIG. 201. Obras de demolição no 6º Pavimento, saguão, 27 de julho de 2003
 FIG. 202. Obras de demolição no 6º Pavimento, antigo Tribunal Pleno e futuro auditório, 27 de julho de 2003.

As outras duas empresas são especializadas nos serviços externos licitados. A primeira é responsável pelos revestimentos (fornecimento, colocação e recuperação, onde necessário, dos pisos de granito dos terraços e pilotis, do mármore dos pilares e das placas de granito das fachadas). A segunda, pelas esquadrias e quebra-sóis em alumínio. Os revestimentos são realizados pela empresa Carlos Frederico Müller, vencedora da licitação, com fornecimento das pedras pela Iguazu Mármore e Granitos. A empresa Zol vence a

licitação para esquadrias e quebra-sóis, mas encarrega outra empresa, Divratec, do gerenciamento dessa parte da obra.

A primeira empresa a iniciar a obra é a responsável pelos revestimentos, em maio de 2003. A partir desse momento, inicia a fiscalização da obra, assumida pela equipe do arq. Carlos Maximiliano Fayet. Em função do cronograma de projetos e do menor volume de detalhamento, a etapa de revestimentos externos é finalizada antes das obras de reforma dos pavimentos e das esquadrias.



FIG. 203. Palácio antes do início das obras, fachada oeste, 7 de dezembro de 2002.

FIG. 204. Início da colocação do tapume, fachada oeste, 12 de julho de 2003

FIG. 205. Tapume concluído, fachada oeste e sul, 27 de julho de 2003.



FIG. 206. Retirada das esquadrias existentes, fachada leste, 26 de setembro de 2003.

FIG. 207. Colocação da estrutura do painel TERRA, fachada leste, 11 de novembro de 2003

FIG. 208. Granito externo em fase de finalização, fachada Norte e Oeste, 11 de dezembro de 2003.

Também em 2003 é realizado o projeto chamado de “instalações provisórias”. Este consiste no projeto do canteiro de obras, contemplando tapumes, portões, bandejas de proteção, andaimes fixos e elétricos, containeres (quantificação, localização e definição da ocupação – empresa 1, 2 ou 3), elevador, e placas de obra padronizadas. Após uma série de reuniões, com estudos apresentados de andaimes fixos tubulares e suspensos de acionamento manual, é definido como ideal para uso nas fachadas o andaime elétrico. Este

permite a movimentação com acionamento elétrico tanto no sentido vertical como horizontal, o que otimiza de forma significativa a colocação das placas de granito, das esquadrias e dos quebra-sóis nas fachadas. O elevador de obra, todavia, tem uso reduzido, pois a solicitação de liberação à prefeitura é encaminhada após o início das obras. A demora na aprovação, por ser um equipamento de tecnologia mais avançada e desconhecida pela prefeitura, acaba acarretando demora na obra, principalmente na etapa de retirada de entulhos de demolição. A remoção de entulhos é realizada por meio de tubo instalado na fachada e do elevador de serviço do prédio, revisado ao final da obra em função do alto grau de desgaste.

As esquadrias existentes são todas substituídas por novos módulos. O modelo e funcionamento são mantidos, entretanto, as esquadrias novas, executadas também em alumínio, não correspondem às expectativas. A fiscalização tem que exigir reparos nos acabamentos, dentre eles, nas vedações de piso e de forro e nas próprias partes das esquadrias (o encaixe tipo “meia esquadria” em muitas peças apresenta frestas por falta de alinhamento). Além disso, o funcionamento, tipo guilhotina, é testado esquadria por esquadria e anotado na planilha de fiscalização (aproximadamente 750 esquadrias, 106 por cada pavimento tipo). Tal aferição é necessária, pois inúmeras esquadrias apresentam defeito nos cabos do sistema de guilhotina. A fiscalização, então, determina que sejam feitas revisões de manutenção pela empresa executante.



FIG. 209. Início da colocação dos quebra-sóis, fachada oeste, 14 de janeiro de 2004.

FIG. 210. Quebra-sóis e painel POVO quase concluídos, fachada oeste, 17 de fevereiro de 2004.

No Térreo, Subsolo e outros locais onde existem forros em pastilha, os revestimentos mantidos recebem tratamento, tanto para fins de recuperação estética, como para eliminação de infiltrações existentes. Os terraços do Térreo, 6° e 7° ala norte têm o revestimento do piso em granito colorado gaúcho e do forro em pastilhas recuperados. Suas paredes são revestidas com granito cinza.

Em maio de 2003, a empresa Carlos Frederico Muller iniciou a execução dos revestimentos das fachadas. No mês seguinte, a empresa Alquadros Artefatos de Alumínio Ltda. começou a instalar os quebra-sóis e as novas esquadrias de alumínio.

As obras internas foram executadas pela empresa José Martins da Silva e Cia. Ltda, em duas etapas: Térreo, Galeria, 5º, 6º, 7º, ala sul do 3º, Cobertura e Casa de Máquinas, iniciados em junho de 2003; Subsolo, 1º e 2º andares, em julho de 2004.

Ao início das obras, o Gabinete da Presidência foi instalado no 12º andar do Tribunal de Justiça, na Av. Borges de Medeiros. Para ali também transferiram-se a Direção-Geral, Assessorias da Presidência, Subdireção-Geral Administrativa e Departamento de Magistrados, que ocuparam todo o 13º andar do prédio. Os demais setores ficaram no Palácio até o início da 2ª etapa, quando se deslocaram para as antigas instalações do Departamento de Material e Patrimônio, na Rua Santana. A Corregedoria, o Memorial e os apoios de Segurança, Zeladoria e Portaria permaneceram no prédio até a conclusão das obras, em janeiro de 2006.⁸⁵



FIG. 211. Painel POVO concluído, fachada oeste, 24 de março de 2004.

FIG. 212. Painel TERRA concluído, fachada leste, 24 de março de 2004.



FIG. 213. Cobertura em obras, ala sul, 21 de outubro de 2003.

FIG. 214. Obras da cobertura concluídas, ala norte, 20 de julho de 2004.

Desde o primeiro dia de obra, a presença da equipe CMFaa no Palácio da Justiça é constante. Passa a ser diária no final de 2003, quando o arq. Fayet contrata uma arquiteta

⁸⁵ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, pág. 46

sênior e uma acadêmica de arquitetura exclusivamente para a obra. Além de fiscalizar a execução, fornecem à equipe do escritório informações da obra, medidas in loco, andamento dos serviços, urgência ou alteração de prioridades, já que o detalhamento da obra está em andamento na CMFaa, concomitantemente a execução.



FIG. 215. Tribunal Pleno, 6º pavimento, ala sul, dezembro de 2002.



FIG. 216. Obras do auditório, 6º pavimento, ala sul, março de 2004.



FIG. 217. Auditório finalizado, 6º pavimento, ala sul, julho de 2004.

O controle dos serviços em andamento, solicitações feitas tanto a partir da fiscalização como das executantes ou do Tribunal de Justiça, atas de reuniões e croquis resolvendo questões de obra são registrados nos Livros de Ordens. Estes livros têm páginas

numeradas e 2 vias; na primeira, registros originais a caneta, na segunda, cópia carbono. Cada registro diário realizado é seguido da rubrica do responsável por parte da executante e do responsável pela fiscalização. A primeira via é mantida no Livro, à disposição de todos envolvidos na obra, na sala da fiscalização, localizada no Subsolo do próprio Palácio. A segunda via é entregue ao executante. Assim são registradas as combinações de obra, descartando desentendimentos e auxiliando quando definições antigas devem ser confirmadas ou lembradas.



FIG. 218. Cozinha do restaurante, 7º pavimento, ala norte, julho de 2004.



FIG. 219. Restaurante, 7º pavimento, ala norte, julho de 2004.



FIG. 220. Terraço do restaurante, 7º pavimento, ala norte, vista para oeste, maio de 2004.



FIG. 221. Terraço do restaurante, 7º pavimento, ala norte, vista leste-sul, outubro de 2004

Com a extensão do período de execução das obras, é necessária a renovação do contrato de fiscalização. Todavia, há resistência do Tribunal, questionando a necessidade de uma empresa fiscalizar a obra (CMFaa), além do DEAM. O Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção ratifica a importância da renovação do contrato, pois

é imprescindível a permanência diária de fiscais na obra que garantam a qualidade dos serviços das empresas executantes.



FIG. 222. Presidência, 6º pavimento, ala norte, julho de 2004.



FIG. 223. Saguão tipo, limpeza do piso de mármore, setembro de 2004

FIG. 224. Saguão tipo, terminado e mobiliado, junho de 2004.

FIG. 225. Escada após restauro, junho de 2004



FIG. 226. Saguão do térreo em obras, 8 de abril de 2004

FIG. 227. Saguão do térreo concluído, 28 de maio de 2004.

FIG. 228. Saguão do térreo após a colocação da luminária, final de 2005

À medida que a conclusão de etapas de execução se aproxima, a fiscalização passa a fazer os desenhos de “como construído”. Mais tarde, com a proximidade do final da obra, quando se faz necessária outra renovação de contrato de fiscalização, novamente o Tribunal tem resistência e, desta vez, deixa de renovar definitivamente com a CMFaa, solicitando ao DEAM que assuma integralmente os serviços de fiscalização e “como construído”.



FIG. 229. Fachada Oeste e Norte, vistas da Rua Riachuelo, 26 de maio de 2004



FIG. 230. Iluminação noturna projetada e executada, mas quase nunca usada, 18 de maio de 2004



FIG. 231. Teste de alinhamento dos 3 apoios para escultura, 1º de outubro de 2005.
 FIG. 232. Arquiteto Fayet posicionando o gabarito nos apoios, 1º de outubro de 2005
 FIG. 233. Carlos M. Fayet descendo após colocar o gabarito, 1º de outubro de 2005.

“Na manhã do domingo de 11 de dezembro de 2005, transportada por um caminhão-guincho, a estátua da deusa da Justiça criada pelo arquiteto Fayet chegou à Praça da Matriz para compor, 50 anos depois, a fachada cega do Palácio. A impressionante cena da estátua de bronze de nove metros de altura e quase três toneladas sendo içada sobre o asfalto foi acompanhada pelo 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Vladimir Giacomuzzi, por funcionários do Judiciário, pelos integrantes da equipe do arquiteto e por vários grupos de cidadãos que passeavam pela praça.⁸⁶”



FIG. 234. Themis sobre caminhão munck na saída da fundição, 9h28min, 11 de dezembro de 2005.
 FIG. 235. A escultura na Av. Borges de Medeiros próximo a Av. Ipiranga, 10h30min, 11 de dezembro de 2005
 FIG. 236. Praça Daltro Filho, 10h20min, 11 de dezembro de 2005, ao fundo, Themis sobre o munck.



FIG. 237. Chegada na Praça da Matriz, 10h40min.
 FIG. 238. Inicia-se a movimentação para a retirada da escultura do caminhão, 11h34min.
 FIG. 239. Fayet e Lídia Fabrício, co-autores da parte inicial, sobre Themis posicionada na via, 11h50min.

⁸⁶ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, pág. 46



FIG. 240. Para o alto, detalhe da estrutura interna, 12h19min.

FIG. 241. O arquiteto Carlos M. Fayet coordena o processo, 12h19min.



FIG. 242. A escultura sendo içada, ao fundo platéia no Edifício Faial e, à esquerda, exsede do Tribunal de Alçada no Largo João Amorim de Albuquerque, 12h22min.

FIG. 243. Themis se aproxima dos apoios onde repousará, 13h17min.

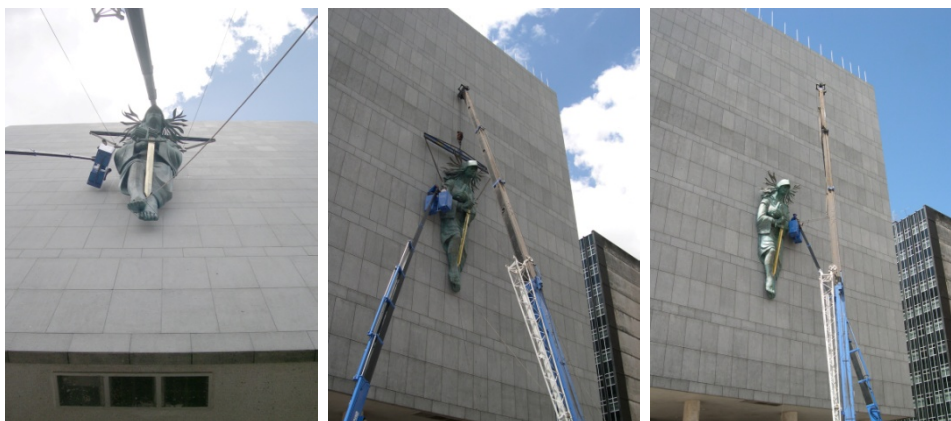


FIG. 244. No eixo e no prumo, sendo encaixada nos apoios, 13h21min.

FIG. 245. Themis encaixada. Inicia-se a retirada da travessa, 13h27min.

FIG. 246. Últimas verificações e fechamento da abertura para a travessa nos ombros, 14h36min.



FIG. 247. E, finalmente, a Justiça vigia a Praça da Matriz, 11 de dezembro de 2005



FIG. 248. Placas de obra das empresas envolvidas, outubro de 2003



FIG. 249. Placa de obra da CMFaa Ltda, Themis em destaque.



FIG. 250. Equipes da recuperação do Palácio da Justiça, após a colocação da escultura.



FIG. 251. Palácio da Justiça de Porto Alegre: revestimento de granito, escultura da Justiça, painéis murais na fachada Leste e na Oeste, quebra-sóis, terraços, os elementos, finalmente, estão presentes.

O projeto arquitetônico para reforma, restauro, atualização e complementação do projeto original do Palácio da Justiça de Porto Alegre, a coordenação dos projetos complementares e a fiscalização das obras são de autoria do arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, com a arquiteta Lídia Maria de Oliveira Fabrício, em co-autoria no projeto arquitetônico dos andares Térreo e Galeria, 5º, 6º e 7º pavimentos, metade do 3º pavimento, Casa de Máquinas e Cobertura. A equipe de arquitetura da CMFaa é composta por Bárbara Mello, Cícero Alvarez, Clívia Espinosa, Dagmar Irene Lesche, Juliana Trujillo, Lílian Maria Krasnowski, Paulo Roberto Fulginiti Pfützenreuter, Rodrigo Bandeira Rosinha, Sandra Boeira, Daniela Comim, Inti Ewoldt, Marta Decio e Queila Kleemann. O arquiteto Marcelo Barata Lacerda, do DEAM, participa na fiscalização da obra.

E em janeiro de 2006, o Presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Osvaldo Stefanello conduziu as solenidades que reinauguraram a sede do Poder Judiciário, devolvendo-a restaurada à Praça da Matriz, decorridos 37 anos desde sua inauguração oficial, em 1968.⁸⁷

⁸⁷ BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lídia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006, pág. 46

A ocupação do Palácio da Justiça, em dezembro de 2005, é a seguinte:

Subsolo: Garagem; Zeladoria; empresas terceirizadas; Manutenção; Informática; Segurança;

Térreo: Recepção/Segurança; Memorial do Judiciário;

Galeria: Acervo do Memorial e Galeria de Exposições;

1º andar: Escritório da Qualidade; Departamento de Orçamento e Finanças; Pagadoria; Fundo de Reparamento do Poder Judiciário (FRPJ); Contadoria Seccional; Segurança; Postos médico e bancário;

2º andar: Departamentos de Recursos Humanos e de Comunicações Administrativas, Portaria;

3º andar: unidades da Corregedoria-Geral, Diretoria de Magistrados, Precatórios, AJURIS, Fotocópias;

4º andar: Corregedoria-Geral da Justiça;

5º andar: Assessorias da Presidência, Subdireção-Geral Administrativa, Departamento de Licitações e Contratos;

6º andar: Gabinete da Presidência, com sua Secretaria; Direção-Geral; Gabinete Militar, Auditório multimídia equipado com estúdios de gravação e de tradução simultânea;

7º andar: Restaurante integrado ao terraço com café-bar;

8º andar: Casa de Máquinas dos Elevadores; Exaustores do restaurante; Reservatório Superior; Depósitos da Unidade de Manutenção e Vestiários de funcionários do restaurante

As pranchas do projeto arquitetônico:

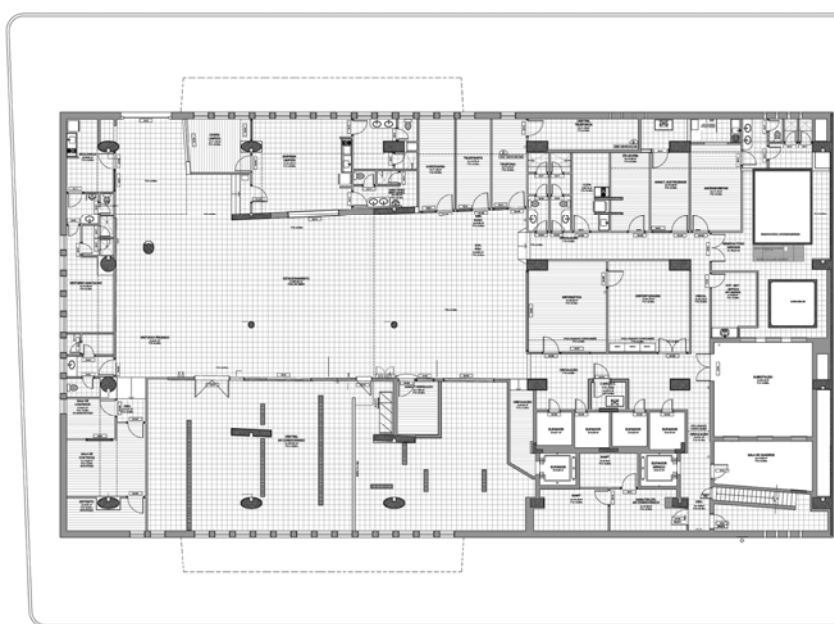


FIG. 252. Planta baixa do Subsolo, 2005.

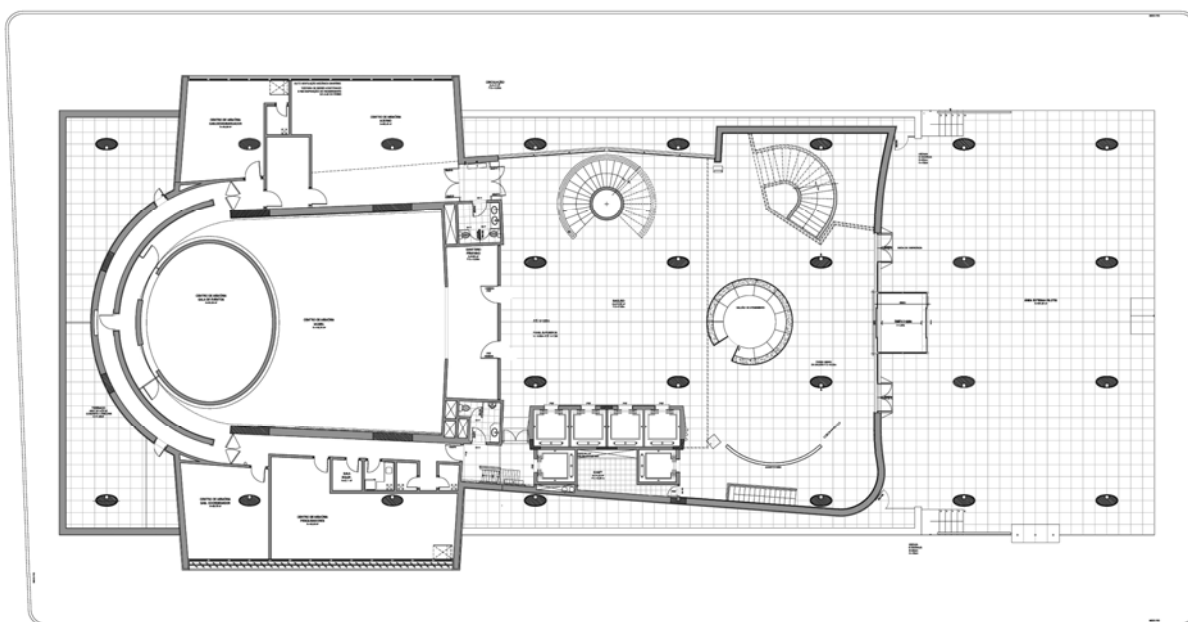


FIG. 253. Planta baixa do Térreo, 2005.

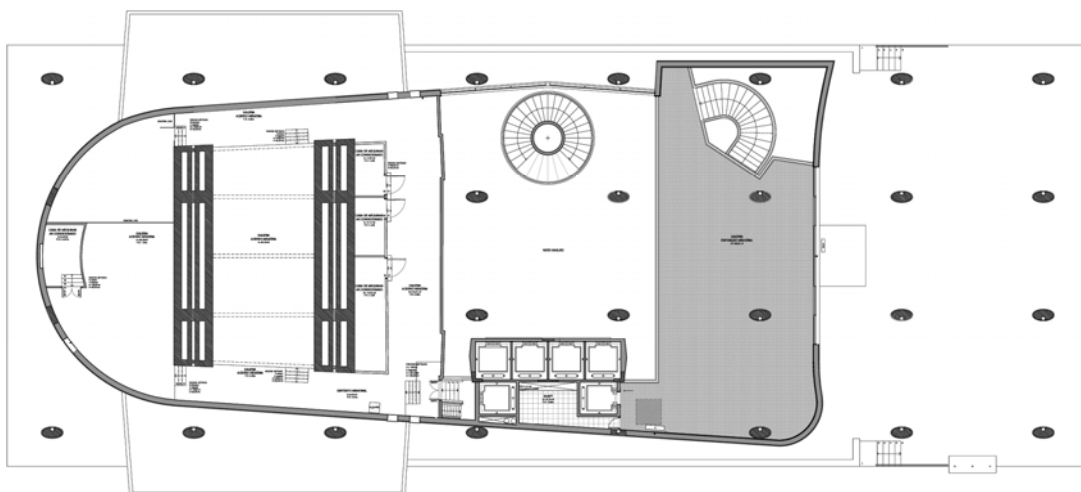


FIG. 254. Planta baixa da Galeria, 2005.

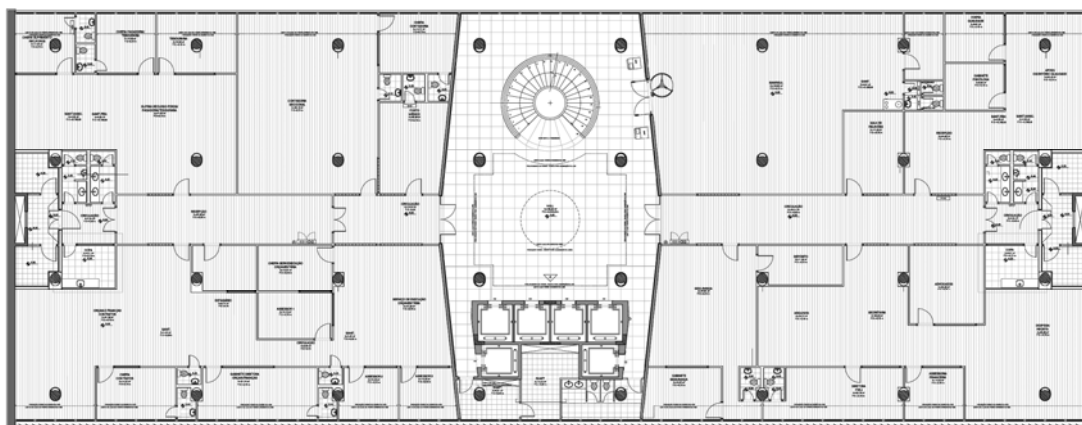


FIG. 255. Planta baixa do 1º Pavimento, 2005.

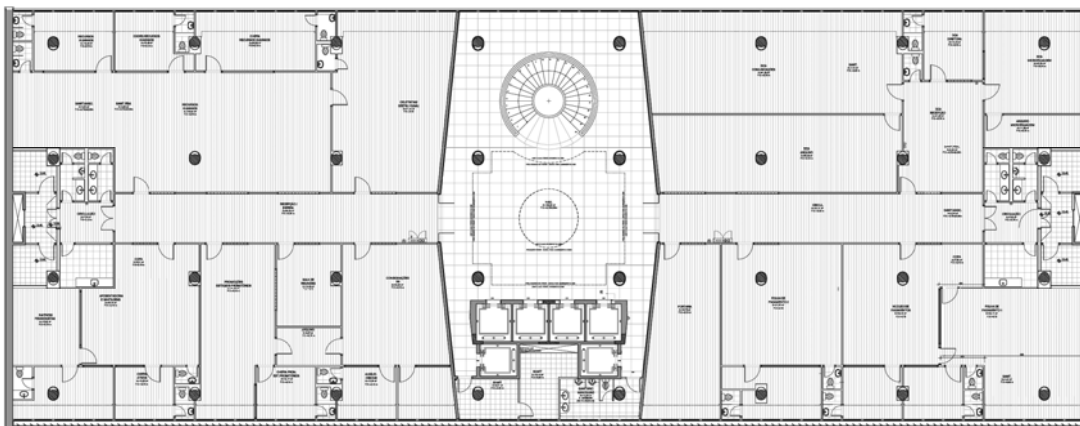


FIG. 256. Planta baixa do 2º Pavimento, 2005.

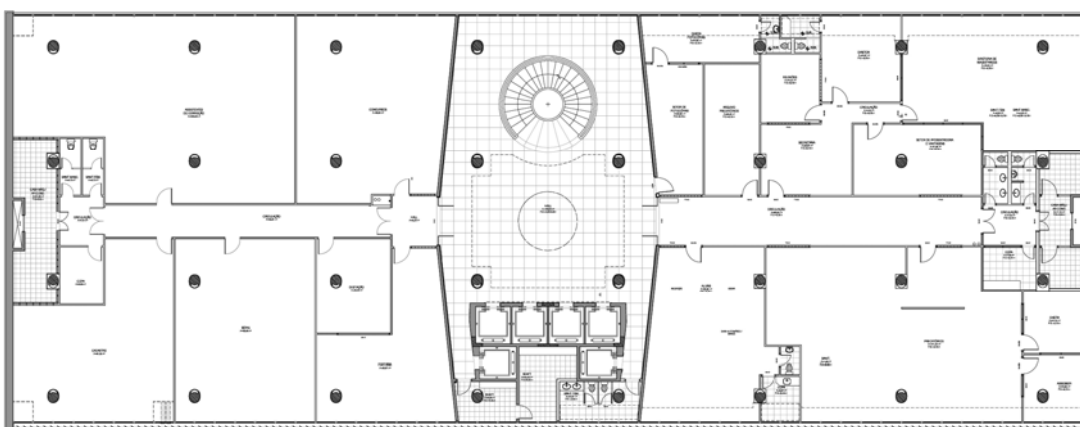


FIG. 257. Planta baixa do 3º Pavimento, 2005.

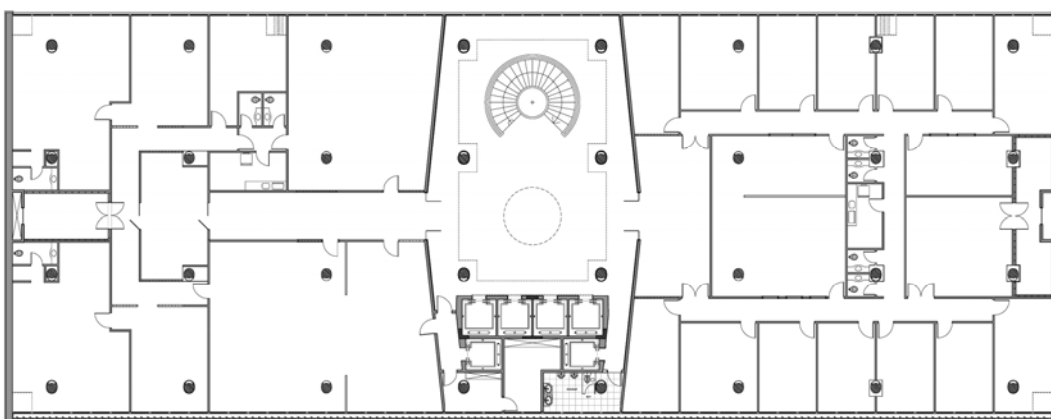


FIG. 258. Planta baixa do 4º Pavimento, 2005.

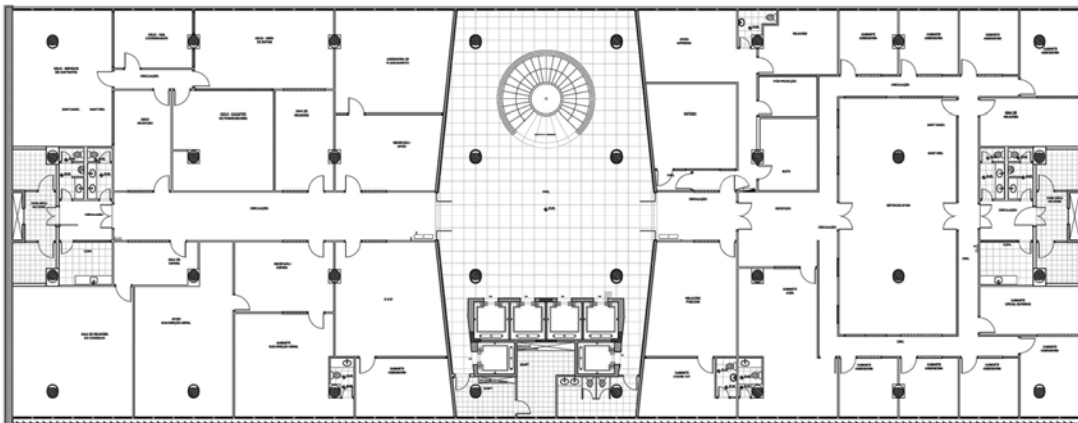


FIG. 259. Planta baixa do 5º Pavimento, 2005.

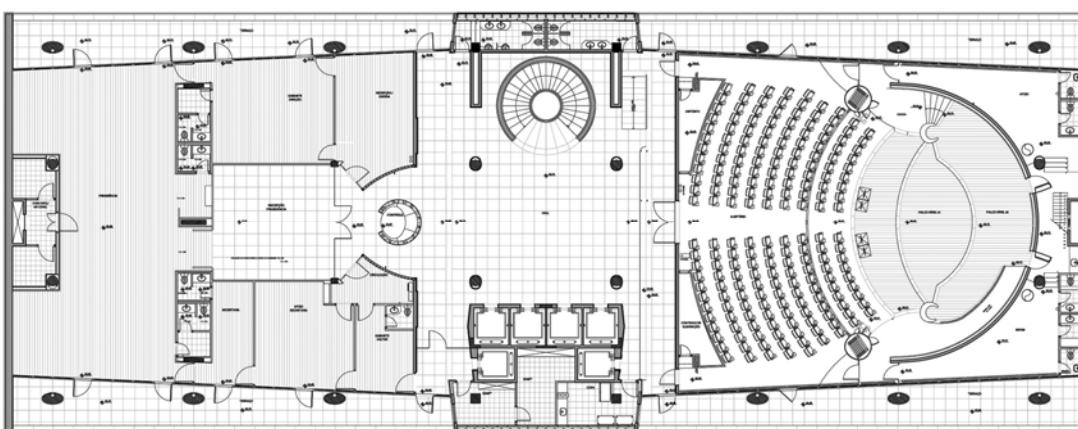


FIG. 260. Planta baixa do 6º Pavimento, 2005.

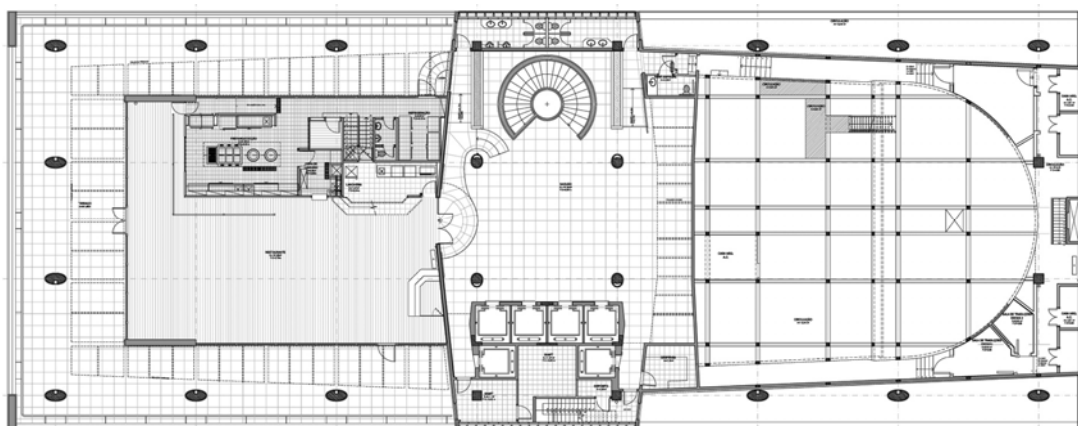


FIG. 261. Planta baixa do 7º Pavimento, 2005.

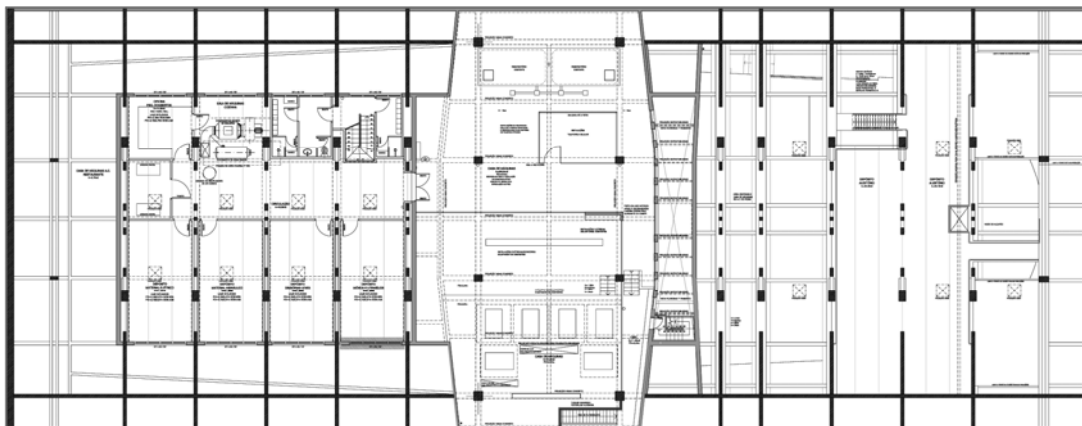


FIG. 262. Planta baixa da Casa de Máquinas, 2005.

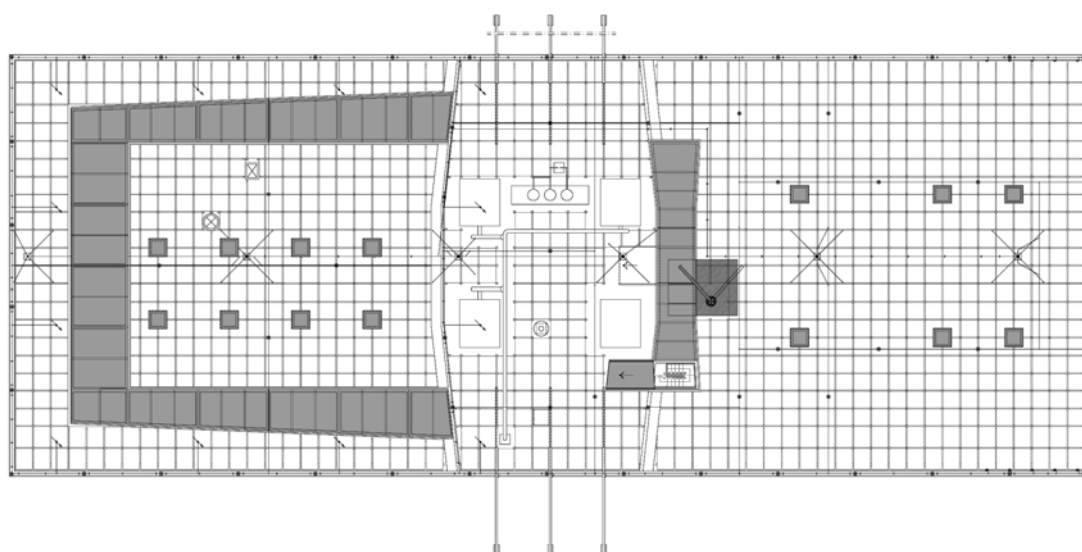


FIG. 263. Planta baixa da Cobertura, 2005.

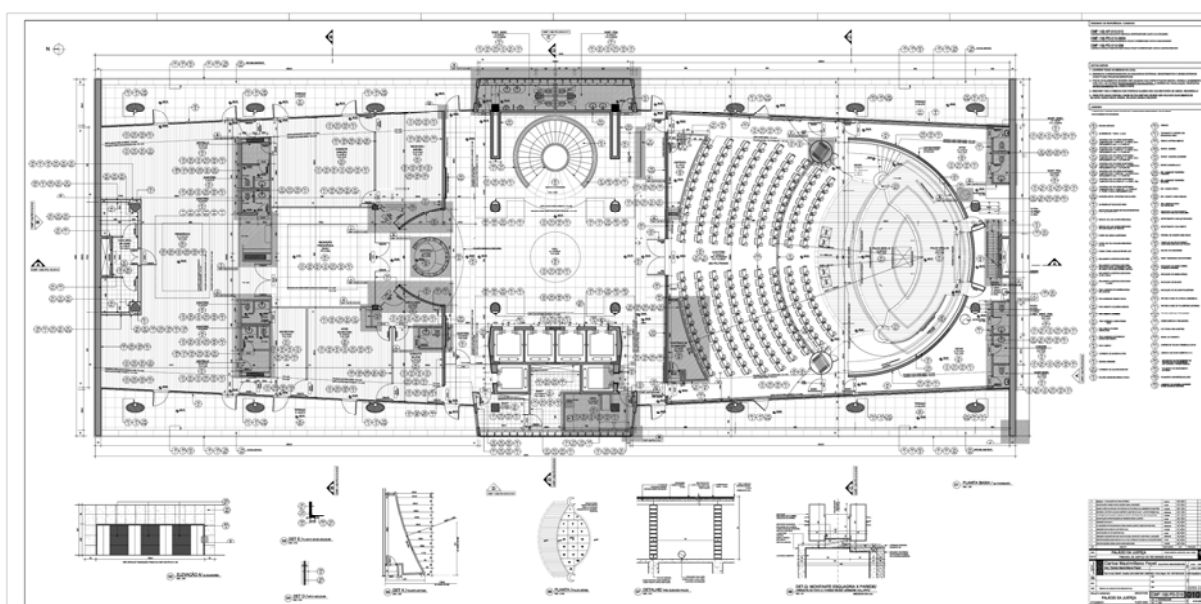


FIG. 264. Prancha do 6º pavimento no padrão da CMFaa, detalhes e legenda, 2005.

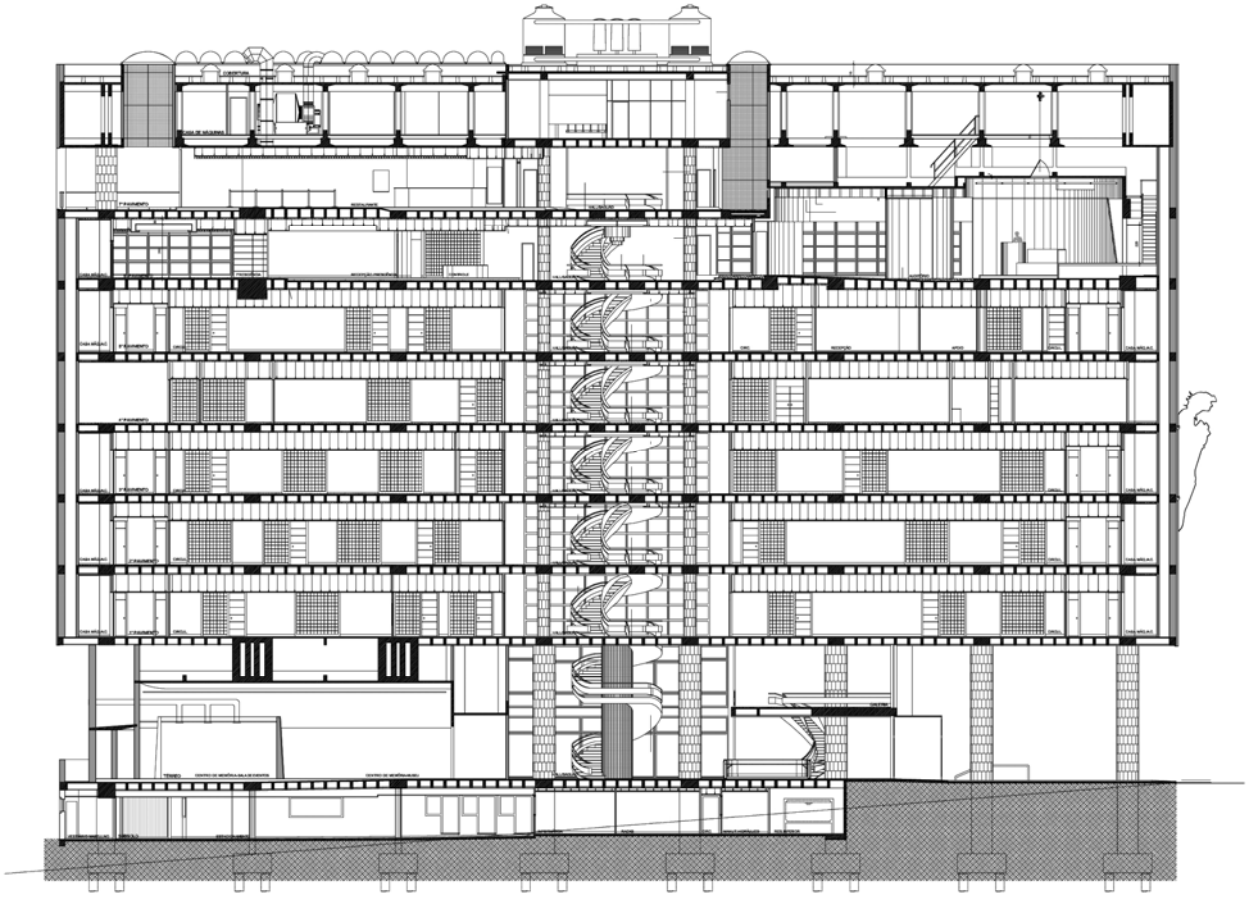


FIG. 265. Corte longitudinal no eixo central do prédio, 2005.

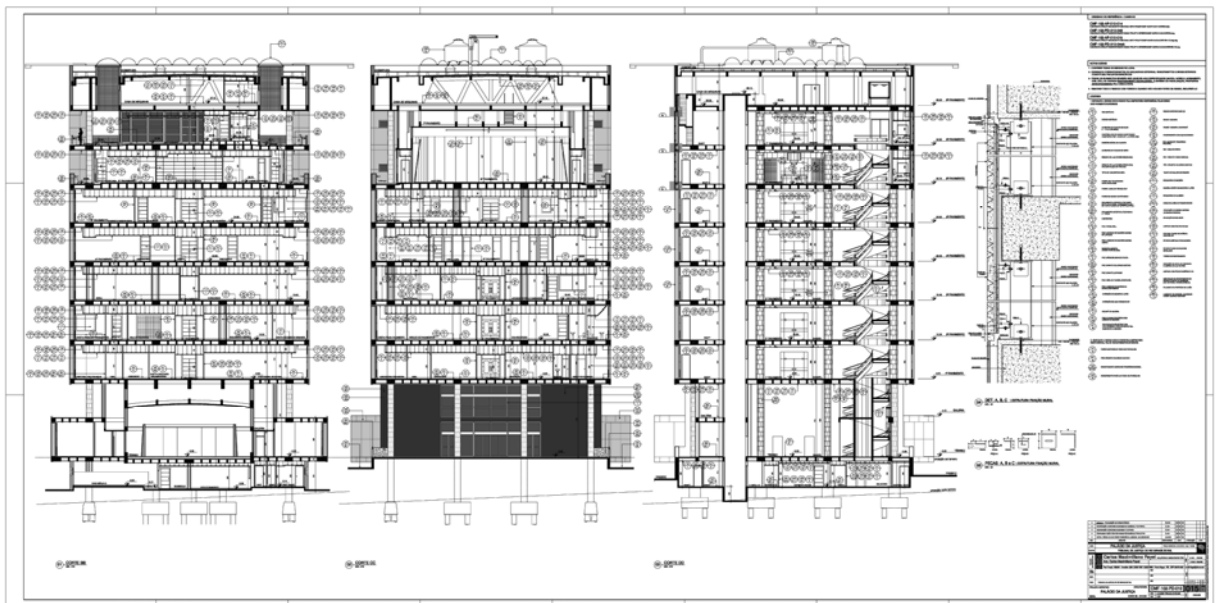


FIG. 266. Corte Transversais, prancha CMFaa, 2005.

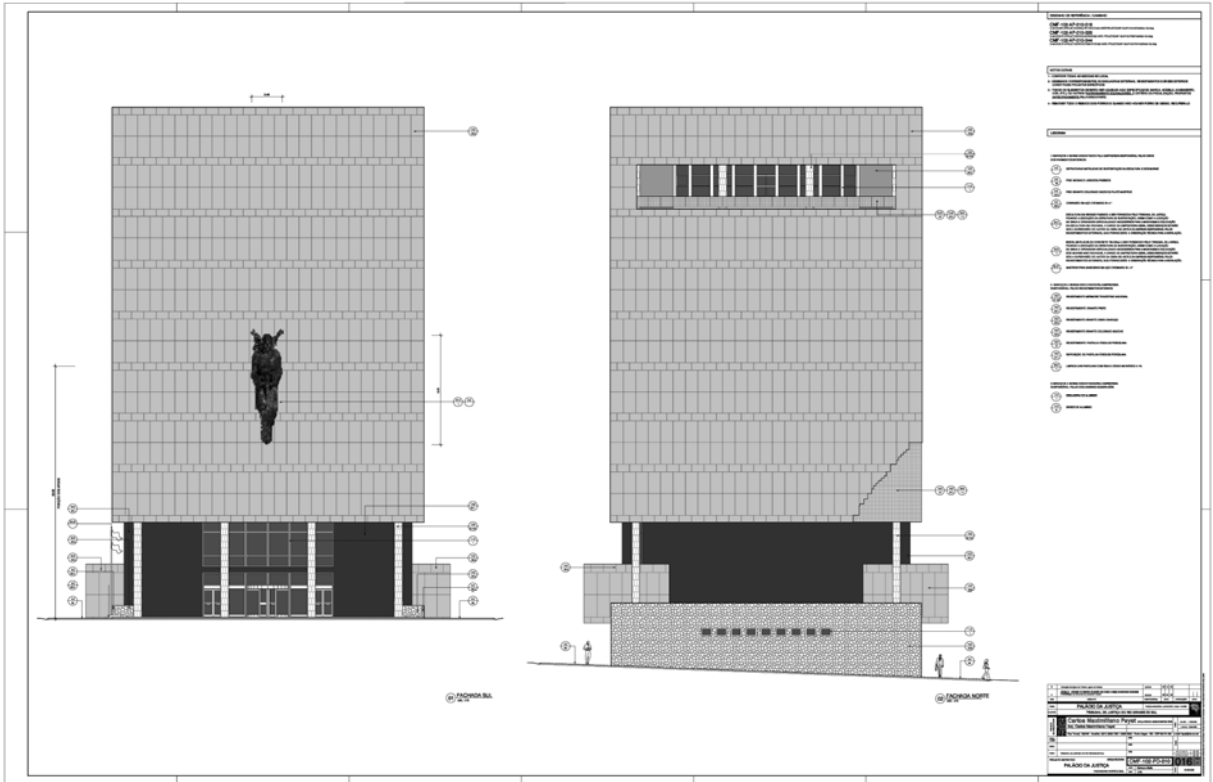


FIG. 267. Fachadas Sul e Norte, prancha CMFaa, 2005.

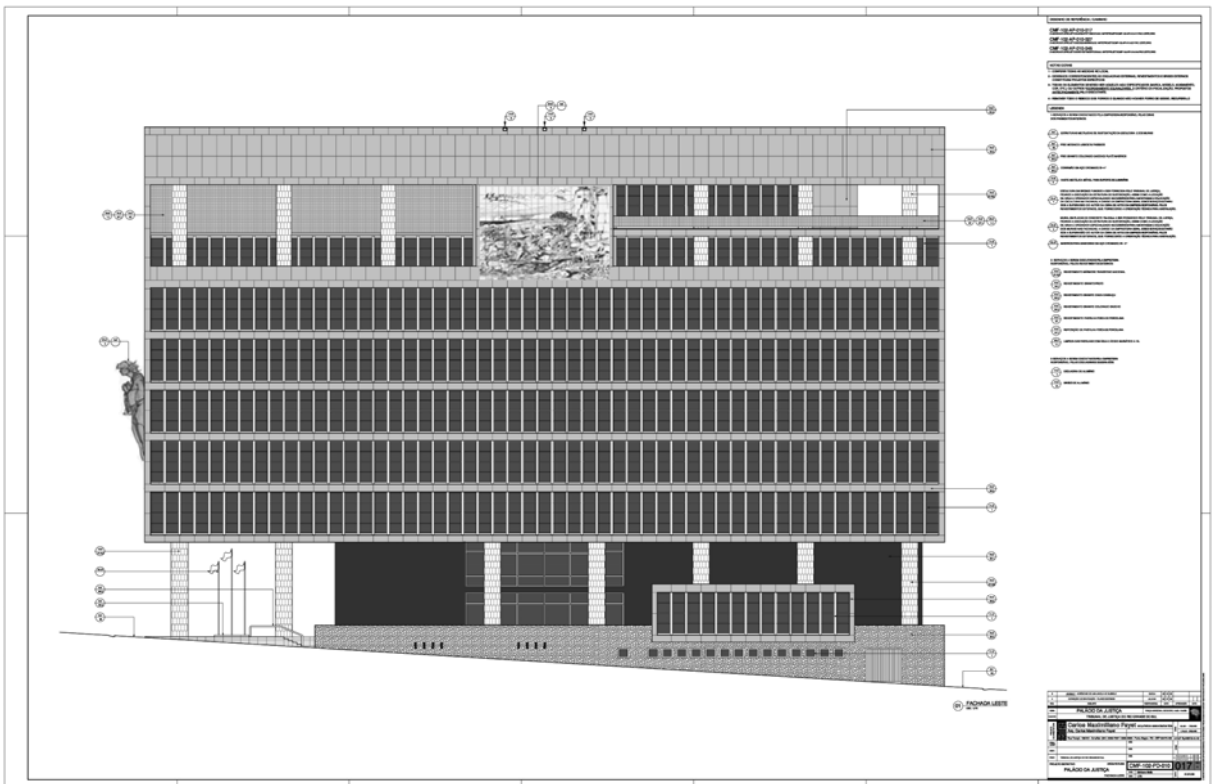


FIG. 268. Fachada Leste, prancha CMFaa, 2005.

7 ARQUITETOS.

7.1 Luís Fernando Corona.

Luis Fernando Corona nasce em Porto Alegre, no dia 5 de outubro de 1924. Filho mais novo do escultor, escritor, professor e arquiteto autodidata Fernando Corona Cabello e de Benevenuta Rossi Borsari, é irmão do arquiteto Eduardo Corona⁸⁸.

Conclui o 1º ciclo do curso secundário, em 1942, no Instituto Porto Alegre e o 2º Ciclo, em 1945, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos. No mês de janeiro de 1946 faz a inscrição para o exame vestibular à 1ª série do curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, sendo aprovado. No mês de outubro de 1946, são eleitos e empossados Emilio Mabilde Ripoll e Luis Fernando, respectivamente para os cargos de presidente e tesoureiro do Centro Acadêmico Tasso Corrêa. No mesmo ano, é Delegado pelo Centro Acadêmico Tasso Correa junto ao Congresso Nacional de Estudantes instalado no Rio de Janeiro. Em 1947, é um dos sócios fundadores da Associação Araujo Porto Alegre, No ano seguinte, participa da diretoria da revista “ESPAÇO, Revista de Arquitetura Urbanismo e Arte, organizada por um grupo de estudantes do Instituto de Belas Artes”⁸⁹, e auxilia na organização do II Congresso Brasileiro de Arquitetos.



FIG. 270. Enilda Ribeiro, Luis Fernando Corona e Carlos M. Fayet, 1949.

⁸⁸ formado em Arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes.

⁸⁹ Ver capítulo Arquitetos em Porto Alegre

No ano de 1949, freqüenta aulas do professor Mauricio Cravotto, em regime de curso especial; participa de Exposição Coletiva de Pintura, Escultura, Arquitetura e Gravura⁹⁰, com Carlos M. Fayet e Enilda Ribeiro; e recebe Oscar Niemeyer⁹¹ na casa de seu pai. Em 20 de dezembro de 1950, conclui o curso de Arquitetura, na 2^o Turma de Arquitetos do Instituto de Belas Artes.

Indicado por Josef Lutzemberger, Professor Catedrático da cadeira de “Sombras-Perspectiva-Estereotomia” do curso de Arquitetura do IBA, Luis Fernando Corona é admitido como “Assistente Voluntário”, em 4 de abril de 1951. O curriculum vitae que Luis Fernando apresenta ao IBA⁹² contém informações sobre sua produção até o momento:

Assistente do prof. Catedrático de “Perspectiva-Sombras-Estereotomia”, do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes do R.G. do Sul; co-autor do projeto do edifício “Sady Maysonave”, em Porto Alegre; co-autor do projeto da fábrica de sabonetes e perfumes Mais & Cia, em Porto Alegre; co-autor do projeto Edifício “Jaguaribe⁹³ - Cinema São João”, em Porto Alegre; autor do projeto da residência do Snr. J.C. Duarte, em Porto Alegre; autor do projeto da residência do Snr. A. Barreto, Vila Assunção, em Porto Alegre; co-autor da residência do Snr. Eugenio Neoes, em São Paulo; Ex-aluno do Curso de Extensão de Arquitetura e Urbanismo ministrado pelo Professor Mauricio Cravotto, Diretor do Instituto de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Montevideo.

Em agosto de 1951, O reitor nomeia-o, interinamente, para reger a cadeira de “Sombras-Perspectiva-Estereotomia”, após a morte de Josef Lutzenberger⁹⁴. No mês de outubro, em concurso de anteprojetos para a sede da Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé, organizado pelo IAB-RS, obtém o 1^o lugar. O projeto apresenta influências da arquitetura da escola carioca, em especial, de Oscar Niemeyer. Ainda neste ano, atua como Professor “assistente voluntário” da cadeira de Composição de Arquitetura para a 4^o e 5^o séries do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes

Aos doze dias de fevereiro de 1952, Luis Fernando Corona, é empossado Professor Catedrático interino da cadeira de Perspectiva e Sombras, dos cursos de Pintura e Escultura do IBA. No final de novembro de 1952, é eleito tesoureiro da Diretoria do IAB-RS. A posse ocorre em 22 de dezembro de 52. No mesmo ano, vence o Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça com Carlos M. Fayet. Após a vitória, monta escritório na sala 707 do Edifício Sulacap, em sociedade com Fayet. No escritório desenvolvem diversos projetos como a Santa Casa de Caridade para Bagé, em 1954, o concurso público de ante-projetos para um conjunto residencial para funcionários do I.P.A.S.E (4^o lugar, 1956), o Pré-Plano

⁹⁰ Luis Fernando participa das exposições em 1948, 1949 e 1950.

⁹¹ Neste momento, Eduardo Corona trabalha com Oscar Niemeyer.

⁹² Acervo AGIA-UFRGS

⁹³ Deve-se destacar que a solução definitiva da fachada do Ed. Jaguaribe foi desenhada em 21/06/60. Existe um estudo de 31/03/60 que apresenta uma solução ainda distinta da final. Acervo AMG-UniRitter.

⁹⁴ Em 2 de agosto de 1951

para Panambi (2º lugar), Casa do Artista Riograndense e diversas encomendas privadas, como as residências de Cândido Norberto, Samuel Madureira Coelho e Manoel Quintanilha, entre outros.



FIG. 271. Luis Fernando Corona e Carlos M. Fayet, escritório.

Em 19 de julho de 1955, o Conselho Técnico Administrativo (CTA) do IBA indica Luis Fernando para elaborar o projeto do Núcleo de Férias do Estabelecimento na cidade de Farroupilha. No mesmo ano, conclui o curso de Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul. Aos 17 dias de abril de 1957 é convidado para reger a Cátedra de Teoria e Prática dos Planos de Cidades para a 1º e a 2º séries do Curso de Urbanismo. em 30 de agosto de 1957 tem seu nome aprovado para Colaborador de Ensino da Cadeira de Composição de Arquitetura I e II, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul, contratado em 1º de março de 1958. Em abril, participa do concurso para provimento efetivo do cargo de professor catedrático da cadeira de “Perspectiva e Sombras” com a tese “O Ensino da perspectiva e o artista plástico”, sendo escolhido.

No final dos anos da década de 1950, a sociedade com Carlos M. Fayet termina. Na década de 1960 e 70, projeta diversas residências e edifícios, entre eles deve-se destacar a sede da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), com Emil Bered e Roberto Felix Veronese. Mantém escritório com o Arq. Battistino Anele e atua em parceria com Bered e Veronese em alguns projetos. Após o golpe militar de 1964, Luis Fernando Corona é chamado pela Comissão Especial de Inquérito Suário, CEIS, e exonerado. A partir daí, sua atividade concentra-se na prática profissional. Falece em 9 de fevereiro de 1977.

7.2 Carlos Maximiliano Fayet.

Nascido em 6 de junho de 1930, no distrito de Paraju, município de Domingos Martins, Espírito Santo. Filho de Nambycahy Carajatee Fayet e Gisela Salloker Fayet.

Em 1944, conclui o 1º ciclo do curso secundário no Colégio Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre. Faz a inscrição para o exame vestibular a 1º série do curso de Artes Plásticas do Instituto de Belas Artes, em 16 de fevereiro de 1945, com 14 anos, sendo aprovado. Em 1947, é um dos sócios fundadores da Associação Araujo Porto Alegre. No ano seguinte, participa da diretoria da revista “ESPAÇO, Revista de Arquitetura Urbanismo e Arte, organizada por um grupo de estudantes do Instituto de Belas Artes”⁹⁵, e auxilia na organização do II Congresso Brasileiro de Arquitetos. Em 18 de dezembro de 1948, forma-se no Curso de Pintura (artes plásticas). Também em 1948, ingressa no Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes. No ano seguinte acompanha a visita de Niemeyer e está presente na casa de Fernando Corona. Eleito presidente da Associação Araujo Porto Alegre, de 1951 a 1953. Gradua-se Arquiteto em 1953 e Urbanista em 1955 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



FIG. 272. Luis Fernando Corona, Carlos M. Fayet, Vallandro e outro colega, escritório.

Ao longo de sua carreira, torna-se professor titular do Instituto de Artes e da Faculdade de Arquitetura da UFRGS; trabalha na Divisão de Urbanismo da Prefeitura (Porto Alegre, 1954-62). Ex chefe da Seção de Planejamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS,

⁹⁵ Ver capítulo Arquitetos em Porto Alegre

ex-vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, DN e RS, ex-presidente da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura, do Instituto Brasileiro de Planejamento e Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Rio Grande do Sul.

Possui diversos trabalhos publicados e expostos no país e no exterior. Arquiteto do Ano no RGS em 2002, Colar de Ouro do IAB Nacional. Sala especial da Bienal Internacional de Arquitetura SP 2003. Membro da Comissão de Prática Profissional da UIA União Internacional de Arquitetos, assessora da UNESCO.

Integrante ou chefe de equipes vencedoras de diversos Concursos Nacionais de Arquitetura, de Urbanismo e de Paisagismo. Autor e co-autor das seguintes obras, entre outras: Palácio da Justiça de Porto Alegre (c/ Luis Fernando Corona), Auditório Araujo Vianna (c/ Moacyr Moojen Marques); o edifício-sede do IAB/RS (Porto Alegre); Il Avenida Perimetral de Porto Alegre; Central de Abastecimento de Porto Alegre (1970; c/ Cláudio Araújo e Carlos E. Comas); Terminal Rodo-aquaviário de Vitória/ES (1978); TASA - Telecomunicações Aeronáuticas S.A. no Rio de Janeiro/RJ; Parque Ecológico do Guarapiranga em Guarapiranga/SP; Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas/RS; Companhia Petroquímica do Sul S.A. em Triunfo/RS; diversas fábricas para Tramontina S.A. no Estado; Centro Evangélico de Porto Alegre/RS; Praça Itália, em Porto Alegre/RS; consultoria para o planejamento urbano em Vitória/ES e Florianópolis/SC. Planos Diretores (em equipe) de Porto Alegre (década de 1950), Esteio, Caxias do Sul, São Gabriel, Taquara e Delta do Jacuí, no RGS e Criciúma SC (1970-72; c/ Demétrio Ribeiro e Roberto Varonese). Cassado em 1969. Falece em 19 de março de 2007

7.3 Aproximações

Analisar a produção dos dois arquitetos e, a partir daí, reconhecer a contribuição individual de cada um não é uma tarefa simples. A formação similar e a atuação conjunta no mesmo local de trabalho mesclam as diferenças e tornam praticamente utópica tal especulação. Todavia, alguns elementos tendem a aparecer na obra individual dos co-autores do Palácio da Justiça, permitindo, ao menos, iniciar a discussão.

A implantação do prédio em lote isolado e fronteira a uma praça não ocorre, mas no concurso para o Centro Evangélico de Porto Alegre, 1959⁹⁶, o projeto de Carlos Maximiliano

⁹⁶ Um sóbrio e moderno templo para a Comunidade Evangélica, *Correio do Povo*, 10 de maio de 1959.

Fayet e Suzy Therezinha Brücker Fayet tem implantação na qual a fachada para a praça não possui aberturas e, na face cega, estão previstas as esculturas dos quatro evangelistas, não executadas.

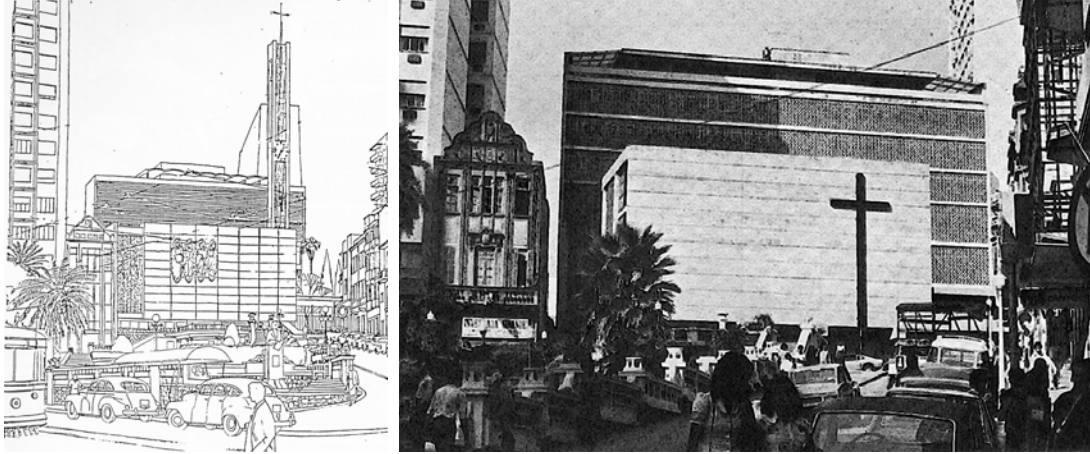


FIG. 273. Centro Evangélico de Porto Alegre, 1959, desenho do concurso
 FIG. 274. Centro Evangélico de Porto Alegre, década de 1970-1980.

Especulando sobre a maior participação de Luis Fernando, podemos deduzir que a forma curva do restaurante do concurso de 1952, talvez, tenha uma participação maior sua. As formas remetem a uma composição mais sintonizada com a obra de Oscar Niemeyer, como a própria SAPI faz ao lembrar soluções do Cassino da Pampulha⁹⁷. A integração com as artes em edificações aparece mais freqüentemente nas obras de Corona. Entre os exemplos temos sua casa na Rua Veridiano de Farias e a casa de praia em Atlântida.



FIG. 275. Residência do Arquiteto, escultura, 2005.

⁹⁷ SZEKUT, 2006



FIG. 276. Residência de praia do Arquiteto, 2005.



FIG. 277. Mural da Residência de praia do Arquiteto, 2005.

A especulação sobre a contribuição dos arquitetos pode levar a caminhos interessantes, mas sempre serão hipóteses que, dificilmente, poderão ser comprovadas, quer pela ausência dos protagonistas, quer pelo seu esquecimento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Recuperação do Palácio da Justiça de Porto Alegre, além da readequação, recuperação e restauração do próprio edifício, desencadeou uma série de pesquisas tanto acadêmicas, quanto do Memorial do Judiciário e da própria equipe. Antes, os dados eram esparsos, algumas informações incorretas eram inquestionáveis: o projeto executivo era confundido com o do Concurso de 1952; a data do concurso era ignorada (pensava-se em 1953) e a documentação do projeto executado não era confiável. O Departamento de Engenharia Arquitetura e Manutenção (DEAM) do Tribunal de Justiça não possuía um levantamento atualizado. Isto obrigou a equipe da CMFaa a realizar levantamento de todo o edifício, com base no projeto estrutural redesenhado a partir dos originais em vegetal

Hoje conhecemos o edital do concurso e as diferentes versões de projeto, seja a do concurso, a do executivo, com suas alterações, as das inúmeras reformas internas feitas à revelia dos co-autores, e a que foi executada pela equipe de Recuperação da CMFaa. A própria experiência atual, devido às novas tecnologias disponíveis, permitiu o registro fotográfico de todas as etapas da obra de 2002 a 2006, inclusive da construção da deusa Themis desde os processos manuais em argila até a utilização dos processos digitais e de impressão para o molde 1/1. A confirmação dos fatos ocorridos também é possível pela presença de pessoas que vivenciaram o processo e podem relatá-lo com todas as suas nuances tanto políticas, como sociais, históricas e arquitetônicas. Dois resultados diretos desses fatos são o volume sobre as Sedes do Tribunal de Justiça, de Mary Biancamano e Lídia Fabrício, e esta dissertação.

O arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, ao longo do processo de projeto e execução de 2002 a 2005, por diversas vezes simulou o gesto de colocar um capacete com o que, brincava, seria sua mente em 1952. A aparente volta ao passado era uma busca por compreensão. Procurava suas prováveis decisões se fosse o Fayet daquela época. Buscava recordar o passado para não repeti-lo no que considerava equivocado. O Fayet da restauração, por exemplo, procurou incorporar os espaços do Palácio que ficaram como sobra de um gesto estrutural do projeto executivo, espaços sobre o Memorial do Judiciário, sobre o restaurante e sobre o auditório, que juntos somam mais de 1000m². Outras decisões que geram controvérsias são o testemunho na fachada norte, mostrando as

pastilhas cerâmicas atrás de recorte no granito (empregando uma lógica comum nas intervenções de restauro, que é deixar à vista uma etapa anterior) e o rebaixo de forros nos saguões, ambas não parecem adequadas ao repertório modernista.

No entanto, ao longo do tempo invariavelmente todos mudamos e assim nossas decisões e escolhas se transformam. O co-autor remanescente sofreu mudanças na sua longa trajetória profissional e pessoal. Estas, de alguma forma, estão incorporadas à obra. O Palácio da Justiça, finalizado simbolicamente em 2005, com a colocação da Themis, em sua longa espera pela concretização da visão que os jovens Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet tiveram em 1952, reflete todas essas mudanças.

O edifício vai além, e reflete a realidade que está além da visão e da vontade do arquiteto. A Restauração só foi possível pela aprovação da Lei Nº 11.667, de 11 de setembro de 2001, que “Institui o Sistema de Gerenciamento Financeiro dos Depósitos Judiciais pelo Poder Judiciário”. Sem ela não haveria recursos para qualquer obra global no prédio e as intervenções, se existissem, provavelmente, seriam pontuais. Da mesma maneira, as sucessivas trocas da administração do Tribunal de Justiça, a cada dois anos, foram responsáveis por mudanças no programa de necessidades e, conseqüentemente, no projeto executivo. O passado se repete outra vez.

Fora do recorte da dissertação, mas que merece ser mencionado como mais uma das coincidências na história do prédio, é o fato da reforma, tal qual o concurso, gerar polêmica sobre a solução adotada. Marilice Corona (filha de Luis Fernando), Miguel Pereira e Danúbio Gonçalves expressam na imprensa, em 2006, sua opinião nem sempre satisfeita com o resultado das intervenções artísticas no Palácio da Justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU FILHO, S. B. ; ABREU, F. G. B. . A mão e sua impressão. In: 7º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2007, Porto Alegre. Anais do 7º Seminário Docomomo Brasil. Porto Alegre : PROPARG-UFRGS, 2007
- ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. Porto Alegre como cidade ideal. Planos e Projetos urbanos para Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPARG/UFRGS, 2006.
- A construção do edifício do Instituto de Pesquisas Biológicas. Correio do Povo, Porto Alegre, 6 de julho de 1950, p. 9
- Álbum Recordações de Porto Alegre. Lembrança da Exposição Farroupilha. Porto Alegre: A. J. Renner & CIA, 1935
- ALVAREZ, Cicero. Palácios de Papel: projetos do Concurso para o Palácio da Justiça de Porto Alegre, Maio a Novembro de 1952.. In: Claudio Calovi Pereira e Silvio Belmonte de Abreu Filho. (Org.). Porto Alegre de Papel: avenida e praça 1910-1980. 1 ed. Porto Alegre: RS: PROPARG-UFRGS, 2006, v. 1.
- ALVAREZ, Cicero; MELLO, Arq Barbara; ROSINHA, Rodrigo Bandeira . Palácio da Justiça de Porto Alegre: a longa espera pelo fim, 1952-2006. O Projeto de Recuperação, Restauração e Readequação do Ícone da Arquitetura Moderna de Porto Alegre. In: 7º Seminário DOCOMOMO BRASIL, 2007, Porto Alegre. Anais do 7º seminário do.co.mo.mo. brasil. Porto ALEGRE : PROPARG-UFRGS, 2007
- ALVAREZ, Cicero; SZEKUT, Alessandra Rambo. A deusa Themis e o Palácio da Justiça de Porto Alegre: a integração entre Arquitetura Moderna do Rio Grande do Sul e as obras de arte. In: Seminário Arte & Cidade, 2006, Salvador. 1º Seminário Arte & Cidade, 2006.
- ALVES, José Francisco . A Escultura Pública de Porto Alegre história, contexto e significado. 1ª. ed. Porto Alegre: Artfolio, 2004
- AXT, Gunter e DE LA TORRE, Márcia (org.). Histórias de Vida – Representações do Judiciário. Vol. III. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2003.
- BAHIMA, Carlos Fernando Silva. Edifício moderno brasileiro : a urbanização dos cinco pontos de Le Corbusier 1936-57. 2002. 217 p. : il.
- BANHAM, Reyner. Teoria e projeto na primeira era da maquina. Sao Paulo: Perspectiva, 1960. 515p. : il.
- BIANCAMANO, Mary. FABRICIO, Lúcia. As sedes do Tribunal. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 261 p. : il. 17/03/2006
- BOESIGER, Willy; STONOROV, O. Le Corbusier: et Pierre Jeanneret - Oeuvre complète, 1910-1929. Berlin: Birkhauser, 1999. v.1.
- BOESIGER, Willy; STONOROV, O. Le Corbusier: et Pierre Jeanneret - Oeuvre complète, 1946-1952. Berlin: Birkhauser, 1999. v.5.
-

CALOVI PEREIRA, Cláudio. Os Irmãos Roberto e a arquitetura moderna no Rio de Janeiro (1936-1954). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 1993.

CALOVI PEREIRA, Cláudio. Primórdios da Arquitetura Moderna em Porto Alegre: a presença dos arquitetos do Rio de Janeiro. Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis. Porto Alegre, v. 2, p. 47–71, out. 2000.

CAMPELO, Cristina de Lorenzi. A produção arquitetônica dos egressos da Escola de Engenharia e do Instituto de Belas Artes no período de 1949 a 1952. In: Salão de Iniciação Científica (3 : 1991 : Porto Alegre). Trabalhos Apresentados. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

CANEZ, Anna Paula Moura. Edifício do palácio da justiça: avaliação do desempenho climático. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Propar, 1994. ca.20p. : il.

CARNEIRO, Luiz Carlos & PENNA, Rejane. Porto Alegre – de aldeia a metrópole. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira e Oficina da História, 1992.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Precisões brasileiras : sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos : a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45. 2002. Tese de Doutorado. Doutorado em Le Projet Architectural et Urbain, Universite de Paris VIII, U.P. VIII, França. Orientador: Philippe Panerai

COMAS, Carlos Eduardo; CANEZ, Anna Paula; Bohrer, Glênio Viana. Arquiteturas Cisplatinas: Roman Fresnedo Siri e Eladio Dieste em Porto Alegre. Porto Alegre: UniRitter, 2004.

COMAS, Carlos Eduardo . Uma Máquina para Recordar: o Ministério da Educação no Rio. Arqtextos, São Paulo, 2000.

COMAS, Carlos Eduardo. Lucio Costa e a Revolução da Arquitetura Brasileira 1930-1939. Arqtextos, São Paulo, 2002.

COMAS, Carlos Eduardo. O Encanto da Contradição – Pampulha. Arqtextos, São Paulo, 2000.

COMAS, Carlos Eduardo. Protótipo, Monumento, Um Ministério, O Ministério. Projeto, São Paulo, v. 102, p. 136-149, 1987.

CORONA, Eduardo. In: Será realizado em Porto Alegre o 2º Congresso Brasileiro de Arquitetura. Correio do Povo. Porto Alegre, p. 10, 26 out. 1948.

CORONA, Eduardo ; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo: EDART, 1972

CORONA, Fernando, Caminhada de Fernando Corona: Tomo I de janeiro de 1911 a dezembro de 1946. 604p. Manuscritos em forma de diários.

CORONA, Luís Fernando. O Ensino da perspectiva e o artista plástico – Tese de concurso para professor catedrático da cadeira de perspectiva e sombras dos cursos de pintura e escultura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1957.

CORONA, Luís Fernando, FAYET, Carlos M.(org.). 5 Anos de Arquitetura. Espaço, Porto Alegre, n.4, s/p., dezembro 1949.

CORONA, Luís Fernando, FAYET, Carlos M.(org.). Editorial. Espaço, Porto Alegre, n.2, s/p., novembro 1948

CORONA, Luís Fernando, FAYET, Carlos M.(org.). Editorial. Espaço, Porto Alegre, n.4, s/p., dezembro 1949.

COSTA, Lucio: Sobre arquitetura. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Jorge Machado Moreira. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 1999.

Da necessidade do moderno : o futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 2002. 171 p. : il.

DORNELLES, Ernesto. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Gen. Ernesto Dornelles, Governador do Estado, em 21 de abril de 1953.

FAYET, Carlos M., Arquitetura valoriza patrimônio cultural do Estado. In AAI em revista nº 25. Porto Alegre: Arte Sul, Jul/Ago de 2006, Pags. 8 e 9

FAYET, Carlos M. e GUERRA, Aldrovando R. Ar, Som e Luz. Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2 de junho de 1951, pág. 5

FAYET, Carlos Maximiliano. O Ensino de Arquitetura nas Escolas de Belas Artes. – Tese de concurso para provimento da Cadeira de Arquitetura Analítica da Escola de Artes da Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1965.

FÉLIX, Loiva Otero, GEORGIADIS, Carolina e SILVEIRA, Daniela Oliveira (org.). Tribunal de Justiça do RS: 125 Anos de História 1874 – 1999. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999.

FIORE, Renato Holmer. Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: Os Cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951. 1992. Dissertação de Mestrado em História, PUC/RS. Orientador: Dra. Maria Lúcia Bastos Kern.

GIEDION, Siegfried. Espacio tiempo y arquitectura : el futuro de una nueva tradicion. 4.ed. Madri: Científico-Médica, 1968 825 p

GRAEFF, Edgar (org.). Arquitetura Contemporânea no Brasil 2, Gertum Carneiro Editora, 1948, Rio de Janeiro

GRAEFF, Edgar (org.). Arquitetura Contemporânea no Brasil, Gertum Carneiro Editora, 1947, Rio de Janeiro

GRAEFF, Edgar A. Arte e técnica na formação do arquiteto. São Paul Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

GRAEFF, Edgar. Palácio da Justiça. In: Espaço Arquitetura n.1. Porto Alegre : Grafisul.

GRAEFF, Edgar. Palácio da Justiça. In: Espaço Arquitetura n.1. Porto Alegre: Grafisul.

GRAEFF, Edgar. Sobre Arquitetura. Horizonte, Porto Alegre, n.5, p.116-117, maio 1951.

GRAEFF, Edgar. Sobre Arquitetura. Horizonte, Porto Alegre, n.6, p.170-171, junho 1951.

HARRIS, Elizabeth Davis. Le Corbusier: riscos brasileiros. Sao Paulo

HOLZMANN, Lorena et al (org). Universidade e repressão: Os expurgos na UFRGS /ADUFRGS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

KREBS, Carlos Galvão. "II Congresso Brasileiro de Arquitetos" in Revista do Globo 478, Porto Alegre, 1949.

KREBS, Carlos Galvão. Sobe à notoriedade o projeto do novo palácio da Justiça. in Diário de Notícias, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1952, p. 15

LE CORBUSIER. El modulator : ensayo sobre una medida armonica a la escala humana, aplicable universalmente a la arquitectura y a la mecanica. Buenos Aires: Poseidon, 1953.

LE CORBUSIER. Por uma arquitetura. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

LE CORBUSIER. Precisão sobre um estado presente de arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LEONARDO DA VINCI : tratado de pintura. 2.ed. Madrid: Akal, 1993. 508 p. : il.

LICHT, Flávia B. e CAFRUNI, Salma (org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

LUCCAS, Luís Henrique Haas. Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre: sob o mito do "gênio artístico nacional". 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. 3. edição – Porto Alegre : Editora Universidade / UFRGS, 1999.

MACHADO, Andréa Soler. O Palácio da Justiça e a Praça da Matriz. In: Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis. Porto Alegre Vol. 2 (out. 2000), p. 73-93: il.

MAHFUZ, Andrea Soler Machado. Dois palácios e uma praça: a inserção do Palácio da Justiça e do Palácio Farroupilha na Praça da Matriz em Porto Alegre. 1996. 304 p.: Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPARG -UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

MINDLIN, Henrique. Arquitetura Moderna no Brasil. Rio de Janeiro, Aeroplano, 1999.

O Instituto dos Advogados e o futuro Palácio da Justiça. Diário de Notícias, 20 de dezembro de 1952.

O povo gosta da nova Arquitetura. Porto Alegre: Correio do Povo ano 54, nº 165, p. 16, 15.04.1949, sexta-feira.

Oscar Niemeyer em Pôrto Alegre. Revista do Globo . Porto Alegre. Ano 20, fascículo nº 482, 14.05.1949, pp.43-45 e p.72

Palácio da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua Nova Sede. Porto Alegre, 1968.

PANIZZI, Wrana M.; ROVATTI, João F. Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. Monumento e cidade: construções sociais. 2002. 300 p.: Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPAR -UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

RIBEIRO, Demétrio. A arquitetura no período 45-60. In: XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. São Paulo: Pini, 1987.

RIBEIRO, Demétrio. Sobre a Arquitetura Brasileira. Horizonte, Porto Alegre, n.5, p.145, maio 1951.

RIBEIRO, Demétrio. Um Depoimento Sobre a Criação, Por Tasso Corrêa, do Ensino da Arquitetura no Rio Grande do Sul in CAFRUNI, Salma(org.). Arquitetura UFRGS: 50 anos de Histórias. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002

SANTAYANA, George. The Life of Reason. New York: New York: Charles Scribner's Sons, 1905.

Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil. São Paulo: Abea, 1978. 91p. : II

SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo [org.]. Porto Alegre biografia de uma cidade. Porto Alegre: Ed.Tipográfica do Centro, 1940.

SILVA, José Loureiro da; PAIVA, Edvaldo. Um plano de urbanização. Porto Alegre: Globo, 1943

SILVA, Marcos Miethicki da. O Hospital de Clínicas de Porto Alegre: a presença de Jorge Moreira na arquitetura da capital gaúcha. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2006.

SIMON, Círio. "ORIGENS do INSTITUTO de ARTES da UFRGS" (orientada pela Profª Drª Maria Lúcia Bastos Kern). Porto Alegre : PUC-RS - FFCH– tese, 2002 - 661 fls.

Sociedade dos Amigos da Praia de Imbé. Correio do Povo, 14 de outubro de 1951, pág 7

SOUZA, Enéas de. "Arquitetura Dez Anos" in Revista do Globo 767, Porto Alegre, 1958

STRÖHER, Eneida Ripoll. Pioneiro Modernista nos Pampas. Au Editora Pini, São Paulo / SP, n. 110, p. 45-49, 2003.

SUMMERSON, John, Sir. A linguagem clássica da arquitetura. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 1994. 148p.

SZEKUT, Alessandra Rambo . A construção da Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul: o projeto da Sociedade Amigos da Praia do Imbé de Luís Fernando Corona. In: I Seminário DOCOMOMO SUL, Porto Alegre. Anais do 1º Seminário DOCOMOMO Sul. Porto Alegre : Edição PROPAR-UFRGS, 2006

ROVATTI, João Farias (org.); PADÃO, Fabiano Mesquita (org.). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura 1952-2002. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2002. 171 p.

Trinta anos da Folha viram transformação arquitetônica da cidade In jornal Folha da Tarde, 27 de abril de 1966, fls 35

VERÍSSIMO, Erico. Solo de clarineta: memórias - v. 1, Página 45, Porto Alegre: Editora Globo, 1973

WEIMER, Günter. A Arquitetura. 3. ed. – Porto Alegre : Editora Universidade/UFRGS, 1999.XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. São Paulo : PINI, 1987.

WEIMER, Günter [Org.];. Bibliografia da arquitetura gaúcha – A-N. Estudos Tecnológicos Unisinos Arquitetura. São Leopoldo, nº. 12/13, 1988.

WEIMER, Günter [Org.]; ERTZOGUE, Marina. Bibliografia da arquitetura gaúcha – Correio do Povo 1940-1959. Estudos Tecnológicos Unisinos Arquitetura. São Leopoldo, nº. 24/25, 1994.

WEIMER, Günter [Org.]. Bibliografia da Arquitetura Gaúcha – Textos escolhidos da arquitetura gaúcha I. Estudos Tecnológicos Unisinos Arquitetura. São Leopoldo, nº 27, 1996

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan (Org.). Arquitetura moderna em Porto Alegre. São Paulo: PINI, 1987

XAVIER, Alberto (org.). Depoimentos de uma geração- arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CENTRO Cívico de Curitiba. Belo Horizonte: Revista Arquitetura e Engenharia, nº 27, 1953, p.7

ANEXOS

I. LEGISLAÇÃO

1.1 LEI Nº. 125 - DE 3 DE DEZEMBRO DE 1935⁹⁸

Estabelece regras sobre a construção de edifícios públicos;

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Na construção de edifícios públicos se observarão as leis estaduais, e as posturas e deliberações municipais, sobre as materias de competência dos poderes locais em vigor na localidade respectiva.

§ 1º A Municipalidade dará a licença, o alinhamento e o nivelamento, quando necessários, depois de aprovar os planos e projetos apresentados, independentemente de quaesquer emolumentos, taxas ou impostos.

§ 2º Serão, em todo o caso, exigiveis os tributos devidos pelos contractantes, ou executores, de obras, ou serviços, relativamente ao exercício de suas industrias ou profissões, se não decorrer de cargo, ou concessão de serviço público, federal.

Art. 2º O processo de licença para obras de edificios públicos será expedido com a maior presteza, tendo preferencia sobre quaesquer outros, pena de responsabilidade, civil e criminal, dos funcionarios culpados da demora, pelo damno causado ao poder publico interessado nas mesmas obras.

Art. 3º Em caso de exigencia ilegítima das autoridades administrativas, a União, ou o Estado, promoverá as medidas judiciais adequadas a annullal-a, ou excluir-lhe os efeitos.

Art. 4º A infração de postura, ou deliberação municipal sujeitará o administrador ou o contractante das obras, ou quem a houver determinado, ás multas estipuladas sem prejuizo do embargo da obra, que só se fará, quando cabível, por mandado judicial.

Art. 5º Nenhum edificio público de grande proporções, será construido sem prévio concurso para escolha do projeto respectivo.

No concurso tomarão parte sómente profissionaes habilitados legalmente.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1935, 114º da Independência e 47º da República.

Getulio Vargas

Vicente Ráo.

Arthur de Souza Costa.

Marques dos Reis.

José Carlos de Macedo Soares.

João Gomes Ribeiro Filho.

Henrique Aristides Guilhem

Odilon Braga

Gustavo Capanema

Agamemnon Magalhães

⁹⁸ <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=48702>. acesso em 23 julho de 2005.

LEI Nº 11.667, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.

Institui o Sistema de Gerenciamento Financeiro dos Depósitos Judiciais pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Gerenciamento dos Depósitos Judiciais pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, compreendendo os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da Justiça em geral e aplicações financeiras no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 2º - Os rendimentos líquidos auferidos em decorrência do Sistema de Gerenciamento Financeiro instituído por esta Lei, resultantes da diferença verificada entre os índices fixados por lei para remuneração de cada depósito judicial e os estabelecidos para remuneração do referido Sistema, constituirão item de receita do Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário, observadas as disposições da LEI Nº 7.220, de 13 de dezembro de 1978, exceto os referentes a tributos estaduais.

§ 1º - Além das destinações dos recursos do Fundo do Reparcelamento do Judiciário já previstas pela LEI Nº 7.220, de 13 de dezembro de 1978, os rendimentos líquidos a que se refere o caput serão utilizados para pagamento pela prestação de serviços a advogados designados para atuar como assistentes judiciais de partes beneficiadas pela concessão de justiça gratuita, nas localidades em que não haja atendimento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2º - Os rendimentos líquidos referentes aos depósitos judiciais relativos a tributos estaduais constituirão item de receita do Fundo Estadual de Saúde, do Fundo Estadual de Segurança Pública, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais, do Fundo Estadual de Sanidade Animal e do Fundo de Reparcelamento de Estradas do Sul, em partes iguais.

Art. 3º - Ficam atribuídos ao Fundo de Reparcelamento do Poder Judiciário a coordenação e o controle das atividades inerentes à administração financeira do Sistema de Gerenciamento dos Depósitos Judiciais.

§ 1º - Os recursos do Sistema de Gerenciamento Financeiro serão geridos através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A. - BANRISUL - e terão remuneração diária equivalente a taxa praticada pelo sistema centralizado de liquidação e custódia para as Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT.

§ 2º - Noventa por cento (90%) dos rendimentos líquidos, auferidos na forma dos arts. 2º e 3º, § 1º, serão apurados diariamente e creditados nas contas dos fundos referidos no art. 2º, na proporção que lhes couber.

Art. 4º - Os depósitos sob aviso à disposição da Justiça, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, deverão ser efetuados no Banrisul.

Art. 5º - Os procedimentos para a execução desta Lei serão disciplinados pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 11 de setembro de 2001.

2. EDITAIS

2.1 EDITAL DE LANÇAMENTO DO CONCURSO PARA O PROJETO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA: DIÁRIO OFICIAL DE 30 DE MAIO DE 1952.

“SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA – SEÇÃO DE EXPEDIENTE E PESSOAL
EDITAL N° 9

Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

De ordem superior, faço público que se encontra aberto, nesta Secretaria de Estado, um concurso de anteprojecto para um edificio destinado à instalação do Poder Judiciário do Estado (Palácio da Justiça).

I

O concurso é aberto a todos os profissionais legalmente habilitados para o exercício da Arquitetura e da Engenharia Civil.

II

Os interessados poderão procurar a planta do local e programa de necessidades na Diretoria de Obras desta Secretaria, à Rua Siqueira Campos, nesta Capital, todos os dias úteis, excepto aos sábados, das 13 às 17 horas.

III

Os interessados poderão solicitar esclarecimentos sôbre as bases do concurso bem como sôbre o programa de necessidades, até o dia 30 de junho do ano em curso.

IV

Todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados serão fornecidos pela Diretoria de Obras desta Secretaria.

V

Após o transcurso do prazo estabelecido na cláusula III, serão todos os esclarecimentos pedidos e prestados, que trouxeram modificações nas bases do concurso ou no programa de necessidades estabelecidos, publicados na Imprensa Oficial do Estado.

VI

A participação no concurso importa em integral concordância com os termos dêste Edital.

VII

Os concorrentes deverão apresentar três invólucros fechados, dois dos quais subscritos apenas com o pseudônimo do autor do anteprojecto e o terceiro sómente com a palavra voto e contendo:

- a) o primeiro, o anteprojecto cujas peças serão subscritas sómente com o pseudônimo;
- b) o segundo, uma fôlha de papel com êsse pseudônimo e o nome por extenso do autor do anteprojecto;
- c) o terceiro, uma fôlha de papel com êsse pseudônimo e o nome por extenso do candidato indicado pelo autor para integrar como representante dos concorrentes a Comissão Julgadora referida na cláusula XVIII do presente Edital.
- d) O envelope referido na alínea B) da presente cláusula só será aberto após o julgamento definitivo do concurso, e caso venha a ser premiado o anteprojecto correspondente.

VIII

Os concorrentes deverão entregar os anteprojetos na Diretoria de Obras da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, às 15 horas do dia 1º de setembro do corrente ano, ocasião em que na presença dos interessados será procedida a apuração do representante dos concorrentes para integrar a Comissão Julgadora.

IX

O representante dos concorrentes na Comissão Julgadora será escolhido por maioria de indicações dos concorrentes e no caso de empate, por sorteio entre os mais votados.

X

Um mesmo concorrente poderá apresentar mais de um anteprojecto, nada impedindo neste caso venha ele alcançar mais de um prêmio.

As variantes eventualmente apresentadas, sôbre um mesmo anteprojecto, constituirão com êste para efeito de julgamento, um único elemento.

XI

Os anteprojetos constarão dos seguintes elementos:

- a) pranchas com as pranchas dos diversos pavimentos;
- b) idem, contendo os cortes transversais e longitudinais necessários à compreensão da obra planejada;
- c) idem, contendo as fachadas;
- d) idem, contendo perspectivas dos interiores do "hall" e dos salões;
- e) prancha com a perspectiva do prédio;
- f) uma memória descritiva expondo e justificando a solução proposta com croquis e esquemas esclarecedores, contendo anotações da área útil de cada local ou função, a área total construída e a estimativa do preço da construção; e
- g) uma "maquete" na escala de 1:1000.

XII

Os desenhos das plantas, fachadas e cortes deverão ser feitos em escala de 1:1000.

As pranchas terão as dimensões totais de 1,00 x 0,80, apresentando uma margem mínima de 10 cm em todos os lados.

XIII

No alto da prancha da perspectiva principal, será colocado o seguinte título: "Palácio da Justiça do Rio Grande do Sul".

XIV

As demais pranchas apresentarão no canto superior esquerdo do papel utilizável as iniciais P.J. sob as quais será inscrito índice dos elementos contidos na prancha.

XV

O pseudônimo será colocado no ângulo inferior direito do papel utilizável.

XVI

Com excessão da perspectiva geral, todos os desenhos serão feitos exclusivamente com tinta preta transparente.

XVIII

Os trabalhos serão julgados por uma comissão composta de cinco membros:

- um representante da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul.
- um representante do Poder Judiciário.
- um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção do Rio Grande do Sul.
- um representante da Secretaria das Obras Públicas.
- um representante dos concorrentes.

XIX

Após o julgamento haverá exposição pública dos trabalhos.

XX

Serão conferidos os seguintes prêmios aos autores dos anteprojetos classificados nos três primeiros lugares:

1º lugar: Cr\$ 200.000,00

2º lugar: Cr\$ 80.000,00

3º lugar: Cr\$ 40.000,00

XXI

Os anteprojetos premiados ficarão pertencendo à Secretaria das Obras Públicas.

XXII

A Comissão Julgadora poderá não classificar algum ou nenhum dos trabalhos por não apresentarem as condições mínimas para classificação.

Diretoria Administrativa, Secretaria de Expediente e Pessoal, 28 de maio de 1952.

Theobaldo Bobsin – Chefe de Secção em substituição.

Nº 2221 – 30/05 – 6 – 13 – 20/06 – Deb.

2.2. EDITAL COM ALTERAÇÕES NAS BASES DO CONCURSO PARA O PALÁCIO DA JUSTIÇA: DIÁRIO OFICIAL DE 13 DE AGOSTO DE 1952.

“SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA – SEÇÃO DE EXPEDIENTE E PESSOAL
EDITAL N° 15

Concurso de ante-projetos para o Palácio da Justiça de Pôrto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

De ordem superior, tornamos público aos interessados no concurso de ante-projetos para um edifício destinado à instalação do Poder Judiciário do Estado (Palácio da Justiça) a que se refere o Edital n° 9 de 28 de maio do corrente, publicado nas edições do Diário Oficial de 30.5, 6, 13 e 20.6:

- que de acôrdo com a cláusula III do referido Edital, expirou a 30 de junho próximo passado, o prazo estipulado para os interessados solicitarem esclarecimentos sôbre as bases do concurso e programa de necessidades;

- que a presente publicação está sendo feita em obediência à cláusula V do mesmo Edital;

- que as alterações havidas nas bases do concurso são as seguintes:

- a data de 1º de setembro, estipulada na cláusula VIII, para a entrega dos anteprojetos fica transferida para 10 de outubro do corrente, no mesmo local e à mesma hora;

- a apresentação da maquete referida no item g) na cláusula X não é obrigatória;

- que o programa de necessidades definitivo é o seguinte:

Na elaboração dos anteprojetos, os concorrentes terão tôda a liberdade de propor as soluções que julgarem acertadas e convenientes para o “PALÁCIO DA JUSTIÇA”, tendo em vista as seguintes necessidades e observações:

a) – o edifício deverá comportar a instalação dos seguintes órgãos do Poder Judiciário:

1) Tribunal de Justiça – 2ª instância;

2) Fôro de Pôrto Alegre – 1ª instância;

3) Procuradoria Geral do Estado.

b) – A entrada principal do edifício deverá ser monumental;

c) – O Fôro deverá ser instalado nos primeiros andares e o Tribunal de Justiça no último;

d) – A declividade do terreno deverá ser aproveitada para a localização das garages; arquivos de livros, autos e processos guardados em armários embutidos com portas de aço; sala para a guarda do prédio e outras dependências que julgarem necessárias aí instalar;

e) – Os programas dados a seguir estão de acôrdo com as últimas reformas da organização do Poder Judiciário;

f) Programa para o Tribunal de Justiça – 2ª instância.

Deverão ser previstas as seguintes dependências:

- Sala para o Tribunal Pleno: sala ampla, condizente com a importância da função nela desempenhada, qual seja a dos julgamentos da suprema Magistratura do Estado.

O recinto será composto por duas salas separadas por um gradil. Em uma das partes será previsto o espaço para uma mesa, semicircular para 21 pessoas, próximos a essa mesa deverão ser localizados dois birôs destinados ao escrivão e ao oficial de Justiça.

Entre as extremidades do semicírculo da mesa, deverá ser prevista uma tribuna.

Ainda neste recinto deverão ser previstas cadeiras para 20 pessoas (advogados e convidados especiais).

A outra parte da sala é destinada ao público, cêrca de 200 pessoas sentadas.

- Duas salas para as Câmaras Reunidas (Cível e Crime).

Estas salas deverão ter no mobiliário as mesmas características da anterior, variando as dimensões da mesa semicircular onde sentarão 10 pessoas e o espaço do público que será de 50 pessoas sentadas.

- Sala de recepção para visitas e advogados, que deverá ficar junto ao Tribunal Pleno e na qual serão previstos lugares para 35 pessoas.

- Sala para o Conselho Superior da Magistratura, que deverá comportar uma mesa grande, em tôrno da qual sentarão 5 membros.

- Sala para o secretário e subsecretário do Tribunal de Justiça, comportando dois birôs, duas mesinhas para máquinas de escrever, um terno e duas cadeiras.

- Sala para a secretaria, devendo comportar 50 funcionários em birôs. Esta secretaria terá contato com o público através de um balcão junto ao qual ficará o fichário do protocolo. Deverá ser

previsto local para algumas mesas de máquinas de escrever e de dois armários com 5 metros de comprimento e 0,50 m de fundo.

- Sala para a Biblioteca, que comportará 30.000 volumes, e ainda espaço para consultas, mesas para 10 consulentes e local para 4 funcionários.

- Sala para o Gabinete do Presidente do Tribunal em geral, que deverá comportar um birô, terno, armário, 10 cadeiras e porta chapéus.

- Sala de espera para o dito Gabinete.

- Sala para o Gabinete do Corregedor Geral, idêntica à do Presidente em mobiliário.

- Sala de espera para o dito Gabinete.

Sala para a secretaria do Conselho Superior da Magistratura, que é também a secretaria do Corregedor, e onde funcionam 10 pessoas em birôs.

A Corregedoria deverá ficar próxima ao Conselho Superior da Magistratura e a sua secretaria deverá ficar junto à Secretaria do Tribunal.

- Sala para vestiários das becas, próximos às salas do Tribunal Pleno e às Câmaras reunidas.

Comportando 6 armários, um por Câmara nos quais serão guardadas as 24 becas (vestes talares usadas nas reuniões do Tribunal e Câmaras).

- Três salas para cartórios, em cada um dos quais, trabalham 5 funcionários, e deverão ter ainda espaços separados para o escrivão e para o público, este em pequeno número.

- Sanitários: prever grupos para desembargadores, funcionários e público.

- Portaria onde funcionam duas pessoas permanentes.

- Garage para a exclusiva guarda de 5 automóveis. Arquivos para livros, autos e processos.

g) Programa para o Fôro de Pôrto Alegre – 1ª instância. Deverão ser previstas as seguintes dependências:

- "Hall" nobre com capacidade para 300 pessoas, onde estará localizada a Portaria.

- Sala de trabalho para o Diretor do Fôro.

- Sala de audiências do Diretor do Fôro.

- Sala para o Cartório do Júri, que deve ficar próxima à sala do Diretor do Fôro e cartório de grande movimentação e onde trabalham 4 pessoas. Deve ser prevista junto a este Cartório uma sala para os advogados arazoarem os processos.

- Sala para casamentos junto ao "Hall".

Há conveniência em situar esta sala logo à entrada do edifício. Os casamentos são realizados pelos juizes municipais.

- Cartórios e Juizes Criminais:

1) Sala para o 2º distribuidor de onde são distribuídos para os diversos cartórios criminais os processos vindos da Portaria. Trabalham nessa sala 5 pessoas;

2) 7 Salas para os juizes de 1ª a 7ª vara criminal;

3) 9 Salas para 1º ao 9º Cartório Criminal. Trabalham 2 pessoas em cada Sala;

4) 2 Salas para os juizes municipais junto ao 9º Cartório;

5) 3 Salas para 1º a 3º Cartório de Órfãos. Trabalham 3 pessoas em cada sala.

- Cartórios e Juizes do Cível:

1) Sala para o primeiro distribuidor de onde são distribuídos para os diversos Cartórios Cíveis os processos vindos da Portaria. Trabalham nesta sala 5 pessoas;

2) 6 Salas para os juizes da 1ª a 6ª vara cível;

3) 6 Salas para o 1º ao 6º Cartório Cível;

4) 2 Salas para os juizes da 1ª e 2ª vara de Família e Sucessões;

5) 3 Salas para o 1º ao 3º Cartório dos Órfãos. Trabalham 3 pessoas em cada Sala;

6) 1 Sala para o Cartório da Provedoria onde trabalham 3 funcionários;

7) 2 Salas para os juizes da 1ª e 2ª vara dos Feitos da Fazenda Pública;

8) 2 Salas para os Cartórios dos Feitos da Fazenda (questões cíveis e criminais). Trabalham 4 pessoas em cada sala que também deverão oferecer espaço para abrigar arquivo volumoso.

Observações: - Os cartórios do crime têm mais movimentação que os Cartórios do Cível, podendo-se estipular como movimento médio a presença de 5 pessoas simultaneamente em cada Cartório.

Os cartórios deverão possuir espaço para pequeno arquivo e um local para o escrivão, separado dos demais funcionários. O espaço destinado ao escrivão deverá comportar ainda a presença dos advogados que vão estudar os processos depositados nos Cartórios.

As salas para os Juizes deverão comportar a mesa de trabalho, um pequeno armário, um terno e uma pequena mesa.

- Uma Sala para o Juiz da Vara de Acidentes de trabalho e execuções criminais;
- Uma Sala para o Cartório de Acidentes. É grande o afluxo de público neste Cartório que deverá ser bastante espaçoso.
- Uma Sala para o Curador de Acidentes ao lado do Cartório de acidentes.
- Uma Sala para o Cartório de Execuções Criminais.
- Uma Sala para os avaliadores judiciais. Trabalham 5 pessoas nesta sala.
- Sala para o Júri, a sala deverá ter um gradil que dividirá o recinto em duas partes. Em uma das partes deverão ser previstos espaços para as mesas da presidência, do promotor, do escrivão, dos jurados (7 jurados), do réu, da defesa e das testemunhas.

Ainda neste recinto deverá ter espaço para sentarem 21 pessoas, jurados a serem sorteados.

A outra parte é destinada ao público, cêrca de 200 pessoas sentadas.

Ligadas à sala do Júri deverão ser previstas as seguintes salas:

- 1) Sala do jurados – 15 pessoas em tórno de uma mesa;
- 2) 2 Salas para os réus, com capacidade para 3 pessoas;
- 3) Sala para o Juiz;
- 4) Sala para as testemunhas;
- 5) Sala para os advogados.

Tôdas estas salas deverão ter instalações hidráulico-sanitárias.

- Duas salas para réus aguardando o julgamento com capacidade para 15 pessoas cada uma, próximas ao salão do Júri e também com instalações hidráulico-sanitárias.
- Sala para a Guarda dos réus, próxima às salas dos réus. Esta guarda traz os réus para o edifício.
- Observações: - Os réus deverão entrar no edifício e no salão do Júri sem terem contato com o público.

- Juizado de menores:

- 1) Sala para o Juiz e seu secretário;
- 2) Sala para o Curador de menores;
- 3) Sala para a Secretaria do Juiz onde trabalham dez pessoas;
- 4) Sala para os Comissários que farão inclusive plantão noturno;
- 5) Sala para a Secretaria da Curadoria onde trabalham duas pessoas;
- 6) Sala de espera com capacidade para 100 pessoas;
- 7) Portaria;
- 8) Sala para cartório de grande movimentação, onde trabalham 3 pessoas, espaço para arquivo;
- 9) Salas para o Gabinete Médico, sendo:

Uma para o médico e fichário, uma para exames clínico-psiquiátrico e uma de espera.

- Sala para a Secção de Arquivo e Fichário Geral.

- Instalações sanitárias para funcionários e público.

h) Programa para a Procuradoria Geral do Estado. Deverão ser previstas as seguintes dependências:

- Sala para o Procurador Geral, deve ser previsto espaço para birô grande, terno, estante e mesinha.

- Sala de espera para o Gabinete do Procurador, para 6 pessoas.

- Sala para oficiais de gabinete em número de dois, devendo ter ainda um terno que seria para uma espera mais íntima, e ser ligada diretamente ao gabinete do Procurador.

- Sala para o Secretário onde trabalham duas pessoas em birôs. Ligada diretamente ao procurador e independente da sala dos oficiais de gabinete, deve ser previsto espaço para terno, mesinha e estante.

- Sala para o serviço de Comunicações e Protocolo, birôs para duas pessoas, contato direto com o público através de um balcão, estante e fichário.

- Sala para arquivo; três funcionários em birôs. Fichário Kardex e várias estantes para processos.

- 4 Salas para Expediente, devendo ser previsto em cada uma espaço para 6 birôs, estantes e mesa para máquinas de escrever.

- Sala para o Fichário Geral, devendo comportar 4 birôs.

- Sala para Biblioteca com capacidade para 10.000 volumes e espaço para mesas dos consultantes.

- Sala para promotores e consultores (parlatório) devendo comportar uma mesa com 15 cadeiras, mesinha para máquina, e um terno e diversas cadeiras.

- Sala para o Conselho Superior do Ministério Público e reuniões da Consultoria Jurídica, onde se reúnem em média de 15 pessoas. Estas reuniões são presididas pelo Procurador Geral.

- Sala para a Curadoria de Acidentes de Trabalho com espaço para 3 birôs e armários.

Movimento diário de aproximadamente 30 operários

- Sala para a Curadoria de Família e Sucessões com espaço para três birôs e armários.

Movimento diário de aproximadamente 20 pessoas.

- Sala de espera para as Curadorias.

- Saleta para almoxarifado de materiais de limpeza.

- Garage para o automóvel do Procurador.

- Instalações sanitárias para funcionários e público.

i) Deverá ser previsto um Bar com serviço a la minuta para atender os funcionários do prédio.

Diretoria Administrativa – Secção de expediente e Pessoal, em Pôrto Alegre, 11 de agosto de

1952.

Theobaldo Babsin – Chefe da Secção – em substituição.

Nº 3675 – 13 – 19 – 26-8 – 2-9 – Déb.

3. TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Órgãos do Poder Judiciário do Estado, além dos que integram a Justiça Militar:

I - o Tribunal de Justiça;

II - os Juízes de Direito;

III - os Tribunais do Júri;

IV - os Juizados Especiais;

V - os Pretores;

VI - os Juízes de Paz.

A jurisdição de 1º grau é dividida em comarcas. Corte de 2º grau, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é integrado por 140 desembargadores, sendo que um quinto (1/5) dos lugares são preenchidos por advogados e membros do Ministério Público (redação dada pelas Leis nºs 8.967/89 - 48 Desembargadores, 9.662/92 - 52 Desembargadores, 10.780/96 - 53 Desembargadores, 11.133/98 - 125 Desembargadores e 13.070/08 - 140 Desembargadores).

A Administração está sediada no Palácio da Justiça, localizado na Praça Marechal Deodoro, nº 55, enquanto a esfera jurisdicional funciona no novo prédio do TJ, na Avenida Borges de Medeiros, nº 1565, em Porto Alegre.

São órgãos do TJ: o Tribunal Pleno; os Grupos de Câmaras Cíveis e de Câmaras Criminais; as Câmaras Separadas (Cíveis e Criminais) e as Câmaras Especiais; a Presidência e as Vice-Presidências; o Conselho da Magistratura, a Corregedoria-Geral da Justiça; as Comissões e os Conselhos e o Centro de Estudos.

4. POLÊMICA

4.1 Em defesa de uma ausência.

Marilice Corona (artigo publicado no Caderno de Cultura de ZH hoje, dia 3/6/2006)

Filha do arquiteto Luis Fernando Corona contesta a inclusão de presidentes militares em novo painel do Palácio da Justiça. Corona morto em 1977, era um dos autores do prédio de inspiração modernista. Em 1964 foi cassado pela ditadura.

Perdi meu pai muito cedo. Eu tinha 12 anos e, naquele momento, começava uma relação diferente, uma relação de parceria, de conversas mais maduras. No verão de 1977, Luis Fernando Corona, 52 anos, arquiteto, morreu dormindo... do coração.

Durante todos estes anos, venho garimpando lembranças. Às vezes me pego contando, fazendo listas para ver se me lembro o suficiente. Ele não deixou um diário ou algo parecido. De escrito, tenho apenas uma entrevista de escola que fiz com ele quando eu estava na 5ª série - uma entrevista sobre a escolha da profissão.

Suas respostas tornaram-se exemplares para mim. Com inflamados pontos de exclamação, ele afirmava que o trabalho era um direito do homem e não um dever. Falava de sua escolha pela arquitetura como uma escolha amorosa. Ao final, dava um conselho às crianças: "Esperem! Mais cedo ou mais tarde, explodirá o talento de cada um. Não procurem numa profissão escolhida a riqueza, o dinheiro, mas a riqueza de ter acertado a profissão!".

Seguir o caminho das artes e freqüentar o Instituto de Artes sempre me manteve próxima de meu pai. Não apenas por ter sido seu ambiente de trabalho, até ele ser cassado em 1964, mas por que em inúmeras situações, em palestras, cursos ou exposições, freqüentemente alguém vem ao meu encontro contar alguma coisa sobre ele. São as mais variadas histórias mas que sempre apresentam um ponto em comum: a menção ao professor e arquiteto competente e generoso, de conduta idealista, correto e coerente em suas idéias. Considero essa imagem o que ele me deixou de melhor.

Acredito que não foi a insuficiência cardíaca que o matou precocemente, mas a doença do coração. Todos sabemos o que significou o golpe de 64 em nosso país. Quantas pessoas desaparecidas, quanta violação de direitos, quanto exílio involuntário. Jamais deveríamos esquecer os retrocessos e prejuízos que podemos sofrer quando submetidos a regimes totalitários.

Em 1964, Luis Fernando Corona teve seu direito ao trabalho usurpado. O estrago em nossa família foi grande. A privação do direito de lecionar foi decisiva na diminuição de ânimo de meu pai. Ser professor não era uma mera forma de sustento. Ser professor do Instituto de Artes e da Faculdade de Arquitetura da UFRGS significava a continuidade de uma tradição familiar - uma relação amorosa com uma casa, o Instituto de Artes, que fora erguido com a participação de meu avô, o professor, escultor e também arquiteto Fernando Corona, o mesmo que, em 1941, juntamente com Tasso Côrrea e outros dois professores, hipotecou a própria casa para construir o prédio de sua autoria, na Rua Senhor dos Passos.

Ser professor era participar do processo de constituição de um determinado campo de saber, significava ser atuante na configuração de um pólo cultural local.

Meu pai, apesar da vida breve, teve papel importante na configuração arquitetônica da cidade. Tem sido referência para pesquisadores dentro e fora do país em virtude da difusão das idéias modernistas em arquitetura. Deixou projetos marcantes como o Edifício Jaguaribe, feito em parceria com meu avô, em 1951 - projeto tipicamente modernista, que chama a atenção pelo desenho arrojado de sua fachada. Em 1964, com os arquitetos Emil Bered e Roberto Veronese realizou o projeto da sede da CRT, na esquina da Salgado Filho com Borges de Medeiros.

Hoje, o que me faz escrever esse artigo é outro projeto bastante importante para Porto Alegre. Trata-se do Palácio da Justiça, de 1953, localizado em frente à Praça da Matriz, ao lado do Theatro São Pedro. Segundo Mizoguchi e Xavier, em *A Arquitetura Moderna em Porto Alegre*, "o Palácio da Justiça pode ser considerado como o marco arquitetônico mais significativo do início do movimento moderno no Rio Grande do Sul". Este projeto tem co-autoria do arquiteto Carlos M. Fayet.

Em maio de 2000, Carlos Fayet entrou em contato com nossa família solicitando nossa autorização para a realização de "pequenas modificações" nas instalações do Palácio. Segundo correspondência endereçada à família, o arquiteto afirma que, "sendo co-autor sobrevivente do projeto, foi contatado pelo setor técnico do Tribunal de Justiça para realizar os estudos arquitetônicos necessários". Dentre estes, "incluía-se a execução de uma escada de incêndio, hoje obrigatória pelas normas e a reciclagem de algumas áreas que foram transferidas para o novo prédio construído à Av. Borges de Medeiros". Em função disso, o arquiteto salienta que "as alterações ao projeto inicial seriam inevitáveis e que o juízo de valor sobre a adequação das modificações à idéia original só pode ser feito pelos próprios autores e, portanto, a responsabilidade por estas cabe ao co-autor remanescente". Na ocasião, concordamos, pois nada mais justo do que o co-autor ser o responsável pelas reformas necessárias e receber os honorários relativos a seu trabalho. No entanto, com o decorrer deste processo, presenciamos uma série de transformações que nos desagradaram profundamente e que em nenhum momento tinha sido tema de consulta. O documento que nos fora enviado não mencionava nem a execução da escultura a ser dependurada na fachada cega e nem o mural com "as faces do Rio Grande", divulgado em Zero Hora, no último sábado - para mim, ainda o caso mais grave!

Em primeiro lugar, como artista, reservo-me o direito de fazer um julgamento de valor não apenas estético, mas ético. Pergunto-me se foi aberto concurso público para a realização da escultura, como o fora para a construção do prédio. Neste caso, seria a atitude mais indicada, uma vez que contamos com um número significativo de escultores talentosos, artistas de renome internacional. O projeto original previa para essa fachada cega uma escultura de Fernando Corona, que na época acabou não sendo realizada. Tenho comigo o protótipo em gesso, que muito difere do que hoje foi oferecido à cidade. Tratava-se de escultura de linhas limpas, forma sintética, condizente com o projeto modernista. Mas a realização de tal objeto não é o que mais me escandaliza. Aliás, seria uma ótima oportunidade para abrir-se um debate sobre a arte pública, seus critérios de avaliação e legitimidade e, principalmente, sobre a responsabilidade de inserir tais objetos no espaço urbano. O que para mim tornou-se mais aberrante é o fato de o arquiteto, depois de tudo

que nossa família passou em decorrência da cassação, ter colocado sobre a obra de meu pai, como personalidades de destaque, as figuras dos presidentes militares Costa e Silva, Ernesto Geisel e Emílio Médici. Sendo que o disparate maior é realizar tal atrocidade sobre a fachada do que seria a Casa da Justiça. E como se isso não bastasse, retrata meu avô e meu pai ao lado dos militares, ou seja, o arquiteto reúne a vítima das injustiças ao lado de quem as praticou. O arquiteto despreza qualquer critério

qualitativo na escolha dos homenageados. Uma obra pública oferecida à cidade deveria enaltecer àqueles nomes que ajudaram positivamente a contruir o país lutando por processos democráticos de organização política e social. Não é por que fazem parte da história que devam ser glorificados. Atitudes como a de Fayet nos convocam a uma profunda reflexão sobre as imbricações entre os valores éticos e estéticos de qualquer objeto que intencione ser artístico. Não é apenas em defesa da imagem de meu pai que me coloco, mas em defesa de tudo aquilo que acredito ser o papel da arte na sociedade. Um papel libertário e transformador. Trabalhar com arte exige tomada de posição, não existe meio termo.

Por ocasião do processo das reformas do Palácio, o arquiteto, em entrevista a RBS TV, quando perguntado sobre essa oportunidade, sobre estar à frente da reforma, Fayet comentou: "É a vantagem de ter sobrevivido". Realmente, pois a desvantagem de quem esta morto é a impossibilidade de manifestar-se, preservando seu nome. Um nome construído com muito trabalho, transparência e sem concessões.

Como disse o artista Waltercio Caldas, recentemente, em uma conversa pública no Instituto de Artes: "Existem aqueles que durante a vida construíram uma carreira, estes são muitos. Mas existem outros que durante a vida constroem uma obra, estes são poucos". Eu diria que os Coronas construíram uma obra, no sentido amplo que esta palavra pode ter.

* Artista plástica, professora, doutoranda em Poéticas Visuais pelo Instituto de Artes da UFRGS.

4.2 PALÁCIO DA JUSTIÇA - EM DEFESA DO INEVITÁVEL

MIGUEL PEREIRA (*). São Paulo, 09 de junho de 2006

É como diz Carpinejar: “Desde o princípio, pulsa a obrigação de demonstrar o que sinto. Obrigação. Como se me fizesse mal deixar os pensamentos guardados”. (2006, p.136).

Abandono, assim, essa angustia, porque quero falar de uma celebração, de um evento marcante na história da arquitetura gaúcha, e brasileira. A obra do Palácio da Justiça, afinal, é hoje um projeto construído e completo. Os arquitetos gaúchos, por certo celebram o corrido, num sentimento legítimo de vitória, onde não pode ter guarida qualquer tentativa de denegrir o talento, o brilho, e a competência de um dos mais festejados arquitetos brasileiros, Carlos Maximiliano Fayet, o outro dos dois autores do projeto do Palácio, que “teve a felicidade de sobreviver”, depois do falecimento precoce do saudoso amigo, Luiz Fernando Corona, este, um apaixonado timoneiro da formação e da produção da arquitetura moderna gaúcha.

Por isso, li com surpresa o texto de Marilice Corona, publicado no dia 03/06/2006, no jornal Zero Hora. Relí, com mais cuidado ainda, os dois folders que, com tanto zelo, Fayet elaborou para informar sobre o seu projeto de restauração e revitalização do Palácio, solicitado e aceito pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, uma verdadeira dádiva ao acervo do patrimônio arquitetônico da escola gaúcha de arquitetura. Se assim é, se Luiz Fernando Corona se deixou surpreender pela perversidade da morte, quem, senão Fayet, teria a competência apropriada e legítima para completar a obra, restaurá-la e revitalizá-la? Refiro-me ao projeto original do concurso público (1952), construído, porém, incompleto, e inaugurado no final dos anos 60, em pleno regime militar (1964-1984). Faltaram os murais das fachadas leste e oeste, bem como outros murais propostos para os espaços mais nobres do interior da obra e, ainda faltou a escultura para simbolizar a Justiça, afixada à empena cega, voltada para a Praça da Matriz.

Vale, nesse caminho, uma outra pergunta igualmente pertinente: se “a vantagem de ter sobrevivido” tivesse cabido ao Luiz Fernando, quem, mais do que êle, teria a competência para restaurar e revitalizar a obra?

Se o destino biológico nos roubou um amigo, não há motivo algum para se desejar o desaparecimento profissional do outro, por certo, uma falsa solução para o problema. Noutra hipótese, a da ausência de ambos (quanta infelicidade!), então sim, correríamos o risco de enfrentar uma “licitação”, como todos nós sabemos, sem destino seguro.

A isto eu chamo de “inevitável”: considerarmo-nos felizes por podermos contar com a presença de um dos autores para, afinal, completar a obra.

Penso que, dada a excelência dessa obra, não cabe sucumbirmos à angustia da idéia e da realidade da morte. Se Fayet está vivo, precisamos celebrá-lo, e agradecer-lhe a companhia, sábia, serena e segura. Até porque todos nós sonhamos com possibilidade da construção de nossa pequena “eternidade”, mesmo Fernando Pessoa: “que o tempo cesse/que pare e fique sempre este momento/que eu nunca me aproxime desse/horror que mata o pensamento!/envolvi-me, fechai-me dentro em vós/e que eu não morra nunca”.

Mais do que nunca, portanto, é preciso pensar na vida, na organização do espaço construído para que ela se desenvolva, germinando estruturas sociais mais justas e dignas. É o destino do compromisso social de qualquer profissão.

Nessa minha obrigação de mostrar o que sinto é que eu confesso a minha eterna saudade do amigo e companheiro Luis Fernando Corona e a minha agradecida satisfação de acompanhar o trabalho e os ensinamentos de Carlos Maximiliano Fayet, desde minha tenra idade de estudante de arquitetura (FAU-UFRS, 1953-1957). Tive o privilégio de conhecê-los, e de privar de seu convívio em seu escritório, no edifício Sulacap, e nas tarefas cotidianas, culturais e políticas, da agitada Faculdade de Arquitetura. Além da labuta estudantil, eu vivia intensamente a militância política, dentro do PCB, onde me foi possível acumular uma segura cultura marxista; sem, no entanto, deixar-me sucumbir aos extremos do comportamento stalinista, de triste memória. Se Stalin mandou escrever a história ao seu bel-prazer, eu aprendi que, em história, não é o lugar pra se fazer homenagens, porque a narração dos fatos, como eles aconteceram, é absolutamente obrigatória. Na Rússia de Yeltsin, a estátua de Lênin continua lá, onde estava, em Leningrado (São Petersburgo). Apesar de Stalin, os russos aprenderam a respeitar a História.

A história do Palácio da Justiça está, toda ela, escrita e materializada na presença severa e vetusta do imponente prédio, com suas mensagens e símbolos, como um verdadeiro atalaia dos valores da arquitetura gaúcha.

Fayet cumpriu sua missão de arquiteto, ao sabor de todos os riscos, e, certamente o fez, em homenagem a todos nós, e principalmente ao saudoso Luiz Fernando Corona.

Se a obra, como está, suscita críticas, fundadas ou infundadas, é preciso admitir-se que elas surgem no âmago da necessidade do debate, do debate arquitetônico, na procura do entendimento dos valores contemporâneos e seu destino. É bom que o Palácio suscite tais reações. É preciso preservar, no entanto, a utilidade e a força do pensamento crítico, sem deixá-lo deslizar para os limites perigosos da calúnia.

É hora, pois, de o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul promover um FORUM de DEBATE para discutir a arquitetura gaúcha, e celebrar a reinauguração do Palácio da Justiça.

Essa será a tribuna adequada para discutir os valores da arquitetura, seus compromissos, e o comportamento dos arquitetos e dos críticos.

Uma bela oportunidade de, ombro a ombro, olho no olho, tentar-se o desenho de um destino comprometido para nossa arquitetura.

Professor da FAU-USP (desde 1981), da FAU-UFRS (1961-1968), Diretor da FAU - Universidade de Brasília (1968-1976);

PhD pela Sheffield University – Inglaterra;

Presidente Nacional do IAB (1972/73, 1973/77, 1989/91);

Membro do Conselho Superior da União Internacional de Arquitetos (UIA) (1987-1999);

Vice-Presidente da UIA (1999-2002);

Professor da Academia Internacional de Arquitetura (IAA);

Presidente do Conselho da Fundação Bienal de São Paulo.

4.3. EQUÍVOCO DAS CABEÇOTAS CÉLEBRES

por Danúbio Gonçalves

Certa manhã me procurou uma moça, que havia passado no vestibular para a Faculdade de Arquitetura, pedindo-me indicar alguém que lhe orientasse no desenho de observação. Abolido na faculdade, já que ela era incapaz de fazer uma linha reta ou esboçar. Não me surpreendi com tal fato corriqueiro na atualidade.

Oscar Niemeyer, em entrevista, disse que agora são raros os arquitetos com condições de esboçar um projeto...

Este intróito, soma-se à incontestável realidade do painel no Palácio da Justiça em sua reforma. Obra arquitetônica de Luis Fernando Corona, falecido em 1977. Agora "encabeçado" com painel de Carlos Fayet. Ensejo para constatar a existência de intrometidos na condição de artistas plásticos, não convidando-os para interagir em seus projetos ou decorações.

Fiquei sabendo pelo artigo de Marilice Corona, publicado no Jornal Zero Hora, que em 1964 seu pai Luis Fernando Corona teve seu direito de trabalho no ensino universitário proibido pela ditadura. Podendo ser considerado o Palácio da Justiça, de sua autoria, como marco arquitetônico mais significativo ao movimento moderno do Rio Grande do Sul. Anos depois permitida ao arquiteto Carlos Fayet autorização para moderadas reformas no prédio. Efetuadas entretando com transformações sem consultas e desagradando à família Corona. Convivi no Instituto de Artes com o dinâmico professor e escultor Corona, onde também lecionei. Nessa época, indicado por Carlos Scliar a pedido de Oscar Niemeyer, admirador do histórico movimento do Clube de Gravura de Porto Alegre e Bagé, para lecionar em Brasília. Todavia como havia construído minha residência-ateliê no bairro Petrópolis, agradei ao convite extensivo a outros artistas gaúchos. E a Universidade de Brasília contando com excelente equipe de professores, entre eles Léo Dexheimer e Glênio Bianchetti, lá residente até hoje, seria interdita pela sinistra ditadura fardada.

Vi em Barcelona no Centro de Arte Rainha Sofia importante exposição de obras escultóricas, desenhos e pinturas de Le Corbusier. Nessa belíssima cidade da Catalunha a marcante genialidade de Antonio Gaudi, com sua originalidade fantástica, mosaicos no Parque Guell e nas torres da Sagrada Família. Obviamente e historicamente o artista plástico cooperou com o arquiteto. No Renascimento ou em séculos antecedentes. Contrariando ao "Cada símio em seu galho", criando obra conjunta que orgulham a humanidade. Podendo, também o arquiteto, em casos excepcionais, ser bom pintor ou escultor, Não servindo de exemplo o painel de Fayet no Palácio da Justiça. Composição amontoando "cabeças célebres" em "espaço sem respiro" (linguagem plástica desconhecida pelo autor?). Decapitadas em ingênuo desenho, decalque linear de retratos fotográficos ou documentos. Ainda mais, uma gigantesca imagem noutra face do prédio. Obras que deveriam ser realizadas por um bom artista plástico. Não seria difícil encontrá-los... Não a do título "intervenção urbana" da mercossubilidade de quintal, responsável por cuiões em plástico e outras aberrações poluentes no Parque da Harmonia. Desconheço, entre nós,

artista plástico que pretenda imiscuir-se com projeto arquitetônico. Cabe a Leonardo da Vinci a pluralidade criativa inigualável no universo.

Sigo pelo assunto primordial: o malgrado painel da Casa de Justiça. Além de sua primária qualidade estética, o mural das "cabeças famosas" cometeu equívoco ético ao incluir as figuras golpistas de Costa e Silva, Ernesto Geisel e Emílio Médici, figurando ainda o ditador "pai dos pobres" que entregou a judia Olga Prestes ao nazista Hitler. Morta em campo de concentração ...

Certamente, se vivos estivessem, CARLOS SCLiar, VASCO PRADO, FERNANDO CORONA, LUIS FERNANDO CORONA, BENTO GONÇALVES DA SILVA e outros importantes valores da política, ciência, cultura e arte riograndense, ficariam constrangidos ao lado de quem manchou ditatorialmente nossa história.

Recomendo, portanto, caso o arquiteto Fayet novamente se aventurar como muralista, não venha misturar celebridades dignas de merecimento, com ditadores abomináveis. Sugiro-lhe que detenha-se diante da "GUERNICA" de Pablo Picasso para aprendizado de composição e conteúdo social...

Graças a Deus não fui incluído no enlatado miscelâneo das cabeças célebres, pois seria motivo para repulsa, protesto e indignação.
